

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

N. 59

Julho/Dezembro/2018

Revista do Instituto de História, vinculada
aos Cursos de Graduação em História
e ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

ISSN 0103-409X impresso
ISSN 2176-4352 online

Hist. & Pers.	Uberlândia-MG	Nº. 59	p.1-184	jul./dez. /2018
---------------	---------------	--------	---------	-----------------

REVISTA HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

Diretor do Instituto de História: Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História: Prof. Dr. Newton Dângelo

Coordenador dos Cursos de Graduação em História: Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Diretor da Edufu: Prof. Dr. Guilherme Fromm

Editora Responsável: Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Conselho Editorial	
Conselho Executivo:	
Regina Ilka Vieira Vasconcelos – Editora	Instituto de História – UFU
Marili Peres Junqueira	Instituto de Ciências Sociais – UFU
Marta Emisia Jacinto Barbosa	Instituto de História – UFU
Sérgio Luiz Miranda	Instituto de Geografia – UFU
Colaboradores Externos:	
Carlos Alberto de Oliveira	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/Ilhéus-BA
Leandra Domingues Silvério	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Jiani Fernando Langaro	Universidade Federal de Goiás – UFG

Conselho Consultivo	
Alessandro Portelli	Sapienza – Università de Roma
Estevão Chaves de Rezende Martins	Universidade de Brasília – UnB
Francisco Sacristán Romero	Universidad Complutense de Madrid
Geoff Eley	University of Michigan – USA
Heloisa de Faria Cruz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Josep Fontana Lázaro	Universitat Pompeu Fabra (UPF) – Barcelona
Maria Giuseppina Eboli	Sapienza – Università de Roma
Maria Hilda Baqueiro Paraíso	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Michael Lowy	École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris
Peter Linebaugh	University of Toledo – Ohio/USA
Raquel Glezer	Universidade de São Paulo – USP
Raquel Varela	Universidade Nova Lisboa – Portugal
Regina Helena Alves da Silva	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Capa: Diego Marcos Silva Leão	Periodicidade: Semestral Disponível na versão eletrônica: < http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/ >
--------------------------------------	---

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, N. 59 – jul./dez. 2018

Uberlândia/MG – Universidade Federal de Uberlândia.

Revista do Instituto de História, vinculada aos Cursos de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho – NUPEHCIT.

Data do 1º volume: jul.-dez./1988.

Semestral

ISSN 0103-409X impresso e ISSN 2176-4352 online

1.História. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História

CDU930

UFU – Universidade Federal de Uberlândia
EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco 1S – Térreo
Cep 38.408-100 – Uberlândia – Minas Gerais
Tel: (34) 3239-4293 – www.edufu.ufu.br – edufu@ufu.br

Indexado em Latindex, Sumários.org e Portal de Periódicos da CAPES

História & Perspectivas 59

SUMÁRIO

Apresentação..... 5

Dossiê: Documentos e Abordagens

Rosas rubras e soberbas: o corpo da mulher luso-brasileira na literatura de viagem (séculos XVIII e XIX) 8
Amilcar Torrão Filho

Imigração e presença portuguesa em Belém no século XIX: entre deslocamentos e pertencimentos (Pará-Brasil) 22
Cristina Donza Cancela
Luiz Guimarães

Dos relatórios provinciais à polifonia dos moradores do Quilombo de Santa Tereza do Matupiri-Andirá/AM, Norte do Brasil 36
Renan Albuquerque
Georgio Ítalo Ferreira

As economias políticas nacionais vivenciadas por Georg Friedrich List 56
Flavia Maria Moraes Lazzaretti
Júlio Eduardo Rohenkohl

Mulheres no cárcere: a estrutura do sistema prisional e a construção do gênero no Brasil 80
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Fernanda de Araújo Bugai

Sobre um escravo que sabia ler e o princípio de uma suposta insurreição em Campos dos Goytacazes (1871-1877) 98
Carlos Eugênio Soares de Lemos
Rafaela Machado Ribeiro

O sertão e as mulheres n'O Quinze de Rachel de Queiroz 114
Régia Agostinho da Silva

Artigos

A “meia-noite” no século: A II Guerra Mundial e a resistência 129
Raquel Varela

Da crise à abundância: segurança alimentar e modernização agrícola na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial 141

Patrícia Nasser de Carvalho

Autoridade local e o genocídio de Ruanda de 1994: o caso do Burgomestre Jean-Paul Akayesu
..... 155
Danilo Ferreira da Fonseca

Circuito antiescravista atlântico: James Redpath e a Conferência Antiescravista de Paris, 1867
..... 168
Henrique Antonio Ré

APRESENTAÇÃO

Para este Número 59 da Revista *História & Perspectivas*, temos a composição do Dossiê *Documentos e Abordagens* e uma seção de artigos com diferentes temáticas.

Em torno da temática do dossiê, a Revista reuniu artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre registros sociais de naturezas, formatos e historicidades distintas para o desenvolvimento de suas investigações. São trabalhos que partem de objetivos diversos, reúnem diferentes instrumentos de análise e abordam variadas dimensões da vida social.

Dessa forma, nos deparamos com práticas investigativas que trabalham conjuntos documentais em amplos horizontes: literatura; literatura de viagem; escritos memorialistas; estudos de história econômica; processos criminais; falas de mulheres materializadas em fontes orais; etnografia e coleta de narrativas em campo; processo de reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas; registros de passaporte de imigrantes; livros de registro de habilitações consulares; recenseamento de população; correspondência diplomática; relatórios provinciais. Registros da vida social de espaços, tempos e sujeitos sociais diversos apropriados pela prática investigativa de autores e autoras que compõem este número.

Autoras e autores trazem em comum o engajamento na construção de suas problemáticas em articulação com o levantamento e o questionamento de documentos que tomam como fonte para o processo de conhecimento; e, sobretudo, trazem em comum o fato de evidenciarem às leitoras e aos leitores os percursos dialógicos do trato com suas fontes.

O primeiro artigo, de Amilcar Torrão Filho, dedica-se a rever imagens criadas pela literatura de viagem sobre a mulher luso-brasileira, produzida por viajantes europeus no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, para revisitar mitos, como a “ausência de mulheres nos espaços públicos, o ciúme ‘oriental’ de seus pais e maridos, o desleixo das mulheres brancas e a sensualidade das negras e mulatas”.

O segundo, de Cristina Donza Cancela e Luiz Guimarães, analisa a imigração portuguesa em Belém, capital do estado do Pará, ao longo do século XIX, com base em registros de passaporte de imigrantes, livros de registro de habilitações consulares, recenseamento de população, correspondência diplomática, para articular questões em torno do fluxo migratório e de constituição de redes de sociabilidade pautada pela moradia, pelo trabalho e por associações de imigrantes.

O terceiro, de Renan Albuquerque e Georgio Ítalo Ferreira, direcionam-se à abordagem etnográfica do uso de coleta de narrativas em campo, para destacar o movimento de autodeclaração dos comunitários Quilombo do Matupiri, no município de Barreirinha, Amazonas – conceitualmente chamado de etnogênese – enquanto caminho que fomentou a recriação de novos processos de territorialização da região, imbricado ao caminho de afirmação de quilombolas e de fortalecimento de laços afetivos e de pertencimento à terra.

Flavia Maria Morais Lazzaretti e Júlio Eduardo Rohenkohl analisam estudos de história econômica materializados, notadamente nas principais obras de Georg Friedrich List, ocupando-se de efetuar uma comparação entre as descrições e interpretações de diferentes historiadores econômicos a respeito da trajetória de desenvolvimento de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, do século XVIII a meados do século XIX.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Fernanda de Araújo Bugai partem da fala de quatro mulheres apenadas no interior do estado do Paraná, considerando a história do sistema prisional no Brasil, para abordar as implicações de gênero do encarceramento feminino no bojo da análise das prerrogativas jurídico-legais do ordenamento jurídico nacional.

As representações do sertão e das mulheres em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, são discutidas por Régia Agostinho, que percorre o romance para identificar permanências e

rupturas, tradições e modernidades no processo de construção de personagens, relações e espaço na escrita literária.

Problematizar o modo como escravos se apropriaram “de um enunciado sobre o trabalho livre veiculado por um jornal liberal, transformando-o num argumento de autoridade para contestarem os abusos de seus senhores e reivindicarem a sua alforria” foi o trabalho de Carlos Eugênio Soares de Lemos e Rafaela Machado Ribeiro. Articulando um conjunto de fontes textuais, como auto de perguntas, jornais, relatórios e inventários, basearam-se “numa abordagem que considera o escravo como sujeito histórico para analisar disputas de sentido sobre o significado de uma suposta ‘insurreição’” em Campos dos Goytacazes, província do Rio de Janeiro, no período de crise do escravismo ao final do século XIX.

Na segunda seção deste número, consta um conjunto de quatro artigos.

Raquel Varela desenvolve uma reflexão acerca dos princípios acontecimentos da II Guerra Mundial e da Resistência recordando os campos de concentração nazistas como campos de trabalho forçado no período entre 1939 e 1945, como centro do projeto do Estado nazista e inseridos na cadeia produtiva de empresas da indústria alemã.

Patrícia Nasser de Carvalho estuda as relações entre a crise alimentar e humanitária vivida pela Europa no pós-Segunda Guerra e as ações dos Estados europeus para superá-la e para garantir sua segurança alimentar. Aborda as decisões das nações europeias com vistas a proteger e estimular a modernização do campo por meio de políticas públicas e promover mudanças estruturais nos processos de produção e de distribuição de bens agrícolas.

Danilo Ferreira da Fonseca constrói um estudo de caso a partir do documento produzido pela Tribunal Penal Internacional para Ruanda para “refletir acerca do lugar que os políticos ruandeses vinculados às pequenas administrações locais, principalmente as comunas, possuíram frente à organização e execução do genocídio de Ruanda em 1994”.

Henrique Antonio Ré “explora as cartas sobre a escravidão brasileira do abolicionista norte-americano James Redpath, e dois textos apresentados por agentes brasileiros na Conferência Antiescravista de Paris” para demonstrar os cruzamentos entre o contexto do reordenamento das posições antiescravistas no mundo atlântico, a escravidão no Brasil e outros interesses em disputa nas relações internacionais na década de 1860, que denomina de década antiescravista.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e agradecemos às pesquisadoras e aos pesquisadores que colaboraram com a Revista *História & Perspectivas*.

O Conselho Editorial

**Dossiê:
Documentos e Abordagens**

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n59p8-21>

**ROSAS RUBRAS E SOBERBAS:
O corpo da mulher luso-brasileira na literatura de viagem
(séculos XVIII e XIX)**

**RED AND SUPERB ROSES.
The Luso Brazilian women body on travel literature
(Eighteenth and Nineteenth Centuries)**

*Amilcar Torrão Filho**

Resumo: O corpo feminino foi um dos grandes mistérios para os viajantes europeus que visitaram o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. De um lado a mulher branca não correspondia aos ideais clássicos de beleza e recato; por outro, a beleza parecia estar ao lado das mulheres negras ou mulatas. Este artigo pretende rever algumas das imagens criadas pela literatura de viagem sobre a mulher luso-brasileira, revisitando alguns mitos como a ausência de mulheres nos espaços públicos, o ciúme “oriental” de seus pais e maridos, o desleixo das mulheres brancas e a sensualidade das negras e mulatas.

Palavras-chave: Viajantes. Literatura de Viagem. Mulher. Corpo.

Abstract: The female body is one of the great mysteries for European travelers who visited Brazil between the Eighteenth and Nineteenth centuries. On one side white woman does not correspond to classical ideals of beauty and modesty, on the other, the beauty seems to be characteristic only of black and mulatto women. This article aims to review some of the images created from the travel accounts on the Luso-Brazilian women, revisiting some myths as the absence of women in public spaces, the “oriental” jealousy of their fathers and husbands, the neglect of white women and sensuality of black and mulattos.

Keywords: Travelers. Travel Literature. Woman. Body.

Um mundo às avessas

Nos últimos anos, muitos trabalhos têm se dedicado às questões de gênero na literatura de viagem, seguindo a trilha marcada por autoras como Bénédicte Monicat (1996), Mary Pratt (1999), Sara Mills (2005) ou Miriam Moreira Leite no Brasil (1993). Muitas viajantes têm sido revisitadas, em busca de um olhar feminino sobre a alteridade e os mundos exóticos, como uma visão alternativa, muitas vezes, ao imperialismo e a uma visão de mundo patriarcal, quase sempre onipresentes nas narrativas dos viajantes no século XIX. Ainda que muitas vezes marcadas pela força da ideologia patriarcal, ou aderindo a ela de forma seletiva para justificar suas viagens e suas narrativas, território considerado eminentemente masculino, seus relatos nos abrem a novas perspectivas sobre os mundos

* Professor do Programa de Estudos Pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder de grupo de pesquisa CNPq Núcleo de Estudos da Alteridade (NEA). Doutor em História pela Universidade de Campinas e pós-doutor pela Universitat Politècnica de Catalunya e Universitat de Barcelona. Uma versão resumida desse texto foi apresentada na Conférence internationale Femmes dans les Amériques, na Université d'Aix-Marseille, em Aix-en-Provence, no ano de 2013.

visitados, trazendo visões próprias sobre a vida doméstica, a escravidão, a educação ou a colonização, por exemplo. Isso nos permite, também, ampliar o espectro do mundo das viagens, revelando uma mobilidade feminina muito mais frequente do que se costuma pensar, e uma atividade literária, na publicação de suas narrativas, que está longe de ser desprezível. Entretanto, esse artigo pretende fazer uma leitura menos preocupada com a escrita feminina na literatura de viagem do século XIX do que com as imagens conceituais transmitidas por este gênero sobre a mulher luso-brasileira, algumas vezes compartilhadas por algumas destas autoras viajantes.

Ao tratar em outro trabalho (TORRÃO FILHO, 2010) das descrições das cidades luso-brasileiras na literatura de viagem, a presença da mulher como elemento de decodificação da civilização existente no Brasil já chamava a atenção. A existência ou não de mulheres no espaço público, o papel que elas representavam no convívio social, a possibilidade de interação com os estrangeiros, seu grau de instrução, seus hábitos e divertimentos, sua vestimenta, suas relações amorosas, sua religiosidade e, finalmente, sua beleza e o uso que faziam de seus corpos, todos estes elementos eram utilizados pelos viajantes para compor um mapa moral da sociedade.

Sendo assim, utilizei o *corpus* documental dos viajantes franceses e britânicos que tinham visitado nossas cidades na primeira metade do século XIX para buscar em suas descrições a elaboração de imagens conceituais sobre as mulheres luso-brasileiras. A esses autores acrescentei Charles Expilly, que ultrapassava a baliza cronológica daquele trabalho inicial, na medida em que foi o único autor a ter dedicado uma narrativa inteira de viagem apenas à mulher (1863). Um caso excepcional em todo o gênero da literatura viática, que demonstra também que essa série documental, apesar de uma grande homogeneidade narrativa, ideológica, conceitual, não pode ser considerada como um bloco monolítico, já que Expilly elabora toda uma teoria própria a respeito da beleza feminina nos Trópicos que, se de um lado, mantém-se fiel aos padrões clássicos de beleza, por outro, situa o corpo negro neste padrão por meio de uma peculiar teoria geográfica da beleza, com o auxílio dos recursos narrativos da ficção.

Ainda que constitua um ponto fora da curva, Expilly confirma um olhar do viajante que escrutina e observa o corpo feminino, definido como um repositório de sentidos e de representações, como um elemento que fornece harmonia ou desordem à cidade e ao corpo social. A beleza e a harmonia das formas, a adequação entre o belo e a cor adequada da pele, entre a beleza e as normas de convívio e os protocolos, fornecem aos viajantes um elemento de interpretação e de leitura da sociedade luso-brasileira, ao mesmo tempo em que definem um lugar social e estético para a mulher. A cada forma corporal, a cada cor de pele, a cada gesto social, a mulher é construída como ser social, como corpo para reprodução da estrutura familiar e doméstica, corpo do trabalho ou do prazer físico. Portanto, esse corpo e essa personagem, que é a mulher, é um elemento central para compreender-se a leitura que o viajante faz do mundo exótico. Poderíamos dizer que a literatura de viagem tem, quase sempre, a mulher como um problema. Seja como presença marcante, seja como ausência sentida, sua presença ou ausência define os contornos da sociedade que se descreve. E a sua mobilidade ou fixidez define, também, um lugar social da mulher em relação aos homens, realçando a estrutura de poder que permeia essa relação.

As imagens da literatura de viagem sobre a cidade e a sociedade luso-brasileira são sublinhadas por esta ausência tão marcada, a da mulher, praticamente invisível aos olhos dos viajantes, como eles próprios quase sempre se queixam; ausência, sobretudo, da mulher branca, de classe alta, exceção feita às negras de corpos bem formados e mulatas de olhares lânguidos.¹ Muitas das representações da condição feminina, do cotidiano e da sociedade brasileira foram elaboradas no interior do gênero de viagens, sobretudo a da

¹ Este artigo trata das imagens de mulheres nas descrições de viajantes que estiveram nas cidades luso-brasileiras. Portanto, não aparecem aqui descrições de mulher indígena, que quase nunca é descrita nas narrativas em cidades. Por mulher luso-brasileira entendo as mulheres brancas, mestiças e negras que viviam nos espaços luso-brasileiros.

reclusão da mulher, a brandura do trabalho escravo, a condição civilizadora da escravidão, a hospitalidade e a indolência do brasileiro, por exemplo (LEITE, 1993, p. 31; 1997, p. 22). O mito da mulher enclausurada já foi bastante questionado pela historiografia; Moreira Leite demonstrou a contradição destas imagens, de autores que declaravam “não encontrar mulheres nas ruas, embora logo adiante as descrevessem em lojas, vendas, praças e chafarizes” (LEITE, 1997, p. 58).

Uma situação que se repete nos relatos de viagem escritos por mulheres, das quais se poderia esperar uma maior identificação com as mulheres locais, mas que reproduzem muitas vezes os lugares comuns e os padrões do patriarcado, informando-nos muito mais, como recorda Miriam Moreira Leite, “sobre a condição feminina da viajante” (1993, p. 24) do que propriamente das mulheres que são descritas. Essas autoras, muitas vezes, utilizam os discursos do patriarcado, como observa Stella Franco, “pretendendo às vezes, inclusive subvertê-los”, num discurso cheio de contradições e paradoxos (FRANCO, 2008, p. 163). Essa incorporação de representações de submissão da mulher no discurso das viajantes serve para justificar seu discurso e para afastar as suspeitas, muitas vezes reais, de que essas mulheres se ocupavam de temas e atividades, como a viagem, a política e a crítica social, que não correspondiam às limitações de seu sexo.

A identificação das sociedades ibéricas com os mouros, uma orientalização do mundo ibérico, fez com que se buscassem na sociedade portuguesa do Brasil os elementos de um despotismo asiático, do qual a reclusão feminina, mulheres indolentes sentadas em tapetes, e o ciúme doentio e criminoso dos homens faziam parte integrante (QUINTANEIRO, 1996, p. 37-38). Esta orientalização do espaço americano significava também, nesse contexto, a identificação do mundo luso-brasileiro a uma civilização inferior, bárbara e anacrônica, que define um caminho interpretativo do Brasil, seja da administração colonial portuguesa, seja da monarquia independente a partir de 1822. Para Quintaneiro, os viajantes, ao tratarem do Brasil e da condição feminina, “situavam-se a si mesmos, expressando, reafirmando ou colocando em questão sua própria cultura”, o que podia fazer com que mal interpretassem as mensagens que recebiam “atribuindo-lhes outros sentidos” (QUINTANEIRO, 1996, p. 23-24). Este mundo lusitano na América funciona como uma fronteira móvel e porosa entre o Ocidente e o Oriente, primitivismo e civilização, tradição e modernidade, assim como a Espanha vai funcionar para os viajantes românticos franceses (THOMPSON, 2012, p. 163).

Apesar de presentes nas descrições que fazem do Brasil, as mulheres aparecem quase sempre como vultos, fantasmagorias, quimeras, que em tudo se afastam de um conceito de feminino que era especialmente excludente, um padrão difícil de ser seguido até mesmo nos círculos mais polidos da Europa. Saint-Hilaire, por exemplo, se queixa, ao visitar Itu, de que não podia entender por que o ouvidor da cidade, Rafael Tobias de Aguiar, que era seu conhecido, não o convida para jantar quando de sua visita à cidade. Ele afirma que, como Aguiar tinha o costume de comer com sua mãe e irmãs e “como essas senhoras não desejavam se mostrar aos estranhos, ele não podia receber-me”, lamenta-se sentido e espantado (SAINT-HILAIRE, 1851, v. 1, p. 380). Saint-Hilaire assume que a ausência de convite para a casa do ouvidor se deve à impossibilidade de coexistência entre homens desconhecidos e mulheres; assim, o lugar da mulher na sociedade luso-brasileira é a chave explicativa para a ausência de uma civilidade e de uma brandura dos costumes, tal como crê o autor ser a norma na Europa.

Aparentemente invisíveis aos homens que não eram familiares, mesmo os que eram conhecidos das famílias, essas mulheres aparecem ausentes ao mesmo tempo pelo encerramento no qual os ignorantes homens luso-brasileiros as deixavam, mas, também, pela incapacidade social dessas mulheres, como as parentas do ouvidor Aguiar, que não desejavam mostrar-se aos estranhos por medo ou timidez, revelando ausência de traquejo social. Temos, assim, um misto de opressão e acanhamento que pesam sobre essas damas encobertas, tornando-as inacessíveis.

Por outro lado, não é difícil encontrar nesse mesmo autor exemplos de sociabilidade nos quais as mulheres participam e se deixam ver, contradizendo seu discurso inicial. Em

sua viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais, na visita que faz à fazenda do capitão mor de Itanguá, Antônio Gomes de Oliveira Meireles, é convidado para o casamento de uma das filhas do capitão, no qual se sentam à mesa quinze ou dezesseis mulheres, quase todas muito jovens. Aqui o espanto maior não é encontrar mulheres à vista de estranhos, mas que todas elas sejam brancas, algumas louras; fato extraordinário que se encontrem tantas mulheres “de nossa raça sem nenhuma mistura de sangue africano”, afirma. Apesar de visíveis, a essas mulheres o autor ressalta que não se deve lhes dar a mão ao cumprimentar, uso totalmente desconhecido nas Minas e provavelmente em todo o Brasil, acrescenta. À mesa, não custa recordar que homens e mulheres se sentam em lados opostos, pois já era muito “que essas últimas se mostrassem assim livremente” (SAINT-HILAIRE, 1830, v. 2, p. 16-17).

Marson, ao tratar das imagens da condição feminina em Henry Koster, busca na teoria que o autor elabora sobre a sociedade brasileira a chave para a compreensão de suas descrições sobre as mulheres. Nesta abordagem, a teoria não está desligada da narrativa e da descrição, mas é parte constitutiva da elaboração da experiência concreta do viajante no país. Na prática da escravidão, o autor identifica os traços definidores de uma sociedade anacrônica e feudal. “Suas características essenciais eram o despotismo dos proprietários de terras e escravos; a reclusão, a violência, a ignorância e a ociosidade” (MARSON, 1995, p. 225). O despotismo, a reclusão e a ignorância são, assim, os traços definidores da sociedade brasileira, que definem também a condição da mulher nessa sociedade. A autora demonstra como Koster seleciona os exemplos localizados de mulheres confinadas por maridos ciumentos, ignorando experiências contrárias com as quais se defrontou, para corroborar a sua tese inicial, privilegiando outras necessárias “à construção de um determinado conceito de feudalismo, de sociedade ‘semi-civilizada e feudal’, e à crítica do tráfico de escravos, da escravidão e do sistema colonial” (MARSON, 1995, p. 231). Assim, Koster “argumentou a partir de situações idealizadas, que não poderiam dar inteligibilidade ao intrincado jogo de comportamentos com o qual se defrontou” (MARSON, 1996, p. 105).

Ideias feitas, lugares-comuns, estereótipos, uma “teoria social” que situa o Brasil, seus habitantes e suas mulheres num campo cultural aquém da civilização europeia, no qual a condição feminina será, dessa forma, claramente interpretada nos campos da total exclusão, da ignorância, da sensualidade luxuriosa, dos corpos disformes pela ação deletéria dos Trópicos e dos maus costumes. Tanto Koster como Saint-Hilaire, e demais viajantes como veremos adiante, selecionam suas experiências para que confirmem as teorias prévias, na qual a condição da mulher é central para demonstrar o estágio ainda arcaizante de nossa civilização, sobretudo se comparado à condição da mulher em seus países de origem. Condição que obviamente não inclui direitos políticos ou participação ativa na vida pública e econômica, negados tanto aqui quanto lá, o que faz com que Mme de Staël e Flora Tristan definam a mulher como uma pária.² Era a sua inserção num ideal de feminilidade e afabilidade que a condicionava a um papel decorativo, pedagógico, de rainha do lar, cuja função era distrair os homens de suas atribulações no repouso das atividades sociais, além de serem objetos de afeição amorosa e/ou erótica, dependendo de sua condição social e cor da pele.

Uma vez mais Saint-Hilaire será lapidar ao definir o papel feminino na construção da urbanidade polida e delicada. Em Vila Rica afirma que as mulheres se mostram tão pouco como em todo o resto da Província, logo, “não pode haver nesta cidade nenhuma sociedade. O jogo, os prazeres grosseiros, as pequenas intrigas, são o único lazer dos habitantes”. No entanto, estão mesmo invisíveis essas mulheres? Diz-nos o naturalista francês, ao ser convidado para um baile dado pelo governador D. Manuel de Castro e Portugal, que, se a toalete das senhoras podia oferecer matéria de crítica a um francês

² Para uma visão menos idealizada da condição social da mulher europeia neste período, assim como uma visão menos negativa da mulher sul-americana, no âmbito da literatura de viagem, remeto à narrativa de Flora Tristan, *Pérégrinations d'une paria*, publicado em 1837 (2004). Sobre esta autora, cf. Le Huenen (2012), Brahim (2012) e Torrão Filho (2018).

recém-chegado de Paris, era surpreendente que num local tão distante da costa não se encontrasse uma diferença maior entre as suas maneiras e as das europeias: elas dançavam e cantavam bastante agradavelmente; mas, para “pagar tributo aos modos do país, se fez dançar uma mulata uma espécie de fandango”, à vista dessas mulheres as quais se mantinham afastadas de homens estranhos, mas que foram espectadoras desta dança “extremamente livre sem que ninguém sonhasse espantar-se o mínimo que fosse” (SAINT-HILAIRE, 1830, v. 1, p. 151-152). Se a libertinagem da mulata não chega a ser surpreendente numa mulher de sua condição, o que choca é a convivência de mulheres brancas e de condição superior num mesmo espaço público de sociabilidade. As mulheres que esses viajantes encontram no Brasil, ou as que creem que não encontram, não corresponderão a nenhuma dessas idealizações, como prova a mulata dançarina e libertina do baile do governador e suas indiferentes espectadoras.

Indecente desmazelo

Os elementos que para os viajantes constituem uma “identidade feminina”, no Brasil, são vistos, por eles, como estando deslocados. Nas ruas, nos espaços públicos, no *trottoir*, não se veem mulheres brancas de boa condição, apenas as negras e mulatas; nas casas particulares, raramente os viajantes são introduzidos às mulheres, que não participam, assim, da suavização dos costumes por meio da conversação polida, sendo o mais das vezes entrevistadas por entre portas e rótulas, espiando os viajantes, assustadas e medrosas; e as formas harmoniosas dos corpos do “belo sexo” estão deslocadas, das brancas, que deveriam ser belas e são gordas e desgrenhadas, para as negras e mulatas, que são belas, mas ao mesmo tempo desejáveis e repugnantes, por sua cor e baixa condição. Temos um exemplo de como as mulheres brancas do Brasil estão afastadas do ideal de beleza e delicadeza atribuído ao “belo sexo” em Maria Graham, que, ao visitar em Salvador algumas famílias portuguesas com uma compatriota inglesa, se choca com a visão de senhoras que dificilmente se poderia identificar como pessoas de sociedade:

Como elas não usam nem coletes nem espartilhos, seu corpo torna-se quase indecentemente desmazelado, logo após a primeira juventude; e isso é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços no pescoço e raramente algum vestido com mangas. Depois, nesse clima quente, é desagradável ver algodões escuros e estofos sem nenhuma roupa branca sobre a pele. O cabelo negro, mal penteado e desgrenhado, ou amarrado inconvenientemente, ou ainda pior, *en papillote*, e a pessoa com a aparência de mal banhada. (GRAHAM, 1824, p. 135-136).

Vemos que não se trata apenas de uma projeção masculina sobre as mulheres brasileiras, mas de uma visão de mundo e crenças compartilhadas por homens e mulheres que pertencem a um mesmo universo cultural marcado pelas distinções e hierarquias entre os sexos.

Para James Tuckey, as mulheres do Brasil padeciam de um mal que acometia muitos outros pontos da “zona tórrida”: a inexistência de um espaço entre “os períodos de perfeição e declínio” da beleza das mulheres. A “força ardente do sol” provoca, assim como com às plantas, um amadurecimento precoce, e “depois de uma breve florescência decai e define: aos catorze tornam-se mães, aos dezesseis as flores de sua beleza estão totalmente desabrochadas, e aos vinte estão fenecidas como uma rosa murcha no outono” (TUCKEY, 1805, p. 67-68). O clima da “zona tórrida” era o responsável, para Tuckey, pelo declínio da beleza destas “filhas do sol”, e, por consequência, dos costumes: pois vivendo cedo com sua esposa transformada numa “matrona repugnante [*disgusting mummy*], inútil à sociedade”, ele experimentava a “irritação de paixões insatisfeitas”, que seriam saciadas por “meios clandestinos”. Esta seria a causa também de que, no Brasil, o “intercurso licencioso entre os sexos” deveria igualar ao que se observava no período mais degenerado do

Império Romano; esta necessidade lúbrica causada pelo clima seria responsável pelo medo de perder o objeto que lhe despertava paixões, e assim produzia “o ciúme constitucional dos homens de clima quente”, sujeitando as suas mulheres a todo tipo de repressão imposta por sua “inflamada paixão” (TUCKEY, 1805, p. 68-69). Estas paixões exasperadas eram provocadas pela ação deletéria do clima, uma vez que não havia nenhuma beleza nestas mulheres que justificasse tamanho zelo na guarda destas “matronas repugnantes”. Na América portuguesa, mesmo as paixões estavam fora de lugar, não havia correspondência entre o corpo desagradável que era objeto de afeição dos homens e o conteúdo desse desejo e cuidado excessivos; ou seja, a paixão e o amor estavam desvinculados do belo, estavam fora do lugar.

Outro testemunho, do britânico Thomas O’Neil, que escoltou a família real portuguesa em sua transferência para o Brasil em 1808, louva a beleza física das luso-brasileiras, pequenas e morenas, com “uma timidez que convida ao amor”, apesar de suas vestimentas fora de moda, não deixa de ressaltar com pesar que, infelizmente, elas não possuíam “mentes igualmente cultivadas”, isso apesar das “vantagens que a natureza tão abundantemente lhes concedeu”. Elas seriam o resultado remanescente de um ciúme italiano “ainda pairando sobre as mentes dos homens”, que as excluiu do exercício dos privilégios que as suas compatriotas possuíam e, por isso, elas eram, ao contrário das luso-brasileiras, “a glória, orgulho e ornamento da Terra” (O’NEIL, 1810, p. 64-65). Desconhecemos quais privilégios compartilhavam suas compatriotas, mas deveriam dizer respeito às formas mais delicadas da feminilidade, a docilidade dos costumes, a conversa agradável e ligeira que viajantes em geral afirmavam não encontrar entre as brasileiras e as portuguesas.

Diversos “vícios” culturais se cruzam nessas narrativas que compõem as imagens conceituais da mulher luso-brasileira. Para o francês Du Petit Thouars, que passa pelo Rio de Janeiro durante sua viagem de volta ao mundo em 1836, a mistura de raças é uma das características mais notáveis da cidade e seria a causa dos “costumes primitivos” de seus habitantes, causados pela licenciosidade dos primeiros colonos que se misturaram a indígenas e africanos, um cruzamento de raças que “não parece ter sido favorável às espécies aqui” (DU PETIT THOUARS, 1840, p. 59). Evidentemente este vício de origem teve sua influência nas mulheres brasileiras, visível no hábito de não se vestirem pela manhã e estarem quase sempre deitadas ou sentadas, à turca, sobre tapetes, o que faz com elas tenham “a tristeza de ver seu tamanho se deformar muito cedo e o excesso de peso chegar com seu passo largo e pesado” (DU PETIT THOUARS, 1840, p. 59). Elas não têm mais nenhuma graça, nem mesmo são capazes de andar direito por causa desta vida indolente e reclusa, causada pela ignorância ciumenta e mediterrânea (ora turca, ora italiana, ora de clima quente) de seus maridos, pais e parentes próximos, origem portuguesa que incutia no Brasil seus mesmos vícios e sua mesma civilização atrasada e primitiva.

Rosas rubras e soberbas

As mulheres luso-brasileiras são descritas ora como inatingíveis, ora como lúbricas, ora como as duas coisas. Imagem célebre será a descrição constante da narrativa das viagens de James Cook, de 1768, de que no Rio de Janeiro elas jogavam flores aos seus admiradores, ou aos homens que lhes interessassem, jamais vista por nenhum dos viajantes que lhe seguiram, mas glosada por inúmeros. O capitão Cook afirma que era “universalmente conhecido que as mulheres dos estabelecimentos espanhóis e portugueses da América do Sul opunham menos resistência a conceder seus favores do que as de outros países civilizados do mundo”. Para ele, era possível que não houvesse nenhuma mulher “modesta” entre elas; esta avaliação tão negativa era justificada pelo que o Dr. Solander, de sua tripulação, havia visto no Rio de Janeiro e lhe contado, que assim que anoitecia, uma ou mais destas mulheres apareciam em cada janela, e “distinguiam aqueles de quem gostavam, entre os homens que caminhavam na rua, jogando-lhe ramalhetes de flores”; e que dois dos homens que o acompanhavam receberam tantas flores que jogaram

fora uma enorme quantidade delas (COOK, 1862, p. 15-16).³ John White, cirurgião da esquadra do primeiro governador de Nova Gales do Sul, Arthur Phillip, também reproduz, em 1787, a descrição de Cook, afirmando que, sabendo desta informação, “considerou toda mulher como um natural objeto de galanteria”; no entanto, um mês de estadia no Rio convenceu-o de que esta característica só deveria ser imputada às mulheres de classe baixa; já as de alta classe não eram merecedoras desta “acusação tanto quanto as mulheres de qualquer outro país” (WHITE, 1790, p. 52-53).

A imputação às mulheres de classe baixa é feita pela teoria e pela autoridade do testemunho do capitão Cook (ainda que seja um testemunho de segunda mão), uma vez que White não observou as tais flores sendo jogadas a ninguém. Watkin Tench, da mesma esquadra do governador Phillip, por sua vez, faz justiça às mulheres do Rio em uma descrição eivada de ironia, afirmando que, apesar da descrição do Dr. Solander, ele e seus companheiros foram tão “deploravelmente desafortunados” que caminhavam cada manhã “debaixo de suas janelas e balcões, sem terem sido honrados com um único buquê, embora ninfas e flores fossem igualmente abundantes” (TENCH, 1789, p. 22-24). Em sua visita ao país em 1806, George Keith ainda reproduz nos mesmos termos a descrição de Cook, de forma resumida, que seria ocioso reproduzir aqui (KEITH, 1810, p. 22-23). Esta imagem chega até 1825, quando Gilbert Mathison afirma que, durante as procissões, as mulheres aproveitavam a ocasião para mostrar-se em público, o que seus “rudes pais e ciumentos maridos” concediam nessa ocasião, seja satisfazendo sua vaidade com um cortejo de escravas, “que as seguiam pelas ruas”, seja observando a multidão de suas janelas, de onde “jogavam flores aos seus admiradores” (MATHISON, 1825, p. 11-12).

Ainda no século XVIII, o deportado escocês James Semple Lisle nota e ressalta essa lubricidade das mulheres do Brasil, que não eram, de modo algum, “modelos de castidade”, fazendo que as cortesãs da cidade do Rio de Janeiro fossem “notavelmente extravagantes nos preços que demandavam pelos seus favores”. Sua teoria para esses hábitos estranhos e degenerados não deixa de ser ela própria extravagante e pitoresca: o frequente e incessante uso de banhos de água morna, levando às mais diversas doenças, físicas, mas, podemos supor, também morais (LISLE, 1799, p. 278). Temos aqui esta imagem contraditória de reclusão e imodéstia que caracteriza a mulher luso-brasileira, resultante de uma orientalização do espaço feminino na América, que Gisela Pagès identifica também nas descrições das limenhas no Peru, exemplos para os viajantes de libertinagem e erotismo (PAGÈS 2011, p. 264). Esta orientalização aparece mesmo na leitura mais positiva que Flora Tristan faz da limenha, para quem suas vestes, a *saya y manto* que lhe cobriam o rosto, seriam símbolos de sua liberdade por permitirem que andassem incógnitas pela cidade. Interpretação que Mary Pratt afirma ecoar a descrição de Lady Montagu das mulheres turcas e a liberdade de movimentos que o véu lhes permitia (PRATT, 1999, p. 287-288). Isso indica a dificuldade do gênero das viagens em decodificar os vínculos pessoais e familiares e as relações entre espaços públicos e privados na América.

A falta de castidade das mulheres não era, para o francês Barral, causada pelo luxo ou pelas seduções “de nossa Europa”, pois eles simplesmente não existiam no Brasil. A civilização, que entre os europeus “esclarece cada membro da sociedade sobre as vantagens da castidade das mulheres e da inocência das jovens, não aclara em nada aqui aos casais sobre seus verdadeiros interesses”. Assim, homens casados usam de sua autoridade para ter dois fogos, ou mesmo para “introduzir uma concubina na casa comum aos dois esposos” (BARRAL, 1833, p. 338-339). E a suposta ausência de mulheres pelas ruas é um índice mais da “barbárie dos portugueses”, cujo ciúme doentio mantinha suas mulheres afastadas dos olhares alheios, assim como fazia com suas colônias. Arsène Isabelle identifica as rótulas, inexistentes na mais civilizada Porto Alegre e seu clima civilizado e sadio, mas presentes na capital até havia pouco tempo, como exemplo desta

³ Durante muito tempo, o relato de Cook sobre o Rio de Janeiro será reproduzido, com ou sem citação, pela maioria dos viajantes. Sobretudo no que diz respeito ao fanatismo papista do Brasil, a moral de suas mulheres, o zelo ciumento dos portugueses com relação à sua colônia, e o hábito de os estrangeiros serem seguidos por um oficial em terra.

barbárie e do confinamento das mulheres, que impedia um convívio civilizado nas ruas da cidade. “Você está sozinho nesta rua”, diz ele, “pois você não pode decentemente, apesar de sua filantropia, crer-se em sociedade com os bodes, as cabras e os negros [negras também?] embrutecidos que o cercam; você se crê, então, só”. O viajante tem de conviver ainda com as rótulas se entreabrindo e fechando-se à sua passagem, como se ele fosse um mensageiro do cólera. Tudo isso pelo hábito dos portugueses de confinar suas mulheres em “espécies de *haréns* que as deixam tão ignorantes que a visão de um estrangeiro é para elas uma sombra chinesa, uma fantasmagoria”. Esta era a “realidade do Rio antes de D. Pedro”, mas ainda presente nas pequenas cidades (ISABELLE, 1835, p. 265-266).

Entre um povo tão corrompido, as paixões desenfreadas causam a concupiscência, o despotismo masculino e a desagregação dos lares, uma vez que, sem poder resistir aos próprios desejos, com esposas que, muito cedo, perdiam a beleza e a juventude, os homens não podiam manter uma única família durante sua vida. Para Debret, a mulher negra possui um “extraordinário ardor dos sentidos” e, embora seja casta dentro do casamento, “não resiste ao desejo de conquistar o amor de seu senhor por meio de uma expressão graciosa de suas tocantes afeições, que ela oculta com cuidado sob a aparência de humildade” (DEBRET, 1834-1839, v. 3, p. 149). Algo parecido encontraremos no relato do anônimo britânico A.P.D.G., que deve ter estado no Rio de Janeiro entre 1809 e 1817; no entanto, ele inverte a construção discursiva do ciúme masculino, identificando esse traço de caráter à mulher negra. “A mulher de cor do Rio de Janeiro era conhecida”, diz ele, por seu temperamento ciumento e vingativo, para a qual “apenas a morte era capaz de saciar a sua sede de vingança pela infidelidade daquele com quem coabita” (A.P.D.G., 1826, p. 303-304). É verdade que esse caráter assassino era comum tanto a homens como a mulheres negros, mas no caso feminino essa natureza mortal está ligada à própria lubricidade da africana que tornava seus amores descabidos e excessivos. O ciúme a vítima não porque esteja clausurada numa espécie de serralho tropical, mas porque desborda a sua natureza sensual, corrompe o sentimento amoroso, invertendo os direitos de posse e controle que marcam um casal tradicional, no qual cabe ao homem este sentimento de posse que legitima a vingança em nome da honra manchada por um eventual adultério e que nunca deveria ser permitido à mulher, ainda mais de baixa condição.

A dona ausente

Debret se impressiona, em dois meses de andanças pela cidade, com a ausência de senhoras nas ruas do Rio de Janeiro; em seu lugar, não vê mais do que “uma multidão contínua de negros carregadores e de negras vendedoras de frutas”. Não é de mulheres que sente falta, pois as negras vendedoras estavam lá, mas de “senhoras”, mulheres brancas, de boa origem. Apenas num dia de festa elas se deram a ver ao viajante, nas igrejas, “vestidas de um modo estranhamente rebuscado, com as cores mais alegres e brilhantes, porém obedecendo a uma moda anglo-portuguesa muito pouco graciosa, importada pela Corte de Lisboa”, situação que só mudaria, em favor da moda francesa, no momento de sua partida, em 1831 (DEBRET, 1834-1839, v. 2, p. 31). No entanto, estas mulheres ainda moviam-se e vestiam-se inadequadamente, e era o que explicava, para Debret, a existência de tantos sapateiros numa cidade onde tantos andavam descalços; a causa deste fato, diz o francês, é o hábito das brasileiras de usarem exclusivamente “sapatos de seda para andar com qualquer tempo por cima de calçadas de pedras que esgarçam em poucos instantes o tecido delicado do calçado”, não podendo sair dois dias seguidos sem ter que renová-los (DEBRET, 1834-1839, v. 2, p. 91). Estranha situação, uma vez que segundo Debret mulheres brancas, em condições de poder comprar sapatos de seda a cada dois dias, não saíam à rua nunca, o que deveria fazer com que o mercado de sapatos não fosse tão desenvolvido assim. Esta inadequação, enfim, era encontrável em todas as classes de mulheres, ao menos entre as brancas, já que as negras e mulatas são praticamente ignoradas por Debret em sua narrativa, embora estejam por toda a parte em suas imagens do cotidiano das ruas do Rio de Janeiro. Em seu peculiar estilo irônico, o

pintor francês louva a “elegância”, entre as damas da corte de D. João VI, da baronesa de Rio Seco, que mais se destacava na igreja ou no teatro, “resplandecente de diamantes”. Entretanto, diz ele, “seu porte por demais avantajado permitia que algumas jovens senhoras menos sobrecarregadas de pedras preciosas brilhassem junto dela pelos modos graciosos”, o que na maior parte das vezes era resultado de uma “educação europeia” (DEBRET, 1834-1839, v. 3, p. 199).

Os corpos que se movem por estas cidades são deslocados, impróprios, inconvenientes e indecorosos, ferem a visão e a sensibilidade dos europeus, como se fossem obrigados a andar pelos subúrbios infectos de Londres e Paris mesmo quando estavam entre os palácios e ruas elegantes da Corte. Suas ações, seus gestos, seus sons, estão em desacordo com o que sua teoria indicava como sendo adequados à vida em cidade. Estas figuras exóticas, a *mulher*, o *ocioso*, o *negro*, a *negra*, o *escravo*, a *escrava*, o *senhor*, são categorias, formando um “conjunto de traços narrativos [...] nos quais os elementos dominantes evoluem muito pouco” (MOURA, 1992, p. 103-104). A paisagem destas cidades nas quais se moviam essas personagens estava igualmente deslocada, imperfeita, deserto de homens e ideias, espaços da abominação, paraísos infernais, lugar que o viajante acreditava estar à espera da semente da civilização, “a ser lançada por ele nessa terra que crê paradisíaca, ou, infernalmente, em branco” (SÜSSEKIND, 1990, p. 13).

Bárbara beleza

Um único viajante dedicou todo um relato especificamente às mulheres do Brasil, no ano de 1863, Charles Expilly, em seu *Les femmes et les mœurs du Brésil*. O autor é um desditado professor francês que acabou sendo fabricante de fósforos no Rio de Janeiro e publicou outros relatos de viagem sobre o Brasil e sobre o tráfico de escravos. O relato está dedicado à sua pequena filha Marthe, nascida no Brasil e que foi amamentada por uma ama de leite negra e escrava. Inicia assim o seu livro como um libelo antiescravista a sua filha, para que esta não se esqueça da condição servil da mulher que lhe havia cuidado em seus primeiros anos. Sobre os costumes brasileiros e suas mulheres, não se diferenciará muito do que outros viajantes já haviam dito antes. Inicialmente, ele tratará das *moças*, as jovens brancas criadas sob o sol abrasador dos Trópicos, da ignorância tão arraigada entre os descendentes dos portugueses, e as lições perniciosas da escravidão que “corrompem todo seu ser moral”. Essa “educação sentimental” faz com que elas não tenham mais do que “desejos vagos” e uma imaginação que “flutua sobre o azul do céu longe da realidade da vida”. Elas apreciam muito, diz o autor, “as rosas rubras e soberbas para satisfazer-se com o tom pálido e ingênuo do sentimento”. Uma vez mais as rosas rubras funcionam como metáfora das paixões abrasadoras das mulheres dos Trópicos, incapazes de contê-las em um sentimento puro e civilizado como o amor romântico. Não espanta, assim, que a padroeira do país seja Nossa Senhora da Conceição, para uma sociedade tão preocupada com o preceito divino *Crescite et multiplicamini* que outorga os mesmos direitos aos filhos bastardos que aos legítimos (EXPILLY, 1863, p. 32-33).

A partir do segundo capítulo, Expilly tratará do encontro, de forte caráter fictício, com o antigo amigo Justin Fruchot, infeliz músico de talento transformado em mercador, também emigrado ao Brasil com muitas ilusões perdidas, alquebrado pela desilusão e pelas dívidas. A sorte de Fruchot começa a mudar quando encontra a sua “Duquesa bronzeada”, filha do sol ardente, a beleza mais severa e grandiosa jamais vista, diz Fruchot a seu amigo (EXPILLY, 1863, p. 58). Aqui Expilly utiliza o encontro com Fruchot e com sua amante negra Manoela para criticar os preconceitos que impediam identificar a pele negra com a beleza mais casta, aquela que não se podia observar entre as mulheres brancas do Brasil. Para tanto, cita o verso das *Endechas a Bárbara escrava*, de Luís de Camões, um canto que celebra a beleza da escrava Bárbara, cujo nome lhe define a origem, musa negra do Homero português, cantados por Fruchot para convencer ao amigo da beleza de sua dama

de ébano: “Pretos os cabelos,/ Onde o povo vão/ Perde opinião/ Que os louros são belos.” (EXPILLY, 1863, p. 59).⁴

A Bárbara Camoniana serve a Expilly para provar sua tese de que a beleza e a nobreza do amor da mulher negra são superiores ao preconceito que a sociedade brasileira tem em relação à cor negra. Pois, para o autor, apenas os brasileiros são escravistas e desprezam aos negros. Para isso, utiliza o momento no qual conhece a Manoela, em um navio em direção à Bahia, fugindo da febre no Rio, onde alguns passageiros brasileiros se indignam com a presença de uma negra escrava, ainda que Manoela seja liberta. Ao ver sua beleza, pois é apenas nesse momento, já em meio à viagem, que o autor encontra a Dama de Ébano, Expilly afirma ter encontrado a Bárbara das Endechas; Fruchot lhe diz que sabia que seu amigo aceitaria a sua amante porque ele seria capaz de reconhecer a beleza que não tem cor: ela “está aonde existe, a despeito da cor”, ao contrário do que pensam os portugueses, querendo dizer os luso-brasileiros (EXPILLY, 1863, p. 90). Manoela se impõe aos brasileiros brancos do navio pela força de seus braços de ex-escrava, e a Expilly pela força de sua beleza, pela nobreza de sentimentos e pelo seu amor por Fruchot (EXPILLY, 1863, p. 114).

Aqui temos o momento no qual Expilly define o seu ideal de beleza feminina na América: não é a branca, que no “quadro esplêndido do sol ardente” dos Trópicos perde as vantagens das quais desfruta na Europa, já que sua “beleza delicada se desvanece em ondas de luz”, se torna mesquinha, pequena, miserável, angustiada, o sol tropical provocando suas devastações na pele delicada da mulher branca, como já havia notado James Tuckey. Tampouco é a mulata, que deve seus êxitos a uma afetação atrevida, “cujo rosto terroso absorve, sem iluminar-se, a luz celeste; por mais esmerada que seja a sua *toilette* e seus cuidados, a mulata fere a vista ‘pela aparência de um asseio duvidoso’”. Por maiores que sejam as “seduções de seu sorriso, pensamos, ainda que sem querer, na lama diluída”; e a lama aqui significa uma imagem tanto da falta de asseio quanto de uma moral duvidosa. A beleza pura está com as “filhas de África”, pela “cor pura de sua pele”, de um negro absoluto, como costumam ser as mulheres Mina, que recorda o mármore negro de Portor, com veias de fogo. Sua beleza está ainda na amplitude de seu torso e no seio abundante que atestam “um modelo perfeito, uma força vital harmoniosa como a exuberante vegetação do equador, que faz sonhar com o amor insaciável dos mortais”. Os franceses emigrados ao Brasil, assim como o rei Salomão diante da rainha de Sabá, se sacrificam ao amor africano (EXPILLY, 1863, p. 113-114).

Expilly não está totalmente desprovido de preconceitos: para ele, a beleza decaída da branca nas colônias, ou da mulata racialmente mesclada e moralmente decadente, não se compara à beleza “pura” da negra africana. Tampouco crê que a africana possa ser modelo de beleza na civilizada Europa, ela é a que se adapta melhor à sociedade dos Trópicos, à paisagem equatorial, aos costumes próprios da América, despertando paixões menos destrutivas que as hetairas europeias. Mas na Europa, essas filhas do sol perdem sua coroa de luz, estão tão deslocadas no Velho Mundo como as brancas nos Trópicos (EXPILLY, 1863, p. 131-132). Temos uma variante da determinação geográfica dos costumes e das leis que em Expilly se transforma numa determinação geográfica da beleza feminina: a cada latitude corresponde um corpo adequado ao amor e à admiração. Seguindo essa teoria, na América a negra reina sozinha, sem concorrência. Por isso ele recorda um conhecido provérbio português sobre as paixões dos brancos pelas negras: “aquele que

⁴ Endechas. A Bárbara escrava: Aquela cativa/ Que me tem cativo./ Porque nela vivo/ Já não quer que viva./ Eu nunca vi rosa/ Em suaves molhos./ Que pera meus olhos/ Fosse mais formosa./ Nem no campo flores./ Nem no céu estrelas/ Me parecem belas/ Como os meus amores./ Rosto singular./ Olhos sossegados./ Pretos e cansados./ Mas não de matar./ Uma graça viva./ Que neles lhe mora./ Pera ser senhora/De quem é cativa./ Pretos os cabelos./ Onde o povo vão/ Perde opinião/ Que os louros são belos./ Pretidão de Amor./ Tão doce a figura./ Que a neve lhe jura/ Que trocara a cor./ Leda mansidão./ Que o siso acompanha./ Bem parece estranha./ Mas bárbara não./ Presença serena/ Que a tormenta amansa./ Nela, enfim, descansa/ Toda a minha pena./ Esta é a cativa/ Que me tem cativo;/ E, pois nela vivo./ É força que viva. (CAMÕES, 1843, t. 3, p. 127).

sentiu duas vezes o perfume acre, mas embriagador, da *catinga* da negra, aborrecerá o odor que exala a pele da mulher branca” (EXPILLY, 1863, p. 124). A diferença é que o homem tropical, o português do Brasil, vê na negra apenas um objeto de prazer físico, enquanto o francês sábio, sem preconceitos, encontra nessa *catinga* o perfume do amor verdadeiro, uma experiência estética marcada pelas formas e pelo odor característico do corpo negro (EXPILLY, 1863, p. 130). O homem dos Trópicos, sobretudo se é brasileiro ou português, não está preocupado, segundo o autor, “em buscar uma alma no instrumento de seus prazeres” (EXPILLY, 1863, p. 374).

No entanto, como toda heroína trágica, Manoela não tem um final feliz: como a *Iracema* de José de Alencar (1865), o anagrama de América no nome da personagem da indígena que no primeiro contato com o colonizador europeu tem que morrer para que a América possa ser ocupada por seus descendentes mestiços, filhos do amor com um homem branco, abrindo caminho para a civilização, Manoela também tem que morrer para comprovar a pureza de seu amor e de sua beleza. Em uma aventura rocambolesca Fruchot e sua duquesa negra se perdem na mata, onde Manoela morre buscando ajuda e um pouco de água para seu amado: morreu, diz Expilly, “vítima de sua devoção, para salvar aquele a quem amava”. Conhecerá o leitor, diz em sua última frase, “muitas brancas que poderiam ser justamente comparadas à negra Manoela?” (EXPILLY, 1863, p. 447). Se, na prosa de *Iracema*, Alencar transforma “traição e violência em amor”, cantando as raças fundadoras do país (DE MARCO, 1993, p. 230), a Manoela de Expilly idealiza o erotismo do colonizador, carregado, aqui, de uma espiritualidade, de uma nobreza e de um sentimento estético que diminuem o seu caráter físico ou a desigualdade de *status* entre os amantes de cores diferentes, bem como neutralizando a possível violência desses amores desiguais.

Arquitetura de uma ausência

Segundo Maria Odila Dias, o mito da dona ausente na colônia e no Império ganhou historicidade em uma sucessão de cronistas, e documentos oficiais, que tinham como função criar estereótipos da mulher branca para fixar “padrões inatingíveis ou impossíveis de serem seguidos por mulheres de outras classes sociais” (DIAS, 1995, p. 92). Comportamentos correntes, como o concubinato, o trabalho de forras, libertas e mulheres livres pobres como quituteiras e vendeiras, o uso das ruas das cidades como espaço de trabalho e sociabilidade eram entendidos como devassidão e libertinagem. Pela ausência de mulheres brancas na colonização, a política da Coroa portuguesa foi de dar importância ao papel social desta mulher para compensar a sua falta. O sistema escravista também funcionou como um dispositivo de valorização das mulheres brancas, como “reprodutoras da propriedade e dos símbolos de ascendência colonizadora: cor, língua, religião” (DIAS, 1995, p. 101). Para esta autora, isso deu à mulher branca um papel de destaque e de liderança social, levando a uma necessária “flexibilidade das mulheres em assumir papéis masculinos, sempre que se tornasse necessário” (DIAS, 1995, p. 104-105). Isso contrasta fortemente com a imagem da dona encerrada nos haréns orientais de seus ciumentos pais e maridos. A verdadeira ausente nestes relatos é a mulher formada a partir de uma imagem idealizada da mulher branca, recatada, graciosa, cultivada nas modas e nos hábitos da urbanidade, ciente de seu lugar social na esfera dos prazeres do lar.

Nas ruas das cidades brasileiras, os viajantes não encontravam as mulheres que cumprissem as suas expectativas sociais e eróticas, a beleza diáfana que idealizavam nas mulheres europeias e que esperavam repetir na América. Nas ruas das cidades brasileiras, elas buscavam seu “ganha-pão precário” (DIAS, 1995, p. 27), mulheres sem dote viviam relações consensuais, chefiavam famílias; sua posição de informalidade e improvisação as tornou invisíveis para as fontes oficiais, para a historiografia (DIAS, 1995, p. 51) e até mesmo para estes curiosos impertinentes que eram os perscrutadores viajantes. Irredutíveis aos modelos femininos construídos no interior de categorias que as acantonavam na esfera da domesticidade, do recato, da moda, da beleza clássica, da submissão, dos papéis sexuais e sociais bem separados e definidos, as mulheres no Brasil dos viajantes são

invisíveis a seu olhar, treinado por uma teoria prévia para o reconhecimento dos estereótipos construídos ideologicamente numa sociedade patriarcal.

Os viajantes não se contentam apenas em observar e classificar; como recorda Corbin os ocidentais nas colônias, e o Brasil é entendido pelos viajantes ainda como uma colônia em relação à civilização europeia, “fabricam arquiteturas corporais” (CORBIN, 2005, p. 185), desenhando os corpos em uma cartografia do desejo que cria tipos e paisagens ao mesmo tempo sexuais, estéticos e morais, estabelecendo hierarquias entre as mulheres a partir de sua origem étnica, cor de pele, condição social e nobreza da alma. O corpo é local de encontros e confrontos na experiência colonial europeia, que se desdobram ainda em situações pós-coloniais, onde ele é um signo de identificação e estereotipia, bem como matéria de identidade a partir do colonizado, ou ex-colonizado, caso dos imigrantes africanos que passam a viver nas ex-metrópoles, como Portugal. “O corpo negro, enquanto capital físico ganha, no quadro dessas relações, um papel simbólico e dinâmico servindo-se de mediador entre o Nós (Africanos) e os Outros (Portugueses, etc)” (FORTES, 2013, p. 243).

Buscando um ideal de beleza feminina clássico, os viajantes europeus não encontram na mulher branca uma representante digna do belo sexo. Gordas, feias, repugnantes por seu aspecto físico, mas também social, já que é incapaz de uma conversação social polida, marcada pela “inveja” em relação às mulatas e negras que atraem o desejo de seus maridos, o que lhe torna muitas vezes uma déspota em relação a elas, essa mulher não é capaz de atrair o interesse do viajante. Este encontra na mulher de cor negra ou mulata as formas agradáveis do corpo clássico, embora seja essa mesma cor de pele o que impede que seja vista como um objeto de amor romântico. Se, de certa maneira, Expilly representa uma exceção, já que não é a mulata que lhe atrai, mas a negra, por outro lado ele também busca no espelho dos Trópicos um ideal de beleza clássico e de pureza corporal que a negra sem mistura racial lhe proporciona. Para ele, a cada paisagem natural ou social deve corresponder um corpo belo específico, próprio. Pelo menos no cenário tropical do Brasil, a beleza do corpo negro não tem rivais entre as impudicas e astutas mulatas, nem nas pobres e decadentes brancas, vítimas do despotismo oriental dos homens, da moral relaxada resultante do calor enervante ou de uma paisagem solar que ensombrece sua beleza, mais evidente sob a luz delicada do sol tépido da civilizada Europa.

Referências bibliográficas

A.P.D.G. **Sketches of Portuguese life, manners, costume, and character**. Londres: Geo. B. Whittaker, 1826.

BARRAL, L.M. Notions sur l'île Sainte-Catherine au Brésil, recueillies en 1831 par M. Barral, capitaine de corvette. **Annales Maritimes et Coloniales**. Paris, v. , n. 8, p. 333-345, 2. Série, 1833.

BRAHIMI, Denise. Femmes voyageuses au XIXe siècle: la possibilité d'un classement? In: ESTELMANN, Frank, MOUSSA, Sarga, WOLFZETTEL, Friedrich (Orgs.). **Voyageuses européennes au XIXe siècle**. Identités, genres, codes. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2012. p. 257-272.

CAMÕES, Luís de. **Obras completas de Luís de Camões**. Lisboa; Paris: Livraria Europeia de Baudry, 1843. v. 3.

COOK, James. **The voyages of captain James Cook**. Londres: William Smith, 1862. 2 v.

CORBIN, Alain. El encuentro de los cuerpos. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (Dirs.). **Historia del cuerpo**. Tradução Paloma Gómez, María José Hernández, Alicia Martorell. Madri: Taurus, 2005. Vol. 2. De la Revolución Francesa a la Gran Guerra, p. 141-201.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**, ou séjour d'un artiste français au Brésil, Depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, Époques de l'Avènement et de l'Abdication de S.M.D. Pedro 1^{er}., Fondateur de l'Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. 3 v.

DE MARCO, Valéria. **A perda das ilusões**. O romance histórico de José de Alencar. Campinas: Unicamp, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DU PETIT THOUARS, Abel. **Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus**, pendant les années 1836-1839. Publié par ordre du Roi, sous les auspices du ministre de la Marine. Paris: Gide, 1840.

EXPILLY, Charles. **Les femmes et les mœurs du Brésil**. Paris: Charliou et Huillery, 1863.

FORTES, Celeste. O corpo negro como tela de inscrição dinâmica nas relações pós-coloniais em Portugal: a *Afro* como (pre)texto. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 229-254, jan./jun. 2013.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora**: viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; Edunisc, 2008.

GRAHAM, Maria. **Journey of a voyage to Brazil**, and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Paternoster-Row, and J. Murray, 1824.

ISABELLE, Arsène. Excursions dans la Province de Rio-Grande-Do-Sul au Brésil. (1834). Extrait d'un Voyage inédit, par Arsène Isabelle, du Havre. **Nouvelles Annales des Voyages**. Paris, t. 65, série 3, t. 5: 257-279, jan./mar, 1835.

KEITH, George Mouat. **A voyage to South America**, and the Cape of Good Hope. In His Majesty's Gun Brig The Protector, Commanded by Lieut. Sir G.M. Keith, Bart. Londres: Richard Phillips, 1810.

LE HUENEN, Roland. Parler de soi par ricochet: le voyage au féminin ou l'impossible autobiographie (George Sand, Flora Tristan, Léonie d'Aunet). In: ESTELMANN, Frank, MOUSSA, Sarga, WOLFZETTEL, Friedrich (orgs.). **Voyageuses européennes au XIXe siècle**. Identités, genres, codes. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2012. p. 37-53.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro**, Século XIX. São Paulo; Brasília: Hucitec; Edusp; INL, 1993.

_____. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LISLE, James George Semple. **The life of Major J.G. Semple Lisle**; Containing a faithful narrative of his alternate vicissitudes of splendor and misfortune. Written by himself. The whole interspersed with interesting anecdotes, and authentic accounts of important public transaction. Londres: W. Stewart, 1799.

MARSON, Izabel Andrade. Imagens da condição feminina em "Travels in Brasil" de Henry Koster. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 219-242, 1995.

_____. Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster. **Clio**. Recife, n. 16, p. 83-109, 1996.

MATHISON, Gilbert Farquhar. **Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822**. With miscellaneous remarks on the past and present state and political prospects of those Countries. Londres: Charles Knight, 1825.

- MILLS, Sara. **Discourses of difference**. An analysis of women's travel writing and colonialism. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2005.
- MONICAT, Bénédicte. **Itinéraires de l'écriture au féminin**. Voyageuses du 19e siècle. Amsterdã; Atlanta: Rodopi, 1996.
- MOURA, Jean-Marc. **Lire l'exotisme**. Paris: Dunod, 1992.
- O'NEIL, Thomas. **A concise and accurate account of the proceedings of the Squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K.S. &c. in effecting the escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807**; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to the Rio de Janeiro: with a variety of other interesting and authentic facts. Londres: Barfield, 1810.
- PAGÈS, Gisela. La mujer limeña en el imaginario de los viajeros europeos, siglos XVIII-XIX. In: ESPITIA, Leonardo (Ed.). **Tierras prometidas**. De la Colonia a la Independencia. Bellaterra: CECE; Universidad Autónoma de Barcelona, 2011. p. 263-280.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher**: a brasileira vista por viajeros ingleses e norte-americanos durante o século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyages dans l'intérieur du Brésil**. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. 2 v.
- _____. **Voyages dans l'intérieur du Brésil**. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine. Paris: Arthus Bertrand, 1851. 2 v.
- SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TENCH, Watkin. **A narrative of the expedition to Botany Bay**; with an account of New South Wales, its productions, inhabitants, &c. to which is subjoined, a list of the civil and military establishments of Port Jackson. 2. ed. Londres: J. Debrett, 1789.
- THOMPSON, C.W. **French romantic travel writing**: Chateaubriand to Nerval. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade**: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2010.
- _____. As peregrinações de uma pária de Flora Tristan e a construção de uma feminista. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100207&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- TRISTAN, Flora. **Pérégrinations d'une paria**. Ed. Stéphane Michaud. Paris: Actes Sud, 2004.
- TUCKEY, James H. **Account of a voyage to establish a colony at Port Philip in Bass's Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty's Ship Calcutta, in the years 1802-3-4**. Londres: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row, 1805.
- WHITE, John. **Journal of a voyage to new south wales with sixty-five plates of non descript animals, birds, lizards, serpents curious cones of trees and other natural products**. Londres: J. Debrett, 1790.

Recebido em novembro de 2017.
Aprovado em maio de 2018.

IMIGRAÇÃO E PRESENÇA PORTUGUESA EM BELÉM NO SÉCULO XIX: Entre deslocamentos e pertencimentos (Pará-Brasil)

PORTUGUESE IMMIGRATION IN NINETEENTH CENTURY BELÉM: Displacements and identities (Pará-Brazil)

Cristina Donza Cancela*
Luiz Guimarães**

RESUMO: O trabalho analisa a imigração portuguesa em Belém, capital do estado do Pará, ao longo do século XIX. Trata-se de um período marcado por diversos conflitos políticos e prosperidade econômica na economia da borracha. Analisamos o fluxo migratório, as redes e a sociabilidade pautada pela moradia, o trabalho e as associações. Observamos também a construção de práticas e representações em torno da figura do português, dos conflitos políticos e da noção de colônia portuguesa, discutindo as estratégias de construção do ideal de uniformidade entre os imigrantes, a despeito das tensões e assimetrias existentes entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Pará. Imigração Portuguesa. Identidades.

ABSTRACT: In this paper we analyze the Portuguese immigration to Belém (capital of the state of Pará, Brazil) throughout the 19th century. The 1800s in the Brazilian Amazon Region was marked by several political conflicts and the rise of an economic prosperity context derived from the rubber exportations. We also observe the construction of practices and representations on the figure of the Portuguese and the notion of Portuguese Colony, discussing the strategies around the uniformity identities, despite the tensions and asymmetries between the immigrants.

KEYWORDS: Pará. Portuguese Immigration. Identities.

É comum ouvirmos a expressão “a colônia portuguesa do Pará”, muitas vezes usada pelos próprios imigrantes em jornais, álbuns e livros.⁵ A despeito da palavra colônia inferir um sentido de unidade e simetria a esses imigrantes, criando o que Benedict Anderson oportunamente chamou de comunidade imaginária (ANDERSON, 2008), os imigrantes portugueses que aportaram no Estado possuíam diferentes marcadores sociais de classe, naturalidade, gênero e idade.

O livro *O Pará e a colônia portuguesa*, de autoria do escritor e cônsul português no Pará, Manoel Fran Pacheco, foi encomendado pela Junta Federativa das Associações Portuguesas do Pará. Nele temos o apanhado das diversas associações existentes em Belém, criadas pelos imigrantes ao longo do século XIX (PACHECO, 1920, p. 19). Ao fazer

* Professora da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutora, Pesquisadora CNPQ.

** Pesquisador do Grupo de Pesquisa “População, Família, Migração e Gênero na Amazônia – RUMA”, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Doutor.

⁵ Encontramos o uso do termo colônia portuguesa em vários livros, jornais e matérias produzidos no período estudado e que se estendem para o século XX. Assim, temos as obras: *O Pará e a colônia Portuguesa*, Belém: typographia da Livraria Gillet, 1920; o *Álbum da colônia Portuguesa no Brasil*. Organizado por Teófilo Carinhas e publicado pela oficina “Gráficas do Número” de Carinhas & Cia Ltda, 1921, onde consta uma parte dedicada à presença portuguesa no Pará. E os jornais: *Lusitano*, que depois recebe o título de *A colônia* (1923-1928); *Jornal O Portugal*, que se intitulava o “orgam da colônia lusa no Norte do Brazil” (1918).

referência aos lusos residentes na cidade, a expressão “colônia portuguesa” aparece em vários momentos, como se observa já no título da obra, ou em expressões como “assembleia da colônia”, “empreendimento da colônia” (PACHECO, 1920, p. 20). O próprio Fran Pacheco, ao comunicar a criação da referida Junta Federativa ao Ministério dos Negócios Exteriores de Portugal, afirmou que a criação daquela Associação “significa um grande passo para a concórdia da populosa *colônia* aqui estabelecida”.⁶ O termo esteve bastante presente na narrativa dos diversos agentes que construíram a história da imigração lusa no Pará.

Ao compor narrativas a partir da ideia de colônia, os imigrantes mobilizavam uma *imagem de si* em contraponto aos *Outros*, os nativos. Estabeleciam um elo entre o presente vivido no Pará e o passado acionado pela memória de suas vilas portuguesas, ordenando uma distinção pela origem. Embora eles tivessem a experiência de viver há vários anos no Estado, muitas vezes se casando, tendo filhos, negócios e bens, a distinção pelo lugar de origem permanecia na memória e na construção identitária, onde o ser português era potencializado pela frequência em associações nacionais, viagens constantes a Portugal, leitura de jornais portugueses, comemoração de datas históricas. Eles se misturam mas, ao mesmo tempo, se distinguem, demarcando a diferença *deles*, neste caso, os paraenses. Desse modo, sentidos de pertença, coesão e identidade são criados, realçando unidades e fronteiras, estabelecendo o diálogo com a sociedade local e seu distanciamento, num jogo de porosidades, mais do que de impermeabilidade (CANCELA, 2016). No entanto, para isso, era necessário fomentar o processo de construção da identidade cultural, a interação e a coesão, que passava pela noção de colônia.

Essa narrativa não se encontra apenas no discurso dos imigrantes e suas instituições, ela circula entre diferentes sujeitos, podemos encontrá-la mesmo em meio à população local.

Assim, nas comemorações do que se chamou o *IV Centenário da descoberta do caminho marítimo para as Índias*, o Governador do Estado do Pará, José Paes de Carvalho, assinou decreto transformando a data do dia 19 de maio de 1898 em feriado local. O político argumentou, a favor do ato, em função “da íntima cordialidade que ligam o Brasil a Portugal” e resolveu feriar no dia em que “a *colônia portuguêsza* aqui estabelecida comemora jubilosamente o centenário indiano” (PACHECO, 1920, p. 22).

Ainda na esteira dessa decisão, no dia do feriado recém-criado, por ordem do secretário do governo, as fachadas das repartições estaduais foram iluminadas, a Associação Comercial do Pará pediu a seus sócios que fechassem a praça do comércio de Belém, os navios ancorados no porto levantaram suas bandeiras, as ruas foram ornamentadas por caixeiros e operários portugueses, morteiros e foguetes acordaram a cidade, as casas dos moradores foram enfeitadas e os jornais paraenses transmitiram congratulação pelo evento às folhas portuguesas.

As ações acima evidenciam o movimento da cidade de Belém em torno de uma data que remetia à memória institucionalizada e oficial da história portuguesa (COELHO, 2005, p. 363). Uma memória que se pretendia coletiva e agregadora, revivida em um evento catalisador da identidade lusa, que acionava símbolos diacríticos: os “gloriosos heróis portugueses”, o “empreendimento português da navegação e dos descobrimentos”. Símbolos que circulavam na narrativa dos vários agentes: comerciantes abastados, muitos deles fundadores da Associação Comercial Paraense, instituições mutualistas, caixeiros e operários, mas também nas instituições públicas paraenses, nas casas dos moradores locais e na imprensa, que deu destaque ao evento em seus principais jornais, exaltando o Portugal dos descobrimentos e que “seguia a sua trajetória gloriosa pelo trabalho de seus filhos em muitos quadrantes do mundo”, destacando a cordialidade entre as duas nações (COELHO, 2005, p. 364).

Práticas como essas forjavam lugares de memória, construindo sentidos de ligação entre o Pará e Portugal e, também, compondo a identidade dos imigrantes portugueses no

⁶ Ministério dos Negócios Externos, Correspondência do Consulado Português no Pará, Caixa n. 04, processo n.113, série D.1920. Grifo nosso.

Estado, que se reconheciam e eram reconhecidos enquanto grupo, construindo aquilo que o cônsul de Portugal no Pará, Fran Pacheco, denominou a “grei lusónia”, a alma portuguesa (PACHECO, 1920). Essas efemérides acionavam a identidade cultural, alimentando o sentido de pertença em diálogo com a sociedade local, num jogo que ora buscava a criação de fronteira e de singularidade, ora de compartilhamento e solidariedade com a população do lugar.

Mas, essa relação e os jogos identitários de pertencimento nem sempre se pautavam em comemorações e relações laudatórias. Ao longo de todo o século XIX, diferentes situações no jogo político influenciaram diretamente não apenas a relação do Pará com Portugal, mas também a forma como os imigrantes lusos marcaram a sua identidade no Estado, muitas vezes tendo que omitir o seu lugar de pertença.

É o que podemos depreender a partir da experiência do vice-cônsul português do Pará, na primeira metade do século XIX, Francisco Gaudêncio da Costa, durante o período da cabanagem, uma revolta política ocorrida entre os anos de 1835 e 1849, de caráter popular e abertamente antilusitano.⁷

Durante sua permanência à frente do Consulado, Francisco Gaudêncio registrou de que forma as ideias de liberdade, que fermentaram naqueles anos agitados politicamente, eram contrárias aos “maçons e portugueses no Pará” e não tardariam a causar temor entre os negociantes e as populações portuguesas ali estabelecidas. Notícias que circulavam no escritório do agente consular davam conta do cenário de medo que se armava. Da distante Vila de Santarém, cidade do interior do Estado, chegavam informações que “uma porção de facciosos armados urgiram as autoridades daquela vila a fazê-los dali sair em transtorno total de seus arranjos de vida e unicamente pelo motivo de terem nascido em Portugal”⁸.

Nessa mesma linha de preocupação, em março de 1835, após os ataques ocorridos em janeiro, desta feita na capital, Belém, um grupo de portugueses residentes no Pará, capitaneados pelo boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, remeteu uma carta para Lisboa à Sua Majestade, por meio do referido vice-cônsul, Francisco Gaudêncio da Costa, onde reclamavam providências para conter o risco de assassinato.

Na carta, afirmavam que o Consulado de Portugal não tinha “a honra de hastear o Pavilhão Português”, pois se o fizesse “só serviria a indicar um depósito de vítimas”⁹. E que o vice-cônsul português, que igualmente possuía a função consular da Rússia, para se “fazer respeitar, saía à rua ataviado com o fardamento russo”.¹⁰

Foi neste cenário perturbador para os lusitanos estabelecidos em Belém que Francisco Gaudêncio, em meio à ameaça iminente de morte, levou a perceber que, ser “português”, “brasileiro” ou mesmo “russo” passou a constituir um tênue jogo de estratégia diante daquela situação extrema de conflito nacionalista que foi a cabanagem (SABINA, 1997; ROWLAND, 2008, p. 15-36; TRUZZI, 2016). As fronteiras de origem precisaram ser invisibilizadas e protegidas para fugir da ação repressiva dos chamados cabanos, que viam nos portugueses a representação da Coroa, do poder régio, dos políticos e dos comerciantes que, por anos, mantinham o controle econômico e político da província paraense. Os portugueses como um todo, mesmo aqueles que não faziam parte das elites de poder e de renda, passaram a simbolizar e traduzir a figura do antigo colonizador, responsabilizado pela condição de pobreza, das dificuldades sociais e políticas que a população atravessava. Como lembra José Saccheta Mendes, o antilusitanismo vai estar

⁷ A cabanagem foi um dos mais importantes movimentos populares da região norte do Brasil de caráter antilusitano. Teve a participação de diversos grupos da sociedade paraense, reunindo negros, índios, populações mestiças, proprietários rurais, entre outros. Trazia consigo rivalidades que se vinham arrastando desde a época colonial, explodindo na invasão a Belém, no ano de 1835. Esse episódio, que se estendeu até os anos de 1840, repercutiu em vários setores da sociedade, sendo debelado pelas forças do governo após dizimar milhares de indivíduos em todo o território paraense. Sobre este tema, ver: RICCI, 2011.

⁸ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0019.

⁹ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0029-m0030.va.

¹⁰ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0029-m0030.va.

presente em diferentes contextos políticos ao longo do século XIX. Do processo de Independência à Proclamação da República, circulou a ideia de dualidade de postura da comunidade lusa no Brasil, onde se acreditava que alguns portugueses estariam ao lado da antiga colônia e de suas instituições e outros seriam contrários às causas nacionais (MENDES, 2010, p. 166).

Para além das questões patrióticas, esse antilusitanismo também se alimentava da ascensão dos comerciantes portugueses, da sua inserção política e, ao mesmo tempo, já na segunda metade do século XIX, da desconfiança em relação aos imigrantes lusos pobres que chegavam em massa ao Estado, muitos deles juntando-se às manifestações de trabalhadores e sendo acusados de causar desordem e fomentar greves (FONTES, p. 210).

Ao longo do século XIX, fosse entre as tensões e o perigo de ser luso num momento de luta nacionalista, ou entre as comemorações em torno do descobrimento das Índias, havia uma intensa presença portuguesa no cotidiano da cidade, marcada por práticas e representações que positivavam a origem de forma comemorativa e laudatória, mas também precisavam negá-la ou mesmo omiti-la, de acordo com as circunstâncias sociais. As relações políticas e econômicas entre as duas nações, assim como as condições e os conflitos locais, potencializavam alianças, mas também tensões e animosidades entre portugueses e paraenses.

Fluxo, perfil e moradia dos portugueses em Belém

A presença e ocupação portuguesa no Estado do Pará ocorreu ao longo de todo o século XIX. Do ponto de vista político, a primeira metade daquela centúria é considerada de crise devido a diversos conflitos ocorridos, como a invasão francesa em território português, no ano de 1808, com a conseqüente ocupação de Caiena, em 1809; a independência do Brasil e a adesão tardia do Pará, em 1823; e, finalmente, a revolta da cabanagem, entre os anos de 1835 e 1840. Esses conflitos deram forma a um cenário de hostilidade e conflito no cotidiano de lusos e nacionais, além de constante crise econômica em função das incertezas políticas.¹¹

Do ponto de vista da economia, o início do século XIX foi marcado pelo crescimento do comércio da capital. Nesse momento, o Pará e o Maranhão ocupavam o quarto lugar dentre as capitânicas exportadoras brasileiras, entre os anos de 1804 e 1807. As trocas eram intensas entre homens de letra e comércio de várias localidades, bem como entre a população de livres pobres, libertos e escravos (RICCI, 2003. p.169-170).

O cacau extraído das matas constituía-se no principal item de exportação da capitania. Os produtos da lavoura e da pecuária também se mantiveram presentes, movimentando o mercado interno e o comércio nos rios e igarapés do interior do Estado para a capital. Além disso, os produtos silvestres, como castanha e guaraná, eram exportados em grande quantidade, para a Europa e a América do Norte.

Já a segunda metade do século XIX é caracterizada por ser um período de prosperidade econômica para a província, dada a liquidez produzida pela economia da borracha. Momento conhecido como a *béllle-époque* paraense, marcado pelo crescimento da renda interna da província, da urbanização, do intenso fluxo migratório, do incremento nos negócios e no comércio, onde a presença portuguesa era acentuada.

É nesse cenário distinto que devemos pensar o fluxo migratório ao longo do século XIX para o Pará. Antes de conhecermos os números dessa migração, é preciso ponderar sobre as especificidades das fontes que nos dão acesso a esse quadro migratório. Enquanto as migrações finesseculares são bastante documentadas, tanto na saída de Portugal como na entrada do Brasil, os registros de mobilidade ainda são escassamente conhecidos no que diz respeito aos primeiros decênios dos oitocentos.

Desse modo, para a primeira metade do século XIX trabalhamos com os registros de passaporte existentes na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, no período de

¹¹ As rivalidades que se vinham arrastando desde a década anterior ganharam as ruas de Belém no ano de 1835, com o grito de guerra "morte aos maçons e aos portugueses". (RAIOL, 1970).

1800 a 1833¹². A esta documentação acrescentamos a análise dos registros de passaporte dos arquivos distritais, correspondentes aos anos de 1835 a 1850, quando os passaportes começaram a ser emitidos pelo governo civil de cada distrito.¹³ Para a segunda metade do século XIX, trabalhamos com os livros de registro das habilitações de portugueses no Consulado Português no Pará, entre os anos de 1858 e 1900.¹⁴ Os Registros de Passaporte do distrito do Porto¹⁵ e de Braga¹⁶.

O conjunto dessas fontes nos permitiu chegar ao número de 1.339 indivíduos embarcando em direção à província paraense entre os anos de 1800 e 1850. Número bastante tímido se compararmos aos alcançados na segunda metade do século XIX, quando tivemos um total de 7.055 imigrantes portugueses advindos de diversas regiões de Portugal, que fizeram registro no Consulado Português do Pará, entre os anos de 1858 e 1900. Devemos lembrar que esses números, mesmo que expressivos, ainda são subestimados, pois só levam em conta os imigrantes matriculados junto ao consulado português (CANCELA; COSME, 2016). Recentemente, realizando o levantamento dos livros de passaporte apenas do distrito do Porto, alcançamos um contingente de 10.879 imigrantes vindos para o Pará entre os anos de 1850 e 1900, esse número foi de 2.499, no Distrito de Braga. Ou seja, tomando como referência apenas esses dois distritos, temos um total de 13.378 indivíduos migrando para o Pará na segunda metade do século XIX, portanto quase o dobro dos 7.055 portugueses de diversas regiões que fizeram registro no consulado. É bem verdade que estes distritos estão entre os que apresentaram maior contingente emigratório, não apenas para o Pará, mas também para o Brasil (SERRÃO, 1974; SCOTT, 2002). De todo modo, o importante é realçarmos a expressividade da imigração portuguesa para o Pará em relação não apenas ao restante do Brasil, mas também à primeira metade do século XIX.

Esse deslocamento significativo de lusos para terras paraenses também é destacado por autores portugueses. Ao analisar a migração para o Brasil, Joel Serrão aponta o Pará como um dos primeiros destinos dos imigrantes portugueses (SERRÃO, 1974, p. 163-171). Da mesma forma, ao estudar a migração de Fafe e do Porto para o Brasil, Miguel Monteiro destaca o Pará como o terceiro Estado em fluxo de migrantes (MONTEIRO, 2000, p. 110). Em sua obra sobre a emigração do Porto para o Brasil, Jorge Alves, trabalhando com os registros de passaporte daquele distrito, entre os anos de 1836 e 1899, observa que o Pará está em segundo lugar (14,9%) no destino migratório, seguido de Manaus (12,9%) e atrás apenas do Rio de Janeiro (55,1%) (ALVES, 1994, p. 243). Trabalhando com a emigração portuguesa especificamente para o Estado do Pará, João Cosme pontua o expressivo deslocamento que ocorre entre os anos de 1886 e 1900, evidenciando o pico havido após o ano de 1895, ao que atribui à retomada das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil,

¹² Os passaportes eram exigidos no reino desde o século XVIII e foram mantidos pelo governo ao longo de todo o século XIX e início do XX. O controle dos deslocamentos também era realizado pelos consulados portugueses pelo menos desde o ano de 1853. Ver CANCELA; COSME, 2016. Para este trabalho, foram analisados os passaportes dos arquivos distritais de Viana do Castelo, Porto, Villa Real, Lisboa e Coimbra. Cf. GUIMARÃES, 2015.

¹³ Os Distritos faziam parte da divisão administrativa portuguesa, possuindo um representante do governo com funções de caráter administrativo, dentre elas, a emissão de passaportes. Um Distrito congregava diversos Conselhos e, estes, por sua vez, as freguesias. Os Distritos foram instituídos pela Lei de 25 de abril de 1835. Cf. CAETANO, 1935.p. 18.

¹⁴ As habilitações consulares constituem-se em livros de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, e foram criados como uma forma de controle destes nacionais. A manutenção desses registros constituía-se em uma das obrigações do consulado, como se depreende das disposições do regulamento consular, que afirma a necessidade de registrar os emigrados assim que chegassem em seus portos de destino. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Documentos apresentados às Cortes. Regulamento Consular Português. Decreto de 20 de março de 1855. p. 259.

¹⁵ Livro de registro de passaporte do Arquivo Distrital do Porto. Disponível em: <<http://pesquisa.adporto.arquivos.pt/viewer?id=411859>>.

¹⁶ Livros de Registro de Passaporte do Arquivo Distrital de Braga.

rompidas após a Proclamação da República, que foi seguida das tensões e críticas contra os portugueses acusados de defenderem a Monarquia.¹⁷

Essa migração das mais diversas regiões portuguesas gerou uma presença intensa de lusos circulando na capital paraense. Para termos uma ideia, de acordo com o censo de 1872, cerca de 12% da população de Belém era formada por estrangeiros, destes, em torno de 80% eram portugueses.¹⁸

A maior parte desses imigrantes era originária das províncias do Douro e do Minho, seguidos das províncias da Beira Alta, Estremadura, Trás os Montes e Beira Baixa. É importante destacar que, em diversos casos, alguns desses imigrantes realizavam um deslocamento em etapas, como analisa Cosme em seu trabalho sobre a emigração portuguesa para o Pará, observando que boa parte daqueles que migraram já haviam saído de suas freguesias para a capital, Lisboa, ou mesmo o Porto, e, apenas depois de algum tempo naquelas cidades, faziam a travessia oceânica, caracterizando uma mobilidade interna em Portugal antes da decisão de migrar para o Pará (COSME, 2015, p. 84).

Esses imigrantes eram em sua maioria homens e chegavam majoritariamente na idade entre 20 e 35 anos, atuando em atividades associadas ao comércio, na condição de proprietário, caixeiro ou empregado comercial. Quando levantamos os passaportes do Distrito do Porto, além das atividades voltadas ao comércio, destacam-se também os ofícios de alfaiate, carpinteiro, pedreiro, ourives, padeiro, tanoeiro, marinheiro e trabalhadores da lavoura.¹⁹ Entre as mulheres, as atividades associadas aos serviços domésticos predominaram, com destaque para as engomadeiras e lavadeiras.²⁰

O deslocamento português para o Pará ao longo de todo o século XIX possui diversos fatores. Visto como terra de esperança e de fortuna, o Brasil também serviu de espaço de asilo para indivíduos que foram forçados a deixar sua terra por conflitos políticos, como foi o caso da guerra civil (1828-1834), no tempo de D. Miguel. Exemplo dessa influência da situação política portuguesa para a imigração lusa, na primeira metade do século XIX, pode ser vista a partir da trajetória do já referido Francisco Gaudêncio da Costa. Lusitano, natural do distrito do Porto, possuía negócios nesta cidade quando o jovem D. Miguel (1828-1834) assumiu o trono e iniciou um período que foi considerado como “de maior repressão política da história portuguesa” (PEDREIRA; MONTEIRO, 2013, p. 69) quando milhares de lusitanos ligados aos grupos liberais deixaram Portugal ou ficaram lá escondidos por anos.

Francisco Gaudêncio deixou a cidade do Porto em meio à usurpação do trono e se deslocou para Belém, cidade que não escolheu de forma aleatória. Na vizinha cidade de São Luís do Maranhão já se encontrava, desde 1821²¹, seu irmão João Gualberto da Costa, destacado negociante daquela Praça, desfrutando de posições privilegiadas na sociedade maranhense.²²

¹⁷ João Cosme realiza sua análise a partir dos pedidos de passaporte depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, entre os anos de 1886 e 1900. Cf. COSME, 2015.

¹⁸ Brasil Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brasil 1872*, Rio de Janeiro: 1873-1876, Parte 10, (Microfilme HA971-A2), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento de 1920. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Tabela V.

¹⁹ Livros de Registro de Passaporte do Arquivo Distrital do Porto. Anos 1850-1900.

²⁰ Livro de Registro das Habilitações Consulares, Biblioteca Grêmio Literário Português. Ano: 1850-1918. Livros de Registro de Passaporte do Arquivo Distrital de Braga 1868-1900. Livros de Registro de Passaporte do Arquivo Distrital do Porto. Anos 1850-1900.

²¹ Desde 1821 o nome de João Gualberto da Costa aparece entre os assinantes e subscritores do *Jornal Conciliador do Maranhão*, residentes na cidade de São Luís. Ainda no mesmo periódico, consta que estava entre os cidadãos lusos que compareceram na Casa da Câmara no dia 19 de dezembro de 1822, a fim de prestar juramento de fidelidade a El Rei Constitucional e à Constituição da Monarquia Portuguesa. *Jornal O Conciliador do Maranhão*, n. 151, Ano 1822, 21 de dezembro. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749524&PagFis=86&Pesq=jo%C3%A3o%20gualberto>> Acesso em: 15 mar. 2016.

²² *Jornal O Conciliador do Maranhão*, n. 39, Ano 1821, 24 de novembro. <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%201821&pesq=jo%C3%A3o%20gualberto>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Esses contatos podem ter contribuído para que Francisco, com pouco tempo residindo em Belém, tivesse negócios de exportação entre os portos do Pará, Maranhão e Lisboa e, depois, fosse nomeado vice-cônsul de Portugal na província paraense, como já visto.

Foi durante o exercício da atividade consular, através das correspondências que enviava para Lisboa, que ficamos sabendo como Francisco saiu de Portugal em 1829 e, ainda, que ele pretendia retornar para sua cidade natal, pois a função consular causava-lhe incômodo. Em 6 de setembro de 1834, após ter notícias da restauração do trono em nome de D. Maria II, Francisco Gaudêncio da Costa remeteu uma carta para o Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigida ao senhor Agostinho José Freire. Nesta missiva, recordava que “eu tendo emigrado de Portugal no ano de 1829, quando teve lugar da usurpação da Monarquia”, e, de acordo com as boas novas da restauração, manifestava o desejo “de ahi regressar, ao mesmo Augusto Senhor”: “pesso a minha demissão, a qual tendo já requisitado ao Cônsul Geral do Rio de Janeiro, não a ma quis dar sem a ordem superior”.²³

Francisco, entretanto, não conseguiu a sua “demissão” do cargo do vice-consulado da nação portuguesa no Pará como requeria. Permaneceu no Pará até outubro de 1835, quando, junto com outros súditos portugueses, foi obrigado a fugir, novamente por questões de conflito político, a cabanagem, desta feita saindo do Pará para Portugal a bordo da Corveta “Elisa”.²⁴

Se a colonização e os conflitos políticos têm uma força importante no deslocamento de indivíduos na primeira metade do século XIX, a economia da borracha, no Pará, somada à crise na lavoura, na pesca e no artesanato, em Portugal, são os grandes propulsores desse movimento populacional na segunda metade do século XIX.

Não podemos esquecer que esse é o período da migração portuguesa moderna, que tem o Brasil como principal destino (PEREIRA, 2002. p. 15-24). É também o fim do tráfico de africanos ocorrido após 1850, que abriu a necessidade de mão de obra e o incentivo para que um número expressivo de portugueses migrasse. É nesse cenário que Belém vai se tornar um dos principais destinos dos imigrantes lusos, atraídos pela possibilidade de ascensão social em função dos negócios movimentados direta, ou indiretamente, pela goma elástica. Some-se a isto o fato de a cidade implementar e ampliar seus equipamentos e serviços urbanos em função da liquidez, e, ainda, o início da navegação a vapor, facilitando e aumentando os deslocamentos ao reduzir o tempo de viagem.²⁵

A presença de portugueses nas ruas da capital paraense, por onde chegavam os imigrantes dos portos portugueses, se torna comum. Do comerciante ao artesão, do pedreiro ao lavrador, das criadas às lavadeiras e amas de leite, esses imigrantes vão oferecer seus serviços e jornadas. Em carta ao Ministério dos Negócios Exteriores, o cônsul português no Pará destacava: “Os serviços de frete, carretos, recados, limpeza das casas etc. que em Lisboa, por exemplo, são feitos por galegos, são aqui exclusivamente desempenhados por compatriotas nossos. O moço da esquina no Pará é português”.²⁶

E, assim, seguiam os portugueses não abastados, que chegavam a Belém na terceira classe dos navios, trabalhando de diária, realizando jornadas pouco valorizadas e parcamente remuneradas, exercendo funções e ofícios nem sempre semelhantes àqueles praticados em Portugal, como a de vendedores de leite, carregadores, condutores de *bonds*, seringueiros.

Uma vez em Belém, boa parte desses imigrantes vai residir nos quartos acima das lojas onde trabalhavam, nas casas de porta e janela, ou, mesmo, nas habitações coletivas como cortiços e vacarias.

²³ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0020.

²⁴ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal (Lisboa), Documentos Avulsos referentes à Corveta Elisa, 6-V-2-1.

²⁵ O comércio da goma elástica se acentua regionalmente, particularmente a partir da década de 1850, tendo alta no ano de 1860, firmando-se na pauta de exportação a partir de 1870. A partir daí, a economia da borracha se consolida ao longo de todo o século XIX e início do XX, entrando em crise a partir do ano de 1911, quando outros produtos ganham maior espaço na lista de exportação, como a castanha-do-Pará.

²⁶ Ministério dos Negócios Externos (Lisboa). Correspondência do Consulado Português no Pará. Série B doc.40 carta dirigida ao exmo. Ministro dos negócios.1912. Grifo original da fonte.

Encontramos uma destas vacarias na rua das Flores, onde o proprietário e os leiteiros que lá habitavam eram de nacionalidade portuguesa e tinham idades que variavam entre 22 e 46 anos. Dentre eles, dois eram casados e os quatro restantes, solteiros, inclusive o dono do estabelecimento.²⁷

Não eram incomuns situações em que os empregados de um estabelecimento comercial moravam no mesmo local em que trabalhavam. Geralmente, as firmas funcionavam em prédios assobradados, cujos altos possuíam quartos onde residiam os empregados, particularmente os solteiros. Nesta situação, viviam os caixeiros lusos Antônio de Mello e Antônio Saldanha, que habitavam nos altos do sobrado onde ficava o armazém no qual trabalhavam, juntamente com o patrão, o português Joaquim.²⁸ O mesmo ocorria com dois imigrantes portugueses, ambos com a alcunha de Manoel, empregados na “Pharmacia Chermont”, à travessa 15º de Novembro, no comércio de Belém, que residiam nos altos do prédio.²⁹

Ofertas desses espaços de moradia que funcionavam no local de trabalho podiam ser encontradas nos anúncios dos jornais da época, como a propaganda do ano de 1876, veiculada no periódico *A Província do Pará*, onde se anunciava o aluguel de “um sobrado por cima da loja Flora, bons commodos, próprio para pessoas empregadas no comércio. Ajusta-se na loja Flora”.³⁰ Como dissemos anteriormente, boa parte dos imigrantes portugueses atuava em atividades comerciais, o que nos permite pensar que moradias como a acima descrita no anúncio, “próprio para pessoas empregadas no comércio”, fossem comumente ocupadas por portugueses.

As casas de porta e janela também serviam de moradia a esses imigrantes, muitas delas de propriedade de seus patrícios. O investimento na compra de casas e prédios para alugar era comum entre os portugueses mais abastados, que concentravam na atividade rentista boa parte de sua renda (TAVARES, 2015; CANCELA, 2011). Para citarmos um exemplo, destacamos os bens do português Antônio Maia, que, em 1877, possuía um total de 29 imóveis, sendo a maioria casa de porta e janela. Uma de suas casas fora alugada por outro luso, contra quem abriu queixa no ano de 1871:

o queixoso alugou aos querellados um prédio de sua propriedade sito a rua da Trindade, canto com a rua dos Martyres, onde se achavam estabelecidos com casa de pasto, e no dia 24 do corrente sabe o queixoso que o querellado se havia mudado furtivamente sem lhe entregar as chaves da casa nem pago os aluguéis arrendando o fogão da cozinha e praticando danificação.³¹

A casa em questão era alugada para um comerciante português, de 31 anos de idade, chamado Joaquim da Silva. Ela fora avaliada seis anos depois, no inventário de Antônio Maia, em quatro contos de réis, caracterizada como sendo de má construção.³²

Segundo o acusado e inquilino: “quando se mudaram para a referida casa, não tinha fogão..., e que o fogão que atualmente existe na casa foi mandado fazer a custa do acusado.” O auto é julgado improcedente, pois as testemunhas arroladas confirmam a versão de que a chapa era de propriedade dos acusados e, com relação à danificação da

²⁷ Centro de Memória da Amazônia, (Belém-Brasil), Processos Crimes, 2º Distrito, Ferimentos graves, 1888, Doc 01, Caixa:1888 (2).

²⁸ Centro de Memória da Amazônia, (Belém-Brasil), Processos Crimes, 2º Distrito, Calúnia, 1877, Doc 01, Caixa 01 (1899).

²⁹ Centro de Memória da Amazônia, (Belém-Brasil), Processos Crimes, 3º Distrito, Ferimentos leves, 1898, Doc 01, Caixa 01 (1898).

³⁰ A loja Flora localizava-se no bairro comercial da Campina e constituía-se em um bazar que vendia artigos de perfumaria, moda, miudezas e bijouterias importadas. *Jornal A Província do Pará*, 7 abr. 1876, p. 3.

³¹ Arquivo Público do Estado do Pará (Belém-Brasil), Auto crime, Fundo de Segurança Pública, 1871.

³² Centro de memória da Amazônia (Belém-Brasil), Cartório Odon Rhoussard, Inventário Antônio da Silva Maia, Caixa, 1877. 1877.

casa, o parecer afirmou que: “outros pequenos danos são provenientes do uso regular que um inquilino faz da casa alugada, que não há crime em face da lei, como é sabido”.³³

Situações como essas dão visibilidade às diferenças de condição social e de trajetória dos imigrantes portugueses, evidenciando práticas de tensão e conflito que pulverizavam a imagem uniforme e simétrica da “colônia”.

As tensões entre os portugueses residentes no Pará podem ser percebidas em diversos momentos. Destacamos anteriormente a carta que o boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, juntamente com um grupo de portugueses, enviou à Sua Majestade. Na carta, entre outros assuntos, o grupo reclamava do vice-cônsul português por não autorizar o pedido de auxílio com as despesas de regresso a Lisboa. Por sua vez, o vice-cônsul se justificava, afirmando que isso ocorria devido ao fato de que “os vários indivíduos que assinam a carta não estavam regularmente *habilitados* neste consulado”.³⁴

A justificativa acima remete às orientações recebidas pelas representações consulares portuguesas para controlar e regularizar os lusitanos que entravam nos portos estrangeiros. Essas orientações aparecem, por exemplo, no Alvará de 13 de agosto de 1760, que instituiu regras obrigatórias ao uso de passaporte para sair do reino, evitando a crescente imigração clandestina.³⁵

Assim, para habilitar-se junto ao consulado, o imigrante deveria comprovar que não havia partido em desacordo com o que previa a legislação, ou seja, deveria ter seu passaporte emitido, comprovando com a posse desse documento, que não havia viajado clandestinamente.³⁶ Por outro lado, estar registrado no consulado significava ter o direito de cidadão português legalmente reconhecido no estrangeiro, recebendo o amparo e as prerrogativas legais que o Estado luso deveria conceder aos seus súditos, entre elas, o levantamento de espólio de imigrantes falecidos no estrangeiro (na ausência de herdeiros legais), a não obrigatoriedade do serviço militar na nação de acolhimento e o recebimento de assistência em situações de dificuldade.³⁷

A carta enviada pelo grupo de portugueses ao Ministério das Relações Exteriores de Lisboa trazia à tona não apenas o desassossego com os levantes cabanos, o atrito e as tensões dos súditos com o cônsul no Pará, mas, também, a fragilidade do consulado no registro e no controle institucional dos súditos, a despeito da legislação vigente.

Em resposta ao cônsul, os súditos portugueses remetentes da carta encabeçada pelo boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo afirmavam não regularizar sua condição junto ao consulado, porque “são emigrados, que durante o reinado da usurpação, saíram da

³³ Arquivo Público do Estado do Pará (Belém-Brasil), Auto crime, Fundo de Segurança Pública, 1871.

³⁴ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros cx. 306, m0035. Sobre questões relativas às habilitações consulares, ver CANCELA; COSME, 2016.

³⁵ Este Alvará regulava a expedição de passaportes e seus emolumentos e, em seu item 1, recomendava o seguinte: “Todas as pessoas que quizerem sahir da Corte, e cidade de Lisboa, serão obrigadas a tirar passaportes, que lhes mandarão passar os Ministros de Bairros, em que morarem pelos seus respectivos escrivães” Cf: *Alvará regulando a expedição de passaportes e seus emolumentos, de 13 de Agosto de 1760*. Lisboa: reimpresso na Oficina de Miguel Rodrigues, 1760. Disponível em: <<http://purl.pt/22872>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

³⁶ Vale lembrar que, desde o Alvará de 13 de agosto de 1760, Portugal já regularizava a emissão de passaportes para indivíduos que desejavam transitar dentro e fora da Corte. Nesta Lei, o passaporte deveria descrever “com distintos signaes as suas pessoas”. Já no Edital de 19 de fevereiro de 1811, além dos sinais individuais físicos, passou-se a exigir, nos passaportes, dados referentes a: nome, filiação, naturalidade, estado, ocupação, lugar da morada, subscrição do portador quando sabia escrever; mas também nome, morada e ocupação do abonador. Outras exigências também se somavam a este controle de mobilidade, tais como: apresentar comprovante de serviço militar ou sua dispensa. Embora as leis de controle das mobilidades existissem desde o final do século XVIII, isto não impediu a migração clandestina, gerando um conjunto de tardios registros de habilitação no consulado da Província do Pará. Cf: *Alvará regulando a expedição de passaportes e seus emolumentos, de 13 de Agosto de 1760*. Op. cit.

³⁷ Correspondência do Cônsul ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 30 de julho de 1844. *Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados e Repúblicas por onde Navegão e Comerção os vassallos portugueses e Tarifas dos Emolumentos que eles devem vencer nos Portos onde Residem, enquanto não se mandar o contrário*. Código Comercial Portuguez, Lisboa: Imprensa Nacional, 1833. p. 226-227.

Pátria, fugindo ao furor e aos cadafalsos”.³⁸ Nessas circunstâncias, não podiam ter procedido às devidas exigências legais de viagem.

É importante destacar que o vice-cônsul também havia migrado para o Pará fugindo das mesmas perseguições em Portugal. Contudo, naquela nova circunstância, representava os interesses do Estado luso no Estado e, em seu favor, alegava não possuir recursos suficientes para custear o transporte dos requerentes, posto que havia “pago muitas passagens e dado esmolas a muitos portugueses, de maneira que, sendo os emolumentos do vice-consulado coisa muito diminuta³⁹”, não havia como efetivar o gasto, e, ainda, que “os indivíduos que contra ele fazem reclamações com “grande *espalhafato* e acusações [...], como contra a Sua Majestade Fidelíssima, são de pouco crédito”. Assim, Francisco Gaudêncio da Costa reitera que o primeiro assinante da missiva, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, era “um homem de gênio turbulento, pelo que já havia sido deportado desta província em 1831”.⁴⁰ Acrescentava, ainda, sobre o boticário: “depois de ter voltado, por aqui tem andado com o ‘*lenço do Brasil*’, e o mesmo me disse ter se justificado brasileiro, circunstância que não posso afirmar, por não estar na cidade o escrivão, onde se disse ter prestado a dita justificação⁴¹. Quanto aos demais solicitantes, alegava: “são alguns brasileiros adotivos e outros são pessoas pouco conhecidas, e de nenhuma ponderação”.⁴²

Esse debate nos remete mais uma vez às tensões internas existentes entre os portugueses e, ao mesmo tempo, nos ajuda a discutir a complexidade dos jogos identitários em que viviam esses imigrantes, como assinalado no início do trabalho. Enquanto o vice-cônsul havia se “dissimulado”, vestindo-se com o uniforme da Rússia, para poder sair às ruas da cidade ocupada pelos cabanos, o boticário, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, primeiro identifica-se como “brasileiro”, por ter saído ilegalmente de Portugal, fugindo à guerra civil entre liberais e monarquistas, e, já alguns anos depois, reclamava ser “português”, fugindo dos conflitos nacionalistas da cabanagem.

Destarte, numa cidade como Belém do Pará, em meio às crescentes hostilidades antilusitanas, ser “brasileiro” ou ser “português” representava mais do que o lugar de nascimento. Vinculava-se a um jogo de necessidades políticas que podia implicar na assimilação ou na rejeição identitária, de acordo com as circunstâncias do antilusitanismo acirrado por lutas e conflitos armados de caráter nacionalista (RIBEIRO, 1997; ROWLAND, 2000).

Na segunda metade do século XIX, as lutas em torno do processo de abolição e da Proclamação da República vão ganhar espaço em meio aos imigrantes portugueses e suas instituições. Uma parte significativa dos comerciantes lusos e profissionais liberais era associada às lojas maçônicas existentes no Pará desde o ano de 1831, com a loja *Tolerância*, ou, mesmo, aquelas fundadas a partir da década de 1850, como *Harmonia e Fraternidade*, *Renascença*, *Grande Oriente*, *Fênix* 27. Essas lojas vão apoiar diretamente a abolição de escravos, financiando cartas de alforria, e, ainda, participando ativamente das discussões em torno do republicanismo. Essas ideias ganhavam as tintas dos jornais apoiados e/ou escritos por portugueses, como *A Voz do Caixeiro* e *O Protesto*, este último pertencente ao Centro Republicano Português no Pará (COELHO, 2005, p. 367-368). A maçonaria, assim como os jornais, foram componentes expressivos na formação da sociabilidade portuguesa no Estado, arregimentando pequenos e grandes comerciantes, além de profissionais liberais do mundo urbano; divulgando o positivismo lusitano, republicano e científico; contrapondo-se aos aristocratas, proprietários de terra e escravos, parte deles também portugueses; ampliando as fissuras na então colônia portuguesa do Pará.

Redes migratórias e associações

³⁸ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0031.

³⁹ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0044.

⁴⁰ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0045.

⁴¹ Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0045.

⁴² Instituto Arquivo Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 306, m0045.

É importante realçar que os deslocamentos migratórios não são apenas determinados por questões políticas e econômicas do país de origem ou de destino, mas, também, fruto de escolhas e projetos individuais e/ou familiares. As vantagens abertas pela economia da borracha, que tornavam Belém uma cidade atraente para a migração, aliada à crise econômica e política pela qual passava Portugal⁴³, podem nos ajudar a entender a imigração para o Brasil. Entretanto, dentre tantas cidades no país com economia em expansão à época, por que migrar para o Pará? Parte dessa resposta pode ser encontrada nas redes sociais formadas por esses indivíduos. Muitas vezes, um conterrâneo que havia migrado para o Estado era a ponte que acionava os contatos e as informações minimamente necessárias para a viabilidade das escolhas.

Já salientamos que a vinda de Francisco Gaudêncio da Costa para o Pará, na primeira metade do século XIX, ocorreu em função da presença da família na cidade vizinha, no Maranhão. Sua fixação no Estado significava a possibilidade de expansão dos negócios familiares e o apoio em terras novas.

Outro claro exemplo dessas pontes e influências pode ser encontrado em meio aos vários comerciantes advindos da freguesia de Santo Tirso, localizada ao norte de Portugal. Nomes como José Antônio Martins e Constantino Martins, que viveram no Pará na segunda metade do século XIX, onde montaram firmas e se beneficiaram com o comércio da borracha. Antes deles, o conterrâneo de Santo Tirso, Manoel José Ribeiro, o Conde de São Bento, havia feito fortuna no Pará. Manoel era filho de caseiros, atividade doméstica que implicava em administrar ou arrendar fazenda ou casa de outrem (FARIA, 1859, p. 700). Enriqueceu após migrar para Belém, nas primeiras décadas do século XIX, tornando-se um dos homens mais ricos de Santo Tirso e um grande benemérito da freguesia. Trajetórias como as do conde de São Bento acionavam esperanças, acalentavam a expectativa de fortuna, além de favorecer a (re)articulação de redes sociais já montadas por outros conterrâneos.

Ainda pensando nas redes formadas por pessoas de uma mesma localidade, destacamos que os já citados José Antônio Martins e Constantino Martins eram irmãos. No início do século XX, eles retornaram para Santo Tirso, mas seus filhos e sobrinhos migraram para o Pará e foram trabalhar na firma de portugueses conhecidos de seus familiares. Uma geração de homens solteiros migrou de Santo Tirso para o Pará, ao longo de todo o século XIX e início do XX, atuando no comércio, adquirindo bens e casando-se, como foi o caso de Armando, sobrinho do Barão de Monte Córdova, que, no ano de 1911, estabeleceu matrimônio com Maria Luísa Veloso, filha de imigrante português (CANCELA, 2016).

Práticas como essas acionavam contatos, facilitavam o deslocamento e a fixação em um novo lugar, minimizando as incertezas do cotidiano, criando e rearticulando vínculos e redes familiares, de conterraneidade e de amizade.

Uma vez na cidade, esses indivíduos mantinham suas redes de sociabilidade através de sociedades comerciais e associações, várias delas criadas no século XIX. Em 1854, temos a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência (PACHECO, 1920, p. 5). Já no ano de 1867, distribuíram-se listas na “colônia” para a criação do que viria a ser o Gabinete Português de Leitura, conhecido como Grêmio Literário Português, que tinha como objetivo inicial “instruir na língua nacional e nas estrangeiras, fundando-se também uma biblioteca.” (PACHECO, 1920, p. 17) A essas associações seguiram-se outras, como a Associação Vasco da Gama, criada em 1898, voltada para o socorro mútuo.

Nas diretorias dessas associações, encontramos os nomes de muitos portugueses enriquecidos com a borracha. Pessoas como Fortunato Alves de Souza (GUIMARÃES,

⁴³ Os motivos dessa emigração são, com frequência, descritos pela historiografia que trata do tema. O crescimento populacional de Portugal, a formação de relações capitalistas na agricultura, na pesca e no artesanato, a não absorção da mão de obra pelo mercado e a indústria lusa, o limite de terra das famílias e as dificuldades de herança são alguns dos fatores que contribuíram para a miséria, o desemprego e/ou subemprego naquele país, potencializando a migração. (PEREIRA, 2002, p. 15-24).

2015), o já referido José Antônio Martins (Barão de Monte Córdova), Domingos José Dias (Visconde de São Domingos) e tantos outros (CANCELA, 2016).

É importante destacar que, nesses espaços associativos institucionalizados de convívio, os imigrantes criavam raízes mais duradouras junto à sociedade que lhes serviu de destino. Uma vivência pontilhada por longos anos de interação com a sociedade de destino, sem contudo deixar de acionar marcadores da diferença em relação à sociedade local, em que a participação em associações de caráter nacional é apenas um exemplo. Por outro lado, participar dessas associações na condição de sócio, ou em cargos de diretoria, agregava visibilidade e prestígio aos imigrantes abastados, projetando seus nomes não apenas entre os demais imigrantes, mas também junto à sociedade paraense. Como destaca Marie-Jo Ferreira, a elite portuguesa no Brasil manteve um associativismo forte, centrado em associações beneméritas, culturais e esportistas, com diversos objetivos: “Manifestar o seu poder no interior da colônia portuguesa e, assim, apresentar-se como a representante legítima dos interesses portugueses frente aos governos português e brasileiro, e encontrar na sociedade portuguesa, assim como na brasileira, um certo prestígio social” (FERREIRA, 2007, p. 3).

Desse modo, na festa dos cinquenta anos da Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, estavam presentes o senador paraense Antônio Lemos e o representante da guarda Nacional, major Antônio Marques de Carvalho.⁴⁴ Também nos eventos comemorativos relativos à história de Portugal, como o referido *Centenário do Descobrimento do Caminho das Índias*, autoridades e políticos se faziam presentes, evidenciando a força política e a visibilidade da colônia portuguesa no Pará. Através dessas associações, os imigrantes acionavam sociabilidades e redes entre conterrâneos, instituições públicas e autoridades paraenses. Projetavam uma imagem de si que reforçava a sua identidade lusa, demarcavam fronteiras e, ao mesmo tempo, dialogavam com a sociedade de destino reforçando os lugares de pertença nesse jogo de diferença, projeção e interação.

Considerações finais

As diversas práticas dos imigrantes portugueses analisadas, como as redes sociais, a moradia, o trabalho, a organização política e a criação de associações de caráter mutualista, literária e de lazer, apontam para o fato de que Belém deixava de ser apenas um porto de destino, enriquecimento e retorno para a terra natal.

Na cidade de Belém, eles viveram uma experiência de contrastes. Muitos barões do comércio viviam em prédios assobradados com gradis de ferro, varanda, diversos cômodos e acabamentos; outros tantos portugueses, viviam nos cortiços, vacarias e casas de porta e janela. Alguns deles abriram grandes casas de comércio, mas também botequins e tavernas que vendiam a retalho. Nas ruas da cidade, circulavam, vendendo água, transportando carga, sendo motorista de *bond*, seringueiros, vendendo leite, trabalhando como pedreiros, moveleiros, operários, caixeiros, amas de leite, criadas e lavadeiras.

Viveram igualmente a experiência de conflitos políticos durante a luta da independência e do movimento cabano, onde o jogo de pertencimento estava marcado por identidades fluídas, observadas em termos como “brasileiro”, “brasileiro adotivo”, “português”. Acompanharam o processo de abolição da escravidão, criando associações abolicionistas, formando os quadros das lojas maçônicas e dos jornais que defendiam o ideal republicano.

A capital paraense passava a se constituir como um local de estadia mais ampla, com cenas protagonizadas por sujeitos que, embora fossem representados e, por vezes, se representassem como pertencentes à colônia portuguesa do Pará, possuíam marcadores sociais distintos. Sujeitos que imprimiram na urbe vivências, representações e memórias múltiplas, pautadas pela construção de uma identidade nacional uniforme reforçada nas festas, nas comemorações e nas associações; mas, também, fissurada por tensões e

⁴⁴ Jornal *O Comércio do Porto*, 1 nov. 1904, fl. 1.

assimetrias no interior do próprio grupo de imigrantes. Identidade portuguesa que podia ser mobilizada de forma laudatória e comemorativa, ou, mesmo, subsumida frente ao antilusitanismo que marcou mais acentuadamente as lutas da primeira metade daquela centúria, e, ainda, as posições políticas abolicionistas e republicanas assumidas. No entanto, para além dessa multiplicidade, as trajetórias dos sujeitos se uniam na perspectiva de melhoria da condição social e na experiência dos deslocamentos entre um porto português e um porto paraense, que fez de Belém um dos maiores destinos migratórios lusitanos.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros**: Emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Gráficas reunidas, 1994.

CAETANO, Marcelo **A codificação administrativa em Portugal** (Um século de experiência, 1836-1935). Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em Belém**. 1870-1920. Belém: Açai, 2011.

_____. Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia. *Petrópolis. Antíteses*, Londrinav. 9, n. 17. p. 136-156, jan./jul, 2016.

_____; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: Imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan./abr. 2016.

COELHO, Geraldo Mártires. **O violino de Ingres**: Leituras de História Cultural. Belém: Pakatatu, 2005.

COSME, João Santos Ramalho. Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900. **População e Sociedade**, Porto, n. 24, p. 75-92, dez. 2015.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas**: migrações portuguesas no Pará (1800-1850). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FARIA, Eduardo. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E. C., 1850. v. 1.

FERREIRA, Marie-Jo. **Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX-início do século XX**. Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista**: Atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. 2002. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MENDES, José Saccheta Ramos. **Laços de sangue**: privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil. Porto: CEPSE, 2010.

MONTEIRO, Miguel. **Migrante, emigrantes e “brasileiros”**: territórios, itinerários, trajetórias (1834-1926). Fafe: [s. ed.], 2000.

O ÁLBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL. Organizado por Teófilo Carinhas e publicado pela oficina “Gráficas do Número” de Carinhas & Cia Ltda, 1921.

PACHECO, Fran. **O Pará e a colônia portuguesa**. Belém: Typographia da Livraria Gillet, 1920.

PEDREIRA, Jorge M.; MONTEIRO, Nuno. **O colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834: História Contemporânea de Portugal.1808-2010**. Lisboa: Fundación Mapfre; Objectiva, 2013. Vol.1.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru; Portugal: EDUSC; Instituto Camões, 2002.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835**. Belém: UFPA, 1970. Vol. I, II e III.

RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila; SALLES, R. (Eds.) **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 2 (1831-1870).

ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil independente: processos e representações. **Oceanos**, Lisboa, n. 44, out./dez. 2000.

ROWLAND, Robert. A sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, E. (Eds.). **A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2008. p. 15-36.

SABINA, Gladys Ribeiro. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (século XVIII e XIX). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 13., 2002, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto, ABEP, 2002.

SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. (Coleção Horizonte, n. 12)

SILVA, António Delgado da. **Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações**. Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

TAVARES, Andrea Caroliny da Costa. **Em busca das patacas: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRUZZI, Osvaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de identidade étnica (1888-1950)**. São Paulo: Unesp, 2016.

Recebido em dezembro de 2017.
Aprovado em dezembro de 2018.

DOS RELATÓRIOS PROVINCIAIS À POLIFONIA DOS MORADORES DO QUILOMBO DE SANTA TEREZA DO MATUPIRI-ANDIRÁ/AM, NORTE DO BRASIL

FROM PROVINCIAL REPORTS TO THE RESIDENTS POLYPHONY OF THE QUILOMBO REMINISCENT OF SANTA TEREZA DO MATUPIRI-ANDIRÁ/AM, NORTHERN BRAZIL

*Renan Albuquerque**
*Georgio Ítalo Ferreira***

RESUMO: Foi feito levantamento historiográfico sobre a temática da escravidão negra na Amazônia, baseado em relatórios provinciais do século XIX, com direcionamento à reflexão sobre o processo de reconhecimento pela Fundação Palmares, bem como a formalização por parte do governo federal, da titulação das comunidades quilombolas do Andirá, onde o Quilombo do Matupiri figura como distrito município de Barreirinha/Amazonas. Ponderamos a respeito dos plantéis de escravizados no Amazonas e na região de Villa Bella da Imperatriz, onde ao período provincial o Andirá estava sob jurisdição. Enveredou-se, dando ênfase à polifonia, para narrativas de colaboradores, que destacaram seus sentidos de viver, festejar os santos, colheitas e plantios, como atos de resistência frente às negações por parte do estado de seus direitos de cidadania, pois, grosso modo, são tratados como refugiados dentro do próprio território brasileiro. Há tempos que os quilombolas do Matupiri esperam por melhorias dentre as comunidades, sobretudo após seu reconhecimento por decreto. Aguardam a instalação de uma escola com melhor infraestrutura, água tratada, transporte escolar e formação acadêmica promovida pelo município. Mas o que se vê é um completo descaso e abandono. Dado o exposto, concluímos que o Matupiri resiste, sobrevive e luta contra injustiças e demais medidas protelares quanto à titulação das terras locais, o que só dificulta a vida da pessoa quilombola na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência negra. Povos tradicionais. Amazônia.

ABSTRACT: A historiographical survey was made on the theme of black slavery in the Amazon, based on nineteenth century provincial reports, with a focus on the recognition process by the Palmares Foundation, as well as the formalization by the federal government of the titling of the quilombola Andirá, where the Quilombo Reminiscent of the Matupiri figure as district of Barreirinha/Amazonas. We have pondered the plans of enslaved women in Amazonas and in the region of Villa Bella da Imperatriz, where the Andirá was under jurisdiction. It was emphasized, emphasizing polyphony, to narratives of collaborators, who emphasized their senses of living, celebrating the saints, harvests and plantations, as acts of resistance against the denials on the part of the state of their rights of citizenship, because, roughly, they are treated as refugees within Brazilian territory. Matupiri's quilombolas reminiscents have long hoped for improvements among communities, especially after their recognition by decree. They await the installation of a school with better infrastructure, treated water, school transportation and academic training promoted by the municipality. But what you see is complete neglect and neglect. Given the above, we conclude that Matupiri resists,

* Pós-doutor em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

survives and fights against injustices and other landslide measures regarding the titling of local lands, which only makes life difficult for the quilombola people in the Amazon.

KEYWORDS: Black resistance. Traditional peoples. Amazon.

1. Matupiri: uma comunidade quilombola amazônica

O município de Barreirinha é distante 331 quilômetros de Manaus, capital do Amazonas, e se localiza no extremo leste do Estado, na divisa com o Pará. Tem população de aproximadamente 30 mil habitantes e a maior parte da população barreirinhense, 17 mil, está sediada na zona rural. O município, no que tange ao aspecto geopolítico, é composto por 106 comunidades rurais, entre elas cabocla (não indígena), indígenas (Sateré-Mawé) e as cinco comunidades quilombola. Para recorte do estudo, direcionou-se o foco a uma comunidade quilombola que surgiu por ocupação de mais de um século por grupos afrodescendentes.

O mito fundador do Quilombo de Santa Tereza do Matupiri está na chegada do movimento Cabano na Amazônia, especificamente na região do Rio Andirá, cujos membros eram mestiços, negros, índios aldeados e destribalizados que coadunavam com os ideais Cabanos, que visava a melhoria das condições de vida das populações mais pobres dessa área do Brasil Regencial (HALL, 2003, p. 18).

Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistóricos. São anacrônicos e tem a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir. Mas funcionam atribuindo o que predizem a sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Entretanto, a história, como a flecha do Tempo, e sucessiva, senão linear. A estrutura narrativa dos mitos é cíclica. Mas dentro da história, seu significado é frequentemente transformado.

Essa versão histórica é um fato, e talvez justifique a presença negra nessas terras, ainda no primeiro quartel do século XIX. E, nos dias de hoje, os moradores da Comunidade do Matupiri identificam-se como afrodescendentes, pois se consideram descendentes dos negros que lutaram na Cabanagem. Cerqua (2009, p. 40) comenta sobre esse fato histórico desdobrado na região do Andirá:

Em 1835 rebentou no Pará a revolução dos Cabanos. Manaus, preocupada, a 6 de julho pede à Câmara de Lusea (Maués), de quem na época dependia Vila Bela da Imperatriz, que seja enviado um destacamento no "Posto de Parintins" (a Serra) a fim de obstar a entrada dos anarquistas. Mas estes do Tapajós, pelo Arapiuns e pelas matas, alastraram a revolta na nossa região, onde os caboclos, pretos, índios, que moravam na beira dos rios, aderem numerosos, procurando a melhoria de sua vida política, social e econômica [...] Crispin Leão assume o comando no Andirá, espanta Parintins e ocupa Lusea (Maués).

As cinco comunidades quilombolas possuem 227 famílias e 1.135 moradores. Somente na comunidade de Santa Tereza do Matupiri existem aproximadamente 140 famílias quilombolas e uma população de 250 comunitários. No ano de 2013, essas comunidades quilombolas receberam certificação coletiva da Fundação Palmares. Das comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, optou-se por pesquisar o distrito de Santa Tereza do Matupiri com base em relatos orais dos moradores mais longevos e que possuem reconhecimento e respeito dentre os moradores. A comunidade está localizada na margem esquerda do Rio Andirá, a uma distância de aproximada 23 km da sede de Barreirinha.

Para se chegar ao local, o transporte é feito via embarcações (barcos, rabetas, voadeiras) e, dependendo do optado, o tempo de viagem varia. Para quem sai de Barreirinha, do Porto do Pucú, utilizando barco regional, o horário de saída é às 14h, sendo a duração de viagem de três horas, com o bilhete de passagem no valor de R\$ 10,00, o que também pode variar de embarcação a embarcação. O horário de retorno à sede do município é perto das 3h da manhã, com o intuito de se chegar ao amanhecer, às 6h. Para quem opta pela voadeira (embarcação veloz), o tempo de viagem é reduzido para 50 minutos ou 1h, dependendo da condição do regime das águas (cheia e vazante). No caso do rabetá 5.5HP, o tempo é maior, variando em torno das 3h. No Distrito de Santa Tereza do Matupiri, podemos encontrar uma estrutura modesta, com característica similar às demais formações comunitárias às margens de lagos e rios da Amazônia. Na área central da comunidade, situa-se uma igreja e estão construídas modestas casas de comunitários no entorno.

Após reconhecimento e certificação da Fundação Palmares, a luta diária dos comunitários dá-se por uma melhor infraestrutura para a comunidade, pois, até o presente, falta um posto de saúde que atenda à demanda. A realidade do Matupiri é similar a outros povoados da Amazônia, sendo “uma herança dos vários ciclos que capturam a região, impondo modelos com lógicas internas de exclusão. Sobretudo, a negligência do Estado como de executor de políticas sociais e, em casos extremos, de executor de políticas compensatórias” (OLIVEIRA, 1996, p. 186). Nesse particular, a inexistência de infraestrutura e atenção humanizada a pacientes é uma realidade das comunidades quilombolas de Barreirinha. Sem a seguridade biomédica, moradores quilombolas recorrem bastante, ainda hoje, a conhecimentos de medicina tradicional para curar males. Na maioria das vezes se utilizam de ervas, chás e unguentos. São alternativa para o restabelecimento de enfermos. As políticas de exclusão praticadas no interior de Barreirinha são denunciadas por Ranciaro (2004, p. 88):

Através do relato dos ribeirinhos diante da dinâmica social dos acontecimentos vivenciados no seu dia-a-dia, bem como das estratégias políticas propostas pelo poder público local (Prefeitura de Barreirinha), e da proposição de medidas formuladas pelo Governo do Estado, é possível analisar e identificar quais os mecanismos de poder que, articulados entre si, orientam e consolidam o processo de exclusão social nos referidos povoados rurais.

Até a década passada, o Matupiri possuía autossuficiência na produção agrícola e criação de animais, do mesmo modo que os demais distritos da região. Produzia-se cana e maracujá, arrumava-se granja, fazia-se roça de macaxeira, mandioca, arroz e feijão. Hoje, com a presença de fazendeiros e madeireiros no entorno, reduziram-se espaços de cultivo e criações declinaram, inclusive a atividade pesqueira foi proibida por latifundiários, que agiram violentamente, cercando rios com fios condutores de eletricidade. Atualmente, com base em depoimentos de colaboradores do Matupiri, não há incentivo para a agricultura familiar por parte do poder público. Busca-se remediar a ausência, recorrendo a conhecimentos tradicionais, no fomento à produção de café, banana, farinha, cará, macaxeira e batata, além do incentivo a granjas domésticas de galinhas e outros animais de pequeno porte, mas são ações incipientes. Suprem o consumo familiar e da comunidade, e, raramente, quando há excedente, ocorrem vendas para a vizinhança comunitária. A ausência do Estado e de suas ações em Santa Tereza do Matupiri pode ser tomada como um exemplo da atual realidade das comunidades interioranas da Amazônia. Oliveira (1986, p. 184) comenta:

No interior da região, contudo, os processos desencadeados foram se agudizando [...] a falta de dinâmica econômica condenou parte desta população à marginalidade, com a proliferação do subemprego e da miséria familiar. O clima de acumulação primitiva da fronteira, favoreceu o

desrespeito à regulamentação jurídica do trabalho, acarretando semiescavidão, subconcentração e burla de direitos [...].

Populações quilombolas do Matupiri sustentam que a aquisição dominial de territórios incita a retomada de áreas outrora territorializadas. Mas isso só tenderá a ocorrer após a certificação final das comunidades por parte do Incra, o que de fato e de direito outorgará a posse das terras litigiosas a negros na medida em que houver consolidação dos trâmites do processo legal de reconhecimento da área.

Há festividades no distrito de Santa Tereza do Matupiri. Ocorrem a festa da padroeira Santa Tereza D'Ávila, que empresta seu nome ao Matupiri, entre os dias 5 e 15 de outubro; e também a festa em honra a São Sebastião, santo de devoção ou promessa de algumas famílias do local, que acontece em janeiro. Nessas festividades, notam-se a “dança do gambá” e a dança da “onça te pega”, ritmos bailados ao som de tambor rústico, formativos de um conjunto de brincadeiras longevo, de influência da cultura negra na região. Braga (2011, p. 165) destaca que “[...] a dança do gambá toma como referência um instrumento musical confeccionado em tronco de madeira, percutido com as mãos que batem no próprio couro”.

Além dessas questões de cunho cultural, no ano de 2014, moradores das cinco comunidades quilombolas receberam capacitação direcionada para a elaboração de um “mapa social” com ilustrações que representavam as maneiras particulares de ver as comunidades. Foram concebidos conceitos a partir de vivências conflitantes e enfrentamentos com grandes empresários, que os levaram a desterritorialização em suas próprias terras. Na memória e na fala de nossa colaboradora, percebe-se o momento em que foram retirados de suas terras:

Olha, a chegada dos fazendeiros na região foi em 1986. De 82 pra lá, eles começaram a chegar. Chegaram assim, enganando, comprando terreno a troco de um gravador, troco de motosserra, com troco de uma saca de rancho. A primeira venda de terra que teve na área de quilombo foi do seu Benedito Villas Boas que vendeu. Quando ele vendeu esse terreno que era do pai dele, aí ele chegou lá com uma documentação. Eu tinha eu acho uma idade uns dez anos de idade, quando ele chegou [canto do galo ao fundo] com essa documentação de terra e pedindo que o pessoal assinasse aquele documento, que terreno do pai dele, que o pai dele tinha comprado esse terreno. E já tinha assinado o seu Manoel, o seu Madaleno, o seu Roseno, o seu Manoel Eugenio, que outro senhor de lá, dona Neves, o seu Cabral... Quando chegou na casa do meu pai, que o meu pai também ele não era analfabeto, ele lia um pouco né [canto do galo ao fundo] – meu pai era uma pessoa muito inteligente (ele lia) – aí ele pediu que ele ia ler o papel. Aí, ele leu. Aí, ele perguntou assim: - “Rapaz, pra você quer esse documento?” Resposta: - “Não, porque esse terreno era do meu pai, aí eu preciso organizar o documento.” Aí, meu pai disse pra ele: - “Olha, mas pelo que eu sei, o que é do teu pai é essa ilha aqui. Agora, você pega esse mundão de terra aqui não é do teu pai.” O que que ele fez, como os outros já tinham assinado, a assinatura do meu pai pra que ia valer, se ele não fosse assinar. Aí, eu sei, foi... Quando ele... o documento... E foi pra Parintins. Aí, quando ele chegou em Parintins, aí ele pegou e vendeu as terras para o seu Waldemar Queirós. aí começou a entrada dos fazendeiros, em 74 por aí nesse período foi em nesse período que teve a primeira venda de terra dentro das nossas áreas, Aí, depois disso, começou a entrar. Aí, veio, comprou [canto do galo ao fundo]... A primeira pessoa que comprou foi um senhor por nome de “Barbado”. Aí, depois dele, ele vendeu pra outro senhor; aí esse outro cara vendeu já pro Mendes. Aí, o pessoal foram entrando, foram entrando, foram entrando... Quando a gente nem imaginou, a gente sem as cabeceiras, não era mais a gente. Quando eles começaram, tudo bem. Hoje em dia, de ano passado pra cá, ano retrasado pra cá, a gente não podia mas entrar pr’as cabeceiras pra tirar cipó, não podia mais sobreviver da tiração do Ambé, nem da pescaria, que eles mandavam tirar

as malhadeiras de dentro d'água. (Maria Amélia dos Santos Castro, conhecida "Lourdes", 56 anos, agricultora, ex-presidente da federação, articuladora; pesquisa de campo, setembro de 2016).

Ainda hoje, mesmo com o reconhecimento da Fundação Palmares, fazendeiros permanecem nas terras "compradas" no passado dos pais de Dona Amélia, fato este que tenderá a mudar quando houver a titulação que outrora seria expedida pelo Incra com base na Medida Provisória 728/2016 a ser de responsabilidade do MEC. No atual momento, cinco comunidades quilombolas do Andirá ainda aguardam a titulação das terras que lhes darão poder de usufruir de seus espaços.

2. Província do Amazonas: uma área de prática escravista

Na historiografia da Amazônia, Reis (1965) e Araújo (1956) tentam invisibilizar (ou amenizar a visibilidade) a presença negra na região, baseando-se em dados numéricos e populacionais em decorrência de uma agricultura sem grandes impactos econômicos, excluindo a influência cultural nos espaços ocupados. Abreu (2012, p. 25), salienta que:

Mesmo com as dificuldades de conhecer o cotidiano de grupos no período colonial, seja pela característica das fontes, seja pela construção de um paradigma explicativo onde a Amazônia não é escravista e ainda por cima encontra-se na periferia do sistema, grupos de origens étnicas dos mais diversos matizes estão em constante contato, a propriedade de escravos encontrava-se, como já afirmamos, disseminada na sociedade, fato que não se modificará ao longo do século XIX.

Em contrapartida, percebemos estudos acurados sobre a mesma temática no atual contexto, que apresentam outra perspectiva sobre o mesmo temário, outrora alijado a segundo plano. Tais pesquisas apontam importantes ponderações. No Pará, Sales (1976) e Figueiredo (1990) reconstituem e enaltecem a presença negra na região. No Amazonas, Pinheiro (1999) e Sampaio (1997) sugerem o silenciamento imposto pela historiografia tradicional à presença do negro no Amazonas. É dessa forma que balizamos nossos grifos, não levando em consideração plantéis trazidos para a Amazônia. Destarte, a proposta não é ponderar sobre dados estatísticos da população negra, mas sim reconstituir o lastro cultural, quer seja no aspecto cultural, folclórico e nas formações quilombolas. Pinheiro (2004, p. 22) cita: "[...] Anônimos, vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna, não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegurar quaisquer direitos". A população amazonense, no período provincial, era marcada pela miscigenação. E por esse motivo era vista de maneira negativa. O prisma era eurocêntrico. Deusa Costa (1999, p. 29) pondera:

[...] desde o período provincial anseio do poder público era ver o Amazonas povoado por uma população de origem estrangeira. A população indígena nativa e o elemento resultante do processo de miscigenação racial entre os povos das mais variadas nações indígenas, o colonizador português e o negro, isto é, mestiço, eram visualizados de forma negativa na tradição de uma herança perversa do colonialismo europeu.

Sendo assim, supomos que o Amazonas, mesmo com menor quantidade de escravos negros que demais províncias do Brasil, foi cenário de lutas, fugas, interação social e formações de comunidades afrodescendentes no centro urbano (Comarca de Manaus) e nas áreas periféricas municipais até então povoadas (Parintins, Tefé e Maués), onde também se notaram lastros de negritude, não apenas na cor da tez, mas em hábitos culturais, culinários, religiosos, nos cantos e batuques das festas folclóricas de boi e de pássaro. A questão da pessoa negra no Amazonas está fortemente presente em registros de periódicos do século XIX, onde os donos da mão-de-obra que se encontrava em fuga a

descreviam com riqueza de detalhes (cor, profissão) e até mesmo se o escravo fugido havia levado objetos e apetrechos característicos de seu labor diário. Abreu (2012, p. 25) comenta:

Estes anúncios expressavam as ideias de uma classe (a dos proprietários) sobre os escravos (mercadoria, propriedade, e principalmente trabalhadores). Serviram para que construíssemos hipóteses a respeito do complexo fenômeno da racialização e da mestiçagem no Amazonas, mesmo quando a população de escravos não foi numericamente predominante (mas a propriedade de escravos estava disseminada pela sociedade) e a plantation, não era a base econômica na região.

O fator em questão era a perda da “propriedade” ou posse do elemento servil (escravizado) por parte do senhorio, claramente explicitado em anúncios de fugas de escravos, em uma sociedade marcada pela distinção de trabalhadores segundo questões fenotípicas. Em sociedades escravistas do século XIX, conceitos de liberdade e escravidão estavam ligados ao termo propriedade e isso era reafirmado em bases jurídicas (LIMA, 2005). A participação do negro no *modus vivendi* da Amazônia é fato incontestável.

Fugas de núcleos agrícolas do Pará e de fazendas de gado no Nordeste foram vetores para o aporte de negros na cidade de Manaus. No local, eles vendiam frutas e artefatos de madeira, varejo de tabaco e artigos de latão e cobre. Ofereciam serviços de sapateiro, carpinteiros ou ourives (SAMPAIO, 2014). O negro cativo no Amazonas não representou grande plantel, pois para se ter um escravo era necessário ter capital. Não obstante à compra, havia a manutenção da pessoa. O negro foi tratado como artigo de luxo e representação de *status* para senhores abonados (CAVALCANTE, 2013).

Mas o fato de possuir números irrisórios se comparados às outras províncias não exime a Província do Amazonas de práticas escravistas, fato este que não pode passar despercebido, pois não foram pontuais ou rarefeitas as localidades em que essa mão de obra foi empregada. Houve uma espécie de estratégia pensada para atender a necessidades de senhores detentores de posses bem mais vultosas, e com uma economia relevante, em que se fazia necessária a presença do negro como força motriz.

De acordo com o relatório apresentado à Assembleia Provincial do Amazonas em 8 de junho de 1856, a população escrava negra estava assim disposta na região: Municípios da Capital (Cidade da Barra do Rio Negro, Freguesia de Tauapessasú, Freguesia de Airão); Municípios de Barcellos (Villa de Barcelos, Freguesia de Carvoeiro, Freguesia de Moura, Freguesia de Thomar, Freguesia de São Gabriel); Municípios de Silves (Villa de Silves, Freguesia de Serpa); Municípios de Villa Bela (Villa Bela da Imperatriz, Freguesia do Andirá); Municípios de Maués (Freguesia de Canumã, Freguesia de Borba); Municípios de Tefé (Cidade de Tefé, Freguesia de Nogueira, Freguesia d’Alvellos, Freguesia de Alvarães, Freguesia de Amaturá, Freguesia de Tabatinga). Recompondo o cenário da população, identifica-se que, no ano de 1856, a Província do Amazonas possuía aproximadamente 41.819 habitantes, e, dentre esses, 976 escravos, sendo 475 homens e 431 mulheres. Pereira Costa (2016, p. 54), com base em Relatório Provincial, detalha os números.

Tabela 1 – População Escravizada por Município 1856

Município	Adultos		Menores		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Capital	76	102	112	87	377
Barcellos	14	13	11	7	45
Silves	50	51	26	18	145
Villa Bella	62	37	50	31	180

Fonte: Costa (2016, p. 54).

No ano de 1859, com base em relatórios da província, percebe-se que o número de escravos da região de Parintins teve acréscimo considerável, talvez devido ao tráfico interprovincial e a nascimentos. Acrescentamos que a tabela elaborada se refere à Villa Bella da Imperatriz e leva em consideração efetivos de escravos constantes na região do Andirá, especificamente em Freguesia do Andirá, hoje pertencente ao município de Barreirinha. Vê-se presença escrava também no município de Maués, que, geograficamente, tem certa proximidade com comunidades que margeiam o Paraná do Ramos e conseqüentemente com o Rio Andirá, onde hoje estão os quilombos Matupiri, Trindade, Boa Fé, São Pedro e Itaquara.

Tabela 2 – População Escravizada por Município 1859

Município	Adultos		Menores		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Capital	81	96	110	98	385
Barcellos	12	10	10	6	38
Silves	33	31	18	14	96
Serpa	8	15	7	7	37
Borba	45	31	22	18	116
Tefé	27	24	19	21	91
Villa Bella	68	37	54	33	192
Maués	18	29	9	15	71

Fonte: Costa (2016, p. 54).

Por volta de 1872, há nova recontagem do plantel escravo no Amazonas e percebe-se novo crescimento. O total chega a 1.295 indivíduos, mas não são dados confiáveis, o que pode ser identificado em comparações numéricas feitas com mais acurácia. No relatório do Presidente da Província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, de 1883, a mão de obra negra servil estava distribuída tanto na capital como na província: Manaus, Manicoré, Itacoatiara, Maués, Borba, Silves, Parintins e Barcelos.

Inicialmente, de 1848 a 1888 foram encontradas referências à presença negra em 36 documentos. Sendo 7 Exposições, 11 Fallas e 18 Relatórios. Constam nesses documentos vários termos para designar o escravo, eles são: elemento servil, escravos e africanos. Podemos observar que não se faz referências ao termo negro, pois constava na província havia negros que não eram escravos, estes eram designados como “africanos livres”. Durante todo esse período essas eram as designações que constam nos documentos oficiais. Somente após a abolição legal da escravidão no Estado do Amazonas, em 1884, o negro aparece dissolvido, designado também como trabalhador (...) Não constam nesses documentos séries estatísticas sobre a entrada ou quantidade comprada e saída de escravos, quando muito o valor do imposto sob sua venda. Apesar de noticiar a existência do tráfico de escravos, não se tem uma estimativa. São também imprecisas as estimativas da quantidade de escravos existentes na Província. Mas, é possível entrever pistas de que havia proprietários de terras que dependiam da força de trabalho escravo. (FARIAS JÚNIOR, 2007, p. 6).

As dificuldades em apresentar dados assertivos sobre o ano de 1883 são por conta de coletas informacionais inexatas e incompletas por parte dos presidentes de província da época. Mas, grosso modo, verifica-se população aproximada a 1.120 negros escravos,

embora se deva ressaltar que o censo se relaciona ao ano de 1881, divulgado ou usado como contingência atualizada. Daí justifica-se ausência ou confusão em dados do período.

Voltando à questão das subjetividades implicadas à escravidão, cabe afirmar que o comércio de pessoas negras, escravizadas, na província do Amazonas, especialmente em Manaus, era um símbolo de *status*. Mesmo havendo senhores de grandes posses ou senhores de posses mediadas, aqueles que eram “donos de escravos” eram minoria até mesmo na década de 1850. No entanto, mesmo o Amazonas não tendo uma vocação agroexportadora, o número de escravos paulatinamente aumentou após esse marco histórico, fundamentado sob a égide da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que decretava o fim do tráfico atlântico — mas não impedia a compra de indivíduos obrigados à servidão via comércio interprovincial, cuja força de trabalho era utilizada em diversas funções na capital e em cidades do interior do Amazonas.

No segundo quartel do século XIX, em Manaus, vivendo período de efervescência econômica e urbanização, com migrações para a cidade sendo a tônica da época, identifica-se que, com o processo da libertação de escravos sendo efetivado no Amazonas, afrodescendentes buscaram proteção para si e familiares em áreas de mocambos ou quilombos. Procuraram ainda, doutra maneira, firmar-se por meio de compadrios ou afinidades com seus próprios senhores de outrora. A partir disso, projetou-se parcial rede de conformidade. Mas caso essa última possibilidade não se efetivasse, restava fugir e estabelecer laços afetivos, grupos de solidariedade e interação com outros libertos, recriando territórios e espaços de convivência. Os espaços localizavam-se nas proximidades da capital amazonense, em municípios do entorno e às margens do rio Amazonas, o que influenciou no aspecto geopolítico do Estado.

Áreas territoriais ocupadas por negros ganhavam adjetivo que contemplava a origem étnica dos residentes, onde formavam mocambos e redes de afeto. Esses lugares os mantinham livres de seus senhores. Na região de Villa Bella da Imperatriz (antiga denominação da cidade de Parintins), no século XIX, de acordo com o ofício da chefia de polícia da comarca, identificou-se um local onde alguns negros fugidos se amocambavam. Não se sabe onde necessariamente seria esse local, mas atualmente é perceptível a identificação de algumas comunidades rurais cujos topônimos fazem menção à presença negra na jurisdição: Mocambo do Arari, Terra Preta do Andirá, Ilha de Santo Antônio dos Cativos. Cavalcante (2013, p. 86) relata, com base em documentos da província:

Em outras áreas urbanas da província, também se pode verificar a configuração dessas paisagens sociais complexas criadas pelas práticas dos fugitivos, reinventadas no cotidiano, servindo para proteção de desertores e fugitivos. Em Vila Bela da Imperatriz o escravo Maximiano José, “mulato, 30 anos, sem barba, alto, oficial de alfaiate” vivia fugido há mais de dez meses no “Quarteirão do Mocambo”, distrito desta Vila, para onde várias diligências haviam sido enviadas a fim de capturá-lo. Esses lugares constituíam o típico “campo negro”: lugar de conflitos, solidariedades e proteção que marcavam o cotidiano [...] Rotas de fugas, ajuntamentos e mocambos suburbanos revelam as agências e lógicas culturais de africanos e descendentes na construção de espaços de socialização entre fugitivos, desertores, amocambados, libertos, índios.

Não sem dificuldades, negros, apesar de circularem livres, ainda eram subentendidos como escravos pela legislação da época. Eram pessoas coisificadas, a melhor dizer. E isso atesta que o escravismo praticado no Amazonas obedeceu a ritos indicados por diretrizes imperiais. Indivíduos libertos na Província do Amazonas ainda corriam o risco de serem comercializadas por meio do tráfico interprovincial, o que não era incomum ao período. Na prática, esses indivíduos poderiam ser reescravizados e essa era mais uma entre as necessidades para as fugas naquele momento. Isso configurava-se em uma não tão desinteressada libertação para os escravos no Amazonas, que tinha intenções abolicionistas e emancipacionistas. Em um contexto mais acurado, verifica-se que o processo de libertação de escravos no Brasil Imperial estava pautado em ações graduais de

liberdade, talvez com questões intrínsecas e protecionistas de fundo, ou ainda tentando apenas manter um certo equilíbrio na questão econômica e social do Estado. Era um cenário que facultava a senhores de escravos indenizações por parte do Império, por coadunarem com o processo de libertação de seus cativos.

No ano de 1879, nos plantéis de escravizados de Villa Bella da Imperatriz, a região do Andirá figurava nos quantitativos, como é demonstrado no relatório provincial de 1879, adequado em uma tabela específica para melhor entendimento.

Tabela 3 – População Escravizada por Município 1879

Localidade	Homens	Mulheres
Villa Bella	50	36
Andirá	1	1
Conceição	23	36
Total	149	

Fonte: Relatório Provincial de Escravizados em Vila Bella da Imperatriz em 1879.

Nota: Tabela Organizada por Georgio Ítalo.

No ano de 1883, o deputado Joaquim Rocha dos Santos submeteu à Assembleia Provincial Projeto de Lei que propunha indicativas de se promover a entrega de cartas de alforrias para pessoas cativas negras na comemoração do 5 de setembro, data magna da Província do Amazonas. No ano seguinte, o majoritário do Amazonas, Theodoro Carlos de Faria Souto, teve o mesmo propósito de alforriar escravos antes da data comemorativa do aniversário da Província, fato este que se consumou, independente dos percalços e entraves políticos encontrados, fazendo do Amazonas a segunda unidade provincial do Império brasileiro a abolir a escravidão, em 10 de julho de 1884. O Amazonas, portanto, esteve na vanguarda abolicionista brasileira, dado ter libertado todos os seus cativos quatro anos antes que a histórica Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

3. Matupiri: resistência e tradição quilombola

No Quilombo do Matupiri, conforme descrito acima, notamos uma comunidade amazônica com suas idiossincrasias, dispostas na medida em que a ancestralidade negra passou a dialogar com populações locais do Rio Andirá, assimilando muitos hábitos. Das muitas maneiras de resistir a um processo de conquista, quer seja territorial, simbólico e do imaginário, entende-se que manter práticas e costumes pautados em festividades, religiosidades ou espiritualidades tende a ser ato latente de enfrentamento, enfraquecendo a ideia de que teriam sido conquistados, fragmentando-a e mantendo boa resiliência contra o que quer que sobrasse dela. A ação de assimilação era não apenas aparente, mas tinha por meta preservar a essência das pessoas negras. Bruit (1995, p. 168) aponta que:

A simulação foi percebida por certas autoridades, mas aqui aparentemente assinalada como alguma coisa insólita que impedia simplesmente entender os atos dos índios. Um corregedor do Peru informou em 1585 que os índios “usavam suas danças e festas e folias, comendo e bebendo juntos, para ficar bêbados; mas as noutras coisas que fazem não se entendem. É curioso a observação da autoridade que acredita entender as danças, as festas e a bebedeira, e não enumera as “outras coisas” que não se entendem. Que coisas seriam essas? Provavelmente alguns gestos, rituais cotidianos, sinais sobre certos lugares onde escondiam os ídolos e que conheciam, reverências a esses lugares ou a lembranças que a dança e a bebedeira resgatavam [...] Para Las Casas, a simulação escondia o rancor pela destruição e o genocídio; para outros cronistas encobria o desejo e a

intenção de preservar os traços culturais mais queridos, como a religião. Em ambos os casos trata-se de um mecanismo de defesa, de sobrevivência, de deculturação, de resistência, que não foi visualizado nem entendido pelas autoridades nem pela maioria dos espanhóis, que passaram a ser ludibriados politicamente.

Das muitas festividades existentes no Quilombo do Matupiri, que, como descrevemos, tinham por meta a aceitação no seio social como um todo, destacam-se as festas de santos, de boi-bumbá, do gambá, a feira cultural quilombola e as pastorinhas. Eram inicialmente eventos pequenos, mas que representam sentidos múltiplos adornados pelos festejos da comunidade e trazem antigas memórias intrínsecas em seus enredos; e, pelo fato de ainda existirem, podem ser entendidos como atos de resistência histórica. Apesar do já comentado isolacionismo em relação às políticas públicas estatais, a comunidade quilombola, imbuída do seu espírito beligerante — algo que se tornou mais explícito após a reconhecimento pela Fundação Palmares —, fez com que essas outrora tímidas festas ganhassem uma maior amplitude e aceitação por parte da juventude.

Nós temos todos esses impasses de se preocupar em se resgatar as danças culturais da comunidade quilombola: o Jaçanã, a Onça-te-pegá, a Garcinha e o Gambá. Mas o que a gente destaca é a Onça-te-pegá, que já está conhecida aí pra fora. O Onça-te-pegá, as pessoas cantam e as crianças dançam. Umas se vestem de onça e as outras se vestem de veado, que são animais típicos da nossa região. Aqui, então, as pessoas cantam e as outras se vestem e começam a dançar sem par. Sempre que tem eventos na escola ou na comunidade, a gente solicita essas danças, inclusive a gente está levando lá pra Barreirinha, na educação do campo, a ajuda dos alunos pra fazer essa dança da Onça-te-pegá. Então, a gente está resgatando a nossa cultura, que tanta gente nem conhecia e a gente está passando a conhecer, juntamente com os alunos. Só os mais antigos conheciam, e agora não só nós, mas as crianças também estão conhecendo. (Taciara Raquel dos Santos Castro, professora 31 anos, entrevista concedida em 12 de setembro 2016, na Comunidade do Matupiri).

Uma data marcante dentro da Comunidade do Matupiri, hoje, é a feira cultural, realizada em alusão ao Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, quando comunidades quilombolas do Andirá (São Pedro, Ituquara, Trindade e Boa Fé) se reúnem no Matupiri para a realização do evento. Durante a feira, são apresentadas danças (Gambá, Onça Te Pega), artesanatos e comidas típicas que fazem menção à cultura negra. Segundo a professora Taciara Raquel, hoje os comunitários não têm mais vergonha de dizer que são quilombolas e se sentem orgulhosos por sua origem negra.

É uma parceria da comunidade e as escolas, sendo o festival agora final de outubro, porque em novembro a gente vai ter a feira e a gente trabalha. A feira é uma coisa e o festival é outra. A feira da escola geralmente é separada da feira dos remanescentes quilombolas. Ano passado, nós trabalhamos juntos, foi só um dia e essa vez trabalhamos relacionados à cultura dos povos. Já o festival é uma outra data. A gente senta com os professores, o pessoal que está à frente do bozinho, que é da comunidade, e comunitários [...] A gente trabalha na divulgação da cultura também, os trabalhos, os produtos que eles estão produzindo, eles trazem pra divulgar, pra expor. E esse ano a gente está querendo fazer diferente com eles. Nós sentamos pra apresentar, fazer um desfile, ter um almoço com todas as comunidades. Aí, à noite vai ter as brincadeiras entre as comunidade, que é o futebol que não deixa de ser, que é um esporte bastante praticado aqui, que não sai, que é sempre mais forte que tem, que é o esporte... E, à noite, vai ter o desfile da garota quilombola, e a gente quer também ter um baile dançante à noite... Mas, durante a manhã, vai ter a exposição dos produtos das comunidades: cada um vai ter um grupo, fazer sua barraca e expor.

(Tarciera Raquel dos Santos Castro, professora 31 anos, entrevista concedida em 12 de setembro 2016 na Comunidade do Matupiri).

Percebe-se, no depoimento de nossa colaboradora, a preocupação que a escola da comunidade do Matupiri tem em resgatar antigas brincadeiras presentes na memória das pessoas mais velhas, que sempre fazem menção a esse tempo, época que até o término do trabalho de um puxirum era sinônimo de festa, ocasião em que se tocava o Gambá e dançava o restante do dia. Talvez soasse como uma celebração pelas atividades do roçado (destoca ou plantio), as quais tivessem sido profícuas, sem qualquer anormalidade, onde todos houvessem se empenhado para que a empreitada desse certo. A reconstituição desses momentos é inclusa como atividade didática, de sala de aula, concernente a uma atividade teatral que revive antigos momentos festivos do Matupiri.

De acordo com a professora Tarciera Raquel, trata-se de um projeto chamado “Educação do Campo”, por meio do qual se adota a própria realidade como exemplificação didático-pedagógica, pois atende a anseios de comunitários e alunos, não como uma visão de funil, mas se busca a valorização do senso de pertença para o posterior conhecimento da realidade de outros lugares; e isso tem contribuído para que a identidade seja construída gradativamente. O fato de os professores e as professoras serem quilombolas é uma ajuda superlativa no desenvolvimento cultural da comunidade, pois no atual contexto a escola não fica mais sem esses profissionais, um fato este que ocorria muito no passado. Nossa colaboradora relata:

Olha, a gente tem 15 professores e, antigamente, eles chamavam professores de fora pra lecionar aqui. Assim é o termo que eles usavam. Então, vinha de fora os professores. Hoje não, nós temos dentro de nossa comunidade mesmo. São filhos da terra mesmo. São poucos que não são daqui, e já tens uns em formação em inglês, pedagogia, geografia, história, e outros que estão concluindo também. O número de professores aumentou muito, e de alunos também, e hoje nós temos 380 alunos divididos em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Então, hoje nós temos um grande processo educacional que já avançou. Antigamente, tinha até o nono ano e, antes disso, era até o quarto ano, e tinha que ir daqui pra estudar em Barreirinha, em Parintins. Hoje, eles estão agora aqui na nossa vila. As crianças não precisam mais se deslocar de sua terra natal pra outras cidades e inclusive existe aquele impacto, aquele apoio que não tem lá fora. Alguns desistiam e voltavam pra comunidade e ficavam um tempo sem estudar e, hoje, nós já temos bastante alunos e são poucos os que não têm o segundo grau completo. (Professora Tarciera Raquel dos Santos Castro, 31 anos, entrevista concedida em 12 de setembro 2016 na Comunidade do Matupiri).

Há sinalização e vontade da equipe gestora de se criar uma Proposta Pedagógica que atenda às necessidades e interesses de todos, pois, de acordo com a professora Tarciera Raquel, assim como existe na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) uma Coordenação de Educação Escolar Indígena (PNE nº 10.172/2001), no município de Barreirinha, a mesma entende que é imperativo que também exista uma Coordenação de Educação Quilombola.

[...] Sim, a gente tem, inclusive, os professores que já pediram para a gente colocar o currículo lá no Setor Pedagógico. Quando tiver Encontro Pedagógico pra gente colocar, pra gente trabalhar na escola, trabalhar na Cultura Quilombola, que não pode deixar jamais que seja esquecida pela nossa comunidade. Já tínhamos conversado e estamos voltando pra conversar novamente, pra ver se a gente pode lutar por um espaço na secretaria de educação de ter o setor quilombola. E já que tem o [setor] dos indígenas, nós queremos ter um espaço nosso lá também. (Professora

Tarciara Raquel dos Santos Castro, 31 anos, entrevista concedida em 12 de setembro 2016 na Comunidade do Matupiri).

Essa preocupação não é irrisória, pois desta forma as Comunidades Quilombolas do Andirá terão um respaldo formal, conforme preconiza a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Pelo entendimento dos professores do Matupiri, seria uma Educação Escolar Quilombola, e não somente uma mera adaptação do modelo escolar nacional, que até 2003 excluía a História Africana. Pela LDB (1996, p. 20-41), é notório o disposto:

Art. 1º A lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26 –A, 79-A e 79-B: Art 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. §1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Essas reivindicações são sempre fundamentadas a partir de informações acadêmicas, leituras de mundo, autodeclaração e valorização cultural, e, apesar da fala branda, percebe-se na persona da professora Tarciara Raquel uma nova liderança dentro da Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri. Em uma caminhada pela comunidade, ela nos ciceroneou e em uma conversa informal, durante o trajeto para conhecer moradores, nos falou que está pesquisando a história daquele lugar, pois percebe que há muita variabilidade sobre muitos fatos. Por exemplo, um deles é sobre o surgimento do Matupiri. Segundo seu prisma, a publicação de um livro com a perspectiva de uma mulher quilombola, sobre o seu próprio espaço de nascimento e vivência, dará um sentido unívoco e muito mais efetivo a respeito das muitas histórias do Quilombo de Santa Tereza do Matupiri.

3.1 Festas de santos: promessas originárias de resistências

Uma das festividades que também atravessa o tempo, e talvez seja tão antiga quanto a própria comunidade, seja a festa de santo. E não há uma apenas. Há variadas. Elas possuem traços do catolicismo bem marcantes na maioria das cidades amazônicas e no Quilombo do Matupiri não é exceção. Grosso modo, não se pode falar sobre o processo de conquista da Amazônia sem mencionar as ordens religiosas que se estabeleceram na região, bem como as formações de missões ao longo dos rios da Amazônia, que em muitos casos originaram as cidades contemporâneas e que, no seu surgimento ou seu ínterim, foram consagradas a algum santo católico, como assinala Maués (1995, p. 72):

As crenças do catolicismo de fontes ibéricas se mesclaram com crenças indígenas e africanas, contribuindo para o desenvolvimento das festas populares de santos (com aspectos profanos nem sempre de agrado das autoridades laicas e religiosas), das práticas de feitiçaria, dos aspectos demoníacos, das orações fortes, das pajelanças e dos calundus.

A conquista espiritual da Amazônia ocorreu devido a todo um trabalho de cristianização das ordens religiosas: mercedários, capuchinhos, franciscanos e jesuítas,

sendo que estes últimos executaram um trabalho de grande persuasão entre os povos indígenas da Amazônia, tendo sua história marcada por expulsões e retornos à região. A presença religiosa, e principalmente a jesuíta, portanto, teve importância capital no que tange à expansão e resguardo das terras conquistadas e catequizadas sob a égide da Coroa. De acordo com Mello (2009, p. 251-252):

Consideramos as Juntas das Missões Ultramarinas como desdobramento importante do projeto de conquista português de “dilatação da Fé e do Império”. Funcionavam as Juntas como mecanismo ideal para regular as atividades missionárias, como já salientamos nas atribuições e competências no capítulo antecedente, mas também como agentes mediadores das políticas coloniais [...] Muito embora a estratégia de evangelização dos índios proposta pelas ordens religiosas atuantes na América portuguesa, principalmente os jesuítas, tenha entrado diversas vezes em conflito com os colonos e com o clero secular, não se pode negar que as missões desempenharam um papel importante um papel importante como ‘unidades de ocupação’ e de defesa do território ultramarino.

O processo de conquista territorial empreendido tanto por Espanha quanto por Portugal sempre se utilizou da mão de obra religiosa, ou seja, de missionários que estavam presentes em quase todas as expedições realizadas por essas duas Coroas. Tanto que muitos dos relatos conhecidos nos dias atuais sobre a colonização da América (Las Casas), ou mais especificamente sobre o Brasil e a Amazônia, foram grafados nos diários de alguns missionários, e nesse caso citamos Acuña e Fritz, dois agentes do messianismo na região. Igualmente, Frei Gaspar de Carvajal esteve na embarcação de Francisco de Orellana. Foram homens, por exemplo, que, apesar das subjetividades em seus relatos, deixaram suas impressões sobre o processo de ocupação territorial e espiritual da Amazônia. Silva (2004, p. 35) dispõe:

Os religiosos acompanharam as expedições espanholas, portuguesas e francesas. Como ação interventiva da conquista e da colonização ibérica são também os organizadores das aldeias, primeiros aglomerados populacionais criados sobre agrupamentos originários. Cada lote definido na competição mercantil era um espaço conquistado para colonização espiritual.

As ordens religiosas, como basicamente também ocorrera no *front* de batalha por território, eram guiadas no sentido de terem uma relação proximal com os povos originários. Na ação de aproximação a ameríndios, muitas vezes paladinos da evangelização logravam êxito, mas em diversos momentos a catequização enfrentava resistência por parte dos étnicos, que não aceitavam a fé católica e, como retaliação, reagiam a essas investidas da cristandade, chegando a saquear e queimar capelas e imagens de santos. Pinto (2006, p. 125) enfatiza:

Os seus próprios relatos, entretanto, nos fornecem elementos suficientes para concluirmos que essas relações entre índios e missionários eram fortemente marcadas por manifestações de resistência que iam desde a habitual recusa ao batismo e a participação em atos religiosos e a aceitação dos sacramentos, até a destruição de capelas e igrejas, profanação de objetos sagrados e violência contra a pessoa dos padres que, em muitos casos, culminaram com o assassinato.

Apesar de algumas ações com resultados negativos, ainda assim uma das influências marcantes do catolicismo na Amazônia é a “Mariologia”, a devoção dos povos amazônicos à Virgem Maria. O Círio de Nazaré, em Belém do Pará, é uma das maiores expressões “Marianas” das Américas, similares à “Aparecida” no próprio Brasil e

“Guadalupe” no México. Muitas cidades no rincão da hinterlândia são devotadas à doutrina cristã católica. Neves (2010, p. 14) acentua:

A presença da Virgem Maria na região Norte está ligada diretamente às ordens religiosas no período da colonização. Nesse período, o trabalho de catequizar empreendido, principalmente, por carmelitas, jesuítas e mercedários, teve um papel fundamental não só na formação de quase todos os povoados no Rio Negro como também na solidificação do nome da mãe de Jesus. Para se ter uma ideia da forte influência dessas ordens, os carmelitas chegaram ao Rio Negro em 1695 e, nas cercanias do Forte de São José, levantam a Capela de Nossa Senhora da Conceição, feita de madeira, barro e palha. Feito isso, tomam a Virgem como padroeira do núcleo que, futuramente, constituiria a cidade de Manaus, fundada a partir da fortaleza São José do Rio Negro (...) De Belém a Manaus, da ocupação da Bacia Amazônica à exploração de leste a oeste da Amazônia, a Virgem foi sempre louvada.

Nesse contexto, iniciado no período colonial, e que se espalhou pela Amazônia, situamos as festas de santos católicos, sendo que os mais populares na região do Baixo Amazonas são exatamente as três divindades cultuadas no Quilombo do Matupiri: Santa Tereza D'Ávila, São Sebastião e a Santíssima Trindade. Segundo relatos de moradores entrevistados, as festividades remontam ao surgimento da comunidade, e os próprios quilombolas foram os construtores da Igreja de Sebastião, que fica na primeira “Cabeceira da Campina”, no Matupiri, sendo avistada assim que se chega à comunidade por via fluvial.

Ela é desde o começo da comunidade, só que ela mudou, ela começou feita de palha, depois foi feita de barro, e de barro ela já passou pra estrutura de cimento. Mas a [canto de galo ao fundo] coluna dela é feita de argila, e eu ainda carreguei esse tijolo que o meu pai e meus tios faziam, aqueles tijolos de barro assim, inteiro, né. Eles faziam aquelas caixinhas assim, e quando ficava seco, aí eles botavam pra gente carregar, pra lá pra fazer a igreja. Não tinha tijolo. Eles eram feitos de adubo [canto de galo ao fundo]. Foram feitos pelos próprios moradores lá, que eram meu avô, meu pai, meus tios, minhas tias, e tudo eles se juntavam e faziam pra aquela igreja de São Sebastião e de Santíssima Trindade. Eles vieram do princípio, porque eles adotaram esses dois santos. Depois, veio a Santa Terezinha, que eles arranjaram e ela ficou. Aí, foi esse tempo que veio os padres, e, antes disso, só era o São Sebastião e a Santíssima Trindade. Está funcionando, sim, ela funciona mais no mês de janeiro, mas sempre a gente dá um lembrete, inclusive quinta-feira teve limpeza na área da frente. Quem atende pela paróquia [fazendo pergunta a outra pessoa] é esse Pe. Carlos Caridade por que agora faz um tempo que não recebemos visitas de padre, mas a relação, graças a Deus, é boa. Por isso eu digo assim: nós temos duas igrejas, sendo duas católicas e uma adventista, mas tudo cuida do que é seu, não tem briga não tem desavença por causa de religião, porque, até por conta de religião, pra mim é uma coisa inútil né, porque é um só Deus, né. Por que brigar? (Maria Amélia dos Santos Castro, conhecida como “Lourdes”, 56 anos, agricultora, ex-presidente da Federação Quilombola, articuladora, entrevista concedida em 10 de setembro 2016 na Comunidade do Matupiri).

De acordo com a fala de Dona Maria Amélia, houve a substituição do padroeiro da Comunidade do Matupiri e isso ocorreu a partir da presença efetiva da Igreja Católica, que secundaria as duas divindades já cultuadas pelos comunitários e instituiria Santa Tereza D'Ávila como nova padroeira. Mas os moradores devotos de São Sebastião, ao que parece, aceitaram tal mudança em parte, pois continuaram a realizar as festividades do santo, que soou como um processo de resistência a essa imposição. Sendo assim, a Festa em honra a São Sebastião passou a ser celebrada em dois momentos distintos: na igreja homônima e

em um rito de Santo de Promessa, promovido pelos quilombolas. Concomitante aos ritos católicos, moradores do Matupiri também realizam a sua profissão de fé, no festejo a São Sebastião, indo para as matas retirar um tronco de “marupá” ou “molongó” (madeira leve) com aproximadamente 10 metros de comprimento. O tronco é enfeitado com flores, frutos e palhas, sendo erguido por todo o período em que a festa dura. Galvão (1976, p. 52) indica que “[...] um varão de sete a oito metros que se prepara em uma das roças próximo à cidade. No dia nove os devotos o levavam em procissão até a frente da igreja onde era plantado, em meio de música e foguetaria. Promesseiros derramavam água na base do mastro”.

Atualmente, com a festa de São Sebastião, o santo passou a ser o padroeiro dos quilombolas, pois a ele se penhorou um pedido espiritual de que, se a comunidade fosse atendida, a festa seria realizada nos moldes de antigamente. De acordo com a colaboradora Dona Amélia, o pedido feito a São Sebastião foi que o processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas ocorresse sem maiores problemas e fosse favorável a moradores dos Quilombos do Andirá. Com o pedido atendido, devotos passam a ter a obrigação de cumprir a promessa, pois de certa forma o que está em jogo é a honra de todos os moradores dos quilombos. As festividades a São Sebastião em Matupiri têm característica de novena, pois, como o próprio nome diz, são nove dias. É uma comemoração que exige determinado tempo de preparo e realização. Os detalhes são relatados por nossa colaboradora.

Olha, as festividade, nós temos as festas religiosas, onde a escola faz parceria com a comunidade, o presidente, e também o presidente de igreja e o presidente administrativo, tem sempre reuniões com os comunitários e as autoridades da comunidade pra decidir quando vai ser a festa e de que forma. Divide-se as esquipas e a escola não deixa de participar desses eventos. Assim também, quando a escola tem seus eventos, a comunidade participa, que é o bozinho da escola, gincana cultural, a gente tem feito também a consciência negra. E também o ponto das festividades é a festa de Santa Terezinha, que é a padroeira da comunidade, que geralmente acontece em outubro, dia 15 de outubro; e a de São Sebastião, que é considerado o padroeiro dos quilombolas, e essa festa de São Sebastião é em janeiro. Então, nós temos três festas, São Sebastião, santíssima Trindade e a de Santa Terezinha. São os eventos religiosos. E a gente tem outros eventos que a gente está realizando na comunidade, que são os campeonatos, que é campeonato da comunidade, campeonato da escola, festival da escolinha e a festa quilombola que irá se realizar dia 20 de novembro. (Professora Tarcia Raquel dos Santos Castro, 31 anos, entrevista concedida em 12 de setembro 2016, na Comunidade do Matupiri).

Tradicionalmente, a festa em honra a São Sebastião, conhecido “Santo Guerreiro”, ocorre de 12 a 20 de janeiro, e é exatamente por esse período que a igreja recebe uma pequena reforma, para receber devotos, pagadores de promessa e demais moradores das comunidades circunvizinhas ao Matupiri. Durante os festejos, acontecem novenas, torneios de futebol, festas dançantes, vendas de comida e leilões. Para a realização, não há ajuda financeira externa, as despesas são de responsabilidade dos moradores da comunidade do Matupiri.

Para o desfecho da festa, existe a derrubada do “Mastro do Santo”, ocasião em que moradores se reúnem e tanto crianças quanto adultos tentam pegar algum prêmio, brinde, fruta e em algum momento uma certa quantia em dinheiro. Objetos ou guloseimas ficam pendurados no mastro pelo período de realização da festa. Mas a derrubada não seria o momento final da festa. Tem um momento em que os quilombolas chamam de “Festa do Arranca Toco”, visto que o “Mastro do Santo” é derrubado com golpes de machado e somente a parte superior é retirada. A base do mastro permanece enterrada e, no dia seguinte, devotos, moradores e pagadores de promessa se reúnem para desenterrá-lo. Como já se encontram reunidos, aproveitam o ensejo e a estrutura existente da festividade

em honra ao santo de promessa e realizam comemoração dançante na Comunidade Quilombola do Matupiri. Percebe-se a descrição desses momentos nas falas de nossa colaboradora.

A festa do padroeiro, nós escolhemos um padroeiro pra ser o padroeiro dos quilombolas, é o São Sebastião, dia 20 de janeiro, e a padroeira da comunidade é Santa Terezinha, que começa dia 5 de outubro, e de 5 vai até dia 15, e do São Sebastião vai de 12 a 20 janeiro e no dia 20 ainda tem o “arranca toco”. Nós temos mais uma padroeira que a gente festeja, e às vezes festejamos também em junho, que é a santíssima trindade. Isso no Matupiri mesmo. E nós não temos a igreja dela, ela usa a igreja da padroeira. (Maria Amélia dos Santos Castro, conhecida como “Lourdes”, 56 anos, agricultora, ex-presidente da Federação Quilombola, articuladora, entrevista concedida em 10 de setembro 2016 na Comunidade do Matupiri-Andirá/AM).

A festa de São Sebastião foi descrita exatamente por ser um dos mais antigos encontros coletivos animados da Comunidade do Matupiri, e, depois que ganhou *status* instituído como Santo de Promessa dos Quilombolas, ou, melhor dizendo, o santo da vitória da conquista dos direitos quilombolas, a relação apenas se estreitou. Mesmo quando ocorreu a mudança de padroeiro, a manutenção dos festejos a São Sebastião foi intrinsecamente entendida como verdadeira forma de resistência, pois é ele quem guia quando não se tem mais a quem recorrer. Segundo os quilombolas, São Sebastião intercede por eles, pois se trata de um santo que foi soldado, e, portanto, é indelével e afeito a questões beligerantes, similares à luta por terras que os quilombolas do Rio Andirá vêm travando junto à Justiça ao longo dos tempos.

Ao presente momento, quilombolas do Matupiri ainda aguardam a titulação de suas terras pelo governo federal, o que seria a última ação após o reconhecimento. Desde o governo golpista, de 2016, a União vem postergando essa oficialização. Enquanto isso, moradores do Matupiri resistem bravamente, fazendo de seus dias uma revolução cabana.

4. Considerações finais

De acordo com o exposto, percebe-se uma Amazônia diferente da versada pela historiografia tradicional, que alcunhava a região rarefeita da presença negra, pois apenas levava em consideração plantéis trazidos às Províncias do Norte. Dava-se mais relevância aos dados estatísticos, ignorando a influência de todo um universo cultural que influenciou as populações amazônicas, quer sejam tradicionais não indígenas e quilombolas.

A articulação das populações quilombolas do Amazonas vai de encontro à ideia de que o Amazonas era uma área de baixíssima presença negra. Fato este que foi desconstruído a partir dos anos 2000, quando oito comunidades quilombolas em diferentes localidades amazonenses foram reconhecidas. Dentre esse reconhecimento da Fundação Palmares, ilustramos as cinco comunidades quilombolas do rio Andirá, ante as quais demos destaque para a Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, núcleo populacional que, de acordo com os relatos de moradores mais velhos, foi o local onde se iniciou o quilombo do Matupiri.

A Comunidade Quilombola do Matupiri atravessou o tempo mediante processos de ressemantização, modificando-se de quilombo local para translocal. Além disso, seus integrantes buscaram ainda formação via estudos formais, escolares e universitários, indo a centros urbanos do entorno em busca de conhecimento. Não se tratou de fuga ou alienação. A ação teve como meta identificar saberes e oportunidades para se defender, para lutar por suas terras e seus direitos ideológicos. Em Matupiri, viver e festejar sua liberdade, seus santos, plantios e colheitas são ações entendidas como atos de resistência.

E são exatamente essas ações, esses atos de resistência, que hoje, no Matupiri, fazem frente ao tratamento com descaso por parte do novo governo federal, mesmo após o reconhecimento pela Fundação Palmares. As titulações de terras que deveriam ter sido entregues após 2013 não chegaram até os quilombolas, em claro ato de deslegitimação da história. Os comunitários não possuem o mínimo de infraestrutura (esgoto, água encanada, coleta de lixo, UBS, transporte escolar), sem mencionar em uma escola que atenda a demandas de alunos das comunidades do entorno.

Ademais, a visão geografista e biólogo (ALMEIDA, 2017) coloca a pessoa amazônica aquém dos princípios garantidos pela Constituição do país, que por esta vasta região é quase letra morta. Todavia, mesmo com a marginalização por parte do governo, o espírito revolucionário cabano ainda vive em terras de Santa Tereza D'Ávila do Matupiri.

Referências

- ABREU, Tenner Inauhiny de. **“Nascidos no Grêmio da Sociedade”**: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889). 2012. Manaus: Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Introdução; Quilombo: terra e problema. In: **Jamary dos pretos**: terra de mocambeiros (Projeto Vida de Negro). São Luís: SMDDH/CCN- PVN, 1998. Coleção Negro Cosme, vol. 1. p. 13-25.
- _____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- _____. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan./abr. 2012.
- _____. **Os quilombolas e a base de lançamento de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.
- _____; RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha, Amazonas. Manaus: UEA, 2014.
- AMÉLIA, Maria. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola**: vida, luta e resistência! Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.
- ARAÚJO, André Vidal. **Introdução à sociologia da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer; Edua, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Brasília, DF: MEC/SEB, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2004.
- CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Fugindo, ainda que sem motivos: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial, In: SAMPAIO, Patrícia M.(Org.). **O fim do silêncio**. Presença negra na Amazônia. Belém: Açai/CNPq, 2011.
- _____. **“Uma viva e permanente ameaça”**: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850- c. 1882). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no Médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf Gráfica e Editora, 2009.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. Escravos nos anúncios: compra, venda e aluguel de cativos em Manaus (1854-1884). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2014 Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

_____. **Escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (séculos XVII e início do XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **O governo dos sertões**. Açúcar, aguardente e índios na Amazônia Colonial. Texto apresentado no Seminário de Estudos Coloniais/UFGA, outubro de 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**. Memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão; VERGOLINO, Henry, Anaíza. Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém. *In*: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA; Antropologia, 1966, Belém. **Atas**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa, 1966. v. 2.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vila de Itá, Baixo Amazonas. 2. ed. São Paulo; Brasília: Ed. Nacional, 1976.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardiã Resende et. al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LIMA, Marta Goreth Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto. Populações tradicionais e conflitos na Amazônia. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 107-119, jan./jun. 2007.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.

MAUÉS, Raimundo Herald. **Padres, pajés, santos e festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém: Cejup, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola 1996.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **Fé e Império**: as juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

NEVES, Soriany Simas. **Interrelações entre mídia e cultura popular**: as Pastorinhas de Parintins a partir da lógica das micro e macro redes comunicacionais. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

_____. Entre o profano e o religioso. **Amazonas Faz Ciência**, Manaus, n. 16, abr./jun. 2010. Entrevista concedida a Luís Mansueto.

- NEVES, Auricléa Oliveira. Virgem Maria do Mundo para a Amazônia. **Amazonas Faz Ciência**, Manaus, n. 16, abr./jun. 2010. Entrevista concedida a Marcelo Vasconcelos e Camila Carvalho.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Perfil das condições de vida na Amazônia. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 12, n. 2, p. 181-202, jul./dez. 1996.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Terra das Águas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- POZZA NETO, Provino. **Ave Libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá**: memória do cotidiano e representações sociais. Manaus: EDUA, 2004.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O negro na empresa colonial portuguesa. In: **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965
- ROCHA, João Marinho. Cultura, memória e identidade quilombola: narrativas orais sobre as festas populares da Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-Amazonas. In: CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE HISTÓRIA ORAL, 2., 2013, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 2014.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas**. Impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. 2013. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Floresta Negra: A experiência e os impactos da escravidão africana na Região Amazônica. **Carta Fundamental**, São Paulo, p. 28-31, 19 nov. 2014.
- _____. Por uma história da escravidão africana e da presença negra na Amazônia. In: **O fim do silêncio**. Presença negra na Amazônia. Belém: Açaí; CNPq, 2011.
- _____. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: **O fim do silêncio**. Presença negra na Amazônia. Belém: Açaí; CNPq, 2011.
- _____. Escravidão e liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. In: ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/53.53.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2008.
- _____. **Os fios de Ariadne**: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado Amazonas; Uninorte, 2004.
- SILVA, Júlio Cláudio. Memória e identidade nos relatos dos quilombolas da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha, Amazonas. In: CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE HISTÓRIA ORAL, 2., 2013, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 2014.
- SILVA, Jamily Souza da. A Festa de São Benedito no Bairro da Praça 14. In: **O fim do silêncio**. Presença negra na Amazônia. Belém: Açaí; CNPq, 2011.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Fontes orais: pesquisa de campo

Maria Amélia dos Santos Castro, 56 anos, ex-presidente da Federação Quilombola, Articuladora, moradora da Comunidade do Matupiri. Entrevista realizada em 10 e 12 de setembro de 2016.

Tarciara Raquel dos Santos Castro, 32 anos, professora. Entrevista realizada em 10 e 12 de setembro de 2016.

Recebido em agosto de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

AS ECONOMIAS POLÍTICAS NACIONAIS VIVENCIADAS POR GEORG FRIEDRICH LIST

THE NATIONAL POLITICAL ECONOMIES EXPERIENCED BY GEORG FRIEDRICH LIST

*Flavia Maria Morais Lazzaretti**
*Júlio Eduardo Rohenkohl***

RESUMO: O presente artigo – por meio de pesquisa fundamentada na leitura das principais obras de Georg Friedrich List, Esboço da Economia Política Americana e Sistema Nacional de Economia Política, e em contribuições recentes de historiadores econômicos – tem como objetivo principal descrever a trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América do século XVIII a meados do século XIX. Para alcançar este objetivo, foi efetuada uma comparação entre as descrições e interpretações dos diferentes autores. Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983, 2009) e as interpretações dos demais historiadores econômicos quanto à evolução das forças produtivas nacionais. Os complementos aos relatos de List dão conta de que: a) a Inglaterra era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital para as nações mais atrasadas; b) a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983); e, c) os trabalhos de Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam informações objetivas que permitem precisar que a agricultura alemã teve a sua produção condicionada a normativas feudais da Idade Média até a metade do século XIX. Dentre os principais aspectos das economias nacionais vivenciadas por List estão a nação e as forças produtivas, interligando os setores agrícola, industrial e comercial.

PALAVRAS-CHAVE: List. Nação. Forças produtivas.

ABSTRACT: This article – through research based on the reading of the major works of Georg Friedrich List, Economy American Policy Outline and National Economic Policy System, and recent contributions of economic historians – has as the main aim to describe the development path of England, Germany and the United States of America from the eighteenth century to the mid-nineteenth century. To achieve this aim was made a comparison between the descriptions and interpretations of different authors. There was a significant similarity between the content presented by List (1983, 2009) and the interpretations of other economic historians regarding the development of national productive forces. In additions to List's reports realize that: a) England was the overflowing source of productive knowledge and capital to the most backward nations; b) tariff protection was not as important to national development as was supposed by List (1983); and c) Tilly's (1978) and Philip's (1980) works provide objective information that allows to specify that German agriculture had its production conditioned by feudal norms from the Middle Ages to the mid-nineteenth century. Among the main aspects of national economies are the nation and the productive forces experienced by List, linking the agricultural, industrial and commercial sectors.

KEYWORDS: List. Nation. Productive forces.

* Mestre em Economia e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: flaviamlazzaretti@gmail.com.

** Professor doutor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: julioroh@gmail.com

Introdução

A importância da Nação como instância de debate e execução de estratégias de desenvolvimento econômico é tema de investigação acadêmica há mais de século. Um dos recortes analíticos mais recentes e importantes a tocar na temática é o Sistema Nacional de Inovação. O conceito foi criado em meados dos anos de 1980, quando tomava corpo a tese sobre a aceleração da globalização econômica. A capacidade inovativa de um país ou região é vista como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais, e reflete condições culturais e institucionais próprias. É reconhecido que o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação é tributário das ideias de Georg Friedrich List (FREEMAN, 2004, p. 541-569; CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 34-45). A produção do economista germânico também influenciou a produção de autores ligados à Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A visão cepalina aponta que a ruptura com um padrão de especialização na produção e exportação de produtos primários ocorreria a partir da incorporação e disseminação da industrialização nas economias nacionais (BIELSCHOWSKY, 2000; CASSIOLATO; LASTRES, 2005; FONSECA, 2000; COSTA, 2012).

Georg Friedrich List nasceu em 1789, em Wurttemberg, na Alemanha e, em 1817, ingressou muito jovem na administração pública na localidade de Wagenheim. Em 30 de novembro de 1846, aparentemente por suicídio, morreu em Kufstein, Alemanha. Sua obra e vida se integraram em propostas revolucionárias na forma de ação contínua em diferentes setores e países. A magnitude da vida de List pode ser dimensionada nos estudos, nos empreendimentos e na política, como agitador, jornalista, homem de negócios e teórico (BUARQUE, 1979, p. VII).

List (1983) discutia medidas para o desenvolvimento de algumas nações atrasadas mediante a harmonia no desenvolvimento da indústria, agricultura, comércio e demais serviços, assim como do poder político e riqueza da nação. Nesse aspecto, ocorreu, por parte do autor, uma análise crítica a alguns economistas clássicos, como Smith, Ricardo e Say⁴⁵, que não atribuíram tanta atenção às especificidades locais, à técnica e às aptidões intelectuais das pessoas no crescimento das nações.

List difere dos economistas clássicos por trazer uma perspectiva econômica estrutural das nações, associada ao um contexto mais amplo da realidade social e global, que se baseava em uma configuração histórica e espacial. Entre suas contribuições, está a centralidade da Nação como unidade de análise e de *locus* do processo de desenvolvimento e o conceito de forças produtivas, as quais derivam das forças físicas e mentais das pessoas; das condições e instituições sociais, políticas e locais; das produções materiais de atividades agrícolas, industriais e comerciais. List descreve que cada nação é produtiva somente na proporção em que souber apropriar-se das conquistas das gerações anteriores e as fazer crescerem por seus próprios recursos, na medida em que as potencialidades naturais de seu território e sua posição geográfica sejam articuladas com a formação técnica do capital humano e com uma institucionalidade de propriedade tangível e intelectual que proporcionem maior valor agregado à produção. Este esforço tem de ser politicamente articulado e demanda tempo. Ao final do processo, surge uma ligação complementar entre as espécies de produtos agrícola e minerais, bem como de sua escala de fornecimento e de sua qualidade, com o processamento industrial e, por sua vez, com as áreas de especialização comercial da economia. Esta tessitura de relações técnicas e econômicas estrutura as vantagens competitivas nacionais.

⁴⁵ Para os clássicos, o interesse individual corresponde ao interesse geral, e deve-se deixar plena liberdade de ação aos interesses privados no sistema para obter, como consequência, a satisfação do interesse do indivíduo e da sociedade. O indivíduo é o único apto para discernir e buscar satisfação de seu próprio interesse. A especialização produtiva e as vantagens competitivas regionais ou nacionais emergem sem maiores explicações de sua constituição, decorrem de posição geográfica e interesse espontâneo das pessoas, surgem como elementos dados a determinar as especializações produtivas e comerciais das nações.

Para List (1983), a abordagem cosmopolita dos autores clássicos – aquela que analisa uma economia mundial aberta e com especialização das produções nacionais segundo vantagens comparativas produtivas e a despeito das diferenças de desenvolvimento entre as nações –, se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade igualitária, enquanto a Economia Política relevante é a doutrina de como determinada nação, na situação atual do mundo e nas suas próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas.

Introduz-se o pensamento de List por meio de uma releitura das trajetórias de desenvolvimento das três nações às quais ele dedicou mais atenção. Objetiva-se identificar aspectos centrais da trajetória de desenvolvimento de Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América entre o início do século XVIII e a metade do século XIX. Acrescentam-se aos relatos de List (1983, 2009) descrições de autores contemporâneos que se debruçaram sobre a história dessas nações a fim de obter um quadro mais completo dessas economias nacionais do que o originalmente apresentado.

Da produção da obra⁴⁶ de List à contemporaneidade, os estudiosos de história econômica coletaram novas informações sobre a indústria, a agricultura e o comércio das nações para o período investigado. Novas informações, organizadas com um distanciamento maior aos eventos, de modo a observá-los após a repercussão total de seus efeitos, trazem a oportunidade de rever as trajetórias de desenvolvimento nacionais e descrevê-las com maior robustez e serenidade. Mesmo sem exaurir a cobertura do tema, a descrição das trajetórias de desenvolvimento com informações complementares e olhares modernos renova a comunicação e contribui para o reestudo deste economista na medida em que é facilitada a apreensão de suas ideias.

List (1983, 2009) argumentou reiteradas vezes que o poder e a riqueza de uma nação decorrem da concatenação harmônica entre os setores agricultura, indústria e comércio. O amálgama entre os setores é proporcionado pelo desenvolvimento intelectual das pessoas, pela rede de transportes e comunicação e pelas iniciativas governamentais. O desenvolvimento das forças produtivas seria percebido pela coordenação virtuosa entre os três setores. O objeto da comparação foi delimitado por uma noção operacional de desenvolvimento⁴⁷, especificada para este trabalho, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando há aumento de produção e renda a partir da organização produtiva entre os setores econômicos agricultura, indústria e comércio. Como contrapartida desta noção de desenvolvimento, selecionaram-se as informações colhidas nos diferentes autores consultados por setor econômico – agricultura, indústria e comércio. A trajetória de desenvolvimento é a sequência de eventos aos quais é atribuída contribuição para os acréscimos de produção e renda nacional.

O método utilizado por List é histórico-comparativo. O próprio List afirma que, além das experiências históricas, conduziu sua obra pela confluência entre a teoria e a prática para tornar a Economia Política mais compreensível aos leitores: “Esse livro da vida real, estudei-o com seriedade e diligência, comparando-o com os resultados dos meus estudos, experiência e reflexões anteriores” (LIST, 1983, p. 5). List combinava a descrição histórica com a observação da situação efetiva das nações em suas estadas em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos, realizando estudos comparados de trajetórias nacionais.

⁴⁶ As principais obras de List são 1) *Outlines of American Political Economy*, que teve a sua primeira edição publicada em 1827, nos Estados Unidos da América, cuja versão utilizada foi a traduzida para o português como *Esboço de Economia Política Americana*, e incluída no livro *Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio*, de 2009; e 2) *Das Nationale System Der Politischen Ökonomie*, com primeira edição publicada em 1841, na Alemanha, cujas versões consultadas foram *Sistema Nacional de Economia Política*, traduzida para o português em 1983 e 1986, e a traduzida para o inglês *The National System of Political Economy*, publicada em 1846.

⁴⁷ Schumpeter (1982) propôs o desenvolvimento econômico como a mudança qualitativa da produção por meio de transformações incrementais nos processos produtivos, na qualidade dos produtos, no tipo de materiais empregados na produção e na organização dos modelos de negócios. O que moveria os empreendedores a envidarem esforços de aprendizagem produtiva seria a busca do lucro extraordinário. Esta conceituação de desenvolvimento se aproxima da abordagem de List, embora List não tenha discutido o papel do empreendedor tal como Schumpeter.

Quando a pesquisa é vinculada a uma abordagem histórico-comparativa, ela é caracterizada por “um exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico com o intuito de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos” (GEORGE; BENNETT, 2005). Conforme os autores, o método histórico-comparativo é usado para comparações de grupos no presente; para comparações de grupos no passado; para comparações entre os existentes e os do passado; para comparações entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. Nesta perspectiva de aperfeiçoamento do conhecimento, uma releitura da trajetória de estruturação de sistemas nacionais importantes para as argumentações de List (1983, 2009) é relevante. Para tanto, utiliza-se a descrição de outros autores de história econômica⁴⁸, cada qual com o seu problema e método de investigação, porém oferecendo como ponto comum com List (1983) relatos da organização produtiva dos três setores econômicos – agricultura, indústria e comércio –, para o mesmo grupo de países e o mesmo período (séculos XVIII e XIX)⁴⁹.

O artigo conta, além desta introdução, duas seções. A primeira versa sobre a trajetória de desenvolvimento das nações na obra econômica de List, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, descrevendo a agricultura, o comércio e a indústria. A seguinte apresenta as considerações finais.

A unidade política e econômica da Inglaterra

Cabe ressaltar que séculos antes de a Inglaterra se consolidar como nação rica no século XVIII, ela era extremamente dependente do comércio estrangeiro. Os ingleses aprenderam a realizar o comércio seguindo o modelo da Liga Hanseática, uma aliança de cidades mercantis de cultura alemã entre os séculos [XII](#) e [XVII](#). Da vida em comum levada pelos cidadãos de cidades próximas, originou-se um espírito pelo progresso nas artes e na manufatura. Reforçadas pelo poder de liberdade e da indústria florescente, porém expostas aos ataques de piratas de terra e mar, as cidades marítimas do norte da Alemanha sentiram a necessidade de uma união mútua para sua proteção e defesa. Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma liga que englobava as cidades do Mar Báltico e do Mar do Norte, totalizando oitenta e cinco cidades (LIST, 1983).

A Liga estabeleceu uma política comercial comum. Os hanseáticos sabiam que a criação e a manutenção de um vasto comércio marítimo necessitavam de proteção. Para tanto, criaram uma poderosa esquadra naval e sancionaram uma lei pela qual os bens e produtos da Hansa só poderiam ser transportados por embarcações de bandeira hanseáticas e, ao mesmo tempo, fundaram grande número de postos de pesca. Apesar de tantos feitos, o comércio dessas cidades hanseáticas não era um comércio “nacional”, não era baseado no desenvolvimento perfeito dos poderes internos de produção, nem era sustentado por um poder político adequado. Os vínculos que mantinham unidos os

⁴⁸ Especificamente, Philip (1980), Hobsbawm (1961, 1977), Tilly (1989), Chang (2004) e Freeman (2008). A escolha dos autores ocorreu de duas maneiras: primeiramente, os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977) e Tilly (1989) são conceituados historiadores econômicos e explicitam a conjuntura das nações aproximadamente no mesmo período sobre o qual List se debruçou; segundo, Chang (2004) e Freeman (2008), por serem autores contemporâneos que resgatam a argumentação de List. Cada um destes autores persegue objetivos distintos uns dos outros em seus trabalhos, e comparar obras inteiras não faria sentido. Selecionaram-se as passagens utilizadas para compatibilizar as informações e organizar a descrição, delimitando-se o período histórico e o objeto de interesse. Foram selecionadas partes dos trabalhos que cobriam período e objeto correspondente a List (1983; 2009) e a descrição da organização da produção agrícola, industrial e comercial.

⁴⁹ Para o período histórico discutido, buscou-se nos diversos autores informações sobre o desenvolvimento dos países em questão para o intervalo de cerca de um século analisado por List, entre o século XVIII e meados do século XIX. Alguns estudos cobrem parcialmente o período. Em algumas obras, inclusive de List, são referenciadas informações anteriores a este período: nestes casos, tais informações foram incluídas apenas quando fundamentais para compreender os processos do período de interesse.

membros da Liga Hanseática eram muito fracos, a disputa entre eles pelo poder tomava o lugar do patriotismo (LIST, 1983).

A Liga promoveu o comércio com distintas nações, produziu e comercializou vários produtos manufaturados com outras nações. A Inglaterra, por sua vez, forneceu lã, estanho, couro cru, manteiga e outros produtos minerais e agrícolas para os hanseáticos, recebendo em troca os bens manufaturados. Após manufaturarem as matérias-primas inglesas e continentais, os hanseáticos trocavam tecidos e roupas e outros artigos por produtos manufaturados orientais. Foi a partir desse modelo que os ingleses se deram conta de que podiam manufaturar a sua própria lã. Atraíram tecelões flamengos e, já com certa quantia de tecelões produzindo internamente, os ingleses proibiram o uso de qualquer tecido estrangeiro. Conseqüentemente, a indústria inglesa de lã desenvolveu-se e sua capacidade produtiva exerceu uma influência a todo comércio exterior (LIST, 1983).

List (1986) ressalta que a Inglaterra, no início do século XVIII, diferente da Liga Hanseática, possuía uma unidade nacional e poder para promover o crescimento na agricultura e na manufatura. As fontes da grandeza industrial e comercial foram identificadas na criação de ovelhas e na manufatura da lã.

A agricultura britânica

Até o início do século XVIII, os nobres na maioria dos países europeus não reconheciam outra maneira de utilizar suas propriedades rurais do que caçando animais. A inovação da aristocracia inglesa de criar ovelhas implicou um significativo desenvolvimento econômico na medida em que contribuiu para o aprimoramento dos métodos da agricultura e forneceu matéria-prima para a indústria de tecelagem da lã (LIST, 1986).

Ao delinear a história da Inglaterra, Philip (1980) afirma que, além da criação de carneiros naquele período, o predomínio dos proprietários neste setor favoreceu o enorme progresso nas técnicas agrícolas do país. As terras concentradas nas mãos dos senhores passaram a ser destinadas aos produtos alimentares, dentre os quais estavam as culturas de alho e do trevo, a fim de aumentar o rendimento agropecuário.

Para Hobsbawm (1977), a Inglaterra apresentava-se em um grau supremo de desenvolvimento econômico e lucro privado devido ao apoio de políticas governamentais. O setor agrícola naquele período se destacava em uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial e já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores.

Hobsbawm (1977) relata que em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças nesse tempo foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. O vasto aumento na produção capacitou as atividades agrícolas britânicas na década de 1830 a fornecer 98% dos cereais consumidos por uma população duas a três vezes maior os períodos anteriores.

A agricultura já estava organizada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrusas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSBAWM, 1977).

A indústria

No século XVIII, a indústria de lanifícios trabalhava a lã dos carneiros britânicos; dispunha, por conseguinte, de uma matéria-prima certa, cujo preço encontrava-se estabilizado por regulamentos corporativos (PHILIP, 1980).

Chang (2004) aborda que a Grã-Bretanha alegava ser a única que praticou o *laissez-faire* e se desenvolveu sem intervenção estatal. Todavia, essa política estava longe de ser

verdade. Desde o período em que os reis Henrique VII (1485-1509) e Elizabeth I (1558-1608) governavam o país, houve políticas de estímulo à manufatura têxtil. A nação era muito dependente da exportação de lã bruta para os Países Baixos e transformou-se numa das maiores fabricantes de lã do mundo. No reinado de Elizabeth I, o país ganhou confiança suficiente na competitividade internacional da sua indústria para proibir definitivamente a exportação lã bruta. Isso, por sua vez, resultou na ruína dos Países Baixos.

A partir de então, a revolução industrial no país concentrou-se principalmente na produção de algodão e na siderurgia. Após a conquista das Índias, a Inglaterra observou uma grande quantidade de produtos vindos desse país, em particular os tecidos de seda e de algodão do Decão (vasto planalto, localizado na Índia). Os manufatureiros estavam preocupados com esta concorrência à indústria de lanifícios tradicional. A sua influência no Parlamento era suficiente para que o Estado interviesse e proibisse a importação dos produtos algodoeiros indianos. Perante a proibição de importação dos tecidos de algodão indianos, na própria Grã-Bretanha se fundaram fábricas para o tratamento de algodão bruto que continuava livremente importado. Era uma indústria nova, um produto novo, uma matéria prima que tinha de ser transformada com preços estáveis para competir com os produtos indianos (PHILIP, 1980).

O primeiro passo e o mais importante componente dessa política industrial era, claramente, a proteção tarifária. A Grã-Bretanha teve tarifas muito elevadas sobre produtos de fabricação até o final da década de 1820. A indústria de algodão indiano foi posteriormente destruída com o fim do monopólio da Companhia das Índias Orientais em 1813, ponto a partir do qual a Grã-Bretanha tornou-se um produtor mais eficiente do que a Índia (CHANG, 2004).

List (1983) argumentava que a Inglaterra acabou proibindo a importação de vários artigos que fossem prejudiciais para suas próprias fábricas, como tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e determinante. Os ingleses renunciaram a usar qualquer um desses tecidos finos indianos e de baixo custo, preferindo usar seus próprios produtos de qualidade inferior e custo mais elevado. Para competir com os indianos, incumbia aos ingleses fornecer para os países do continente europeu tecidos mais refinados e a um preço menor. Posto isto, reduziram os preços para favorecer o comércio com essas nações.

Hobsbawm (1977) aborda que a Grã-Bretanha possuía uma economia bastante forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores. Possuía uma indústria dominante, em decorrência da revolução industrial, e uma forte conjuntura econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial. A indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino, que fornecia sua matéria-prima e os tecidos indianos de algodão inicialmente revendidos pelos ingleses, e que posteriormente vieram a ser imitados nas fábricas britânicas.

A Inglaterra passou pelo processo de transição da produção domiciliar para a indústria têxtil. A indústria, principalmente a de lã, já era bem desenvolvida, mas a produção ainda não era baseada em máquinas e nas fábricas. Um sistema capitalista mercantil baseado no sistema *putting out* para fiandeiros, tecelões e produtores de tecidos artesanais era por natureza limitada com respeito à escala do maquinário e da divisão do trabalho, bem como no que se refere à coordenação e à disciplina pela força de trabalho. Foi a transição da produção domiciliar para a produção fabril que proporcionou não somente para os mecânicos, mas também para uma variedade de imaginativos empresários, a oportunidade de ingressar nestes ramos (FREEMAN, 2008).

Para Freeman (2008), a indústria têxtil de algodão foi reconhecida como tendo papel fundamental para o crescimento industrial da Inglaterra. A fonte de matéria prima foi transferida das Índias Ocidentais para as plantações escravistas dos Estados Unidos (colônia da Inglaterra). Em 1771, com a invenção das máquinas fiandeiras *jenny* (movidas por rodas d'água), a indústria têxtil de algodão teve um rápido crescimento. Entretanto, as máquinas *jenny* conseguiam fiar somente fios macios, e os empresários e inventores

necessitavam de meios para produzir uma variedade de fios rústicos a partir de diversos tipos de fibras de algodão, e poder fazê-lo a custo e preços ainda menores. Nos anos de 1790 a 1801, foi criada uma nova fiandeira automática, cumprindo esse papel e sendo capaz de separar os melhores dos piores fios.

De acordo Freeman (2008), o surto de crescimento da indústria britânica não ocorreu em todos os ramos industriais, mas caracterizou-se pelo crescimento excepcionalmente rápido de alguns poucos líderes, sobretudo, a indústria têxtil de algodão, e, em menor medida, a metalurgia de ferro. A participação da primeira no total do valor adicionado pela indústria cresceu de 2,6% em 1770 para 17% em 1801. Isso revela uma rápida e extraordinária mudança da estrutura industrial. Nas décadas iniciais da Revolução Industrial, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento setorial do produto industrial na Inglaterra, 1700 – 1821 (% ao ano)

Anos	Algodão	Ferro	Construção	Produto industrial
1700-1760	1,37	0,60	0,74	0,71
1770-1780	6,20	4,47	4,24	1,79
1780-1790	12,76	3,79	3,22	1,60
1790-1801	6,73	6,48	2,01	2,49
1801-1811	4,49	7,75	2,05	2,70
1811-1821	5,59	-0,28	3,61	2,42

Fonte: Elaborada por Freeman (2008, p. 154).

Nota: Não há citações de outras referências.

A siderurgia foi a segunda indústria de transformação da Inglaterra. O início de sua modernização foi posterior à indústria têxtil, após as guerras contra Napoleão. A siderurgia utilizava como elementos de transformação o minério de ferro e o carvão vegetal. Entretanto, as florestas da Inglaterra estavam se esgotando de forma rápida, e o país teve que procurar outra fonte de energia que substituísse o carvão vegetal. A alternativa encontrada foi a hulha (espécie de carvão mineral) (PHILIP, 1980).

A taxa de crescimento do produto industrial britânico, no período entre 1700 e 1780, variou entre meio e um por cento ao ano; mas, entre 1780 e 1870, elevou-se para mais de três por cento, uma taxa alta para a época. Isso representou uma transição para uma taxa de crescimento econômico sustentado por um longo período.

No período inicial da Revolução Industrial, os empresários perceberam a necessidade de proteger suas inovações. Naquela época, os métodos de proteção e as atitudes com relação a vários métodos dependiam do ramo de atuação industrial, assim como a facilidade e custos da imitação, mas o papel da apropriabilidade e possibilidade de exploração monopolística de inovações tinha adquirido uma importância crucial. As políticas nacionais de proteção às invenções e à inovação faziam parte das armas políticas. Aqueles que eram pegos exportando segredo dos ofícios sofriam pesadas punições. Quando Samuel Slater contrabandeou os segredos da máquina fiandeira hidráulica para os Estados Unidos, tomou o devido cuidado, não levando consigo qualquer desenho e instrução por escrito ao embarcar em um navio (FREEMAN, 2008).

Uma série de invenções e melhorias proporcionaram grandes aumentos na produtividade, cuja exploração ocorreu no novo sistema de produção britânica baseado em fábricas. Estas melhorias nas tecnologias de processo possibilitaram rápidas reduções de preços, as quais, por sua vez, deram origem à força competitiva que tornou as exportações britânicas de produtos têxteis mais baratos do que os tecidos indianos e asiáticos (FREEMAN, 2008).

List argumentou que a Inglaterra somente começou ampliar a infraestrutura interna de transportes (canais fluviais, estrada e ferrovias) quando o setor manufatureiro se tornou forte.

Comércio

Os ingleses foram estimulados pela política real e passaram a dirigir suas próprias energias para o comércio pesqueiro. Essas energias não eram voltadas exclusivamente para o consumo interno de peixes, mas sim para uma estratégia de crescimento do país, ou seja, os ingleses queriam extrair de cada continente europeu suas habilidades nos setores específicos através do comércio. Para tanto, era fundamental o domínio do mar. A indústria da pesca promovia o desenvolvimento da indústria naval e o adestramento de navegadores, elementos fundamentais para obter uma marinha mercante (LIST, 1983).

Anteriormente, a pesca e o comércio costeiro estavam em posse dos holandeses. Em decorrência das elevadas taxas alfandegárias estabelecidas pela Inglaterra, os britânicos concentraram suas energias no comércio pesqueiro e, com as Leis de Navegação⁵⁰, garantiram aos marinheiros não apenas o transporte do carvão, mas todo o transporte comercial marítimo. A evolução da marinha mercante levou a um aumento proporcional de seu poder naval, o que permitiu aos ingleses derrotar a frota holandesa. Logo após a promulgação das Leis de Navegação, uma guerra naval eclodiu entre a Inglaterra e a Holanda, o que levou uma suspensão quase total do comércio holandês com os países além do canal inglês, enquanto a esquadra naval holandesa no Mar do Norte e do Mar Báltico foi quase aniquilada pelos corsários ingleses (LIST, 1983).

Para List (1983), o assunto das restrições às navegações constitui em um terrível deslize aos defensores do livre comércio e sem restrições, ao ponto de emudecerem sobre esse tema. A seguinte passagem exemplifica a importância atribuída por List à navegação para o desenvolvimento das nações:

[...] uma nação pode, de um lado, assegurar vantagens incontestáveis contra nações civilizadas, as quais dessa forma serão impedidas de introduzir restrições à navegação em seu próprio benefício; de outro lado, a respectiva nação preservará assim suas próprias tripulações das indolências e as estimulará a competir com outros países na construção naval e na arte da navegação. Enquanto engajada em sua luta pela supremacia, Veneza indubitavelmente muito deve à sua política de restrição às navegações; mas no momento em que adquiriu a supremacia no comércio, nas manufaturas e na navegação, foi um gesto de insensatez manter essas restrições. Pois, devido às restrições, Veneza ficou atrás muito na competição, tanto no que respeita a construção naval quanto no que tange a navegação, a valentia de seus marujos, em relação a outras nações marítimas e comerciais que estavam progredindo. (LIST, 1983, p. 37).

Na passagem acima, percebe-se que, na perspectiva de List, as proteções e os subsídios devem ser temporários, ou seja, quando é atingido um grau elevado de desenvolvimento na navegação e no poder marítimo, seguramente começará uma nova era, na qual se possa revogar tais proteções e subsídios.

A Inglaterra, com sua política, aumentou seu poderio naval e por meio deste ampliou o raio de atuação manufatureira e comercial; e, finalmente, por meio dessa ampliação, aumentou novamente seu poderio marítimo e suas possessões comerciais. Os ingleses adotaram uma política de restrições comerciais quando já estavam em um elevado grau de

⁵⁰ As leis de navegação foram impostas pela Inglaterra determinando que as mercadorias importadas pelos países europeus só poderiam chegar a seus respectivos portos se fosse através de navios ingleses ou do país em questão. A medida resultou no completo poderio da Inglaterra sobre o comércio marítimo (LIST, p. 36).

desenvolvimento e possuíam um poder e uma unidade nacional para favorecer novos recursos produtivos e desenvolver suas forças produtivas (LIST, 1983).

Conforme Chang (2004), em 1833 ocorreu uma forte redução tarifária. A grande mudança acentuou-se em 1846, quando a tarifa *Corn Law* foi revogada e diversas tarifas sobre bens manufaturados foram abolidas. Em 1860, o número de produtos isentos de taxas ampliou-se. No entanto, o regime de livre comércio não durou muito. Na década de 1880, alguns fabricantes em dificuldades reivindicaram a proteção, e as tarifas voltaram no início do século XX. Deve-se notar que mesmo a política de livre comércio da Grã-Bretanha foi motivada, em parte, pelo seu desejo de promover as suas indústrias. Muitos dos advogados do comércio livre, inclusive um de seus líderes, Richard Cobden⁵¹, acreditavam que a importação livre de produtos agrícolas pela Grã-Bretanha iria desencorajar a produção industrial em países concorrentes, levando-os a se especializarem em mercadorias agrícolas.

O quadro abaixo mostra uma síntese das contribuições dos autores com o objeto e período discutido.

Quadro 1 – Desenvolvimento das Forças Produtivas da Inglaterra, no período de 1750 a 1900

AUTORES	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO
LIST (1983/86)	– lã; – cereais	– manufatura da lã, algodão; – artesãos; – metalúrgica de ferro e aço; – conquistas na arte e ciências	– proteção tarifária e leis de navegação; – transporte marítimo, fluvial e ferroviário. supremacia industrial e comercial
PHILIP (1980)	– lã; – alho e trevo	– manufatura da lã e do algodão; – minério de ferro e carvão vegetal	– proibição de importação de tecidos indianos; – desenvolvimento da indústria têxtil e da siderurgia; – transporte ferroviário
HOBSBAWM (1977)	– agricultura funcional para a industrialização e urbanização	– manufatura do algodão; – ciência e engenharias agrícolas	– conquistar seus mercados competidores; – transbordamento técnico e de capital para as nações competidoras
CHANG (2004)	– lã	– manufatura da lã	– competitividade internacional; – estratégia de promoção da indústria britânica; – abertura tarifária por liberalismo econômico, exploração da supremacia industrial e tentativa de induzir especialização produtiva de rivais
FREEMAN (2008)	– lã	– manufatura da lã e do algodão; – metalurgia de ferro; – patentes industriais	– importação de algodão da Índia e da colônia norte-americana; – proteção intelectual

Fonte: Resultados da pesquisa.

⁵¹ Richard Cobden (1804-1865) foi um industrial, economista, político britânico, membro radical do [partido liberal](#) e mentor de uma associação nacional contra as *Corn Laws*, intitulada de Liga Anti-Lei dos Cereais.

Discussão

Do estudo do caso inglês, List (1983) extrai algumas proposições. Primeiramente, para o desenvolvimento econômico ganhar corpo, o setor manufatureiro deverá operar em larga escala. Em segundo lugar, que somente em um país que desenvolveu em regime de concorrência seus recursos manufatureiros e agrícolas internos, os dispendiosos meios, instrumentos e equipamentos para o comércio cumprem adequadamente sua finalidade e compensam os custos incorridos. Por fim, o poder político e militar em uma nação é muito relevante porque tem capacidade de gerar novas forças produtivas e contribui para manter a posse da riqueza adquirida em tempos anteriores e em tempos mais recentes. O inverso deterioraria tudo o que já haveria alcançado, não somente a riqueza conquistada, mas também as forças de produção, a civilização, a liberdade e até a independência nacional, caindo nas mãos daqueles que a superaram em poder e potência. As proposições de List antecipam a perspectiva de que o poder militar e político é viabilizado pela organização industrial – capaz de gerar artefatos bélicos dissuasórios –, e pelo excedente econômico de uma produção pujante para sustentar uma capacidade estatal dedicada à proteção e articulação de estratégias de desenvolvimento.

A Inglaterra, no final do século XVIII, agregou mais poder ao que já possuía, e novas forças produtivas às forças de produção que já existiam. O país estava em posse de todas as posições estratégicas importantes, dominou duas rotas comerciais para a Índia, e aumentou a produção industrial. Nesta época, ampliou sua política com a proibição das exportações do ferro, uma vez que estava escasso. A partir do século XIX, o país já fabricava mais produtos de ferro e de aço do que todas as demais nações do mundo (LIST, 1983).

Conforme List, enquanto algumas nações estavam sofrendo com os retrocessos em vários setores, a Inglaterra desenvolvia-se nesses mesmos setores.

[...] o surgimento e o progresso das cidades, progresso na agricultura, comércio, manufatura; a submissão da aristocracia na lei do país, e, portanto, uma participação intensa da nobreza, na obra da legislação, na administração do Estado e do direito, bem como nas vantagens da indústria; desenvolvimento dos recursos internos e do poder político no exterior; paz interna; influência sobre todos os países menos evoluídos; limitação dos poderes da Coroa, mais aumento, por parte da Coroa, das receitas dos reis, no tocante esplendor e a estabilidade. Em suma, um grau mais alto de bem-estar, de civilização e de liberdade dentro do país, e supremacia de poder no exterior. (LIST, 1983, p. 40).

List (1983) afirmou que nenhum reino europeu se beneficiou da aristocracia como a Inglaterra. Ela contribuiu com os objetivos nacionais na medida em que atraiu para seu próprio corpo a elite da comunidade e incluiu em suas fileiras todo cidadão que merecia distinção, fosse por dotes mentais, fosse por riqueza excepcional ou por grandes empreendimentos. A nobreza recebia da Câmara dos Comuns⁵² novas contribuições de civismo e energia patriótica, de ciência, de erudição, de recursos intelectuais e materiais, ao mesmo tempo que a nobreza sempre restituiu ao povo uma porção da cultura e do espírito de independência.

Conforme List (1983), cada movimento político, cada guerra ocorrida no continente europeu trouxe aos ingleses grandes quantidades de capital e de novos talentos. A Inglaterra soube organizar um ambiente de liberdade, de proteção interna para os empreendimentos, de proteção legal, proporcionando o bem-estar da nação.

⁵²A Câmara dos Comuns representava toda a sociedade inglesa que não fazia parte da elite. Seus membros eram eleitos pelo povo e representavam os interesses dos comerciantes, da pequena nobreza e do clero.

Na perspectiva desenvolvida por List (1983), o poderio industrial e naval inglês combinado com as suas estratégias comerciais agressivas eram uma ameaça ao desenvolvimento das demais nações.

No entanto, Hobsbawm (1977) argumenta que o sucesso britânico oferecia transbordamentos que facilitaram o desenvolvimento de outros países.

Uma vez iniciada a industrialização na Grã-Bretanha, outros países podiam começar a aproveitar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava. Além do mais, o sucesso britânico provou o que se podia conseguir com ela, a técnica britânica podia ser imitada, o capital e a habilidade britânica podiam ser importados. A indústria têxtil saxônica, incapaz de criar seus próprios inventos, copiou os modelos ingleses, às vezes com a supervisão de mecânicos ingleses; os ingleses que tinham certo gosto pelo continente, como os Cockerill, estabeleceram-se na Bélgica e em várias partes da Alemanha. Nos períodos entre 1789 e 1848 a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, maquinaria para processamento e transformação do algodão e investimentos britânicos. Assim a Grã-Bretanha não gozava dessas vantagens. (Hobsbawm, 1977, p. 57).

De acordo com Chang (2004), com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra começou a expandir sua liderança tecnológica em relação a outros países. No entanto, mesmo assim, prosseguiu a sua política industrial de restrição a importações até meados do século XIX, altura em que a sua supremacia tecnológica já era incontestável.

O quadro abaixo compara as contribuições dos autores para ressaltar semelhanças e divergências.

Quadro 2 – Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Inglaterra

		INGLATERRA
PONTOS SEMELHANTES LIST	A	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List (1983; 1986) sobre o grau elevado de capacidade produtiva na agricultura e indústria e crescente organização comercial da Inglaterra, bem como o setor de transportes que estava auxiliando o crescimento da nação. Chang (2004) também relata ações inglesas para estimular os setores industriais e induzir a especialização agrícola de outras nações. Freeman (2008) traz muitas informações sobre o desenvolvimento tecnológico e apropriação intelectual que reforçam os argumentos de List (1983) sobre a importância do desenvolvimento técnico e do capital mental.
COMPLEMENTOS AOS RELATOS DE LIST		Enquanto List (1983, 1986) afirmava que a supremacia comercial da nação estava retardando as demais nações, Hobsbawm (1977) afirma que o país fornecia conhecimento e capital e servia de parâmetro de imitação para o crescimento das outras nações. Freeman (2008) exemplifica um caso de transbordamento de conhecimento ao estrangeiro.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O desenvolvimento intelectual na Alemanha

List (2009) afirmava que a relação que tinha com a Alemanha é como “aquela das mães com as crianças aleijadas”; “quanto mais aleijadas elas são, mais elas lhe dedicam amor”. Por ser germânico, tinha conhecimento da situação econômica e política deste território.

Pereira e Menezes (2008) ressaltam que o período entre 1818 e 1834 foi marcado por uma economia alemã não muito desenvolvida. A economia era baseada na agricultura, uma agricultura que não possuía técnicas modernas de produção, de pouca produtividade e incapaz de evitar crises de escassez. As atividades comerciais e industriais viam seu desenvolvimento entravado por divisões políticas, em que multiplicavam linhas aduaneiras e sistemas monetários, pela insuficiência dos meios de transporte, dos capitais e pela falta de organização do crédito. A sociedade aristocrática alemã, de grandes proprietários de terras, continuaria existindo e tendo poder durante muito tempo; entretanto, passaria a sentir o peso das transformações sociais sobre aquela sociedade “semifeudal”.

Freeman (2004) argumenta que houve outros aspectos da herança de List que realmente foram mais importantes do que o de suas doutrinas protecionistas em moldar o clima de opiniões e de políticas na Alemanha e menos diretamente em outras nações. Refere-se às vantagens iniciais auferidas na indústria alemã e na economia alemã a partir de um sistema de educar e formar os artesãos e técnicos.

O setor agrícola germânico⁵³

List (1983) discorre sobre a Antiga Germânia medieval, argumentando que não havia investimentos no setor agrícola, pois grande parte da terra era dedicada a pastagens e parques para a caça. A agricultura era considerada insignificante e primitiva e foi designada aos servos e as mulheres. A ocupação dos homens livres era a guerra e a caça; e esta era a origem de toda a nobreza germânica.

Os nobres alemães aderiram firmemente a este sistema durante a Idade Média, rejeitando o setor agrícola, opondo-se à manufatura e ignorando uma futura prosperidade desses setores. Os nobres alemães conservaram essa cultura por muitos anos, preservando suas propriedades para a caça, ajardinamento e reflorestamento (LIST, 1983).

Conforme List (1983), a agricultura alemã permaneceu por muito tempo em uma situação estagnada, embora não se possa ignorar a influência das cidades e dos mosteiros sobre as regiões localizadas nas proximidades agrícolas. As cidades prosperavam pelas necessidades locais e pelo transporte externo. Os mosteiros, nesse contexto, se destacavam porque os monges, ao ficarem muito tempo isolados, contribuíram para o progresso intelectual, desenvolvendo novas técnicas científicas para suprir suas necessidades mediante a produção manufatureira.

Hobsbawm (1977) resalta que, em 1879, as burocracias de inúmeros pequenos principados, que eram pouco mais que grandes propriedades, administravam os anseios das altezas com os impostos cobrados do campesinato. A cidade provinciana de fins do século XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão e essa prosperidade advinha do campo. Entretanto, no período entre 1815 e 1830 a agricultura do país definhava. Na década de 1830, na Alemanha, as reclamações vinham sobre o crescente empobrecimento e a escassez de alimentos. O ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam a riqueza e os que a acumulavam.

Tilly (1978) discorre que, nas décadas de 1806-1816, houve maior utilização dos fatores de produção terra, trabalho e capital pelo setor agrícola. Como resultado, ocorreu

⁵³ Antes da Unificação de 1870, o território germânico estava fragmentando em 39 estados que formavam a Confederação Germânica.

aumento substancial do nível global da produção. Há alguma evidência de "superprodução" durante o início de 1820. Porém, no horizonte de 1820-1850, os termos de troca tenderam a favorecer a agricultura – uma das razões para a sua expansão. E destaca que, nos anos subsequentes, o setor agrícola estava servindo de incentivo para a produção industrial no país.

However, much more substantial increases in agricultural productivity in Prussia appear to have taken place in the 1850s and 1860s, accompanied also by a large increase in total production. They took place, that is, during the "take-off", when, as we know, the non-agricultural sectors were already growing substantially. The conclusion of this review of agriculture's role in early Prussian industrialization is therefore that agriculture was probably not an important "leading sector" (I say "probably" because more information is necessary before this issue can be settled). However, it is true that agriculture could play a significant permissive role. (TILLY, 1978, p. 385).

De acordo com Philip (1980), até o início do século XIX, a Alemanha, dividida por uma multiplicidade de pequenos principados, manteve-se essencialmente rural. Conforme o autor, o país distinguia-se em duas regiões. A estrutura de Oeste seguia com pequenas propriedades camponesas ainda submetidas aos resquícios feudais. A estrutura de Leste era, pelo contrário, a terra conquistada por uma aristocracia militar e pertencia aos senhores e aos camponeses que estavam reduzidos à servidão. Entre as duas, estava Berlim, uma cidade de soldados que, com suas famílias, representavam mais de um terço da população.

Desde o período medieval até a primeira metade do século XIX, a agricultura germânica aumentou lentamente a sua oferta, limitada pela estrutura social feudal rural.

O setor industrial

Um grande sistema da indústria nascente, capaz de fornecer produtos para o comércio de exportação, só poderia se desenvolver por uma extensa criação de ovelhas e uma ampla cultura de linho, sendo que o início da primeira onda de industrialização deu-se com a indústria têxtil (LIST, 1983).

List (1983) descreve que a economia da Alemanha não estava somente atrasada no setor agrícola, como também na legislação, na administração do Estado e na administração da Justiça, no setor industrial, bem como em todo o comércio em larga escala, com uma falta de unidade e de força na coesão nacional. List (1983, 1986) assinala que, em meio a um quadro social e econômico conturbado, os alemães preservaram uma base institucional caracterizada pela ênfase em valores relacionados ao trabalho, à ordem, à parcimônia, à modernidade e a outras características que viabilizaram o desenvolvimento das atividades produtivas e concernentes aos negócios na sociedade alemã.

Para List (1983, 1846), os fundamentos de restabelecimento da nacionalidade alemã foram colocados pelos próprios governos pela promoção do desenvolvimento intelectual. List acreditava que o desenvolvimento intelectual era uma peculiaridade positiva para o desenvolvimento alemão, ligado a investimentos em instrução, ciência e artes, da moralidade e dos objetivos do bem público.

As primeiras medidas governamentais para promover a manufatura alemã foram introduzidas pela Áustria e pela Prússia no século XVIII. A Áustria havia sofrido muito com a expulsão dos protestantes, pois eram os cidadãos mais devotos ao trabalho. Depois, em consequências das tarifas protecionistas, da criação de ovelhas, da abertura de estradas e outras melhorias, a indústria acusou notáveis progressos. O sistema alfandegário protecionista foi um mecanismo para o progresso na indústria e o crescimento da agricultura, além de uma ascensão no progresso intelectual e da cultura mental (LIST, 1983).

Tilly (1978) argumenta que a produção industrial germânica se baseava no setor têxtil.

[...] on capital shortage in Germany in the first half of the nineteenth century concentrated on the adequacy of finance but at the same suggested quite strongly that industrial investment was of minor quantitative importance for this question. His most striking example showed Germany's largest industrial sector – the textile industries – to be absorbing only a small fraction of presumed savings during this period. In a later work treating all textile industries in the states of the Zollverein in 1846, it was estimated an increase in capital stock. (TILLY, 1978, p. 418.).

Apesar dos obstáculos estabelecidos por sistemas monetários e alfandegários internos à comunidade germânica, as manufaturas fizeram seu aparecimento a partir de 1830. Sendo que, no período de 1825 a 1850, ocorreu um expressivo aumento na produção do carvão, do ferro fundido e do cavalo-vapor utilizados. Em 1827, em virtude do aumento nas fábricas de fiação, cresceu a produção de têxteis. Até 1860, o setor industrial conservou essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província (PHILIP, 1980).

Em 1835, foram introduzidas as primeiras ferrovias, consideradas uma das maiores inovações na Alemanha. As estradas de ferro ligavam os países e os continentes, com suas obras engenharia, estações e pontes desenvolvendo um conjunto de construções que desvaneceram do provincianismo (HOBSBAWM, 1977).

Conforme Freeman (2008), a tradição da gestão alemã era pesadamente influenciada por profissionais engenheiros, que tiveram *status* elevado e altas recompensas. A introdução de novas tecnologias foi uma das características que diferenciou o sistema alemão da indústria britânica, além de uma alta qualidade no lado técnico.

A importância desse caminho de longo prazo foi de algum modo confinado à indústria. Também foi extremamente importante a atuação do governo, por exemplo, no financiamento de investigação e educação, bem como em medidas para promover indústrias estratégicas e instituições financeiras. A transferência de tecnologia promovida e coordenada pelo Estado prussiano foi altamente bem sucedida, as indústrias de máquinas operatrizes e a construção mecânica da Alemanha passaram a ser capazes de projetar e fabricar máquinas necessárias para fazer locomotivas a vapor no país nas décadas de 1840 e 1850, o que criou condições para ultrapassar a Grã Bretanha (FREEMAN, 2008).

Freeman (2004) salienta que uma importante contribuição do país no século XIX foi a descoberta do método de invenção em laboratório de pesquisa profissional. As universidades alemãs foram as primeiras a institucionalizar um sistema de laboratórios de ciências e formação de pós-graduação através de pesquisas de laboratório, que mais tarde se tornou característica do ensino das ciências em geral. Isto foi especialmente importante para a nascente indústria química alemã. Para Freeman, foi a indústria alemã de anilinas sintéticas que primeiro percebeu a lucratividade de se estabelecerem as atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos químicos em uma base mais regular, sistemática e profissional.

A partir de 1840, com o crescimento do setor privado, diminuiu a interferência dos Estados germânicos no desenvolvimento industrial. Entretanto, isso não significou recuo, e sim a transição de um papel diretivo para um mais orientador. O Estado direcionou os investimentos para as bolsas de estudos, aos subsídios para empresários competentes e à organização de máquinas e processos industriais novos (TRIBILCOCK, 1981, apud CHANG, 2004).

O setor comercial

Conforme List (1983), com as devastações da Guerra dos Trinta Anos⁵⁴ a indústria da Prússia sofreu mais do que qualquer outro país. A indústria de tecido que era instalada

⁵⁴ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) repercutia conflitos religiosos entre católicos e protestantes e devastou muitas cidades da comunidade germânica. A Holanda e a Suíça separaram-se do Império Germânico (união de

no território de Brandemburgo foi praticamente extinta. As maiorias dos trabalhadores de tecidos haviam migrado para Saxônia, enquanto os artigos importados dos ingleses impediram qualquer concorrência. Por outro lado, a anulação do Edito de Nantes⁵⁵ foi vantajosa, pois um grande número de fugitivos dirigiu-se para a Prússia, fomentando a agricultura do país, estabelecendo um grande número de indústrias, e dedicando-se à ciência e à arte. Tarifas alfandegárias protegeram a produção agrícola.

Por volta de 1820, a Alemanha inteira estava em uma só Associação Alfandegária (*Zollverein*), a qual aboliu alfândegas entre um Estado germânico e outro, estabelecendo também tarifas uniformes e unitárias comuns em relação aos produtos estrangeiros, sendo que a renda proveniente da cobrança dessas tarifas aduaneiras era distribuída entre diversos Estados alemães, de acordo com a população de cada um. Em decorrência dessa unificação aduaneira, a indústria, o comércio e a agricultura dos Estados alemães integrantes dessa Associação registraram avanços enormes (LIST, 1983).

Philip (1980) aborda que, desde 1810, os intelectuais e universitários e uma pequena parcela de classe média reclamavam por uma Constituição. Com a depressão nos anos 1846-1847, veio o apoio provisório das massas artesanais e rurais, pois os preços do trigo e das batatas aumentavam em consequência das más colheitas e a Alemanha via-se forçada a importar cereais; a indústria têxtil estava em crise, provocando desemprego aos assalariados e acelerando a ruína dos artesãos. Depois de tamanha recessão, a Prússia começava a impor-se pouco a pouco a todo o país, conquistando as massas através de uma política intervencionista que visava à expansão econômica e à proteção social. A partir de 1848, o *Zollverein* muitos Estados germânicos a fim de proteger seus mercados. Nesse período, multiplicavam-se as indústrias, as quais eram alimentadas pela transformação dos transportes.

Quadro 3 – O desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha.

AUTORES	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO
LIST (1983/86)	– lã; – cereais	– manufatura da lã, seda, joias, chapéus, porcelana; – progresso intelectual e cultura mental; – incentivo aos transportes.	– associação alfandegária; (<i>Zollverein</i>).
PHILIP (1980)	– lã; – cereais	– fábricas de fiação; – carvão e ferro fundido;	– <i>Zollverein</i>
HOBSBAWM (1977)	– cereais	– estradas de ferro	-
TILLY (1978)	– lã; – grãos; – superprodução agrícola.	– setor têxtil.	-
CHANG (2004)	-	– inovação no setor de máquinas; – ferro fundido	– <i>Zollverein</i> ; – tarifas alfandegárias de importação relativamente brandas
FREEMAN (2008)	-	– formar artesãos, técnicos e tecnólogos; – indústria química	-

Fonte: Resultados da pesquisa.

territórios na Europa Central medieval), enquanto as províncias mais leais ao império foram conquistadas pela França (LIST, 1983, p. 61).

⁵⁵ O Edito de Nantes de 1598 suspendeu a perseguição religiosa aos huguenotes calvinistas na França. Foi revogado em 1685, fato que levou a uma dispersão deste grupo social e de suas capacidades produtivas por outros países.

Discussão

Conforme List (1983), foi propício abolir as tarifas aduaneiras internas que separavam os alemães uns dos outros. Todavia, a nação teria auferido pouca vantagem disso se sua indústria nacional permanecesse exposta à concorrência externa. O milagre ocorreu através das taxas *Zollverein* que protegeram os artigos manufaturados de uso comum. List argumenta que o *Zollverein* impôs taxas protecionistas de 20% até 60% em relação aos manufaturados de uso comum.

O setor agrícola também se beneficiou das altas taxas, em decorrência do aumento pela demanda por produtos agrícolas. Com a elevação das taxas, era notório um crescimento da manufatura nacional, uma elevação no valor das terras com um aumento de 50 a 100%, uma ascensão nos salários, e ainda o aperfeiçoamento nos meios de transporte ou a elaboração de projetos para isso (LIST, 1983).

Em contrapartida, Chang (2004) ressalta que a Alemanha geralmente é conhecida como berço da proteção às indústrias nascentes, em aspectos tanto intelectuais quanto políticos. Contudo, descrevendo historicamente, a verdade é que a proteção tarifária teve, no desenvolvimento econômico alemão, um papel bem menos importante do que no britânico ou no norte-americano.

Chang (2004) acrescenta que, na Prússia, a proteção tarifária na indústria foi moderada até 1834, quando da criação da união aduaneira, o *Zollverein*, sob sua liderança, que depois se estendeu à indústria alemã em geral. Chang (2004 apud TREBILCOCK, 1981) ressalta que as tarifas *Zollverein* não satisfaziam para dar proteção efetiva à indústria nascente, pois os fabricantes de ferro permaneceram sem tarifas até 1844 e seguiram carecendo de proteção eficaz até depois disso. O Estado prussiano resistia constantemente à pressão política dos outros Estados-membros da *Zollverein*, que reivindicavam tarifas mais elevadas. A tarifa *Zollverein* encerrou-se no final da década de 1870, em consequência do acordo bilateral de livre comércio com a França, em 1862, e da redução da alíquota de aço, em 1870.

Tabela 2 – Taxa tarifária dos produtos manufaturados¹ (em porcentagem de valor)²

Nações	1820	1875
Reino Unido	44-55	0
Alemanha	8-12	4-6
EUA	35-45	40-50

Fonte: Bairoch (1993) apud Chang (2004).

Notas: Elaborado por Chang (2004, p. 36).

Médias ponderadas oferecidas por Bairoch.

Nota-se, a partir da Tabela 2, que a taxa de proteção da Alemanha sobre os produtos manufaturados era muito pequena, frente a do Reino Unido nos anos de 1820 e dos Estados Unidos em 1820 e 1875.

Quadro 4 – Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento da Alemanha

	ALEMANHA
PONTOS SEMELHANTES A LIST	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Tilly (1978), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List sobre o desenvolvimento agrícola e industrial da nação. Um marco importante foi Associação Alfandegária entre os Estados e juntamente com Estados economicamente atuantes. A agricultura, até a primeira metade do século XIX, aumentou lentamente a sua oferta, limitada pela estrutura social feudal rural.
COMPLEMENTOS AOS RELATOS DE LIST	Chang (2004) destaca que a proteção tarifária contra terceiros do <i>Zollverein</i> foi branda frente a de outros países. Isto contraria a ênfase que List deu a este fator. Com esta releitura, a capacidade de coordenação política e econômica do Estado, a organização do aprendizado técnico, bem como a livre circulação comercial interna ao bloco ganham relevo como elementos de desenvolvimento.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

As tarifas protecionistas dos Estados Unidos da América

List (1983; 2009) apresenta os esforços dos norte-americanos para a organização produtiva daquela nação em meados do século XIX. Os Estados Unidos estavam em estado intermediário de desenvolvimento, aquém do poder econômico e político da Inglaterra. O país passou por várias dificuldades, desde a sua Guerra por Independência até a Guerra Civil. List esteve exilado nos Estados Unidos entre 1825-1830, oportunidade na qual teve reiterados contatos com o pensamento de Alexander Hamilton.

Hamilton (2009) compara a agricultura e a manufatura, explicitando o comportamento desses setores e qual deles seria mais eficiente nos Estados Unidos. Na agricultura havia riscos advindos do clima, bem como da fertilidade da terra, com um considerável grau de imprevisão na forma de cultivá-la. Na manufatura, o artesão poderia obter grande produtividade na medida em que os demais trabalhadores se dedicassem a tarefas complementares na mesma atividade e ocorresse o desenvolvimento de técnicas uniformes de produção. E, dessa mesma forma, poder-se-ia ter como certo que as manufaturas ampliariam a produtividade humana. O trabalho empregado nas manufaturas era mais constante, uniforme e engenhoso do que o empregado na agricultura, e também mais produtivo.

A identidade do setor agrícola e industrial nos Estados Unidos

Hamilton (2009) ressalta que os Estados Unidos não podiam comercializar com a Europa em condições de igualdade. A falta de reciprocidade os tornava vítimas do sistema europeu que forçava o país a restringir seus anseios à agricultura e a abastecer-se das manufaturas importadas. A constante e crescente necessidade americana de bens europeus e a parcial e ocasional demanda dos seus, em troca, os expunha a uma situação de empobrecimento, em lugar da riqueza a qual a vantagens naturais e políticas lhes dariam direito a aspirar. Consequentemente, competiria aos norte-americanos esforçarem-se para ficarem menos dependentes de combinações políticas do exterior.

Conforme Hamilton (2009), a agricultura, em um primeiro momento, seria mais promissora, devido às imensas extensões de território fértil, virgem e inabitado, fatores que

tornavam vantajoso o emprego e o capital convertido em fazendas produtivas. O problema que ele aponta é que a concorrência estrangeira e a “força do hábito” impediriam que novas indústrias, que em breve poderiam ser competitivas internacionalmente – as indústrias nascentes –, se desenvolvessem no país, a menos que uma ajuda governamental compensasse os prejuízos iniciais.

Freeman (2008) argumenta que os primeiros imigrantes foram coagidos, por uma questão de sobrevivência, a aprender através da prática as técnicas agrícolas adequadas ao continente norte-americano, e desde cedo surgiu uma pesquisa agrícola com o forte apoio público. Enquanto na Europa feudal as instituições retardavam tanto o desenvolvimento agrícola como o industrial, os Estados Unidos nunca tiveram qualquer instituição feudal, seja na agricultura ou em qualquer outra parte da economia.

De acordo com List (1983), por volta dos anos de 1750, os Estados Unidos eram abastecidos pela Inglaterra tanto no comércio como na indústria. O monopólio dos ingleses no setor industrial foi uma das principais causas da Revolução Americana, as taxas alfandegárias sobre o chá apenas proporcionaram uma oportunidade para a sua eclosão.

Os norte-americanos libertaram-se das restrições impostas pela Inglaterra e estavam em posse de todos os recursos materiais e intelectuais para a necessidade da indústria. Após a independência, a nação dependia de seus próprios recursos para se desenvolver.

Durante a Guerra de Independência, os Estados livres da América do Norte receberam um poderoso estímulo nas manufaturas e na agricultura, pois, mesmo com a devastação da guerra, o valor das terras e os salários elevaram-se nesses estados. No entanto, a constituição defeituosa dos Estados livres introduziu um sistema comercial falho, que impunha insuficiente taxação às importações; e, conseqüentemente, os ingleses entraram novamente no mercado americano, preenchendo a demanda interna do país não atendida pelas manufaturas locais. A prosperidade que tinha surgido durante a guerra desapareceu muito mais rapidamente do que tinha crescido (LIST, 1983).

List (1983) defende que os americanos haviam aprendido, com a experiência, que não se pode atingir estágio elevado de prosperidade se não estiver assegurada a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados; que, quando um agricultor vive na América e um manufator na Inglaterra, não é raro que o intercâmbio seja interrompido por guerras, crises comerciais ou tarifas estrangeiras⁵⁶; e, por conseguinte, para alcançar o bem-estar nacional, o agricultor deve estar bem próximo do manufaturador.

Foi através das costas do Atlântico que os colonizadores europeus e a civilização europeia deram início ao progresso. Na costa leste, subseqüentemente, nasceram os estados populosos e ricos, nos quais se estruturou a pesca marítima e o comércio costeiro que, por sua vez, levou a um aumento da força naval. Era através desses estados da costa atlântica que se processava o comércio exterior do país e através deles que o país recebia a população excedente, o material, o capital e as forças intelectuais da Europa (LIST, 1983).

Philip (1980) aborda que eles passaram por várias dificuldades para conquistar sua independência. Os colonos tinham emigrado para América por estarem fartos com o governo autoritário inglês. Foi a partir desse período que o setor agricultura se caracterizou pela valorização de novas terras. Os adiantamentos fornecidos pelos camponeses financiaram algumas das primeiras indústrias, e foi a partir da procura por produtos por parte dos camponeses que se constituíram os mercados internos da indústria nascente. A industrialização foi introduzida por um sistema industrial doméstico, destacando-se os artesãos e os pequenos industriais do ramo têxtil.

Conforme Hobsbawm (1977), na década de 1790 as plantações escravagistas do sul dos Estados Unidos foram aumentadas e mantidas pelas demandas das fábricas de Lancashire (noroeste de Inglaterra), às quais forneciam a grande parte da sua produção de algodão bruto. Os Estados Unidos ressentiam-se da falta pura e simples de uma colonização e de meios de transporte para explorar seu imenso território e seus recursos aparentemente ilimitados. O mero processo de expansão interna foi bastante para manter

⁵⁶ As exportações americanas foram afetadas pelas restrições das *Corn Laws* inglesas desde 1815.

sua economia em um crescimento quase ilimitado, mediante os colonizadores, missionários e comerciantes americanos que migravam em direção à costa do Pacífico.

De acordo com Freeman (2008), até a primeira metade do século XIX, apesar de uma rica dotação de recursos naturais e muitas instituições favoráveis, o crescimento dos Estados Unidos fora retardado pela falta de adequada infraestrutura de transportes para o devido aproveitamento da dotação do tamanho do país. O advento das ferrovias capacitou os empresários norte-americanos a avançarem muito mais rapidamente do que o resto do mundo. Inicialmente, o país importava boa parte da tecnologia da Europa, mas, desde o começo, os inventores norte-americanos foram modificando e reformulando essas tecnologias para adequá-las às circunstâncias dos EUA.

A partir 1815, desenvolveu-se a navegação marítima costeira. Em 1850, graças aos barcos a vapor, os percursos de navios tiveram o seu tempo reduzido nas rotas dos Grandes Lagos. Em 1840, teve início a construção de linhas de ferro, predominantemente no norte e na região centro-oeste. Ocorreu o lançamento das primeiras companhias de caminhos de ferro; para encorajar esse investimento, o Estado fez concessões de terra às companhias na extensão de vinte quilômetros de cada lado da via férrea. A terra era revendida e se tornava objeto de especulação, sendo comprada pelos grandes proprietários. Com o decorrer do tempo foram acrescentadas grandes vias férreas transcontinentais (PHILIP, 1980).

Hobsbawm (1977) ressalta que havia um grande entrave que atrapalhava a conversão dos Estados Unidos em uma potência econômica mundial: o conflito entre o norte agrícola e industrial e o sul semicolonial. Enquanto o norte se beneficiava absorvendo capital, mão de obra e habilidades da Europa – e notadamente da Grã-Bretanha – como uma economia independente, o sul absorvia pouco destes recursos e era uma economia tipicamente dependente da Grã-Bretanha.

O norte e o sul competiam pelos territórios do oeste. O sul queria desenvolver novas plantações agrícolas mediante a utilização da mão de obra escrava e o norte queria para lá vender máquinas agrícolas e lá constituir os matadouros de grande porte. O futuro da economia americana só seria decidido na Guerra Civil de 1861-1865, que foi, de fato, a unificação da América através do capitalismo do norte (HOBBSAWM, 1977).

De acordo com Chang (2004), os Estados do Sul ainda estavam interessados em importar bens manufaturados da Inglaterra, pois eram de melhor qualidade e não haviam implantado indústrias em seu território. Por outro lado, os Estados do Norte e do Oeste estavam começando a proteger suas manufaturas de pouco valor agregado, como lã, linho e bebidas alcoólicas. Isso causou uma tensão entre os Estados do Norte e do Sul.

Já na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento de uma forma especificamente norte-americana de poupar mão de obra, ou seja, a trajetória tecnológica capital intensiva para produção mecanizada e padronizada, permitiu que a indústria do país viesse a ultrapassar os britânicos por volta de 1850. À medida que o século avançava, as técnicas de engenharia de produção em larga escala e as altas taxas de produção e de circulação se tornaram mais plenamente exploradas e mais amplamente difundidas. Os administradores de empresas tornaram-se mais experientes na organização e no financiamento de grandes firmas voltadas para a criação e exploração de mercados massificados (FREEMAN, 2008).

Para Freeman (2008), no final do século XIX os Estados Unidos obtiveram um significativo aumento na oferta de ferro e aço em relação à produção do início do século. Houve significativo desenvolvimento na engenharia pesada, na maquinaria e nos equipamentos e nos armamentos de aço.

O comércio norte-americano

Em 1789, no governo de James Madison⁵⁷, foi inserida a primeira lei aduaneira norte-americana. Apesar de serem impostas taxas razoáveis à importação dos produtos manufaturados, os efeitos foram positivos, auxiliando o crescimento da nação nos setores de manufatura, comércio e agricultura. Entretanto, com o passar do tempo essa proteção demonstrou-se inadequada, porque a magnitude das taxas era facilmente inutilizada pelos manufatores ingleses, que contavam com a vantagem de seus métodos e processos de produção mais elaborados. O Congresso elevou as taxas de importação sobre os produtos manufaturados a 15%, mas isso só ocorreu em 1804, quando foi obrigado, em face da ausência de receitas alfandegárias, a procurar novas fontes de receitas. Os norte-americanos estavam esgotando seus argumentos em favor do protecionismo, enquanto os ingleses continuavam a defender o livre comércio (LIST, 1983).

Conforme List (1983), com a proteção da tarifa de 1804, as manufaturas norte-americanas conseguiram manter-se. No entanto, o setor industrial sucumbiria novamente à concorrência inglesa se não fosse pela ajuda do embargo e declaração de Guerra de 1812⁵⁸. Em consequência desses eventos, assim como na época da Guerra da Independência, as fábricas americanas receberam um impulso tão extraordinário, a ponto de não somente suprirem a demanda interna como começarem a exportar seus produtos. A partir de 1815 a produção de lã e algodão conectou-se a um crescimento elevado na produção manufatureira; esta ligação criou inúmeros empregos. Com o crescimento do setor manufatureiro, ocorreu uma rápida elevação de todos os preços.

List (1983) ressalta que em 1828 as tarifas de importação dos Estados Unidos voltaram a ser majoradas e o setor industrial cresceu de forma inacreditável, principalmente na manufatura do algodão e da lã. A miséria, a brutalidade e o crime eram desconhecidos entre a população manufatureira dessa nação. Pelo contrário, encontrava-se a mais rigorosa moralidade e decência por parte dos trabalhadores na manufatura.

Nenhuma nação teria sido tão mal interpretada e julgada em seu destino e quanto a sua economia nacional quanto os Estados Unidos. Os próprios teóricos Smith e Say afirmavam que o país estava predestinado à produção agrícola. Essa percepção desfazia as aspirações de algumas dúzias de repúblicas novas. O que os teóricos acima não previam é que o país tomaria uma decisão de bem-estar da nação contrária ao livre comércio (LIST, 1983).

A economia americana era muito diferente da economia inglesa. A economia nacional inglesa tinha por prioridade produzir manufaturas para todo o mundo, monopolizar todo o poder manufatureiro, mesmo às expensas das vidas de cidadãos, para manter o mundo e suas colônias em um estado de submissão pela administração política, bem como pela superioridade de seu capital, de suas capacidades e sua Marinha de Guerra. O escopo da economia política americana vislumbrava um desenvolvimento econômico no mercado interno, pela combinação do crescimento da agricultura, da indústria e da infraestrutura e, adicionalmente, a segurança deste desenvolvimento doméstico com tarifas protecionistas – naturalmente direcionadas contra os ingleses (LIST, 2009).

Em 1832, aprovou-se uma nova lei alfandegária beneficiando especificamente o ferro e o setor têxtil com elevadas taxas de proteção de 40% do valor das mercadorias. Os períodos seguintes entre 1846 e 1861 foram rotulados como “protecionismo moderado”, isso porque, a lei de 1846 trouxe uma redução no protecionismo, ainda que o imposto médio *ad valorem* sobre as 51 categorias mais importantes de bens importados continuasse sendo 27%. Houve uma redução em 1857, dessa vez viabilizada pela aliança dos democratas com os fabricantes de roupas, que queriam incluir a lã crua na lista livre, e com interesses das ferrovias, que queriam o ferro importado isento de tarifas. Todavia, esse protecionismo foi considerado moderado apenas nos padrões históricos dos Estados Unidos (CHANG, 2004).

⁵⁷ Presidente dos Estados Unidos (1809-1817).

⁵⁸ Estados Unidos declaram guerra à Inglaterra.

Comparando-se com as taxas praticadas por Reino Unido e Alemanha, informadas na Tabela 2, revela-se um protecionismo elevado.

No início do século XIX, os Estados Unidos não só foram os mais fortes defensores das políticas protecionistas, como também a sede intelectual desse pensamento. Na época, os intelectuais norte-americanos tinham convicção de que um país novo exigia condições econômicas diferentes do Velho Mundo (CHANG, 2004).

O Quadro 5 resume as principais afirmações dos autores consultados.

Quadro 5 – O desenvolvimento das forças produtivas dos Estados Unidos

AUTORES	ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO
LIST	1983/86	– lã; – algodão; – terras não cultivadas em seu território fértil	– manufatura da lã e do algodão	– elevadas taxas alfandegárias; – administração por um estado atuante
HAMILTON	2009	– lã; – algodão; – território fértil, virgem e inabitado	– manufatura da lã e do algodão	– forte proteção, com um estado atuante
PHILIP	1980	– valorização em novas terras.	– ramos têxteis; – caminhos de ferro; – indústria química; – vias férreas transcontinentais	– medidas protecionistas
HOBSBAWM	1977	– algodão bruto	– ferrovia transcontinental	– fortes medidas protecionistas
CHANG	2004	-	– manufatura de produtos têxteis e ferro	– fortes medidas protecionistas
FREEMAN	2008	– dotação de recursos naturais; – pesquisa na área agrícola	– ferrovias; – manufatura de ferro e aço; – intensificação de capital e gerenciamento de fluxos de produção em larga escala	-

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Discussão

Conforme List (1983), após o Tratado de Gand⁵⁹, o Congresso decretou que as taxas alfandegárias fossem aumentadas de 100%; e, durante o período de vigência desta política, o país continuou a prosperar. Entretanto, o próprio Congresso, coagido pelos poderosos interesses privados que se opunham aos fabricantes nacionais, e convencido pelos argumentos dos teóricos da economia, resolveu, no ano de 1816, fazer uma considerável redução nas taxas aduaneiras, causando os mesmos efeitos de 1786-1789, ou seja, a ruína das manufaturas, a falta de mercado para a produção nacional, a queda no valor da propriedade e a calamidade geral entre os proprietários de terras.

⁵⁹ Ao final da Guerra de 1812 (1812-1814) fixava a fronteira norte com o Canadá, domínio inglês.

O protecionismo apenas traz benefício para a prosperidade na medida em que corresponda ao grau de desenvolvimento industrial da respectiva nação; o protecionismo exagerado é nocivo; as nações só podem chegar a possuir uma grande forma manufatureira gradualmente (LIST, 1983).

Na perspectiva de Chang (2004), a indústria americana no século XIX não precisava de toda a proteção de que dispôs, e muitas tarifas perduraram mais do que foram úteis. Também cabe destacar o papel desempenhado pelo governo no desenvolvimento infraestrutural e no apoio em pesquisa e desenvolvimento.

Para Freeman (2008), outro aspecto que caracterizava a economia política norte-americana eram os esforços dos empresários para o aumento de escala dos processos de produção e para a inovação de maquinários e de sistemas produtivos projetados para servir mercados muito grandes. A dimensão da infraestrutura de transportes e comunicação (ferrovia e telégrafos) que, em meados do século XIX, permitiram aos Estados Unidos tirar proveito de sua ampla dotação de recursos naturais e seu vasto território para obtenção de suas economias de escala não foi encontrada em qualquer outro lugar do mundo.

Quadro 6 – Semelhanças e complementos em relação à descrição da trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos da América

	ESTADOS UNIDOS
PONTOS SEMELHANTES A LIST	Os autores Philip (1980), Hobsbawm (1977), Chang (2004) e Freeman (2008) convergem com List quanto aos estágios de desenvolvimento da nação, apresentando o conflito político e econômico entre norte e sul, o desenvolvimento dos transportes, o potencial promissor de um território e uma população em expansão e a política de forte proteção alfandegária.
COMPLEMENTOS AOS RELATOS DE LIST	Freeman (2008) acrescenta que, já na primeira metade do século XIX, ocorreu uma intensificação de capital e capacitações organizacionais para explorar a dimensão e a comunicação continental, iniciando-se a produção e distribuição em larga escala. Chang (2004), a partir do estudo do desenvolvimento de outras nações, argumenta que a proteção tarifária tão elevada e persistente como a verificada nos Estados Unidos não seria necessária.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Considerações finais

Verificou-se uma significativa similaridade entre os conteúdos apresentados por List (1983, 2009) e as interpretações de historiadores econômicos posteriores. Percebe-se que a descrição de List (1983, 2009) é menos detalhada em alguns aspectos do que a produção, por vezes mais específica e detalhada, dos demais autores. Há elementos adicionais nos relatos dos autores mais modernos consultados que, a despeito de sua importância para a composição de um quadro referencial histórico, não configuram a identificação de uma realidade radicalmente distinta. Tampouco há em List (1983, 1986) lacunas a ponto de descaracterizar o grau de desenvolvimento das nações.

List (1983, 2009) teve o acesso aos relatos de Hamilton (2009), leu suas considerações sobre a importância dos investimentos de capital estrangeiro, e inclusive escreveu sobre a importância da Costa Leste dos Estados Unidos como porta de entrada do capital intelectual e material vindo da Europa. No entanto, esta é uma afirmação circunscrita aos Estados Unidos; List (1983, 2009) deu maior ênfase aos óbices impostos pela Inglaterra

ao desenvolvimento de outras nações do que a seu papel de difusora de técnicas produtivas e comerciais.

Entre os complementos aos relatos de List, está o que dá conta de que se, por um lado, a Inglaterra com suas Leis de Navegação, poder naval e abertura de importações de matérias-primas agrícolas procurava limitar o crescimento de outras nações, por outro, era fonte de transbordamento de conhecimentos produtivos e capital, bem como exemplo de sucesso com seu progresso industrial e sua estratégia comercial. Hobsbawm (1977) afirma isto reiteradas vezes e apresenta como exemplo a absorção de capital e de mão de obra especializada europeia pela parte norte dos Estados Unidos; Philip (1980) relaciona os investimentos iniciais em ferrovias na Alemanha a capitais ingleses; e Freeman (2008) exemplifica um caso de transbordamento de conhecimento da Inglaterra para os Estados Unidos (fiandeira hidráulica).

Atualmente, há evidências de que a proteção tarifária não era tão importante para o desenvolvimento nacional como supunha List (1983). Embora ele percebesse que o processo de constituição das forças produtivas era bem mais amplo e profundo do que uma política de restrições às importações, em sua percepção a magnitude elevada e de aplicação regular durante longo período seria fundamental. Os dados apresentados por Chang (2004) revelam, para o caso da Alemanha, que a magnitude das tarifas não é tão importante para o desenvolvimento econômico nacional.

A descrição de List (1983, 1986) sobre a evolução agrícola da Alemanha, embora corroborada em linhas gerais pelos demais autores, não é claramente referenciada no tempo. Em parte, isto se deve ao longo período de práticas feudais na organização da produção agrícola na Alemanha. Tilly (1978) e Philip (1980) proporcionam o acréscimo de informações objetivas, datadas, que permitem precisar que a agricultura esteve com sua produção condicionada a normativas feudais, principalmente no oeste da Alemanha, da Idade Média até a metade do século XIX. Em paralelo a isto, Philip (1980) informa que o setor industrial conservou essencialmente o regime do artesanato doméstico disperso pela província até 1860. O regime de artesanato é superado nesta data concomitantemente à substituição da lã pelo algodão na tecelagem.

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- BUARQUE, C. Apresentação. In: **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução: Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1979.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.
- CHANG, H. J. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COSTA, F. N. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo**: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Texto para discussão. Campinas: Instituto de Economia; Unicamp, Campinas, n. 205. 2012.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. Atlas: São Paulo, 2000.
- FONSECA, P. C. D. O pensamento econômico alemão no século 19. In: HELFER, Inácio (Org.) **Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 9-19.
- FREEMAN, C. Technological infrastructure and international competitiveness. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 13, n. 3, p. 541-569, 2004.

_____. **A economia da inovação industrial**. Tradução: André Luiz Sica de Campos e Janaina Oliveira Pamplona da Costa. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo, 2008.

GEORGE, A. e BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. London; Cambridge: MIT Press, 2005.

HAMILTON, A.. Relatório sobre as manufaturas. In: HAMILTON, A; LIST, G. F; CAREY, H. **Cartas da economia nacional contra o livre comércio**. Tradução: José Lino Grünwald, J. Rodrigues. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A era do capital**. 1848-1875. Tradução: Lilian Nunes da Costa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era das revoluções**. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 24. ed. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LIST, G. F. **The national system of Political Economy**. Tradução: Sampson S. Lloyd. 2 ed. 1845.

_____. **Sistema nacional de Economia Política**. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

_____. **Sistema nacional de Economia Política**. Tradução: Luiz João Baraúna. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

LIST, G. F. Esboço de Economia Política Americana. In: HAMILTON, A; LIST, G. F; CAREY, H. **Cartas da economia nacional contra o livre comércio**. Tradução: José Lino Grünwald, J. Rodrigues. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009.

PEREIRA, L. M. P.; MENEZES, S. L. Sobre ideias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As ideias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 1, 30 set. 2008.

PHILIP, A. L. **História dos factos económicos e sociais**. 2. ed., Lisboa: Moraes Editores, 1980.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TILLY, R. H. T. **The Cambridge Economic History of Europe**; Capital Formation in Germany in the Nineteenth Century. Ch. 3. New York: Cambridge University Press, 1978.

Recebido em agosto de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

**MULHERES NO CÁRCERE:
A estrutura do sistema prisional e a construção do gênero no Brasil**

**WOMEN IN PRISON:
The structure of the prison system and the construction of gender in Brazil**

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz**
*Fernanda de Araújo Bugai***

RESUMO: Neste artigo, buscamos pontuar as implicações de gênero do encarceramento feminino a partir da fala de quatro mulheres apenadas no interior do estado do Paraná, Brasil, considerando, para isso, a própria história do sistema prisional no país e a análise das prerrogativas jurídico-legais do ordenamento jurídico nacional.

PALAVRAS CHAVE: Gênero. Prisões. Brasil.

ABSTRACT: In this article, we seek to point out the gender implications of female incarceration through the speech of four distressed women in the countryside of the state of Parana, Brazil, considering for this purpose the history of the prison system in Brazil and the analysis of juridical-legal prerogatives of the national legal order.

KEYWORDS: Gender. Prison. Brazil.

No Brasil, que tem a terceira maior população carcerária do planeta (VERDÉLIO, 2017), a fala de criminosos é praticamente invisível, haja vista que a dimensão do crime não pode ser mais pensada apenas do ponto de vista factual, mas pelas representações simbólicas sobre criminosos perigosos, sobre as pessoas que agem corretamente e sobre as que agem errado. Em outros termos, como observa o historiador Marcos Bretas (MORES; BRETAS, 2017), discutir o lugar desses agentes é discutir como sociedades mobilizam valores, sendo fundamental escapar à noção jurídica do crime e de criminosos para vislumbrar valores negociados em torno das histórias que os envolvem. É preciso, como pontuou a historiadora Sandra J. Pesavento (2009), atuar no contrafluxo da assertiva que entende a cadeia como um esvaziamento da individualidade.

A posição de destaque em termos de população encarcerada ganha outra dimensão quando se observa que o país também tem a quinta maior população de presas (mais de 44 mil), apenas atrás dos Estados Unidos da América (205.400 detentas), da China (103.766), da Rússia (53.304) e da Tailândia (44.751) (PONTES; MARTINS, 2017). Dados oficiais brasileiros mostram que o número de mulheres encarceradas saltou de pouco mais de 5.500

* Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), da Unicentro, Paraná. Visiting Scholar no Lateinamerika Institut, Freie Universität Berlin. Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Unicentro. Professora Adjunta C do Departamento de História da mesma instituição. Doutora em História (UFSC, 2008), com Pós-Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH-UFSC, 2011 - Bolsa PNPd-CAPES) e Pós-Doutorado em Gênero e Ciência (Freie Universität Berlin, 02/2017-01/2018).

** Vara de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios de Guarapuava/Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – Unicentro Mestre em Desenvolvimento Comunitário – Unicentro.

em 2000 para mais de 44,5 mil em 2016. Do total de presas, 80% são mães, responsáveis principais ou únicas pelos cuidados de filhas e filhos; 62% delas estão cumprindo pena por tráfico de drogas. Do total de presídios, havia 1.420 unidades prisionais estaduais no país, 75% deles estão destinados a homens, 7% a mulheres e há 17% de unidades de uso misto (embora a Lei n. 7.2010, de 11 de julho de 1984 já tenha estabelecido como dever do estado prover presídios para homens e para mulheres) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Em meio às obrigações do Brasil como signatário de tratados de direitos humanos e de documentos como as Regras de Bangkok, que padronizam procedimentos e tratamento de populações apenadas em nível global, a realidade de encarceramento no interior do país perfaz um caminho que, se não é contraditório às exigências internacionais, no mínimo está muito aquém dos esforços que poderiam já ter sido formulados.

As Regras de Bangkok (Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiras Mulheres e Medidas Não Restritivas de Liberdade para Mulheres em Conflito com a Lei) foram editadas em 2010, traduzidas para o português brasileiro em 2016, e são complementares às Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros, de 1955 (QUEIROZ, 2015, p. 6). No entanto, somente em 2010 o discurso feminista fez-se presente na temática inerente ao cárcere.

A atuação do Brasil nas Regras de Bangkok deriva de sua participação como membro da ONU desde a fundação e desde a edição das Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, que já estabeleciam o tratamento não discriminatório e a igualdade entre os sexos (CERNEKA, 2009, p. 1). Cabendo ao Brasil, pela tradição em suas apresentações à organização, uma postura diplomática, política e garantista frente aos enfrentamentos propostos (AMORIM, 2009, p. 68).

Neste artigo, buscamos pontuar as implicações de gênero do encarceramento feminino no interior do Brasil, a partir da fala de quatro mulheres apenadas no estado do Paraná, considerando, para isso, a própria história do sistema prisional no país e a análise das prerrogativas jurídico-legais do ordenamento jurídico nacional.

Assim, abriremos espaço para uma leitura mais detida em torno das intrincadas relações de gênero e violência, por um lado, para depois trabalharmos com o caso de mulheres que cumprem pena em Guarapuava, Paraná, e que puderam relatar suas vivências em meio à situação de privação de liberdade no âmbito de uma pesquisa mais ampla.

O suporte dos casos relatados por quatro prisioneiras proporciona a exploração e o entendimento social de temas mais complexos e amplos, como acontece em meio a estudos de caso. Zaidah Zainal (2007), Grässel e Schrimmer (2006) observam que relatos exprimem e permitem a pesquisadores e pesquisadoras examinarem, em contextos específicos, dados já coletados.

Trabalhamos, nesse sentido, com relatos coletados, observando premissas da história oral, considerando as subjetividades, as trajetórias individuais em meio a eventos e processos mais amplos, tais como o da invisibilidade no sistema prisional. Verena Alberti (1989, p. 4) observa que a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva do objeto investigado.

Para apresentar os fragmentos de quatro relatos que obtivemos, tomamos cuidados éticos atinentes ao processo de construção da investigação, garantindo o anonimato e apropriando os relatos sem alterar seus significados e sentidos, com anuência das interlocutoras e autorização do Departamento Penitenciário do Paraná.

Marginalização da presa em meio à marginalização do criminoso

Se a história de criminosos perfaz um caminho de relativa invisibilidade, de generalizações e de homogeneizações, a construção do sistema prisional calcada na imposição do poder estatal de restrição de liberdade fez com que o ator social criminoso viesse a ser representado sem distinção de gênero. Isso tornou as mulheres, população

crescente no próprio sistema, ainda mais marginalizadas que os próprios indivíduos criminosos marginalizados homens.

É importante ressaltar que essa situação não é uma exceção, pois é corriqueira e naturalizada em todo o território nacional. Por isso a importância da pesquisa acerca das realidades enfrentadas pelas mulheres presas, mas não apenas isso; é também necessário compreender as motivações que conduziram essas mulheres à criminalidade e o tratamento que lhes é conferido no ambiente prisional. Assim como perceber de que maneira as subjetividades são construídas a partir das vivências dessas mulheres.

Quando não são contempladas com a remoção para uma unidade prisional “adequada”, as mulheres encarceradas precisam aguardar a tramitação de seus processos em cadeias públicas, unidades direcionadas unicamente ao sexo masculino, numa situação de improviso e terror, como é possível observar nas falas que coletamos. À marginalização de encarcerados, então, soma-se uma nova marginalização, que é a de mulheres no âmbito do sistema prisional, que pode ter ligações com posicionamentos e formulações realizadas no passado em torno do próprio entendimento jurídico da penalização.

Maria Teresa Citelli (2001, p. 136) identifica que, embora haja certo desconforto referente às obras publicadas no passado, existe uma necessidade em se observar que, quando se fala em sistema penal e criminalidade, ainda é possível percorrer raciocínios que perduram e que tendem a construir o criminoso e a criminosa a partir de diferenças sexuais “naturais”.

Eugenio Raúl Zaffaroni (1993 *apud* ESPINOZA, 2004, p. 21), demonstrou que a relação entre mulheres e sistemas punitivos, no Ocidente, acabou vindo à tona desde os tempos medievais e culminou no século XIX, quando “a relação da mulher com o poder punitivo se revela no processo de gestação desse poder” (ZAFFARONI *apud* ESPINOZA, 2004, p. 21). Nesse sentido é que é fundamental pensar tal processo como “poder de gênero”, ou seja, um sistema de relações no qual a mulher acaba sendo sempre agredida pelo próprio sistema.

Em paralelo, no final do século XIX, como observou Sandra J. Pesavento (2009), uma nova ciência se desenvolvia e se expandia no mundo ocidental: a antropologia criminal. Essa ciência nasceu no espaço urbano, em meio a uma população multiforme, inquieta e ameaçadora. De acordo com Pesavento (2009), “a cidade, local de contraste e da exposição da diferença, apresentava-se sob as suas duas facetas: era tanto o centro difusor das novidades e da cultura quanto era profundamente perigosa, berço de todos os vícios” (PESAVENTO, 2009, p. 5). A sociedade dos homens bons criou práticas e representações para designar o povo desta outra cidade terrível: os excluídos, os indivíduos, os elementos (PESAVENTO, 2009, p. 5).

A perspectiva positivista do “indivíduo”, do “elemento”, não distinguia homens e mulheres no oceano de indesejáveis sociais. A construção imagética das mulheres como seres fracos de corpo e de mente veio a ser apropriada e aprofundada pela nascente criminologia, e a mulher criminosa passou a carregar, duplamente, a infâmia do crime e a fraqueza biológica.

Por conseguinte, a mulher criminosa passou a ser lida por meio de uma criminalidade inclusive negligenciada, limitada aos contextos da comparação com os crimes de homens, à prostituição e à análise de seu crime a partir de ideias morais como depravação (na perspectiva de que mulheres normais são passivas, não violentas, e de que as mulheres criminosas seriam “anormais” e doentes) (ISLAM et al., 2014).

A marginalização das mulheres criminosas no interior da marginalização do crime veio a ser historicamente construída na medida em que as teorias dominantes de crime (anomalia, transmissão cultural ou conflito) essencialmente localizavam a marginalidade nas classes pobres e no comportamento criminal masculino, daí a sexualização, a psicologização e a silogização dessas mulheres tidas como “loucas”.

A partir dos anos 1970, Islam et al (2014) pontuam que uma guinada nos estudos criminalísticos aconteceu e um deslocamento da teoria biológica da causa do crime feminino nas suas mais diversas vertentes paulatinamente para uma leitura do crime a partir das

relações de gênero passou a acontecer no âmbito da discussão teórica. Primeiro, surgiram estudos destinados a dar visibilidade às mulheres criminosas (ISLAM et al., 2014). Mais recentemente, Walklate (2003) considerou a necessidade de perceber as nuances de gênero na construção de homens e mulheres do crime na medida em que o crime é uma atividade preponderantemente masculina, mas não é o resultado de diferenças sexuais. Ele é o produto de diferenças de gênero (ISLAM et al., 2014).

Espinoza (2004, p. 84-85) destaca que a mulher presa “tem sido estudada sob o estereótipo de mentalmente perturbada”, e que tal postura decorre de estudos psicogenéticos da criminalidade que ainda pautam a promoção de políticas públicas voltadas ao combate da criminalidade, especialmente no âmbito da saúde. A realidade de construção dessas políticas com base na adoção de tais posturas pode estar diretamente ligada à ineficácia que o poder público apresenta frente à existência de milhares de mulheres encarceradas no Brasil e da rápida expansão desses números em anos recentes (ESPINOZA, 2004, p. 84-85).

O exercício do discurso jurídico e prisional de naturalização do sexo é uma maneira de assegurá-lo em um *status* pré cultural, pré discursivo, de acordo com o que pontua a filósofa Judith Butler (2010). Butler (1998) entende que o uso da categoria “mulher” é coerente para reivindicação política, que é multifacetada e, em razão disso, sua proposta é esquecer as identidades que rotulam, fixando realidades numa alegoria de masculino/feminino, propondo-se pensar o poder que permeia a constituição desta mulher, todo o processo que esta passou para hoje se tornar um “agente”, explorando a ideia de liberdade do sujeito estar “aberto” para novos enfrentamentos e realidades, vigorando e ressignificando sua constituição.

Conhecer a existência ou a invisibilidade da mulher no sistema prisional, seus motivos para o cometimento de delitos é, assim, tarefa crucial para a delimitação desse universo, refletindo-se diretamente na sociedade, nas perspectivas de segurança pública e combate à violência.

Historiando o sistema prisional

Embora etimologicamente não seja possível precisar a origem da palavra pena, entende-se que sua origem derive do termo latino *poena*, que significa castigo, expiação e suplício, ou dos outros termos *punere* (por) e *pondus* (preso), no sentido de pesar, em face ao equilíbrio que se estabelecia pela ideia de balança da justiça. Ainda, é possível posicionar sua origem a partir das palavras gregas *ponos* e *poiné*, que implicam noções de trabalho, fadiga e sofrimento (BECCARIA, 2011).

Até o século XVIII, em contexto amplo, as penas e a história do direito penal são marcadas pela crueldade, pelo suplício, não sofrendo interferência de posturas humanísticas. Ainda mais porque a esfera do crime estava ligada à esfera do pecado (FOUCAULT, 1999) de modo que inexistia o pensamento da privação de liberdade como pena, mas unicamente no sentido de custódia que evita a fuga, para a garantia do processo penal.

Foi apenas no século XVIII que a pena privativa de liberdade surgiu enquanto meio de punição estatal, como forma de exercício da punição, a partir da escola criminológica positivista, que deu caráter punitivo, retributivo e preventivo à pena.

Foi no final do XVIII que começaram a surgir os primeiros projetos do que se tornariam as penitenciárias, ainda hoje modelos utilizados em diversos países. Nesse aspecto, destacam-se nomes como John Howard e Jeremy Bentham, ingleses que, após a vivência cotidiana com pessoas criminosas e imersos no universo da criminologia, fizeram propostas para a reforma do sistema punitivo. Segundo Bentham, “a disciplina dentro dos presídios deve ser severa, a alimentação grosseira e a vestimenta humilhante”. Apesar do pensamento radical, foi a partir daquele momento que surgiram as estruturas penitenciárias ainda hoje utilizadas como modelos, em que se busca a disciplina e a punição (GONÇALVES, 2009, p. 11).

Os modelos de estrutura penitenciária são variáveis no decorrer dos séculos, apostando-se nas mais diversas estruturas físicas para conter a pessoa presa, destacando-se, especialmente, a situação de reclusão absoluta do preso, deixando-se de lado a importância da ressocialização e o pensamento de que a pessoa em algum momento retornaria ao convívio social

Nesse contexto, Michel Foucault (2014, p. 223) assevera que a mudança no meio de punição acompanha a tendência de mudanças políticas da época – note-se que a análise contextual é eurocêntrica, em razão de se tratar da maior influência ao sistema prisional brasileiro. O autor destaca que a prisão, naquele momento, modifica o meio de sofrimento do sujeito, deixando-se a punição do corpo e passando a se punir sua “alma”.

Para Foucault (2014, p. 23) o sistema penal organizado permite à sociedade “organizar, acomodar, tornar política e economicamente vantajoso todo um jogo de ilegalidades e ilegalismos”, de maneira a manipular a população carcerária – já excluída – a agir de acordo com os interesses do Estado. Afinal, para o autor o sistema penitenciário nada mais é do que a efetivação de um sistema de poder, imposto pelo mais forte àquelas pessoas que se mostram como atores dessa sistemática de um sistema “em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, por meio da colocação de novas objetividades” (FOUCAULT, 2014, p. 301).

O Brasil não teve um sistema de ordenamento jurídico penal até 1830 (RIBEIRO JUNIOR, 2009). O império recente acabou por utilizar as Ordenações Filipinas portuguesas, que em seu livro V traziam o rol de crimes e penas que seriam aplicados. Entre elas, previam-se as de morte, degredo para as galés e outros lugares, penas corporais (como açoite, mutilação, queimaduras), confisco de bens e multa e ainda penas como humilhação pública do réu. Não estava previsto o cerceamento e a privação de liberdade, uma vez que as Ordenações são do século XVII e os movimentos reformistas penitenciários começam só no final do século seguinte. Os estabelecimentos prisionais do Brasil seguiam o antigo entendimento de prisão como meio de evitar a fuga para a pena que viria e não como pena final (MAIA, 2009, p. 5-7).

Em 1824, com a primeira Constituição Federal, foi que o Brasil começou a reformar seu sistema punitivo, humanizando a pena e deixando de lado, ainda que timidamente, a utilização da pena cruel e corporal. E foi em 1830, com o Código Criminal do Império, que surgiu a pena de prisão, subdividida em duas categorias: a prisão simples e a prisão com trabalho (que podia ser perpétua); predominantes entre as penas a serem aplicadas, todavia, mantendo-se a possibilidade da pena de morte e dos trabalhos forçados. Naquele momento, o Estado não definiu um modelo próprio de sistema penitenciário, ficando tal decisão à incumbência das províncias, estabelecendo-se, no entanto, a necessidade da existência de acomodações à pessoa presa que satisfizessem também a necessidade do trabalho.

Em 1841, o Brasil abriu espaço para os modelos de sistemas penitenciários estrangeiros e, assim, foram criadas as casas de correção de São Paulo e Rio de Janeiro, modelos influenciados pelo pensamento de Jeremy Bentham (GONÇALVES, 2009, p. 11). As duas casas de correção eram exceções frente ao sistema falido já àquela época. Ademais, ambas apresentavam o modelo de ressocialização pelo trabalho que, muitas vezes forçado, passou a gerar grandes críticas sociais (ARAUJO, 2007, p. 154).

Em 1890, a criminologia positivista passou a influenciar os pensadores penais no Brasil e, nessa época, o novo Código Penal aboliu as penas de morte, penas perpétuas, açoite e as galés, e previa quatro tipos de prisão: a prisão celular, reclusão em “fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares” destinada para os crimes políticos contra a recém-formada República; prisão com trabalho a ser cumprida em penitenciárias agrícolas e prisão disciplinar, destinada aos menores de 21 anos. Nesse momento, o novo código assumiu o modelo de sistema progressista irlandês, responsável pela progressão gradativa do sujeito enquanto cumpria sua pena.

Mesmo existindo novas visões e a preocupação com a ressocialização da pessoa presa, a realidade carcerária do Brasil era desastrosa, inexistindo, naquele momento, unidades prisionais suficientes para o número de pessoas presas.

Segundo Fernando Salla (2006, p. 189), no ano de 1906, foram condenados no Estado de São Paulo 976 presos à prisão celular. Existiam apenas 160 vagas para esse tipo de prisão no estado, portanto 816 presos cumpriam pena em condições diversas àquela prevista no Código Penal vigente. Observamos, portanto, que o problema de superpopulação é contemporâneo ao surgimento desse modelo prisional.

Pouco se fala na literatura acerca do sistema prisional no Brasil nesse período de reforma e reestruturação, afinal, cada estado-membro era responsável pelo sistema prisional correspondente, que acabou sendo caracterizado pelos males que sempre estiveram presentes em presídios, como a violência e a arbitrariedade dos funcionários e responsáveis, principalmente no caso de punições (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2012).

A situação prisional se arrastou e, em 1940, editou-se o novo Código Penal Brasileiro, vigente até o momento. Nele, o legislador trouxe inspirações europeias, apresentando uma lei fundamentada em bases de um direito punitivo democrático e liberal, ainda que dentro de um regime ditatorial. A mudança de código não trouxe maiores modificações no sistema prisional adotado, sendo que, somente em 1984, foi promulgada a Lei de Execuções Penais n.º 7210 (LEP), responsável pela regulamentação do sistema carcerário no Brasil que vigora até o momento. Conforme já disse Cezar Roberto Bitencourt (2017, p. 39), “a história da prisão não é a de sua progressiva abolição, mas de sua reforma”, sendo concebida como um mal necessário, que, no entanto, guarda contradições e mecanismos de poder insolúveis. Merece destaque a argumentação de Michel Foucault (2014, p. 300) quanto à reestruturação dos modelos encarceramento.

Verificamos, assim, que o modelo estruturado de vigilância carcerária imposto no Brasil serve de mecanismo de disciplina e autoridade exercida pelo estado, e é impossível tratar de Estado sem adentrar o mérito das distinções do público e do privado, conforme veremos adiante.

Sistema prisional feminino

No Brasil, a Lei n. 7.210/1984 é conhecida, no âmbito da história do direito nacional, como um marco inovador e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Segundo Pietro de Jesus Lora (2007, p. 244-245) “a tendência dos ensinamentos constitucionais é no sentido de reconhecer e valorizar o ser humano como a base e o topo do direito”, especialmente por atentar-se às diretrizes de cidadania e direitos humanos.

De maneira ampla, conforme destacam Garutti e Oliveira (2012), são cinco pontos fundamentais estabelecidos pela Lei no que diz respeito à classificação de unidades prisionais no território brasileiro. A primeira classificação fala da Unidade Penitenciária, que é destinada à pena de reclusão, em regime fechado (Art. 87). A segunda são as Colônias Agrícolas, Industriais ou similares, ou seja, estabelecimentos construídos para abrigar presos de justiça cujo cumprimento da pena seja em regime semiaberto (Art. 91). Em seguida, existe a casa do albergado, para presos cujo cumprimento de pena privativa de liberdade seja em regime aberto e a pena de limitação de final de semana. Nesses estabelecimentos, presos trabalham normalmente durante o dia e recolhem-se à noite (Art. 93). Há ainda hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, destinado a inimputáveis e semi inimputáveis (Art. 99), ou seja, “as pessoas portadoras de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que comprovado que o agente era portador dessa doença quando da prática da transgressão criminal e que era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato” (Art. 26). E, por fim, a cadeia pública, estabelecimento construído próximo de centros urbanos e destinado a presos provisórios, ou seja, antes da sentença condenatória definitiva (Art. 102).

Trata-se da lei que trouxe avanços evidentes no sistema penitenciário brasileiro, já que, antes de 1984, a execução de pena era apenas um expediente administrativo, mero

consectário legal e lógico da condenação, o que não significa que as previsões legais tenham sido alcançadas (CARDOSO, 2009, p. 107-108).

A Lei estabeleceu que as mulheres devem ser custodiadas em estabelecimentos prisionais adequados às suas condições pessoais, o que veio a ser consagrado pela Constituição de 1988 como dever do Estado, representando aspecto fundamental para a implementação de políticas públicas específicas, voltadas a esse segmento.

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, embora seja vasto o acervo de trabalhos científicos que discutem gênero e encarceramento feminino, pode-se observar que são poucas as informações acerca da existência e das condições das unidades prisionais no Brasil. As pesquisas existentes tratam de análises *in loco*. Existem poucos assentamentos oficiais acerca do cumprimento da previsão legal, notadamente no Direito, que, seja por ironia ou por excesso de conservadorismo, detém uma amplitude reduzida de trabalhos nessa temática, especialmente naquela voltada para as mulheres – situação que está mudando gradativamente – mas ainda se mostra tímida quando comparada a produções das áreas interdisciplinares, da história, do jornalismo e até mesmo da saúde.

Heidi Ann Cerneka (2009), quando coordenadora da Pastoral Carcerária Nacional, publicou *Homens que menstruam*, onde afirma que “o sistema prisional no Brasil e no fundo foi criado por homens e para homens” (CERNEKA, 2009, p. 61). A partir de dados quantitativos, ela demonstrou as diferenças de tratamento conferidos a homens e mulheres presos(as) no Brasil, que repercutem no pensamento das políticas públicas. Sua obra serviu de inspiração para o livro jornalístico de Mariana Lucena Queiroz, *Presos que menstruam*, (2016), com uma série de entrevistas realizadas com detentas e ex-detentas de várias unidades prisionais do Brasil, de norte a sul do país, mostrando a realidade da prisão e da criminalidade brasileira a partir da narrativa pessoal de sete personagens.

Em São Paulo, Drauzio Varella relatou seu cotidiano como médico voluntário, desde 2006, na Penitenciária Central do Estado. Numa trilogia que se iniciou com *Estação Carandiru*, em 1999, prosseguiu com *Carcereiros*, em 2012, e, somente em 2017, com *Prisioneiras*, o autor trouxe contos e histórias de vida através de suas memórias e entrevistas com pessoas que fizeram parte de seu cotidiano, relatando tanto suas subjetividades quanto das personagens, onde apareceu a situação caótica dos estabelecimentos prisionais a que se referiu a obra.

Nessa mesma linha, a antropóloga Debora Diniz publicou *Cadeia: relato sobre mulheres* (2015), dando destaque às vivências no interior do Presídio Feminino do Distrito Federal. A partir de 50 relatos coletados num período de seis meses de visita, a autora apresentou sua visão antropológica da condição de ser mulher e presa.

Os trabalhos acima citados são aqueles que causaram frenesi, se tornaram notícias midiáticas e assuntos comentados até surgirem novas pautas. Entrementes, no que tange ao Direito e às constatações do sistema penal voltado às mulheres, a simples busca pelo termo “encarceramento feminino”, dentro das plataformas de pesquisa nacionais, pode trazer resultados que ultrapassam o número de 10.000 publicações, e, dentre elas, em sua maioria, os trabalhos são recortes de um vasto trabalho de campo desempenhado.

As mulheres e a vivência pós-cárcere (2015), de Elaine Pimentel, foi fruto de tese de doutorado em sociologia na Universidade Federal de Pernambuco e mostrou a vivência de quatro mulheres na cidade de Alagoas, que dividiram com a autora suas expectativas pessoais e sociais, bem como suas vidas dentro e fora das prisões.

Magali Oliveira e André Filipe Santos (2012) publicaram *Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas*, discutindo as diferenciações impostas pelo sistema prisional ao direito de visita e visita íntima das mulheres e dos homens presos, destacando a essencialidade desses direitos para a manutenção dos laços familiares e afetivos dos reclusos.

Já Luiz Antônio Bogo Chies e Adriana Batista Varela (2007), em *A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: o círculo vicioso da exclusão*, analisaram o trabalho de mulheres encarceradas a partir de dados coletados no presídio de

Pelotas/RS, confrontando-os com pesquisas realizadas em outros estados brasileiros e problematizando a relação de poder e de políticas públicas.

Prisão e políticas públicas: uma análise do encarceramento feminino no estado do Ceará, de Ana Gabriela Mendes Braga e Paula Pereira Gonçalves Alves (2015), debateu o modelo de políticas públicas destinadas às mulheres presas no Ceará, a partir da experiência do próprio estado, através de entrevistas realizadas no local, com enfoque sobre o paradoxo entre superinvestimento em segurança pública e escassez de políticas sociais.

Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Lídio de Souza (2005), em *Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais*, analisaram a condição das mulheres presas no Espírito Santo. *Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos*, de Leni Beatriz Correia Colares e Luiz Antônio Bogo Chies (2010), deslocou o olhar sobre as populações presidiárias no tocante a questões de gênero. Outros trabalhos têm discutido a distribuição demográfica prisional feminina em várias regiões do país (SCHERER et al., 2011).

No campo do Direito, os livros até então disponíveis trazem o histórico prisional de forma abrangente e são ainda modestas, na área da Criminologia, obras voltadas à questão feminina, podendo-se destacar *Criminologia feminista: novos paradigmas*, de Soraia da Rosa Mendes (2014), que traz um paradigma conceitual e histórico acerca da construção do sistema prisional e do espaço destinado à mulher, suas experiências históricas, o paradigma etiológico e a epistemologia feminista.

O jurista Rogério Greco (2016), em *Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas*, aborda os fundamentos e limitações da pena e a legitimidade do Estado para punir, traçando a análise pela ótica dos direitos humanos, origem e evolução histórica da pena e da prisão. Ele analisa obras de pensadores da temática, fazendo uma explanação dos atuais problemas e enfrentamentos da privação de liberdade no Brasil e suas alternativas. Embora a obra faça uma análise globalizante do sistema prisional atual, partindo do aspecto histórico, deixa de lado a perspectiva de gênero, expiando o universo do dever ser.

Essa ausência de dados e trabalhos específicos acerca do sistema prisional no Brasil se deve também à ausência de informações disponibilizadas pelos governos. Nesse sentido, ou a pesquisa trata do universo de maneira ampla e mais distanciada, ou há a necessidade de empenhar esforços empíricos para tratamento do tema que, num país de dimensões continentais, tem em cada região uma face distinta de encarceramento.

Em razão disso, o Departamento Penitenciário Nacional só passou a coletar e disponibilizar dados sobre as unidades prisionais a partir de 2004, 20 anos depois da Lei. Esses dados passaram a ser publicados em documento oficial, o Infopen.

O levantamento de dados passou a incorporar a dimensão de gênero na elaboração dos quadros estatísticos do sistema prisional tardiamente, quando as Regras de Bangkok passaram a ser disponibilizadas em língua portuguesa na plataforma eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda em 2016, o então presidente do CNJ, Ricardo Lewandowski, destacou a importância do olhar penitenciário direcionado à mulher, salientando o aumento significativo do aprisionamento feminino no país e seus impactos para políticas de segurança, para a administração penitenciária e para políticas de combate à desigualdade de gênero, temática que encontrava eco nas Regras de Bangkok.

As regras de Bangkok datam de muito antes de 2010, quando foram compiladas, e dirigem-se à condição essencial da mulher em situação de prisão. Com olhar direcionado aos seus anseios e sua luta, social, de classe, de gênero, são “regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras” (BRASIL, 2016).

O nascer da temática é anterior e influenciado por demais tratados que versam sobre direitos humanos, como as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Resolução 1984/47), as Regras de Tóquio (Resolução 45/110), a Declaração de Viena sobre Crime e Justiça: ao Encontro dos Desafios do Século XXI (Resolução

55/59), as Recomendações para o Cuidado Alternativo de Crianças (Resolução 64/142), a Declaração de Salvador sobre Estratégias para Desafios Globais de Prevenção do Crime, Sistema de Justiça Criminal e seus Desafios em um Mundo em Transformação (A/CONF. 213/18, cap. I, resolução 1), além dos princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Declaração dos Direitos da Criança, entre outros tratados, disponíveis na plataforma digital do Conselho Nacional da Justiça (BRASIL, 2017).

Desde 1948, o Brasil faz parte da ONU como membro fundador, fazendo-o detentor do dever de respeito pelas regras que a entidade edita, embora não possa sofrer sanção por não cumpri-las. Ocorre que, em maio de 2012, o Brasil foi sabatinado na Revisão Periódica Universal da ONU, em Genebra. Na oportunidade, 78 outros países fizeram recomendações pontuais ao Brasil em razão da constante violação de direitos humanos. A questão do aprisionamento de mulheres mereceu destaque “como um problema particular, revelando que tanto autoridades quanto organizações não governamentais já estão sendo influenciadas por 16 ideias feministas no âmbito da discussão internacional de direitos humanos na questão específica da privação de liberdade”, segundo Mariana Lucena de Queiroz (2015, p. 16).

Das recomendações sugeridas, o Brasil apoiou todas aquelas pertinentes à superlotação, execuções, direitos das mulheres, combate à tortura, melhoria no acesso a equipes de monitoramento e acesso à Justiça (BRASIL, 2012). A sabatina ocorreu em 2006 e repetiu-se em 2017, quando recomendações inerentes aos direitos humanos no âmbito nacional elevaram-se para 240 (BRASIL, 2017).

As Regras de Bangkok compreendem 70 diretrizes categorizadas que disciplinam o tratamento da mulher presa e infratora dentro e fora das unidades prisionais, em aspectos de estruturação de unidades prisionais, sistemas de assistência, saúde, educação, dinâmica das relações interpessoais dentro das unidades, políticas de atendimento e defesa de mulheres, dentre outros fatores. Destacam-se, por ora, a primeira e a última regra, que são:

1) A fim de que o princípio de não discriminação, incorporado na regra 6 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos, seja posto em prática, deve-se ter em consideração as distintas necessidades das mulheres presas na aplicação das Regras. A atenção a essas necessidades para atingir igualdade material entre os gêneros não deverá ser considerada discriminatória, e

70) 1. Os meios de comunicação e o público serão informados sobre as razões pelas quais as mulheres entram em conflito com o sistema de justiça criminal e as maneiras mais eficazes de lidar com essas situações, com o intuito de permitir a reintegração social das mulheres, considerando o melhor interesse de seus filhos/as. 2. Publicação e disseminação da pesquisa e exemplos de boas práticas deverão formar elementos amplos de políticas que visem melhorar os resultados e a igualdade das respostas do sistema de justiça criminal para mulheres infradoras e seus filhos/as. 3. Os meios de comunicação, o público e aqueles com responsabilidade profissional no que se refere às mulheres presas e infradoras terão regular acesso a informações factuais acerca dos temas contemplados nestas regras e sobre sua implementação. 4. Programas de capacitação sobre as presentes regras e os resultados de pesquisas serão desenvolvidos e implementados para funcionários/as competentes da justiça criminal com o intuito de elevar sua consciência e sensibilidade sobre as disposições contidas nessas regras. (BRASIL, 2017).

Embora o Brasil tenha referendado tais regras, observa-se que muito pouco está sendo praticado dentro dessa perspectiva. Desde a disposição das estruturas físicas que devem ser dispensadas à mulher presa, já prevista na legislação de 1984, ratificada em Bangkok em 2010 e timidamente aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça, há de se notar, portanto, que não é desconhecido pelo Estado em nenhum dos seus três poderes (legislativo, executivo e judiciário) a existência da mulher no sistema penitenciário.

Em grau de comparação, conforme tabelas abaixo, pode-se observar os números correspondentes à população carcerária brasileira, excluindo-se as unidades federais, em cotejo ao número de unidades prisionais e vagas oferecidas, nos anos de 2005, 2014 e 2016 (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 – População carcerária no Brasil (2005-2016)

BRASIL	2005	2014	2016
POPULAÇÃO CARCERÁRIA TOTAL	296.919	579.797	726.712
HOMENS	283.994	542.407	665.482
MULHERES	12.925	37.380	42.355
VAGAS	206.559	371.884	368.049

Fonte: DEPEN, 2014-2017.

Quadro 2 – Unidades prisionais no Brasil (2005-2016)

BRASIL	2005	2014	2016
UNIDADES	879	1420	1449
MASCULINAS	798	1070	1067
FEMININAS	81	103	107
MISTAS		239	244
NÃO INFORMADAS		8	31

Fonte: DEPEN, 2014-2017.

No que se refere à população carcerária feminina, ocorreu um aumento de presas de aproximadamente 350% durante os períodos ora expostos, passando de 12.925 mulheres presas para 42.355, num intervalo aproximado de onze anos, nitidamente em descompasso com o número de vagas ofertadas, senão vejamos (Quadro 3):

Quadro 3 – Vagas e deficit de vagas em unidades prisionais no Brasil (2005-2016)

BRASIL	2005	2014	2016
VAGAS	206.559	371.884	368.049
DEFICIT	154.843	250.318	358.663

Fonte: DEPEN, 2014-2017.

Sobre o tema, Julita Lemgruber (1999, p. 6), ao analisar as diferenças nas taxas de criminalidade entre homens e mulheres, apontou que “prendem-se, sobretudo, a fatores socioestruturais [...] na medida em que as disparidades sócio-econômico-estruturais entre os sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina” (LEMGRUBER, 1999, p. 6).

Além de se mostrar em desacordo com a previsão da Lei de Execução Penal, o sistema prisional hoje revela sua ineficiência quanto ao cumprimento das leis, bem como o

agir em desacordo com os tratados internacionais assinados. O crescimento da população prisional feminina é latente, enquanto a oferta de vagas e unidades próprias não acompanham tais índices.

Todavia, esse esquecimento e essa não visibilidade explica-se por motivos muito mais antigos e multifacetados que apenas a estrutura jurídico-penal assumida pelo Estado. Mas por uma sistematização de estruturas de poder, conforme já pronunciado por Foucault (1999), por se tratar o sistema penal nada mais do que a estruturação repressiva das relações humanas.

Relatos de mulheres presas da cadeia pública de Guarapuava, no Paraná

No Estado do Paraná, de acordo com os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário (Depen), existem três unidades prisionais femininas, localizadas nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu. Ou seja, os locais destinados ao cárcere de mulheres estão nos extremos leste e oeste do Estado, em regra, responsáveis pela absorção do número total de presas oriundas dos 399 municípios do Estado.

Ocorre que a realidade fática é diversa. Essas três unidades prisionais não absorvem o número total de mulheres presas, por uma infinidade de fatores, de forma que tais pessoas são segregadas em delegacia de polícia e carceragens de cadeias públicas, onde permanecem durante todo o período da ação penal e muitas vezes durante o cumprimento da pena.

Essa realidade ocorre possivelmente em todos os locais que dispõem de delegacias de polícia. Muitas vezes a motivação é a manutenção do vínculo familiar conforme ocorre no município de Guarapuava, onde foram entrevistadas quatro mulheres presas: Mila (2018), Carol (2018), Helena (2018) e Sandra (2018), que, dentro de suas próprias subjetividades, demonstraram a realidade do sistema como um todo, desde o gerenciamento até essa reafirmação da estrutura de gênero representada pelas relações de domínio.

Apesar de se tratar de unidade prisional destinada unicamente a presos provisórios do sexo masculino, cuja capacidade é para 166 presos, atualmente conta com mais de 380 pessoas encarceradas, das quais mais de 30 são mulheres, sejam elas presas provisórias ou já condenadas, nos regimes fechado ou semiaberto, de maneira improvisada, a partir da disponibilização de uma única cela feminina e um quarto improvisado na cozinha.

A realidade da cadeia pública de Guarapuava não é diferente da realidade de muitos municípios do Brasil, razão que justifica sua explanação nesse estudo.

Questionadas sobre quais são as suas percepções após o episódio de prisão, Mila observou que “Aqui depois que eu vim presa é bem complicado, lá fora você sai a hora que você quer, faz o que quer, você se manda né. E aqui não, aqui você tem horário pra tomar sol, você tem horário pra vim pra aula, tem horário pra voltar, você só sai se o funcionário abrir se o funcionário não abrir não sai, é bem complicado até acostumar no ambiente [...]” (MILA, 1 mar. 2018).

Carol, acompanhando a perspectiva de Mila, constatou que sua vida mudou radicalmente com o encarceramento, em todos os sentidos, em especial à liberdade. De acordo com ela, “Minha vida depois da prisão mudou totalmente né, porque lá fora tem/tinha aquela liberdade de ir e vir, aqui dentro já não tem né, você é privado de muita coisa, até mesmo de comida. Assim, quando você tá no fechado não é tudo que entra, tudo que pode utilizar, mas lá fora não, lá tem acesso a tudo o que quiser. [...]” (CAROL, 27 fev. 2018).

Helena (2018) observou sua realidade a partir de uma perspectiva de tristeza, considerando que “é complicado viver com pessoas que você nunca viu na vida, tem que se adaptar porque você sabe que não vai embora” (HELENA, 26 fev. 2018). E continuou, “aqui dentro você vive de esperança, a cada fato que surge de ir pra casa é uma esperança, é uma felicidade (HELENA, 26 fev. 2018). Helena não teve sorte em seu primeiro casamento, relatou que o marido se envolveu com a criminalidade e que, por conviverem na mesma casa, quando ocorreu o flagrante daquele, segundo ela, num dia em que estava trabalhando fora, sequer estava no local, não teve espaço para fala ou para defesa. Foi indiciada,

processada e julgada, anos mais tarde, quando havia constituído nova família – agora “com um homem decente” –, sendo então presa. Helena é a única das mais de trinta mulheres na Cadeia Pública de Guarapuava que recebe visita do marido, recebe ainda apoio da família, sempre presente, realidade distante das tantas outras presas, que, eventualmente, pode acentuar o sentimento melancólico.

Além do anseio pela liberdade e da drástica mudança que ocorreu em suas vidas, essas mulheres presas demonstraram, cada uma à sua vista, a angústia de estar longe de sua família, a preocupação com aquilo que se passa na rua com seus afetos. Como demonstram Carol e Sandra, ao se preocuparem com o bem-estar de suas filhas que, ainda muito pequenas, tiveram o vínculo materno abruptamente interrompidos. Sandra, em 7 de fevereiro de 2018, observou: “[...] a gente sente uma saudade enorme né, que nem eu, sonho muito com minha menina, esses dias sonhei que uma criança tava pedindo um abraço pensei meu Deus do céu, dai sonho muito com minha menina [...]” (SANDRA, 7 fev. 2018).

Nesse mesmo sentido, Mila se mostrou consciente dos atos que praticou. Possivelmente por sua história de vida, recorrente, cuja família do marido está envolvida com a criminalidade, não viu outra alternativa senão a sorte do crime. Hoje, divide cela com a sogra e outras trinta mulheres, enquanto o marido aguarda transferência na galeria ao lado da sua. Na sua fala, aquilo que grande parte de mulheres e mães encarceradas sentem: “você tá ali presa porque você tava fazendo alguma coisa errada e que você queria dar o melhor para os seus filhos, tava querendo cuidar dos teus filhos” (MILA, 1 mar. 2018).

Para Carol, a realidade que vive é conflitante. Moça jovem ainda, cresceu em meio à miséria e ao abandono “se virando como pôde”, conheceu a “malandragem” ainda criança, meio de sobrevivência na periferia. Embora tenha passado por muitas situações peculiares durante a infância e a adolescência, foi presa com mais de vinte anos e hoje sofre com a distância da filha menor, que está sob cuidados do pai que não permite visitas, embora residam na mesma cidade. Seus vínculos familiares são mantidos com a mãe, que se esforça para visitar a filha, embora resida em outro estado: “para mim, é complicado, porque eu não consigo ver a minha filha, a minha mãe mora em Santa Catarina, vem uma vez ou duas por mês” (CAROL, 27 fev 2018).

Essa distância dos entes queridos manifesta-se de maneiras distintas, e podem surgir enquanto presságios do subconsciente, como relatou Sandra a respeito dos constantes sonhos com sua filha e a conseqüente angústia: os filhos homens estão presos em unidades prisionais distintas da Cadeia Pública de Guarapuava e a filha, que a entrevistada apresenta com dez anos, está sob cuidados de uma tia em Curitiba/PR.

Sandra, que relatou vir de uma vida difícil trabalhando como empregada doméstica em “casas de família”, demonstrou-se especialmente preocupada com o aspecto da alimentação, sua e da filha: “[...] me lembro tudo que a gente vai comer o que tem ai se lembra nela tudo né, daí esses já é um dos motivos, agora pra quem não tem filho não tem família assim que é uma, uma pessoa é uma mulher sem filho, daí acho que torna mais fácil pra tá aqui [...]a minha filha bem dizer ela tá sofrendo mais do que eu aqui dentro da cadeia.” (SANDRA, 7 fev. 2018).

Essa preocupação com a família, ao mesmo passo em que a memória oscila no tempo, quando se perde acerca da idade da filha menor, mostra, além da saudade e do desejo de liberdade, como o tempo passa de forma diferente dentro da cadeia. Um tempo mais demorado, certamente limitado e sufocado. Tal perspectiva temporal está também na fala de Helena, que, compassivamente, aguarda dia após dia pela liberdade, na fala melancólica que carrega: “mas é muito triste lá dentro [...] você olha lá o sol tá alto, passa parece que uma eternidade, você olha de novo lá o sol, então não passa o tempo lá dentro, você não tem nada pra fazer, anda de um lado pra outro, levanta de onde estava, você dá de cara com a grade, é muito triste, sabe” (HELENA, 26 fev. 2018).

Helena demonstrou que a ocupação é essencial à sobrevivência nesse ambiente e todas afirmaram ter que evitar pensar nessa questão “para não pirar”: “aqui na cozinha onde eu tô trabalhando o ambiente é diferente, sabe, porque aqui você conversa, você tem mais

liberdade, não liberdade de ir pra fora, de sair né, mas tem liberdade pra andar e você tá trabalhando, o tempo passa [...]” (HELENA, 26 fev. 2018).

Embora tenham consciência dos períodos que permanecerão privadas de suas liberdades, todas as entrevistadas demonstraram a esperança de que, talvez numa guinada do destino, seu momento chegue antes, seja antecipado. Percebemos isso na fala de Carol (27 fev 2018) quando afirmou: “assim a gente cresce, amadurece dentro de uma cadeia muitas vezes sai melhor outras vezes sai pior [...]”. A esperança do milagre também faz surgir entre essas mulheres uma rede de solidariedade. Muito embora estejam obrigadas a conviver com outras até então estranhas, desperta-lhes também a empatia: “e das tipo lá de dentro da cela eu não tenho muita coisa pra falar porque eu fiquei só três dias, mas elas me receberam muito bem, elas me ajudaram, eu não tinha no primeiro dia que eu vim sem roupa, sem produto de higiene, nada, então elas me ajudaram assim, não tenho nada pra dizer delas” (HELENA, 26 fev. 2018).

O sentimento de gratidão e cooperação aparece quase que instantaneamente com a prisão. Como demonstrou Helena, que atualmente está alojada na cozinha e cuja fala é corroborada por Mila, que está na cela: “não é assim, tipo, eu vou lá comer, eu vou fazer uma comida só pra mim, não, tipo tem o dia certo, tipo hoje é o meu dia de fazer comida, eu vou cozinhar pra todo mundo do meu barraco, eu vou cozinhar pra quinze meninas entendeu, dai todas quando terminar de fazer comida eu vou avisar oh ta pronta a comida todas vão comer, entendeu?” (MILA, 1 mar. 2018).

Mulheres presas estão, sobretudo, vivenciando uma realidade comum e imposta, em que as individualidades, embora possam ser conflitantes, ao mesmo tempo mostram-se sinônimas. A dor, a angústia, a tristeza, a esperança e o conformismo permeiam suas falas, são histórias de vidas distintas que se cruzam num ambiente e numa realidade amargas. Ironicamente, é momento propício para demonstrar mais uma vez suas forças; essa força da mulher é fator preponderante para o enfrentamento dessa realidade e se mostra presente em cada uma delas.

Quanto aos mecanismos de poder sobrepostos às mulheres presas, ainda que de maneira inconsciente, todas relatam, dentro de sua história e das suas concepções do sistema, verdades que se cruzam, demonstrando, por seus relatos orais, as privações que sofrem. Seja pela segregação institucional, seja pelos espaços a que são destinadas, quando a pena vai muito além da liberdade e atinge também o papel social que lhes cabe.

A necessidade de uma mirada a partir do gênero

Quando trata da posição feminina no aspecto de comunidade, Simone de Beauvoir (2009 [1949], p. 21) admite que à mulher sempre foi imposto papel relegado. A autora, ao tratar o comportamento humano como uma situação do ser independente do gênero, explica que “as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de entidades imutavelmente fixadas, que definiram determinadas características como as da mulher, do judeu ou do negro” (BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 14). Sendo assim, a luta feminina depara-se com a violência nos mais diversos setores. Quanto ao sistema prisional, não seria diferente.

Joan Scott (1995, p.73) argumenta que a disputa de gênero se mantém firme até a atualidade. Visto que a gramática, de modo geral, classifica fenômenos de classes que categorizam os indivíduos e os dividem em grupos distintos, destaca que as linhas de pesquisa de inclusão da mulher puderam ser diversificadas com o surgimento do feminismo.

De modo geral, as mulheres presas, no Brasil, não estão privadas apenas da liberdade, mas também de seu direito à intimidade, à maternidade, à privacidade, à saúde, dentre outras garantias fundamentais.

Não se trata, no entanto, de uma questão atrelada unicamente à privação de liberdade da pessoa, mas sim à privação da liberdade da mulher, ou seja, a privação de gênero, pois o instituto da prisão no Brasil, tal qual em todas as demais áreas sociais, ainda é dominado pela conceituação de gênero.

Essa justificativa natural da diferença, que fora socialmente construída na distinção entre o corpo masculino e o corpo feminino (diferença biológica), impõe o homem como “transcendental histórico” e a mulher “construída do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação”. É justamente neste momento que a violência simbólica ocorre, naturalizando a relação de dominação.

Na concepção crítica de Butler (1987, p. 151), exigir a mulher enquanto sujeito estável é dizer que não se pode contrapor politicamente seu papel. Recusa-se a autora ao entendimento estático desde seu surgimento, com o papel social pré-definido conforme outrora afirmado. Em razão disso, ela entende que a construção dos papéis sociais se dá através de processos de construção e desconstrução histórica. Para Butler (1987, p. 142-143), o gênero não é fenômeno linear, mas inconstante, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes. Assim sendo, não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, uma vez que a identidade é constituída pelos passos e descompassos de cada sujeito, quando afirma que “nós nos tornamos nossos gêneros e não nossos sexos”.

Nesse mesmo sentido, aliada ao pensamento criminológico, Vera Regina Pereira de Andrade (2005, p. 75) destaca o sistema criminológico como sistema social de controle, seletivo e desigual, tanto de homens como de mulheres, [...] sistema de violência institucional que exerce seu poder e seu impacto também sobre as vítimas.

Samantha Buglione (2000) também destaca esse aspecto oculto do direito penal, afirmando que, apesar de apresentar inclinação no sentido de defesa da sociedade e proteção de bens jurídicos fundamentais, o sistema penal, no seu tratamento às mulheres, é um reflexo da posição social designada a elas, em que o modelo do Estado democrático de direito, cujo principal alicerce é a dogmática jurídica, insere valores na construção da norma pautados na condição de gênero.

Para Espinoza (2004, p. 166), a prisão da mulher é uma faceta social, correspondente ao espaço de reprodução das condições de exclusão e inferiorização que já ocorrem no ambiente extramuros, sendo a prisão um local que “[...] intensifica os defeitos da sociedade de forma perversa, porque, ao controlar todos os aspectos da vida dos indivíduos e fazê-los dependentes de uma autoridade externa”.

Para Yumi Miyamoto e Loísio Krohling (2012, p. 239), dentro do contexto de sistema prisional são maiores as desigualdades de gênero.

Considerando que os papéis de gênero se constroem socialmente, observa-se no sistema prisional uma segunda chancela dessa construção desigual, que, além de trazer e de reafirmar a estrutura de poder foucaultiana, também reafirma os arquétipos de desigualdade com a mulher.

Considerações finais

O sistema prisional brasileiro está imerso em uma profunda crise, onde a supressão de direitos e garantias fundamentais dos presos está consagrada. E naquilo que diz respeito ao encarceramento feminino, a supressão de direitos é proporcionalmente ainda maior, diante da ausência de iniciativas públicas que observem as necessidades próprias das mulheres encarceradas, em razão de sua condição de gênero.

Conforme pode-se observar das informações expostas, as mulheres encarceradas possuem condições específicas de vulnerabilidade e demandam atenção especial do Estado que viola de modo acentuado inúmeros direitos das mulheres encarceradas. Desde a distração em relação aos direitos essenciais como à saúde, até ao direito à vida, ou àqueles implicados numa política de reintegração social, como o trabalho, a educação e a preservação de vínculos e relações familiares; ao se observar a existência de apenas duas unidades destinadas ao recebimento de presas provisórias e de regime fechado, mais uma unidade para presas condenadas ao cumprimento de pena em regime semiaberto.

Ressalta-se a ausência de informações concretas acerca das unidades prisionais femininas; e ressalta-se que, quando existentes, as informações são contraditórias com dados colhidos a partir do acompanhamento efetivo das unidades, que se mostram esquecidas e invisíveis no sistema penitenciário.

Se há alguma possibilidade de que o sistema prisional promova uma recuperação da pessoa presa, atendendo às expectativas sociais estabelecidas sobre o próprio sistema, ela está essencialmente na recriação dos vínculos com os círculos familiares e de amizade. Para Lemgruber (1999, p. 8), “a importância do contato com a família é múltipla e representa, antes de mais nada, o vínculo com o mundo exterior. Quando este vínculo não pode ser mantido, o sofrimento é imenso” (LEMGRUBER, 1999, p. 8).

Considerar a superlotação das unidades prisionais, com o aumento diário do número de prisões, de condenações e de dureza na penalidade não é ato preventivo ao crescimento da criminalidade.

Foucault acertadamente defendia que a prisão funciona como um instrumento de recrutamento. Mecanismo que torna o preso indesejável à sociedade, profissionalizando o indivíduo para voltar a delinquir posteriormente à prisão por faltar a ele alternativas de agir diferente.

Embora a pessoa que passe pela experiência do sistema prisional carregue consigo essa etiqueta social do delinquente, apta ao seu retorno, de acordo com o analisado acerca do gênero, conclui-se, portanto, que, na estrutura atual edificada do sistema carcerário brasileiro, a mulher está invariavelmente sujeita à dupla estrutura do poder. A primeira delas pela naturalização da dicotomia de gênero socialmente aceita e a segunda pelo poder estatal, que, embora esteja estruturado para punir a pessoa delinquente, legítima dentro de suas estruturas a relação de poder hierarquizada, permitindo-nos concluir verdadeira a premissa de que o sistema prisional é construído por homens e para homens, fechando seus olhos frente à latente existência de mulheres nesse contexto.

Observamos, portanto, que a história do encarceramento feminino é uma história de apagamentos, que se refletem na escassez de dados voltados à sistemática carcerária. Contraditória seria a existência de dados focados especialmente às mulheres, enfatizando-se que medidas imediatas devem ser tomadas a fim proporcionar às mulheres encarceradas visibilidade dentro do sistema penitenciário, garantias individuais e meios de enfrentamento das situações de violência de gênero.

Referências

- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- AMORIM, C. O Brasil e os direitos humanos: em busca de uma agenda positiva. **Política Externa**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 67-75, 2009.
- ANDRADE, V. R. P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência**, Florianópolis, n. 50, p. 71-102, 2005.
- ARAUJO, C. E. M. de. Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 147-161, 2007.
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 [1764].
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. [1949].
- BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRAGA, A. G.; ALVES, P. Prisão e políticas públicas uma análise do encarceramento feminino no estado do Ceará. **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 302-326, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas**, Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

_____. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210/84. De 11 de julho de 1984.

_____. ONU Brasil. **Conselho Nacional de Justiça publica versão em português de regras da ONU sobre detenção de mulheres**. Brasília, 2016.

_____. ONU BRASIL. **Brasil recebe centenas de recomendações para combater violações aos direitos humanos**. Brasília, 2017.

BUGLIONE, S. A mulher enquanto metáfora do direito penal. **Discursos Sediciosos – Crime Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 9/10, 2000.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.) **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.

CARDOSO, M. C. V. As assistências previstas na Lei de Execução Penal: uma tentativa de inclusão social do apenado. **Ser Social**. Brasília, v. 11, n. 24, p. 106-128, 2009.

CAROL. **Entrevista**. Entrevistadora: Fernanda Bugai. Guarapuava, 27 fev. 2018. 1 arquivo mp3 (60 minutos).

CERNEKA, H. A. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 61-78, 2009.

CHIES, L. A. B.; VARELA, A. B. A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: o círculo vicioso da exclusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]** Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

CITELLI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

COLARES, L. B. C.; CHIES, L. A. B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 407, jan. 2010.

DINIZ, D. **Cadeia: relatos sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DI SANTIS, B. M.; ENGBRUCH, W. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Liberdades**. São Paulo, n. 11, p. 143-160, 2017.

ESPINOZA, O. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBeCRIM, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (1: A vontade de saber)

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRINHANI, F. de M. D.; SOUZA, L. de. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 61-79, 2005.

- GARUTTI, S.; OLIVEIRA, R. de C. da S. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2012., Maringá. **Anais [...]** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf> Acesso em: 1 dez. 2012.
- GONÇALVES, P. C. A era do humanitarismo penitenciário: as obras de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**. Goiânia, v. 33, n. 1, p. 9-17, 2009.
- GRÄSSEL, E.; SCHIRMER, B. The use of volunteers to support family caregivers of dementia patients: results of a prospective longitudinal study investigating expectations towards and experience with training and professional support. **Zeitschrift Fur Gerontologie Und Geriatrie**. Berlin, v. 39, n. 3, p. 217-226, 2006.
- GRECO, R. **Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas**. Niterói: Impetus, 2016.
- HELENA. **Entrevista**. Entrevistadora: Fernanda Bugai. Guarapuava, 26 fev. 2018. 1 arquivo mp3 (60 minutos).
- ISLAM, M. J.; SUBATRA, B. Theories of female criminality: a criminological analysis. **International Journal of Criminology and Sociological Theory**. Toronto, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2014.
- LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LORA Alarcón, P. de J. Constitucionalismo e Direitos Humanos: algumas reflexões sobre o caráter de nossa época. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**. São Bernardo do Campo, n. 13, p. 244-245, 2007.
- MAIA, C. N. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MENDES, S. da R. **Criminologia feminista**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MILA. **Entrevista**. Entrevistadora: Fernanda Bugai. Guarapuava, 1 mar. 2018. 1 arquivo mp3 (60 minutos).
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento de informações penitenciárias Infopen**. Dezembro 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2014.
- MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Direito, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 40, p. 223-241, 2012.
- MORES, L.; BRETAS, M. Entrevista com Marcos Luiz Bretas da Fonseca. In: KLANOVICZ, L. R. F. (Org.) **Trajetórias acadêmicas de historiadoras e historiadores**. Curitiba: CRV, 2017. p. 105-112.
- OLIVEIRA, M. G. F.; SANTOS, A. F. P. R. Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 236-246, 2012.
- PESAVENTO, S. J. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.
- PIMENTEL, E. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: Editora da UFAL, 2015.
- PONTES, F.; MARTINS, H. (2018). População carcerária feminina cresce 700% em dezesseis anos no Brasil. Agência Brasil. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/populacao-carceraria-feminina-cresce-700-em-dezesseis-anos-no>>. Acesso em: 12 maio 2018.

- QUEIROZ, M. L. de. A abordagem feminista das relações internacionais e violações de Direitos Humanos no Brasil. Uma discussão sobre o sistema prisional. **Transgressões**. Natal, v. 3, n. 2, p. 5-31, 2015.
- RIBEIRO JUNIOR. **A história e a evolução do Direito Penal brasileiro**. Brasília: Conteúdo Jurídico, 2009.
- SALLA, F. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.
- SANDRA. **Entrevista**. Entrevistadora: Fernanda Bugai. Guarapuava, 7 fev. 2018. 1 arquivo mp3 (60 minutos).
- SCHERER, Z. A. P.; SCHERER, E. A.; NASCIMENTO, A. D.; RAGOZO, F. D. Perfil sociodemográfico e história penal da população encarcerada de uma penitenciária feminina do interior do estado de São Paulo. **SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**. São Paulo, v. 7 n. 2, p. 55-62, 2011.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- VARELLA, D. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VERDÉLIO, A. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>> Acesso em: 11 mar. 2017.
- WALKLATE, S. Can there be a feminist victimology? In: DAVIES, P.; FRANCIS, P.; JUPP, V. (Orgs.) **Victimisation: theory, research and policy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. p. 28-45.
- ZAINAL, Z. Case study as a research method. **Jurnal Kemanusiaan**. Pulau Pinang, v. 9, p. 1-6, 2007.

Recebido em abril de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

**SOBRE UM ESCRAVO QUE SABIA LER
E O PRINCÍPIO DE UMA SUPOSTA INSURREIÇÃO
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1871-1877)**

**ABOUT A SLAVE WHO COULD READ
AND THE BEGGININGS OF A SUPPOSED INSURRECTION
IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (1871-1877)**

*Carlos Eugênio Soares de Lemos**
*Rafaela Machado Ribeiro***

RESUMO: O presente artigo discute uma acusação de insurreição liderada por um escravo que sabia ler, na cidade de Campos dos Goytacazes, província do Rio de Janeiro, no período de crise do escravismo. Partindo de uma abordagem que concebe os sujeitos sociais como agentes, baseado em fontes como auto de perguntas, jornais, relatórios e inventários, tem por objetivo investigar de que modo a inscrição desses escravos em outras posições discursivas, que não as de submissão à lógica da classe senhorial, levou-os a se apropriarem de um enunciado liberal para se rebelarem contra a ordem escravocrata. Ao final, concluímos que a correspondência entre as transformações socioeconômicas em curso e a reflexão dos escravos sobre o que era aceitável ou não em sua condição concorreu para uma redefinição de sua posição na relação com os seus senhores.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do escravismo. Insurreição. Discursos.

ABSTRACT: This article discusses an accusation of insurrection led by a literate slave, in the city of Campos dos Goytacazes, province of Rio de Janeiro, during the period of the slavery crisis. In a conception of social subjects as agents-based approach, based on sources such as police questionings, journals, reports and inventories, the objective is to investigate how the inscription of these slaves in other discursive positions rather than those of submission to the logic of class, led them to appropriate a liberal statement to rebel against the slave-owning order. In the end, we conclude that the relationship between ongoing socioeconomic transformations and the reflection of slaves on what was acceptable or not in their condition contributed to the redefinition of their position in the relationship with their masters.

KEYWORDS: Crisis of slavery. Insurrection. Speeches.

Introdução

Que tinha combinado com seos companheiros de, reunidos irem entender-se com seo senhor e declarar-lhe que não querião mais trabalhar e que se seo senhor insistisse em que elles voltassem para o trabalho sem lhes pagar os seos jornâes que irião para a Cidade queixar-se à Justiça. Que das sete para as oito horas da noute reunirão-se na coxeira para

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG/UFF). Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atua nas áreas de História Regional e Análise do Discurso.

** Doutoranda em História Política e Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, Graduada em História pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). Pesquisadora do Arquivo Público Municipal Waldir de Carvalho, Campos dos Goytacazes-RJ.

deliberarem e ali assentarão de fazerem isso quando fosse chamados para a revista da manhã. Que já tinham esse trato feito há mais de um mez, e que tinha lido no Monitor por onde se convencia que éram livres, e que o trabalho livre devia ser pago.⁶⁰

No dia 09 de maio de 1877, o escravo Manoel “Çacramento” foi conduzido à delegacia sob acusação de ser o mentor de uma suposta rebelião que aconteceria na fazenda Engenho do Queimado, pertencente ao comendador Julião Ribeiro de Castro. Esse proprietário de terras e escravos, filho do falecido barão de Santa Rita (1767-1854), era um homem de idade avançada, 70 anos, que dividia a administração de seus negócios com o seu filho de 32 anos, o major da Guarda Nacional, José Julião Ribeiro de Castro. Ambos gozavam de prestígio político no Partido Conservador local e de boa reputação na imprensa, sendo figuras estimadas na Ordem 3ª de N. Sª do Monte do Carmo, e o seu clã familiar era uma referência para a boa sociedade do rico e populoso município de Campos dos Goytacazes.

No auto de perguntas, conduzido pelo delegado, o escravo Manoel “Çacramento” e os outros cinco que o acompanharam – Marcos, Matheus, Marcollino, Cezário e Apollinario – foram interrogados sobre quem era o cabeça do movimento e quais os motivos que os levaram a tramar uma insurreição na fazenda do Queimado, considerada um modelo para as demais da região. Dentre as razões apresentadas, como a de serem “o serviço muito e o alimento insuficiente”, “repetidos os castigos” e “poucas horas para repouzo”,⁶¹ uma se destacava pelo seu teor, no mínimo, incomum: a leitura e interpretação de um enunciado sobre o trabalho livre num periódico local. Ao ler o *Monitor Campista* para os seus companheiros, folha que comprara com ajuda dos demais, Manoel “Çacramento” chegara à conclusão de que os seus braços eram livres e, como livres, o seu trabalho deveria receber jornal. E, nesse sentido, caso o seu senhor não quisesse atendê-los, que lhes desse a liberdade; do contrário, eles poderiam dar queixa à Justiça.

A crise do escravismo nas décadas finais do Império é o pano de fundo em que se desenrola esse episódio da fazenda do Queimado. Assim, analisamos como a inscrição dos escravos em outras posições discursivas, que não as de submissão à lógica da classe senhorial, levou-os a se apropriarem de um enunciado sobre o trabalho livre veiculado por um jornal liberal, transformando-o num argumento de autoridade para contestarem os abusos de seus senhores e reivindicarem a sua alforria. A partir de um conjunto de fontes textuais, como auto de perguntas, jornais, relatórios e inventários, baseados numa abordagem que considera o escravo como sujeito histórico e auxiliados pela análise materialista do discurso, problematizamos as disputas de sentido sobre o significado da suposta “insurreição” entre esses escravos do Engenho do Queimado e a classe senhorial da boa sociedade da freguesia de São Salvador, na cidade de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro.

Historiografia, análise do discurso e documentos

Com base no caminho aberto pela história social da escravidão nas décadas finais do século passado (CHALHOUB, 1990; REIS, 1993; CASTRO, 1998), o caso de Manoel “Çacramento” nos oferece uma série de indicativos/enunciados sobre certas características das relações escravistas, na segunda metade dos oitocentos, que relativizam algumas ideias consagradas pela historiografia clássica do tema (FREIRE, 2004; GORENDER, 1978; CARDOSO, 1977). Assim, a natureza não violenta da nossa escravidão e as abordagens em que o escravo é apresentado como passivo ou rebelde, reificado ou heroico, dão lugar a

⁶⁰ Auto de perguntas feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro. Delegacia de Polícia do Termo de Campos, 09 de maio de 1877, pag. 02. In: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Obs: Mantivemos os registros ortográficos e a sintaxe dos textos conforme se apresentaram nos documentos, respeitando os lapsos e as falhas em relação à norma culta da época.

⁶¹ Id., pag. 01-06.

uma concepção mais interacionista, em que ele pode ser retratado como um sujeito histórico, “sendo capaz de representar seu próprio mundo e nele atuar, naturalmente como dominado” (GOMES, 2004, p.164), ou seja, não como um reflexo da vontade dos seus senhores.

Contudo, ao mesmo tempo em que consideramos os escravos agentes de seus próprios interesses, não devemos subestimar os limites que os constrangimentos estruturais impunham ao seu campo de ação (COSTA, 1998; MARQUESE, 2013). Não esquecer que, mesmo vivendo numa fazenda desconhecida do interior da província do Rio de Janeiro, cedo ou tarde, a realidade da qual eles faziam parte foi pressionada pelos efeitos das mudanças decorrentes da complexa interação entre o local e o provincial. Desse modo, as estradas de ferro, os engenhos centrais, a energia elétrica, o telégrafo, o movimento abolicionista, a defesa do trabalho livre, cada um a seu modo e todos interdependentes, faziam parte das transformações socioeconômicas do capitalismo global, do qual o Brasil era parte integrante. Em outras palavras, diante de tais forças sociais, econômicas e culturais, os sujeitos históricos dessa trama deparavam-se com a necessidade de ressignificação dos sentidos de suas relações no mundo, tendo para isso de recorrerem às experiências vivenciadas e às suas expectativas acerca do futuro.

Com o auxílio da análise materialista do discurso (PÊCHEUX, 1997; 2002; ORLANDI, 1999), a construção de nossa problematização sobre esse passado se deu a partir das sequências discursivas que recortamos de fontes históricas como periódicos, legislação, inventários e auto de perguntas da polícia. Esses documentos, respeitando as especificidades do seu gênero textual e das relações de poder das quais resultaram, foram trabalhados a partir das disputas de sentido estabelecidas entre os sujeitos sociais. Tendo em vista as condições de produção do discurso, ou seja, o vínculo entre as circunstâncias imediatas e a realidade sócio histórica (PÊCHEUX, 1997, p. 77-78), destacamos nesses documentos os seguintes elementos: a relação de forças entre os antagonistas, pois o estatuto de um discurso tem relação com o lugar social de quem fala; a relação de sentidos, a entender que um discurso sempre remete a outros discursos; e, por fim, o mecanismo da antecipação, a significar que, numa dada disputa social, em maior ou menor grau, todo sujeito tem a capacidade de se colocar no lugar do outro para pensar a sua próxima ação.

Nesse processo, consideramos, também, a formação imaginária que se encontra na base de qualquer conhecimento histórico, haja vista que não estamos lidando com o sujeito empírico, de carne e osso, mas com as imagens dele projetadas no discurso que construímos a partir dos documentos. E são essas imagens que nos permitem rastrear e “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos” (ORLANDI, 1999, p. 40) e vice-versa. Desse modo, é importante considerar que, em suas interações, os sujeitos jamais controlam completamente o fluxo do seu dizer e, como as palavras não são transparentes e mudam de sentido de acordo com o lugar social dos interlocutores, elas são um importante vestígio para nos revelar as contradições existentes.

Muito embora a formação discursiva condicione “*ce qui peut et doit être dit*” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102), ou seja, o que pode e deve ser dito num certo contexto, isso não significa que os sujeitos irão, necessariamente, comportar-se de acordo com o previsto e/ou prescrito por determinada formação ideológica. Devido à força do interdiscurso, ou seja, dos diversos enunciados e sentidos que circulam no mundo social, todos os sujeitos estão expostos aos conteúdos de diferentes formações. Desse modo, uma formação discursiva pode ser atravessada pelos enunciados de outras formações, o que abre espaço para as diferentes tomadas de posição do sujeito. E esse sujeito pode se identificar, contraidentificar ou mesmo se desidentificar com os conteúdos de sua formação e, também, identificar-se com os de outra formação discursiva-ideológica (PÊCHEUX, 1997, p. 213-231; INDURSKY, 2007, p. 75-87; GRANJEIRO, 2007, p. 33-45).

Nessa perspectiva, não há como o sujeito escapar do efeito de naturalização do ideológico de que ele é a origem de seu próprio dizer. Portanto, a ideologia apresenta-se como a condição para a emergência do sujeito e dos sentidos atribuídos aos seus dizeres,

ou seja, a ideologia não oculta, “está na produção da evidência do sentido (só pode ser 'este') e na impressão do sujeito ser a origem dos sentidos que produz, quando na realidade ele retoma sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 1998, p.16). E, para fazer deslizar o sentido do campo da linguística para o da história, podemos considerar a ideia de que a posição assumida pelo sujeito no discurso dependerá do que Thompson (1978) denomina de experiência humana, isto é, do modo como o agente interpreta tal acumulação de vivências e usa essa compreensão para o dizer/agir no mundo dentro dos constrangimentos impostos por certas condições históricas.

A relação entre língua, discurso e ideologia é uma dimensão privilegiada da experiência histórica. Para investigarmos como determinados enunciados significam para os sujeitos, precisamos considerar o texto do documento “como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica” (ORLANDI, 1999, p. 18) e que seja concebido no processo de disputa de significados entre os grupos sociais. O caminho que percorremos na construção desses sentidos sobre o passado é sempre condicionado pela síntese de diversas variáveis que envolvem as complexas relações do historiador na construção do seu objeto de pesquisa e, como bem afirma Kosselleck (2006, p. 309-310) “na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia”.

A questão do elemento servil

Em julho de 1878, o Congresso Agrícola, organizado pelo Ministério da Agricultura, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Nele, tendo à frente o chefe do gabinete liberal, José Lins Vieira Cansansão de Sinibu, foram discutidos os principais problemas enfrentados pela grande lavoura naquele momento, sendo esse o setor que gerava a maior fonte de receitas para o Estado brasileiro (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878). Se, por um lado, não havia um consenso prévio a respeito do caminho para a superação dos problemas, pelo outro, a maioria dos participantes, oriunda do Centro-Sul do país, parecia estar de acordo com a ideia de que a crise resultava de uma dramática conjugação de fatores – como a necessidade de empréstimos de capitais a juros baixos, a escassez de mão de obra e a inexistência de escolas agrícolas para a formação do futuro trabalhador da lavoura e esclarecimento dos agricultores sem instrução.

Muito embora tenham demonstrado desinteresse por esse Congresso, os fazendeiros de Campos dos Goytacazes compreendiam que a Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), aprovada no governo conservador de José Maria da Silva Paranhos (1871-1875), colocara a escravidão com os dias contados, apanhando os grandes proprietários despreparados e deixando-os numa situação de urgência. Diversas instituições locais, como a Câmara, a Sociedade Campista de Agricultura,⁶² os jornais e os partidos políticos, malgrado as diferenças entre elas, defendiam a proposta de uma emancipação lenta e gradual da escravidão. Na realidade, em 1871, assim que tomaram conhecimento da Lei do Ventre Livre, centenas de fazendeiros e comerciantes locais organizaram um abaixo-assinado. Esse foi remetido ao Clube da Lavoura e do Comércio, associação criada na Corte para “encaminhar a emancipação do elemento servil de maneira a resguardar os direitos dos proprietários de escravos e em ordem a evitar a ruína da riqueza pública e particular”.⁶³ No documento encaminhado, dando como causa perdida a votação na Assembleia Geral Legislativa, os abaixo assinados solicitavam que, como última salvação da lavoura, os ilustrados membros do Clube recorressem ao Senado para que o mesmo rejeitasse o perigoso projeto de lei.

A formação discursiva dominante, conciliando a defesa da civilização com os interesses da lavoura, sustentava uma série de enunciados inter-relacionados: o de que a

⁶² Essa associação, representante dos grandes fazendeiros locais, era comandada pelos Ribeiro de Castro e Carneiro da Silva, grandes proprietários de terras e escravos. Na década de 80, foi a responsável pela entrada de dezenas de famílias imigrantes no município.

⁶³ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 196, p. 1, 17 jul. 1871. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

escravidão, feito uma herança maldita, só poderia ser extinta de modo gradual, portanto, era uma necessidade irresistível do sistema; a de que a liberdade legal do negro esbarrava no sagrado direito de propriedade; de que os favores dos senhores poderiam construir um sentimento de liberdade para os seus cativos, “taes como facilitar e proteger os casamentos, respeitar a família, dar gratuitamente pequenos prazos de terra para a sua pequena lavoura, e auctorizar a formação de pecúlios”⁶⁴; de que a liberdade, não sendo acompanhada da devida educação, condenaria o ex-escravo ao vício; e, por fim, a certeza da superioridade racial, moral e intelectual do imigrante europeu em relação aos negros.

A Sociedade Agrícola do Queimado

Manoel Antônio Ribeiro de Castro, barão de Santa Rita, nascido em Braga, Portugal, no ano de 1767, veio para o Brasil em 1789, quando tinha vinte e dois anos de idade. No ano de 1790, como dono de loja de tecidos, instalou-se na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes num momento em que, ligada ao circuito econômico do Rio de Janeiro, a região se encontrava em franca expansão da cultura do açúcar (PIZARRO, 1820, p. 119; OLIVEIRA, 1999; p. 61-62; SOARES, 2009, p. 33-50). Então, em 1797, ele se aproveitou dessa conjuntura para adquirir algumas terras e se dedicar à lavoura escravista, onde acumulou uma boa fortuna e realizou o sonho acalentado por muitos outros homens da comunidade: o de ser senhor de engenho.

Nas primeiras décadas do século XIX, já na condição de capitão-mor e proprietário, Manoel Antônio Ribeiro de Castro era uma referência de “homem bom” na rede de relações da elite política local, tendo sido um dos anfitriões do imperador Pedro II quando o mesmo visitara a cidade em 1847, “gentileza” que lhe rendera o prestigiado título de barão. Ao falecer, em 1854, com oitenta e sete anos, deixou para a esposa e os filhos um patrimônio formado por terrenos, casas, chácaras, fazendas, dinheiro, animais e escravos, tudo avaliado no total de 301:285\$260 rs (trezentos e um contos, duzentos e oitenta e cinco mil e duzentos e sessenta réis).⁶⁵ E, ao final da partilha, subtraindo o valor das dívidas deixadas pelo falecido, ficava uma quantia de 286:309\$900 rs (duzentos e oitenta e seis contos, trezentos e nove mil e novecentos réis).

Em 1º de julho de 1866, o comendador Julião Ribeiro de Castro (um dos filhos do falecido barão de Santa Rita), aos quarenta e oito anos, então subdelegado do 1º distrito da freguesia de Santa Rita, junto com o seu filho, José Julião Ribeiro de Castro, criou uma sociedade agrícola de cultura e fabrico de cana na fazenda do Queimado. No ano de sua criação, o capital dessa empresa era de 180:000\$000 rs, referente ao valor das máquinas, terras, escravos, animais, prédios; entre outros. Em 1879, treze anos depois de sua criação e dois após a suposta tentativa de sublevação dos escravos na dita fazenda, se levamos em consideração as benfeitorias e os bens acrescidos, o valor do patrimônio saltou para a quantia de 278:900\$000 rs.⁶⁶

Quando do retorno dos liberais ao poder, em 1878, depois de dez anos de domínio conservador, foi particularmente difícil para os novos governantes responderem a tantas demandas. Dentre os problemas enfrentados, destacaremos a dívida pública decorrente dos empréstimos para financiar a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a estagnação da grande lavoura de norte a sul do país. Essa crise ocorreu em função do problema da mão de obra e do escasso capital para financiar e modernizar a produção agrícola, tendo em vista que a concorrência internacional não dava tréguas, e a depressão global do capitalismo dos anos

⁶⁴ *Monitor Campista*, n. 62, p. 1, 6 jun. de 1871. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁶⁵ Termo de despacho, avaliação e cálculo de partilha dos bens do Sr. Manoel Antônio Ribeiro de Castro. Juízo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, ano de 1871. Hemeroteca Inventários. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁶⁶ Auto de requerimento para dissolução e partilha de sociedade agrícola estabelecida entre Julião Ribeiro de Castro e José Julião Ribeiro de Castro. Juízo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, 4º Cartório, ano de 1879. Hemeroteca de inventários. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

1870 afetou principalmente a agricultura, sendo esta “a vítima mais espetacular desse declínio dos lucros – na verdade, alguns de seus setores foram os que sofreram depressão mais profunda de toda a economia – e aquela cujo descontentamento teve consequências políticas mais imediatas e de maior alcance” (HOBBSAWM, 1988, p. 59-60).

De fato, os sócios, pai e filho, tentaram acompanhar as transformações econômicas em curso no país e, ao mesmo tempo, mantiveram o trabalho escravo em seus domínios enquanto lhes foi possível. No final da década de 1870 e, principalmente, ao longo dos anos 1880, numa tentativa de se ajustar aos novos tempos, a empresa agrícola do Queimado recebeu um grupo de oito famílias açorianas para se estabelecer como colonos em suas terras, experiência que, de início, mostrou-se um tanto problemática. Paralelo a isso, eles trabalhavam na instalação de um Engenho Central, mobilizados pela crença de que esse empreendimento, consolidador do trabalho livre e produtor de grandes riquezas, além de incentivar a superação dos métodos atrasados, permitiria a divisão social mais racional do trabalho em que, conforme o discurso da tipologia ideal do governo, os agricultores seriam apenas agricultores e os fabricantes apenas fabricantes.⁶⁷

Aprovada pelo Parlamento, a Lei nº 2687, de 1875, autorizava o Governo, via Banco de Crédito Real, garantir juros de 7 % para aqueles empréstimos de até trinta mil contos das companhias que se propusessem a criar um engenho central para a produção de açúcar. No entanto, com recursos próprios, em agosto de 1880, o comendador, seu filho e irmão inauguraram o Engenho Central do Queimado. O feito foi celebrado por um periódico local como fruto da perseverança e esforços de seus ilustres proprietários, que buscaram “introduzir nela todos os melhoramentos modernamente conhecidos para o aperfeiçoamento da cultura da canna e do assucar em sua fazenda, conseguirão por fim torná-la em uma boa usina”.⁶⁸

No período que vai de 1850 a 1881, houve uma sensível racionalização e implementação técnica da produção de açúcar na região (FARIA, 1985), muito embora ficasse aquém do que um especialista como o Sr. Gustavo Trinks, diretor da Sociedade Central de Imigração, acreditava ser possível produzir caso houvesse uma combinação de meios técnicos, gerência eficaz e ampliação da mão de obra qualificada.⁶⁹ De qualquer modo, em que pese a crítica à tímida otimização das técnicas de produção, verificamos o crescimento dos engenhos a vapor, o decréscimo dos engenhos por tração animal e o surgimento dos engenhos centrais, financiados por capital privado e/ou subsidiada pelo governo.⁷⁰ Portanto, algumas dessas mudanças colaboraram para a incrementação da produção de açúcar e da aguardente no decênio de 1872 a 1881, cuja média foi de 16.756,632 kg, superior à do decênio de 1862 a 1871, em que a média havia sido de 13.683,834kg.⁷¹

A iniciativa da família Ribeiro de Castro corrobora a proposição de Pereira (2012) sobre certo dinamismo dos grandes produtores e usineiros nas décadas que antecederam à abolição da escravatura. De fato, como afirma o autor, a proximidade do fim da escravidão não representou uma derrocada econômica para os grandes senhores locais, pelo contrário, eles buscaram meios de garantir e ampliarem os seus ganhos. Portanto, ao contrário do

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras. Relatório do ano de 1881, Engenhos centrais, p. 33-34. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1963/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

⁶⁸ *Monitor Campista*, n. 178, p. 3, 11 ago. de 1880. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁶⁹ Sobre essa questão, o Sr. Gustavo Trinks lançou um trabalho no qual comparava a pequena produtividade da indústria açucareira brasileira com a das estrangeiras, o que gerou diversos protestos entre os estudiosos locais. In: ALVARENGA, João de. *Almanak mercantil, industrial, administrativo e agrícola da cidade e município de Campos*. Campos: Monitor Campista, 1881, p. 119 a 128. Hemeroteca periódicos, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁷⁰ Id., 1885, p. 52.

⁷¹ Id., 1885, p. 56.

que afirma Faria (1985) sobre a crise do período, a baixa do preço do açúcar e a elevação do preço da mão-de-obra não teriam afetado a todos, mas, principalmente, “os plantadores, sítiantes, arrendatários e lavradores” (PEREIRA, 2012, p. 226).

O plantel da fazenda do Queimado

No ano de 1881, o município de Campos dos Goytacazes possuía uma população de 89.120 habitantes, sendo 57.000 livres e 32.120 escravos, destes últimos, 28.292 nascidos no Brasil e 3.828 na África.⁷² Na freguesia de São Salvador, local em que se encontrava o engenho do Queimado, viviam 7.910 cativos, sendo 4.040 homens (1.397 com idade de 10 a 20 anos; 1.491 de 20 a 40 anos; 1.152 de 40 a 70 anos) e 3.870 mulheres (1.202 com idade de 10 a 20 anos; 1.295 de 20 a 40 anos; 1.371 de 40 a 60 anos). Desse contingente, 552 eram casados, 123 viúvos e 7.235 solteiros. No concernente ao exercício da profissão, 506 se dedicavam a diversos ofícios, 4.739 à lavoura, 891 aos serviços domésticos e 2.074 às atividades de profissão não definida. Dos cativos dessa freguesia, apenas 20 pessoas sabiam ler, o que representava 0,25% do contingente total de escravos, bem diferente dos 42,29% dos livres que sabiam ler.⁷³

Esses dados, obtidos no *Almanaque Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola*, são aproximados e baseados em fontes do poder público, havendo muitas lacunas e distorções, como no exemplo do silêncio sobre a população com menos de 10 anos e mais de 70 anos. Na realidade, as informações divulgadas por esse documento eram voltadas para os comerciantes e homens de negócio, como prova de ilustração e progresso do local. Contudo, muito embora a realidade fosse bem mais complexa do que supunha o *Almanaque*, interessa-nos que essa representação do município tenha parecido plausível para os cidadãos que o assinavam e queriam se ver representados nele.

Para o ano de 1877, ano em que ocorreu a denúncia de sublevação, não temos o número do total de escravos que vivia na fazenda do Queimado. Contudo, em 1879, por conta da morte da esposa do major José Julião, houve a “dissolução” da sociedade agrária do pai com o filho para proceder a divisão da herança entre as crianças. Nos autos do processo, o comendador Julião Ribeiro de Castro solicita que o original de matrícula dos seus escravos seja “desentranhado” da partilha referente à sociedade, um montante de cento e oitenta registros, isto é, cento e oitenta cativos, nos quais estavam misturados os dele, do filho e da esposa. Portanto, as considerações que faremos adiante terão como referência esse plantel, mesmo sabendo que, no total, a considerar outras propriedades pertencentes à família, a quantidade de escravos poderia ser bem maior do que a declarada.

Na fazenda do Queimado, havia 180 escravos registrados. Desse total, 45% tinham até 21 anos de idade e 55% tinham entre 21 e 65 anos. Dos menores de idade, 48% eram do sexo masculino e 52% do sexo feminino. Dos adultos, 49% eram do sexo masculino e 51% feminino, sendo 42% casados e 58% solteiros e a média de idade entre os casados era de 48 anos. Dos 157 escravos considerados em idade para o trabalho, a partir dos 8 anos, 62% trabalhavam na roça, 15% em atividades como as de maquinista, carpinteiro, pedreiro, carreiro, ferreiro, hortelão e campeiro, 17% dedicados aos serviços domésticos, como os de mucama, pajem, engomadeira, cozinheiro, copeiro, lavadeira e, por fim, 6% tinham entre 8 e 10 anos, mas não trabalhavam em nenhuma atividade. Enfim, do total de escravos, 18% eram de nação – sendo o mais novo deles com 46 anos e o mais velho com 65 anos, 21% eram naturais do próprio município e 61% denominados crioulos.⁷⁴

⁷² Id., 1881, p. 119 a 128.

⁷³ Id., 1881, p. 119 a 128.

⁷⁴ Auto de requerimento para dissolução e partilha de sociedade agrícola estabelecida entre Julião Ribeiro de Castro e José Julião Ribeiro de Castro. Juízo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, 4º Cartório, ano de 1879. Hemeroteca de inventários. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Nazara, João Macahe, Malaquias, Rufina, pretos, fulos, pardos, solteiros, casados, viúvos, carpinteiros, roceiros, cozinheiros, de nação ou crioulos, com filhos ou sem filhos, de todas as idades, dezenas de núcleos familiares consanguíneos e grupos de amigos viviam nas senzalas do engenho do Queimado. É desse universo que emerge a figura de Manoel “Çacramento”, o escravo que sabia ler e lia jornal para os seus companheiros de cativo. Segundo as imprecisas estatísticas da freguesia de São Salvador, ele era um dos 20 cativos que sabiam ler. Mas, afinal, quem o alfabetizara?

Escravos, leitura e a sublevação no Queimado

Abordar a história do letramento do escravo no Brasil imperial é lidar com um processo persistente de exclusão e violência simbólica. Como propõem Fonseca (2007) e Bastos (2016), durante muito tempo, tanto na historiografia quanto nas fontes, identificamos os silêncios sobre o tema da educação dos negros. Mas, também como aponta Barros (2015) no seu estado da arte sobre o assunto, esse quadro vem, aos poucos, modificando-se nas últimas décadas. Assim, trabalhos como o de Fonseca (2002), Paiva (2003), Lopes (2015), entre outros, com diferentes questões e abordagens, têm procurado desmistificar a ideia de que “a população negra não teve acesso à escola antes da democratização do ensino básico, ocorrida em meados do século XX” (Barros, 2015, p. 23), assim como também demonstrar a possibilidade de alfabetização do negro para além do espaço escolar.

No caso específico deste trabalho, interessa-nos demonstrar que, mesmo não tendo acesso à escola, o escravo Manuel do Sacramento aprendera a ler e escrever com outro escravo da fazenda – o velho Basílio, africano, viúvo que cuidava da horta do engenho.⁷⁵ Não conseguimos descobrir com quem este escravo mais velho aprendera a ler e por qual razão ensinara ao outro e não aos demais. Esse é um daqueles silêncios das fontes em que o argumento sobre a exploração dos escravos dentro do sistema nos ajuda a entender a sua exclusão do letramento. Contudo, os não ditos também podem ser inferidos a partir das disputas de sentidos entre os senhores e os seus escravos, em razão daquilo que eles escondem e revelam em seus discursos, sempre se relacionando com a posição de cada um deles na hierarquia social (ORLANDI, 1995).

O auto de perguntas é um desses documentos que nos dá acesso ao discurso dos interrogados a partir da escuta e das palavras do interrogador e/ou escrivão. Portanto, é um dizer marcado pela relação desigual de poder numa interação face a face dos escravos com as autoridades policiais. Por mais que existam as estratégias de antecipação das quais os sujeitos inquiridos se utilizam, tendo em vista os seus objetivos e o que eles imaginam ser os objetivos do seu inquisidor, em última instância, no papel permanecerá a escolha daqueles que têm o poder para decidirem o que deve e o que não deve ficar registrado para a posteridade. Contudo, isso não significa que essas escolhas serão realmente eficazes em estabelecer certa versão do passado, haja vista quantos significados clandestinos nos trazem as palavras e quantas interpretações são feitas do que ficou registrado.

As respostas dos acusados (Manoel, Marcos, Matheus, Marcolino, Apolinário e Cesário) sugerem que, em linhas gerais, a história da combinação entre os escravos se dera do seguinte modo. Entre os meses de abril e maio de 1877, eles teriam se reunido duas vezes para deliberarem sobre a reivindicação que fariam ao seu senhor, sendo o primeiro encontro na roça e o segundo na cocheira. Nessa última reunião, numa terça-feira, 08 de maio, entre às sete e oito da noite, decidiram que, na manhã seguinte, procurariam pelo comendador para informar que, se não melhorassem as condições de vida e/ou fossem pagos pelo seu trabalho, eles não voltariam mais para o eito. Ao que tudo indica, nesse meio tempo ou, quem sabe, antes mesmo disso, a combinação foi denunciada.

Então, na quarta-feira, logo cedo, quando os escravos ainda dormiam na senzala, antes de ser realizada a revista dos feitores pela manhã, a força policial veio para conduzi-los à delegacia. O responsável pelo encaminhamento foi o Sr. delegado de polícia, o tenente

⁷⁵ Id. *ibid.*

coronel Antônio Rodrigues da Costa, ex-professor de álgebra e geometria que, na juventude, havia sido um liberal exaltado e, segundo os seus críticos, com a passagem do tempo e a mudança de seus interesses, tornara-se um conservador *enragé*.⁷⁶ Como a fazenda ficava há poucos quilômetros do centro da freguesia de São Salvador, é bem possível que, em poucos minutos, tenham chegado à sede da polícia.

Os acusados, à exceção de Cesário que era vigia e/ou feitor, não negaram a participação na dita combinação. Considerando-se as relações de poder que modulam os enunciados num interrogatório, nas respostas de três deles, como motivos para a reclamação, constatamos alusões às péssimas condições de vida e de trabalho em que viviam. Assim, “por ser o serviço muito e o alimento insuficiente e igualmente a roupa”, e “por não ter bom tratamento”⁷⁷, eles resolveram ir ao seu proprietário para, conforme a variedade dos verbos (entender, pedir, declarar, representar) na síntese dos depoimentos, sobre a questão.

Podemos supor, então, que, de todas as maneiras, os acusados tentaram demonstrar que não se tratava de um delito (termo técnico da polícia), mas de uma combinação (termo referente aos escravos) para levarem ao comendador os seus justos pedidos. Por meio do mecanismo de antecipação discursiva, Matheus, ao operar com a possível lógica do seu interlocutor sobre a rebeldia escrava, parecia buscar convencê-lo de que não se tratava de um delito, pois se “tivessem más intenções a força da polícia não os encontraria dormindo”.⁷⁸ Por sua vez, Manoel e Apollinário, reafirmando a convicção de que lutavam pelo que lhes parecia justo, disseram que resistiriam a todo custo, ainda que alguém lhes opusesse a pau. Como se vê, o modo de se nomear o acontecimento (combinação versus delito/insurreição) aponta para a inscrição em lógicas e estratégias discursivas diferentes.

Três dos escravos – Matheus, Marcolino e Apollinário – destacaram as razões referentes às péssimas condições de vida e de trabalho que os levaram àquela combinação. Na base dessa reclamação, encontrava-se uma expectativa de que os senhores respondessem às suas necessidades, fruto da interdependência desses sujeitos sociais dentro do engenho, identificável no discurso sobre as atribuições que cabiam a cada um deles nas tensas interações da conjuntura de crise do escravismo. De todo modo, como já foi apontado pela historiografia sobre a dinâmica das relações escravistas na região sudeste:

As tensões tradicionais entre senhores e escravos, que tendiam a se resolver no campo do costumeiro (e, portanto, de relações privadas de poder), transbordavam de forma progressiva para a esfera do poder público, num contexto ideológico que não tornava mais possível a tradicional e limitada arbitragem em nome do bem comum. (MATTOS, 1998, p. 191).

Assim, em seus depoimentos, eles operavam com a concordância de que havia práticas legítimas e ilegítimas no tratamento recebido de seu proprietário, isto é, havia o que era aceitável e o que era inaceitável na natureza daquela relação. Ou bem o senhor oferecia as condições adequadas de trabalho ou, então, que lhes desse a liberdade para tratarem de suas próprias vidas. E, caso se negasse a fazê-lo, eles iriam à cidade reclamar à Câmara Municipal ou à Justiça. E, no município, a fazenda do Queimado não era a única em que os escravos se reuniram para lutar ou buscar ajuda de terceiros contra os maus tratos cotidianos, a exemplo de um grupo de dezesseis escravos (entre homens e mulheres) que

⁷⁶ *Monitor Campista*, n. 233, p. 2, 7 out. 1885. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁷⁷ Auto de perguntas feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro. Delegacia de Polícia do Termo de Campos, 09 de maio de 1877, pag. 05. In: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁷⁸ Id., pag. 03.

se levantou para denunciar a brutalidade da endividada família dos Barroso Siqueira e foi bater à porta de um conhecido solicitador do Partido Conservador em busca de proteção.⁷⁹

No caso da combinação do Queimado, há ainda uma importante questão a ser considerada. A interpretação feita por Manoel “Çacramento” e seus amigos do enunciado que eles leram no *Monitor Campista*: de que o trabalho era livre e, como tal, deveria ser remunerado. Nesse caso, como bem sugere Chartier (2011, p. 233), o ato de ler deve ser pensado a partir das especificidades de cada época e dentro das condições de leitura dos grupos sociais. No caso específico do plantel do Queimado, cremos que era uma leitura coletiva com sentido construído em conjunto, ainda que esse sentido fosse utilizado de modo diferente por cada um dos participantes. Assim, podemos destacar aquilo que Paiva (2003, p. 2) chama de leitura indireta, “cujas operações básicas foram escutar, reproduzir e reelaborar a partir do contexto e de valores culturais”, enfim, das condições de produção do discurso encontradas naquela conjuntura.

Nos autos, a transcrição faz parecer que, tanto para Manoel quanto para Marcos, o enunciado do trabalho livre remunerado era um argumento de autoridade que servia para justificarem a sua ação. Já os demais só fizeram alusão a esse enunciado de maneira complementar ou, então, quando inquiridos sobre o tema. Esse detalhe aponta para diferentes modos como cada um deles pode ter se apropriado do sentido dessa leitura. Manoel e Marcos são apresentados como mais assertivos na defesa desse direito à liberdade, posicionando-se numa formação discursiva liberal. Por sua vez, os outros colegas, fosse por estratégia ou descrença de que tal argumento realmente tivesse efeito sobre os seus senhores, defendiam a ideia de que as expectativas daquela relação estavam sendo quebradas por uma de suas partes, o que os colocava sob o abrigo dos antigos costumes, determinando o que era aceitável ou não na relação dos senhores com os seus escravos (CHALHOUR, 1990).

Interessante perceber que a leitura do jornal foi uma questão a qual o delegado retornou com todos os entrevistados, como que dedicando uma atenção especial à interpretação de um texto no desencadeamento do “delito”, haja vista o escravo Manoel ter afirmado “que tinha lido no Monitor por onde se convencia que éramos livres”.⁸⁰ Num primeiro momento, podemos imaginar que se tratava apenas de um interrogatório para distribuir o peso das responsabilidades entre os escravos, porém havia algo mais na insistência do Sr. delegado. E, como veremos adiante, o evento da fazenda não estava fora das disputas ocorridas em outros espaços políticos e sociais dos quais o engenho do Queimado fazia parte.

Se, como propõe Pêcheux (2007, p. 26), uma formação discursiva condiciona “o que pode e deve ser dito” numa certa conjuntura, podemos considerar que a formação discursiva escravista comporte a reivindicação de um escravo por um melhor tratamento, desde que não altere a sua posição na relação hierárquica com o seu senhor. Contudo, o mesmo não se aplica a um escravo que argumenta ser livre e, como tal, merecedor de ganhar jornal. Esse enunciado do sujeito ser livre e o seu trabalho remunerado, ideia recorrente numa formação discursiva liberal, é um interdiscurso que atravessa a cena e possibilita a alguns dos escravos utilizá-lo como argumento de autoridade para se contraidentificarem com a lógica escravocrata e colocarem-se em outra posição dentro do discurso.

Com efeito, em Campos dos Goytacazes, ao longo do século XIX, não faltaram exemplos de revoltas, quilombos, fugas, assassinatos, suicídios, entre outras formas de resistência dos cativos ao arbítrio dos seus senhores (LARA, 1988; LIMA, 1981; RIBEIRO, 2012, LEMOS, 2018.). E a luta por liberdade não se restringia à ideia do trabalho remunerado da formação ideológica liberal, mesmo porque o trabalho escravo não era uma realidade incompatível com a acumulação do capitalismo global (TOMICH, 2011), assim

⁷⁹ *Monitor Campista*, n. 103, p. 3, 11-12 mai. 1877. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁸⁰ Auto de perguntas feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro. Delegacia de Polícia do Termo de Campos, 09 de maio de 1877, pag. 02. In: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

como também parte dos escravizados poderia juntar um pecúlio com o seu trabalho. De todo modo, esse enunciado dos braços livres, emerso das páginas do jornal sobre as mudanças dos novos tempos, foi apropriado pelos escravos para uma significação que extrapolava o sentido corrente na sua formação discursiva “de origem”.

Portanto, na síntese dos depoimentos, o enunciado dos braços livres se relacionava com o direito a melhores condições de vida e trabalho, alimentos e repouso, estabelecimento de limites ao arbítrio do senhor e garantias da Justiça. Aquele era um momento em que a discussão sobre a crise do trabalho servil, o incentivo à entrada dos imigrantes e o fundo de emancipação dos escravos se encontravam na ordem do dia. Se, como afirma Mattoso (1982, p. 187), ser libertado era, via de regra, “uma questão de dinheiro, pois o escravo era uma mercadoria com o seu valor venal”, também poderíamos inferir sobre as possibilidades desses cativos do Queimado de juntarem um pecúlio.

Não é possível determinar quantos escravos, realmente, participariam da ida à casa do senhor, pois cada acusado se referiu a um número diferente ou falou de modo genérico. Marcos afirmou que todos faziam parte da combinação. Marcollino, sem citar nomes, disse ter combinado com seis parceiros para irem ao seu senhor. Manoel, Apollinario e Matheus, também sem citarem nomes, tinham como certa a participação dos seus companheiros de trabalho. Por sua vez, Cezário, encarregado de vigiar os seus colegas, “disse que estando de ronda, observou que toda a escravatura da fazenda em exceção de seu pai, Bartholomeo, João Antonio, Quintiliano, Bento e Claudio seguiu para a coxeira onde se estavam reunindo”.⁸¹ Então, para não ser comprometido, pediu aos outros que esperassem pela manhã para representarem ao senhor, no que todos tinham concordado.

Observamos que, por um lado, apesar de ser encarregado de vigiar os outros, Cesário falava a partir do mesmo lugar empírico dos seus colegas de cativeiro e, por essa razão, pôde pedir o favor de não o comprometer. Por outro lado, pelo cargo que ocupava, devia gozar da confiança de seu senhor que, possivelmente, dele esperava lealdade. Ao narrar o evento como se não fizesse parte da combinação, assume uma posição discursiva de testemunha, como se fosse possível não ser responsabilizado por uma reunião daquele tamanho ter se passado sem reprimendas no horário de sua ronda. É possível que, como propõe Ribeiro (2012), ele tenha ganhado tempo para denunciar os seus companheiros. Mas, segundo o jornal, não havia sido ele o delator: “Segundo nos informão, um dos pagens do Sr. comendador Julião foi que, como fiel escravo, deu notícia da sinistra pretensão dos outros”.⁸²

De qualquer modo, assim como fizeram Quintiliano (casado, 36 anos, carreiro e quatro filhos) e Bartholomeu (casado, 40 anos, copeiro e quatro filhos)⁸³, é bem possível que outros escravos (fossem homens ou mulheres) também não tivessem participado da ação reivindicatória porque eram casados, domésticos e/ou tivessem filhos. O que não significava que não soubessem do que estava acontecendo ou não apoiassem (SLENES, 2011, p.60), considerando-se que seria praticamente impossível guardar segredo naquele microcosmo, tendo em conta uma reunião da qual participara grande número de pessoas. E nada impede que, ao descobrirem que os seus nomes não se encontravam na lista da junta classificadora de emancipação, alguns escravos casados se sentissem frustrados.

Ao final do auto de perguntas, o delegado chegou à seguinte conclusão: “Não tendo havido começo de execução de delicto, por haver a policia prevenido a tempo, não tem lugar o procedimento por tentativa; archive-se estes autos, dando-se traslado aos donos dos

⁸¹ Id., pag. 04.

⁸² *Monitor Campista*, n.103, p. 3, 11 e 12 mai. 1877. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁸³ Auto de requerimento para dissolução e partilha de sociedade agrícola estabelecida entre Julião Ribeiro de Castro e José Julião Ribeiro de Castro. Juízo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, 4º Cartório, ano de 1879. Hemeroteca de inventários. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

escravos, se o exigirem”.⁸⁴ E o que teria acontecido aos seis acusados? No processo de partilha da fazenda em 1879, nós localizamos alguns nomes, mas não é possível afirmarmos que realmente sejam eles, pois o auto de perguntas fornece poucas informações para identificá-los com maior precisão.

As disputas políticas e o elemento servil

No ano de 1876, houve eleição para vereador, juiz de paz e eleitores em todo o Império. No município de Campos dos Goytacazes, o resultado foi a vitória esmagadora do Partido Conservador. Esse mandato, cujo exercício seria de 1877 a 1880, iniciava-se, justamente, no último ano do Gabinete conservador do Duque de Caxias (25 de junho de 1875 a 05 de janeiro de 1878). Como de uso, no esquema das alianças políticas entre a classe senhorial, a elite política local, regional e nacional, os importantes cargos da administração/ordem pública, como os de delegados e juizes, estavam distribuídos entre os correligionários daquele partido que se encontrava no poder. Portanto, o delegado tenente coronel Antônio Rodrigues da Costa, filiado do Partido Conservador, além de ser engenheiro da prefeitura, exercia o cargo de delegado de polícia, sendo figura militante do Partido Conservador no segundo maior colégio eleitoral da província.

Os liberais locais, derrotados nas eleições de 1876 (elegeram apenas três dos nove vereadores, não elegeram o juiz de paz e foram minoria na eleição dos eleitores)⁸⁵, tinham no *Monitor Campista* uma plataforma de onde faziam circular os seus discursos sobre o progresso social, a moralização da política e a necessidade de reforma constitucional. O proprietário e redator desse jornal, o bacharel Domingos de Alvarenga Pinto, junto com os seus correligionários liberais, atribuiu essa derrota ao que chamou de os métodos violentos e fraudulentos dos conservadores. E, em seu modo de ver, esses conservadores, representantes dos fazendeiros e negociantes, contavam com o apoio incondicional da justiça e da polícia, especialmente do delegado Antônio Rodrigues da Costa, homem de ambição política que, nas eleições, cumpria o papel de “amedrontar e perseguir o povo a ferro e fogo”.⁸⁶

Por sua vez, o *Diário de Campos*, considerado a plataforma dos governos e dos conservadores da cidade, pertencente ao juiz municipal, Sr. Abreu Lima, tinha como redatores o próprio proprietário do jornal e o delegado Rodrigues da Costa. Nota-se, então, que a guerra entre as facções se dava em vários níveis da vida social e em relação a diversos temas, a exemplo da discussão sobre a crise do elemento servil. Todavia, nada aproximava mais um liberal de um conservador do que os seus posicionamentos sobre a escravidão, mesmo porque “ a preservação da escravidão no centro da economia e da sociedade imperiais deveria ser vivida e entendida por todos como a condição da preservação da unidade e soberania do Império” (MATTOS, 1987, p. 250). Assim, os argumentos locais, com algumas diferenças, partiam de uma matriz comum: a escravatura era uma nódoa para a civilização, mas, em tão curto espaço de tempo, não havia como abrir mão dessa forma de trabalho sem desprezar a propriedade e colocar em risco o próprio projeto de nação.

Nesses termos, como discute Carvalho (1998, p. 61) acerca das dificuldades impostas pela escravidão ao progresso do país, a liberdade não era vista como um assunto de ordem privada ou do indivíduo, mas “um problema público, era a questão da construção da nação”. Nota-se, então, que, para os mais destacados pensadores que discutiram o tema, os interesses da nação poderiam ser pensados como mais próximos do interesse do Estado (ao modo do bispo Azeredo Coutinho), dos proprietários (ao modo de José de

⁸⁴ Auto de perguntas feitas aos escravos do Comendador Julião Ribeiro de Castro. Delegacia de Polícia do Termo de Campos, 09 de maio de 1877, pag. 06. In: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁸⁵ Os resultados dessas eleições estão distribuídos nas publicações do *Monitor Campista* de setembro a dezembro de 1876.

⁸⁶ *Monitor Campista*, n. 1, p. 2, 1 a 3 jan. 1877. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Alencar) ou, ainda, de uma autêntica república socialmente liberal (ao modo de José Bonifácio e Joaquim Nabuco) (CARVALHO, 1998, p. 61). Fosse conservadora ou liberal, a classe senhorial local sobre a qual estamos falando estava bem mais próxima da concepção de Alencar do que a de Bonifácio e Nabuco acerca do que ela entendia como interesse nacional.

Não por menos, algumas notícias sobre a escravidão que contrariavam o interesse nacional eram utilizadas pelas facções políticas em seus respectivos jornais para atacarem o opositor e, por tabela, fidelizarem os seus leitores-eleitores. Segundo os liberais, no caso do evento ocorrido na fazenda do Queimado, o delegado teria escrito em seu jornal que o plano de sublevação dos cativos ocorrera porque os jornais, entre eles o *Monitor*, publicaram a lista da junta classificadora na qual constavam os nomes dos escravos que seriam libertos com os recursos do fundo de emancipação, soando como um incentivo à revolta dos não contemplados.⁸⁷ No entanto, como pudemos constatar, no auto de perguntas não havia nenhuma passagem em que os acusados falassem sobre a leitura da lista e a decisão de se mobilizarem por conta dela.

É possível que, conforme afirmou o delegado, os escravos tenham lido a lista com os nomes daqueles que poderiam ser libertados pelos fundos? Nos meses imediatos que antecedem o evento de maio de 1877, não localizamos a publicação da referida lista citada no debate entre conservadores e liberais. Porém, em 12 de dezembro de 1876, a Junta de Classificação de escravos, em conformidade com o Artigo 2º do Decreto nº 6341, de 20 de setembro de 1876, havia publicado uma lista em que, entre dezenas de nomes, constavam os de dois escravos da fazenda do Queimado que seriam libertados: Soter e Peregrino – ambos casados com pessoas livres e pais de filhos menores de 12 anos.⁸⁸ Essa notícia sobre a alforria dos dois repercutiu na fazenda do Queimado? Sim, é possível que muitos tenham ficado sabendo e, de certo modo, essa novidade tenha concorrido para aumentar a certeza desses escravos sobre a interpretação a ser dada aos enunciados do jornal.

Considerações finais

No auto de perguntas que nos dá acesso à acusação, os escravos disseram que foram incentivados à combinação pelas duras condições de trabalho e porque Manoel do “Çacramento” teria lido no jornal que os braços eram livres e, como livres, deveriam ser remunerados. Até, então, esses escravos, norteados pelos costumes que estabeleciam o que era aceitável ou não em sua relação com o senhor, apoderaram-se de um enunciado liberal para reivindicarem os seus direitos. Esse posicionamento, além de expressar a contradição entre o lugar “real” do agente (a condição de escravo) e a sua posição no discurso (sujeito portador de direitos formais), aponta para o fato de que os escravos construíam argumentos que primavam por diferentes visões sobre os limites da escravidão vivenciada.

Para entendermos os diferentes posicionamentos assumidos pelos escravos, devemos assumi-los como fruto de uma combinação que reunia fatores objetivos e subjetivos. A defesa feita por Manuel do “Çacramento” e seus companheiros ganha sentido na medida em que podemos pensá-la condicionada pelas experiências dos envolvidos e pelas transformações que eles presenciavam na fazenda do Queimado e na cidade, a exemplos da crise agrícola, do advento do engenho central, do debate sobre a questão servil, da entrada dos imigrantes, da violência dos senhores, dos movimentos abolicionistas, das fugas e dos seus sentimentos de revoltas, entre outras.

Os escravos podem não ter lido o tal enunciado no periódico e tudo não passar de um grande acordo entre eles, contudo, o que nos interessa é essa história ter parecido factível, de modo que eles passaram a agir em função de um sentido diferente daquele

⁸⁷ *Monitor Campista*, n.104, p. 2, 13 mai. 1877. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

⁸⁸ *Monitor Campista*, n. 283, p. 2, 18 e 19 dez. 1876. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

sustentado pelos senhores. Assim, no relato do delegado e do escrivão, a posição assumida pelos escravos rebeldes em seus discursos foi a de sujeitos portadores de direitos, considerando-se que queriam receber jornal pelo seu trabalho ou ganhar a liberdade. Esse posicionamento dos cativos era um dos receios já alardeados pela classe senhorial em 1871. Ao especular sobre os efeitos da aprovação da Lei do Ventre Livre, como o aumento do número de escravos assumindo a posição de sujeito de direitos, o Barão da Parahyba e mais noventa fazendeiros assinaram uma representação que enviaram ao poder legislativo na qual, também, alertavam para a questão de que:

A liberdade que vem da lei é muito diferente da liberdade que provêm do consentimento da generosidade; aquela desautoriza o domínio e abre a ideia do direito na alma do escravo, esta confirma a propriedade e robustece o domínio inspirando o reconhecimento do beneficiado tão eficaz para a manutenção da obediência.⁸⁹

De fato, o barão considerou o aspecto mais sensível da lei, aquele que encorajava os escravos a rejeitarem a porta dos fundos do que era o costumeiro e a acreditarem que seria possível acessar a porta da frente dos direitos assegurados pela ordem legal. Assim, na luta por melhores condições de vida e trabalho, os cativos do Queimado se colocaram como sujeitos portadores de direitos, fossem pela lei ou pela “generosidade”. Ora, esse juízo se demonstrou tanto pela negação do lugar que lhes era imposto naquela relação de exploração, quanto por eles se apropriarem de um enunciado sobre o trabalho livre e assumirem uma posição crítica e reflexiva diante da formação discursiva escravista. Por sua vez, tal formação justificava a “permanência” do cativo em nome dos interesses da nação, sendo essa pensada a partir dos interesses da classe senhorial.

Referências

- BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.) **O estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil**. Paraíba: SBHE/Virtual Livros, 2015. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-03>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 743-768, maio-ago. 2016
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CASTRO, Hebe de Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade. 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁸⁹ *Monitor Campista*, n. 62, p.3, 06 jun. 1871. Hemeroteca periódicos, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

- CONGRESSO Agrícola. **Anais do Congresso Agrícola**, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. "Introdução" de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Edição fac-similar.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- FARIA, Sheila Siqueira Castro. **Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes, 1850-1920**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível. O Negro na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 7, n. 1 (13), 2007, p.11-50.
- _____. **Educação dos negros**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul./ dez. 2004.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**. Paris, n. 24, p. 93-106, 1971.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LEMOS, Carlos Eugênio Soares de. **Vivendo em tempos de tirania**. A Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes: tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do espírito Santo. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- LOPES, Katia Geni Cordeiro. Livres para aprender. Antes da abolição, escola-modelo criada por D. Pedro II abriu oportunidades para os ex-escravos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 117, jun. 2015. p. 64-67.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p. 223-253, 2013.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes.1999.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO, Belo Horizonte, 2003. **Anais** [...] Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v. 1.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes (séc. XIX). **Revista História**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2012.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional do Livro; Imprensa. Nacional, 1945-1946.

REIS, João José. *A greve negra de 1857 na Bahia*. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1993.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo**. Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SOARES, Márcio de Souza. **A remissão do cativo**. A dádiva da alforria e o governo dos escravos em Campos dos Goytacazes, 1750-1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

Recebido em maio de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

O SERTÃO E AS MULHERES N'O QUINZE DE RACHEL DE QUEIROZ

WOMEN AND THE BACKLANDS IN RACHEL DE QUEIROZ'S O QUINZE

Régia Agostinho da Silva*

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir as representações do sertão e das mulheres no romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Partindo do conceito de representação de Roger Chartier e da história cultural, procura-se compreender as discussões que Rachel de Queiroz construiu em seu romance, pensando a natureza e as mulheres como personagens ambíguos, entre permanências e rupturas, tradições e modernidades. A natureza pensada como espaço bucólico e de força revitalizadora e, também, como espaço de atraso e primitivismo. As mulheres como vanguardistas e determinadas, mas ainda presas aos pensamentos machistas e misóginos que as cercavam.

PALAVRAS- CHAVE: Sertão. Mulheres. Representação.

ABSTRACT: The goal of this article is to discuss the representations of the wilderness and the women in the novel *O Quinze*, by Rachel de Queiroz. Starting from the Roger Chartier's concept of representation and cultural history, the paper seeks to understand the discussions that Rachel de Queiroz built in her novel, thinking of nature and women as ambiguous characters, between permanencies and ruptures, traditions and modernities. The nature seen as bucolic space and of revitalizing force and also as space of delay and primitivism. Women as avant-garde and determined, but still stuck to the machismo and misogynist thoughts that surrounded them.

KEYWORDS: Sertão. Women. Representation.

Introdução

Rachel de Queiroz causou espanto ao lançar, com seus próprios recursos, o romance *O Quinze*, no ano de 1930. Nascida na cidade de Fortaleza, em 1910, contava apenas vinte anos quando publicou seu romance de estreia. Com uma história aparentemente simples, narra o enlace amoroso da professora Conceição com o vaqueiro Vicente, e também a história de Chico Bento e sua família como retirantes da seca. Causou espanto, pois, além de ter sido um romance escrito por uma mulher, tratou-se de uma temática considerada séria.⁹⁰

A literatura feita por mulheres já existia desde o século XIX e algumas já atuavam pelos jornais na década de 1920. A própria escritora já publicava seus versos e textos no jornal *O Ceará*, desde 1928. No entanto, a literatura feita por mulheres nunca tinha sido levada a sério. Isso não significa que não existiam escritoras de qualidade que já tivessem abordado temáticas sociais consideradas complexas, como foi o caso de Emília Freitas, que

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em História pela Universidade de São Paulo.

⁹⁰ A fortuna crítica sobre Rachel de Queiroz e *O Quinze* é extensa. Apenas para citarmos os trabalhos mais clássicos apontamos: Hollanda, 1997; Duarte, 2005; Chiappini, 2002; Barbosa, 1999; Adonias Filho, 1969; Houaiss, 1992; Martins, 1997. Interessante também é a dissertação de mestrado de Gilberto Gilvan Souza de Oliveira onde o autor faz uma discussão sobre a circulação e a produção do romance *O Quinze* pela Livraria José Olympio, trabalhando dessa forma o romance sob uma nova perspectiva tratando da história das diferentes edições. Ver: Oliveira, 2017.

produziu *A rainha do Ignoto* (1899), texto abolicionista, republicano e espírita. Também, tivemos Maria Firmina dos Reis, com seu livro *Úrsula* (1859), romance claramente antiescravista, em pleno auge da escravidão, numa das províncias mais escravocratas do Brasil, a saber, Maranhão (MUZART, 1999).

No entanto, a escrita feminina não era muito respeitada. É preciso ressaltar que algumas mulheres se aventuraram a escrever seus versos em jornais do século XIX e XX, porém, muitas vezes, compraziam-se em escrever textos adocicados, sentimentais, sobre flores, borboletas e amores galantes. A temática social, os temas considerados políticos pareciam pertencer a uma literatura considerada masculina. Falar politicamente era atividade de homens, de uma racionalidade que por muito tempo era pensada como domínio do masculino.

O espanto que Rachel de Queiroz causou foi tamanho que alguns críticos chegaram a duvidar de sua fala, da autenticidade de sua voz. Frederico Schmit chegou a afirmar:

Nada há no livro de D. Rachel de Queiroz que lembre, nem de longe, o pernesticismo, a futilidade, a falsidade da nossa literatura feminina. É o livro de uma criatura simples, grave e forte, para quem a vida existe. É que não tem apenas a compreensão exterior da vida. Livro que surpreende pela experiência, pelo repouso, pelo domínio da emoção- e isso a tal ponto que estive inclinado a supor que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome. (SCHMIDT apud BUENO, 2006, p. 133.).

Qualificativos como futilidade, falsidade, pernesticismo configuravam o que era considerado o domínio do mundo feminino, cuja literatura tinha a mesma adjetivação. A gravidade, a força, a seriedade pareciam pertencer somente ao universo masculino, pelo menos é o que se percebe no olhar de Frederico Schmit, que, de certa forma, representava a atmosfera cultural daquele tempo, para quem a literatura feita por mulheres poderia ser tudo, menos política e racional.

Igual impressão teve Graciliano Ramos já em 1937:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: - Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois conheci *João Miguel* e conheci Rachel de Queiroz, mas ficou-me durante muito tempo a ideia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O Quinze* não me parecia natural. (RAMOS apud BUENO, 2006, p. 133).

A escrita de Rachel de Queiroz não se coadunava com aquilo que era esperado do texto feminino. A forma, o tema, a gravidade e a força de sua escrita não casavam com aquilo que se pensava ser inerente ou natural ao mundo feminino: a docilidade, a leveza, a futilidade e a irracionalidade.

É bem verdade que no Brasil dos anos 1920 e 1930 já se ensaiava outro discurso sobre o feminino. Eram tempos de o Brasil civilizar-se, da mulher ser pensada de outra forma, estar presente nos discursos. A moda também se transformava, modificando a vestimenta feminina, transformando os costumes. Os mesmos jornais que traziam textos adocicados feitos por mulheres também conclamavam suas transformações, principalmente as de classe média e burguesas, para que pudessem ter maior atuação. Já em 1932, Bertha Lutz e grupos de feministas conquistaram o direito ao voto para as mulheres. O período no qual Rachel de Queiroz publicou o seu romance e conseguiu notoriedade era diferente daquele em que Emília Freitas e Maria Firmina escreveram. Foi possível a Rachel de Queiroz existir e se fazer notar nacionalmente, não apenas porque já tínhamos uma

literatura e uma determinada crítica literária consolidada no Brasil, mas também porque o olhar sobre as mulheres também se modificara. Não é à toa que a própria escritora destaque em seus romances a questão feminina, embora Rachel de Queiroz tenha, por toda a sua vida, negado ser feminista. Dizia-se de si mesma ser uma anarquista doce, nos últimos anos de vida (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998). Embora devamos desconfiar, já que a autobiografia é um gênero ao qual devamos ficar atentos, visto que muito do que o sujeito diz sobre si mesmo deva ser alvo de questionamento por parte dos historiadores, como bem aponta Natalia de Santana Guerellus em sua tese de doutorado a respeito da trajetória de Rachel de Queiroz onde analisa a autobiografia da autora (GUERELLUS, 2015).

De doce seu *O Quinze* pouco tinha. Era romance social, talvez não tanto como a explosão de *Capitães de areia* (1937), de Jorge Amado, mas ainda assim era romance social, destinado a falar sobre a seca, sobre as mazelas que assolavam a região em que nascera. Era um sertão e um Nordeste que, como pensa Durval Muniz de Albuquerque, Rachel de Queiroz ajudou a inventar:

Podemos dizer, pois que Rachel de Queiroz se situa a meio caminho entre a construção do Nordeste como um espaço da tradição, um espaço da saudade do mundo do sertão dos seus antepassados, e o Nordeste como espaço da revolução social, como espaço antiburguês, ponta de lança de uma transformação social mais profunda no país, por seu grau de injustiças e misérias. Vive ela claramente os conflitos de uma geração suspensa entre o desabar dos territórios tradicionais e os vários projetos de reterritorialização que marcam a década de trinta. Uma nova sociedade que destruía o mundo natural. Mundo que a autora “via sumir-se, no nevoeiro dourado da noite, passando a galope, como um fantasma, por entre o vulto sombrio dos serrotes”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 164-65).

O lugar social que a autora ocupava, ao publicar *O Quinze*, de fato, não era o tipo de lugar ocupado por mulheres pobres, e nem da maioria das cearenses e brasileiras. Menina letrada, filha de fazendeiro e já com relativa rede de contatos que a permitiram, por exemplo, escrever para alguns jornais cearenses, Rachel de Queiroz não era uma pária social quando lançou seu livro.

Rachel já participava ativamente da jovem intelectualidade cearense do período, junto com Djacir Menezes, Moesia Rolim, Hyder Correa Lima e Jader de Carvalho. Formada na Escola Normal como professora em 1925, começou a escrever crônicas e poemas de caráter modernista no jornal *O Ceará* sob o pseudônimo de Rita de Queluz. Em 1928, entrou em uma polêmica jornalística por defender as ideias da pensadora feminista e anarquista Maria Lacerda de Moura que, a seu convite, publicou um texto no jornal *O Ceará* que veio a gerar críticas junto ao cronista Políbio (pseudônimo de Teodoro Cabral) do jornal *A Gazeta de Notícias* (GUERELLUS, 2015; FERREIRA, 2015).

Porém, isso não quer dizer que também não tenha vivido percalços por ser uma mulher escritora. Esse tom de uma “geração suspensa” também tomava a escritora, e talvez por isso Luís Bueno qualifique *O Quinze* como um romance entre “novidade e velharia” (BUENO, 2006, p.124). Novo na escrita, na linguagem, velho talvez no tema, no lugar no qual a autora se colocava, vendo a seca como um flagelo da natureza e não necessariamente como uma questão de fundo social. O lugar que Rachel de Queiroz ocupava estava meio suspenso, visto que ela estava dividida entre o novo e velho, a modernidade e a tradição. Rachel de Queiroz não conseguiu, pelo menos n’*O Quinze*, romper com algumas amarras de seu próprio lugar social: filha de fazendeiro, classe média, moça culta e professora, para qual a seca e suas consequências eram fruto da própria natureza e ou da falta de senhores paternalistas que cumprissem o seu dever, no caso, desamparando seu povo diante da tragédia.

A própria escritora, em depoimento que deu à *Revista Letras de Hoje*, em 1987, afirmou que sabia da seca pelo que havia ouvido dizer:

Isso conto para explicar que, ao escrever o livrinho, eu nunca vira uma seca com os meus próprios olhos. Mas a tradição local era tão forte, a lembrança em todos tão presente, os relatos repetidos com tanta frequência, as referências ao flagelo tão cotidianas (“aqui no açude, onde a água está dando duas braças, foi que o povo cavou cacimba no *Quinze*”, “este rebolado de mandacaru não sei como escapou- foi cortado até a raiz no Dezenove, para rama do gado”, “esse menino véio é assim movido porque nasceu na seca, coitado”...). (QUEIROZ, 1987, p. 36).

Dito isto, sabemos que o lugar social que Rachel de Queiroz ocupou ao falar da seca de 1915, em *O Quinze*, é fruto do olhar de quem não viveu a seca como tragédia própria, mas que esteve ao lado daqueles que vivenciaram isso, como fazendeiros, donos de terra, senhores paternalistas e por matriarcas. Rachel de Queiroz não era uma matriarca, mas também não estava completamente apartada do mundo paternalista da fazenda. Ela mesma conta que, assim como a mãe e as tias, chegou a ajudar os flagelados das secas nos campos de concentração em Fortaleza.⁹¹ A escritora era parte daquela elite que não desamparou ou achava que não devia desamparar seu povo em tempos de tragédias; ao mesmo tempo, não via a questão do paternalismo como um problema, mas sim como solução. O problema estaria naqueles senhores que se negavam a cumprir seu papel de protetores e que acabaram deixando seu povo ir embora, migrando para o Sudeste. Estes dois personagens aparecem n’*O Quinze*: Vicente, o fazendeiro que não abandona seu povo; e Dona Marocas, que deixa Chico Bento e sua família ao “Deus dará”, levando-os à única saída possível, que era se retirar de Quixadá para Fortaleza e, depois, para São Paulo.

Agora, vamos analisar como Rachel de Queiroz construiu sua seca, sua natureza e seu sertão; que Nordeste é esse que ela ajudou a inventar, entendendo, com isso, como a literatura pode nos ajudar a perceber o mundo que esses literatos construíram e no qual estavam inseridos. Como pensam os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7).

Trabalharemos com o conceito de representação, já que é isto que Rachel de Queiroz cria em seu *O Quinze*, representações sobre o sertão e as mulheres nordestinas. Representações como pensa Roger Chartier:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social –

⁹¹ Os campos de concentração em Fortaleza eram locais para os quais o governo do Estado enviava os flagelados da seca. No caso específico da seca de 1915, para o lugar chamado Alagadiço na zona oeste da capital. A ideia era manter sob vigilância da polícia os retirantes para que não provocassem tumultos na cidade e acreditava-se também que sua presença nas áreas centrais poderia enfeiar a cidade e trazer doenças. Esses campos de concentração recebiam ajuda do governo e da sociedade “caridosa”, como é o caso da personagem Conceição. Sobre o assunto, ver: Neves, 1995; Rios, 2001.

como julgou uma história de vistas demasiado curtas. (CHARTIER, s/d, p. 17).

Pensando o conceito como ponto de tensão entre o mundo representado e o que Rachel de Queiroz pretendia instituir a partir de sua literatura, é que compreendemos que as imagens aqui colocadas serão sempre ponto de embate e reflexão, e, também, de interpretações polissêmicas que estão inseridas em uma realidade histórica sempre processual, sempre em construção e em disputa. Dizer isso não significa que negamos a capacidade que a literatura tem de nos informar sobre o mundo social que ela cerca e pelo qual ela é cercada.

O sertão, a paisagem, a natureza

A relação dos homens e mulheres com a natureza também é uma construção histórica que se modificou ao longo dos tempos e das culturas. As relações entre o campo e a cidade, ou dos diversos movimentos ecológicos que hoje pregam a necessidade da preservação de parques, espécimes de animais e uma atitude mais responsável em relação ao meio ambiente, também têm uma História. Como nos colocou Keith Thomas em *O homem e o mundo natural* (THOMAS, 2010), essas relações nem sempre foram o que são hoje; nosso olhar sobre os campos e as cidades se modificou ao longo dos anos. A imagem que temos hoje do campo como um lugar bucólico ou de inocência foi arduamente construído e reconstruído na literatura inglesa, que é a literatura que Thomas analisa, mas também podemos pensar isso em relação ao Brasil. A analogia entre o campo e a cidade e suas diversas mutações também já foram brilhantemente analisadas por Raymond Williams, em *O campo e a cidade na história e na literatura* (WILLIAMS, 2011), também tomando a literatura inglesa como ponto de partida.

No Brasil, Durval Muniz de Albuquerque pensou essa relação, mas numa perspectiva de entender o que ele denominou como *A invenção do Nordeste*. Durval Muniz utilizou a literatura regionalista de 1930 para compreender como os escritores ajudaram a construir ou inventar uma ideia e uma imagem de Nordeste, que fossem da terra seca, rachada, da caatinga, do clima inóspito, da natureza brutalizada e brutalizadora dos homens (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Em nosso caso específico, interessa compreender como Rachel de Queiroz construiu a sua imagem de Nordeste e de seca, quais mecanismos a escritora usou para construir essas imagens no seu *O Quinze*. Claro que sabemos que este não foi o único romance de Rachel tratando do tema, e nem foi o primeiro dentro da própria literatura brasileira a falar da seca, mas acreditamos que *O Quinze* é bastante emblemático e nos ajuda a refletir sobre tal temática.

A história amorosa de Conceição e Vicente, a professora de Fortaleza e o vaqueiro do Quixadá, entremeada com a narrativa sobre a família de Chico Bento e sua retirada do sertão, nos deixa entrever um pouco desse Nordeste que Rachel de Queiroz inventou. Vamos a ele:

O céu, transparente que doía, vibrava, tremendo feito uma gaze repuxada. Vicente sentia por toda parte uma impressão ressequida de calor e aspereza. Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama; mas em geral as pobres árvores apareciam lamentáveis, mostrando os cotos dos galhos como membros amputados e a casca toda raspada em grandes zonas brancas. (QUEIROZ, 1989, p. 17).

Sequidão, devastação, membros amputados, grandes zonas brancas, calor, aspereza, céus transparentes. Todas essas imagens nos remetem ao sertão de Quixadá no Ceará inventado por Rachel de Queiroz; hoje, essas imagens se tornaram, podemos afirmar, quase que canônicas quando pensamos o Nordeste, ou aquilo que esperamos ser

Nordeste. Retirando as imagens turísticas do litoral, todo o resto que pensamos imediatamente nos remete a isso.

Importante perceber que, como salientou Ítalo Calvino, em seu *Por que ler os clássicos*, clássico é aquele livro de que todos conhecem a história, mesmo sem que se tenha lido um dia (CALVINO, 1993). Dessa forma, o sertão que Rachel constrói em seu *O quinze* seria “clássico” para nós e nos é familiar porque foi criado por ela e pela literatura regionalista que ela ajudou a compor. Se as imagens de sequidão, aspereza, terra rachada remetem ao que pensamos do Nordeste ou do sertão, mais especificamente, isso foi fruto de uma construção histórica e literária.

Esse sertão que nos parece tão familiar, tão próximo de nós, porque exaustivamente visto nas retinas de nossas lembranças de um lugar que nunca visitamos, mas sim porque já o vimos pela TV, pela internet, nas músicas, na literatura, nos livros de geografia e história.

O sertão de Rachel em *O Quinze* é um sertão nosso parente, nosso velho conhecido, embora nunca tenhamos nos encontrado. O poder da imagem canônica é também a ilusão que ela nos traz de conhecimento, de pertença. Mas é preciso lembrar que, para uma imagem ou um discurso se tornar clássico, foi preciso um tempo de anos e anos de sedimentação, de repetição desse discurso, dessa imagem. É preciso que nossas retinas se cansem de ver a imagem e nossos ouvidos se exauram de ouvir os discursos, para que tenhamos a falsa sensação de que o novo já nasce velho. E acabamos por perder o exato momento da criação desse discurso e dessa imagem, de modo que, quando encontramos sua fonte ou origem, pensamos ser simulacro. Rachel de Queiroz não criou essa imagem de sertão sozinha, ela é herdeira de Euclides da Cunha, herdeira das narrativas orais que ouviu sobre a seca; e a imagem segundo a qual representa o sertão, a natureza representada neste romance também está eivada daquilo que a autora leu, sonhou e ouviu dizer, assim como do que se pensava no seu tempo sobre as relações entre campo e cidade. Como aponta o geógrafo Antonio Carlos Roberto Moraes, “o sertão não é, portanto, uma obra da natureza [...]. Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares” (MORAES, 2002-2003, p. 6). Pensando como o geógrafo, o sertão foi e é histórica e literariamente construído.

Em plena década de 1930, o Brasil ainda era um país de economia predominantemente agrário-exportador. No entanto, já havia por parte do governo de Getúlio Vargas um ímpeto industrializador, um discurso de desenvolvimento e de modernização. O Norte e o Nordeste já haviam perdido, há muito, seu lugar de privilégio e primazia dentro da economia do país – economia ainda fortemente cafeeira mas que já se encaminhava e sentia necessidade de se industrializar, por isso a retirada de milhares de imigrantes nordestinos para São Paulo, onde se falava na maior oportunidade de vida e na construção de uma cidade mais rica e mais civilizada. Dentro desse contraste podemos perceber como a ideia de natureza vai se afastando da forma como os românticos a viram no Brasil, ou seja, como espaço de imensa beleza. O campo era visto cada vez mais como lugar do atraso, da rudeza e da incivilidade, como aponta Rachel de Queiroz: “Vicente, sempre fora assim, amigo do mato, do sertão, de tudo o que era inculto e rude” (QUEIROZ, 1990, p. 20).

A mesma imagem é também formada sobre a Amazônia, primeiro lugar que Chico Bento pensou em ir se retirar:

A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angustias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a **natureza bruta, dominava as feras** e as visagens, fazia dele rico e vencedor. (QUEIROZ, 1989, p. 46, grifos nossos).

Embora a mata amazônica e a caatinga fossem esteticamente diferentes, o que as unia no olhar de Rachel era o seu estado de natureza bruta, primitiva e rude. A primeira porque ainda não estava totalmente domada pelos homens, a segunda porque sua essência a impossibilitava de ser domada. Ao contrário, ela era domadora de homens. Por isso, o

sertanejo “era antes de tudo um forte”, porque se ajustava àquela paisagem árida e conseguia conviver com essa natureza selvagem que, de alguma forma, se entranhava nos homens. Vicente assim pensava:

Recordava sua obscura irritação ao ouvir Paulo fazer referência a certas mulheres que ele nunca vira, aos meios em que nunca se aventurara, receando que sua grossa casca de matuto destoasse demais, ou rudemente se chocasse com a delicada sofisticação do outro... E toda sua vida de **prazeres primitivos** e ingênuos, seus amores **quase rústicos**, sempre lhe pareciam diante de Paulo, como qualquer coisa de **grosseiro e inferior...** (QUEIROZ, 1989, p. 46, grifos nossos).

Ao se comparar ao seu irmão Paulo, formado em Direito, Vicente se sentia inferiorizado e suas características foram construídas como rústicas, grosseiras, primitivas. Rachel de Queiroz construiu a narrativa de uma forma na qual, por muitas vezes, a imagem da natureza associava-se a estas características. No entanto, o texto de Rachel não vê esse fator somente como negativo, a força da natureza selvagem e preservada também se construída como uma imagem de grandeza do próprio sertão e do sertanejo na figura de Vicente: “Foi lhe grato por essa simpatia. Perdeu com ela a timidez receosa que o entravava. E abriu-lhe o seu coração de menino crescido depressa demais, onde dormia concentrada, muita energia desconhecida, muita **força primitiva e virgem**”. (QUEIROZ, 1989, p.47, grifos nossos).

A natureza, para a autora, tem uma dualidade, tanto é espaço de força, aconchego, exuberância, bem ao gosto romântico, como também é espaço de bucolismo tedioso e de atraso.

A personagem central de *O Quinze*, Conceição, parecia estar dividida entre essas duas temporalidades: presente e passado. Desejava o amor de Vicente, sertanejo, mas ao mesmo tempo achava que aquilo era pouco para ela, professora em Fortaleza, moça letrada, que andava sozinha pela cidade. A esse dilema, somavam-se os contrastes campo x cidade, natureza x civilização:

Ele lhe parecia agora como um desses recantos da mata, próximo a um riacho, num sombrio misterioso e confortante. Passando num meio-dia quente, ao trote penoso do cavalo, a gente para ali, olha a sombra e o verde como se fosse para um cantinho de céu. Mas voltando depois, numa manhã chuvosa, encontra-se o doce recanto enlameado, escavacado de minhocas, os lindos troncos escorregadios e lodosos, os galhos de redor pingando tristemente. Da primeira vez, pensa-se em passar a vida inteira naquela frescura e naquela paz; mas à última, sai-se com o coração pesado, curado de bucolismo por muito tempo, vendo-se na realidade como é agressiva e inconstante a natureza. (QUEIROZ, 1989, p. 81).

A imagem bucólica do campo desaparecia nesse trecho. O campo, demorando-se muito nele, tornar-se-ia entediante, a natureza seria até perigosa, inconstante e agressiva.

É preciso lembrar que *O Quinze* foi produzido no final da década de 1920 e publicado em 1930, momento no qual o país passava por diversas transformações, principalmente no campo econômico. Embora fosse ainda um país de economia predominantemente rural, já se demarcava uma indústria, mesmo incipiente, que se concentrava mais ao Sudeste e Sul do país e modificava sua face: de uma economia agrário-exportadora para um processo de industrialização com a consolidação da hegemonia Sul-Sudeste em detrimento de um Nordeste que caminhava a passos mais lentos.

Segundo Boris Fausto, baseando-se no censo de 1920, as principais atividades das primeiras indústrias se concentravam no setor têxtil e de alimentação. As indústrias de base “não representavam contingente apreciável” (FAUSTO, 1997, p. 37). Mesmo assim podemos dizer que o Brasil de 1930 já não era o mesmo do ponto de vista econômico. A

situação em que o Nordeste se encontrava, principalmente a região por onde a seca se alastrava, levava muitos a se retirarem para esse outro Brasil, que se delineava no Sudeste e Sul, um país urbano e que se industrializava. Foi o que aconteceu com o personagem Chico Bento que, ao retirar-se do sertão, chegou em Fortaleza e foi aconselhado a ir para São Paulo:

Lá isso é... Mas também o Amazonas, hoje, não vale a pena...Nem ao menos borracha está dando dinheiro...E no Maranhão, pelo que dizem, é mesmo que ir buscar a morte... – Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom...Trabalho por toda parte, clima sadio...Podem até enriquecer... (QUEIROZ, 1989, p. 108-109).

Chico Bento foi desestimulado por Conceição a ir para o Amazonas e o Maranhão. Mesmo que estes dois estados tivessem vivido um certo período de opulência, no caso da borracha no Amazonas e no Pará, e o Maranhão tivesse vivido um relativo surto industrial no final do século XIX, estas economias não se equiparavam ao que acontecia no eixo Rio-São Paulo (SARGES, 2000).

Entre os anos de 1919 e 1949, os estados que mais cresciam na indústria eram Rio de Janeiro e São Paulo. Logo se estabeleciam como locais privilegiados nos quais muitos dos retirantes nordestinos foram tentar a vida. Era comum no Ceará o envio de retirantes para o Amazonas e o Pará no final do século XIX e início do XX. Temos, por exemplo, na grande seca de 1877, o envio de muitos migrantes para estas duas regiões como aponta Edson Holanda Lima Barbosa:

Os dirigentes cearenses, utilizando como recurso para aliviar as tensões a concessão de passagens e o estímulo à migração para outras províncias, tentaram restabelecer a ordem. As províncias situadas a oeste do Ceará – Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas – receberam a maior parte do fluxo migratório. Nos portos de chegada, os trabalhadores foram acolhidos e utilizados como força de trabalho em obras públicas, colônias agrícolas e seringais. (BARBOSA, 2015, p. 2).

No entanto, São Paulo se mostrava como uma opção melhor já pelos anos de 1915 em diante, época em que Rachel de Queiroz situou a narrativa de *O Quinze*. Como indicam Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira:

Atraídos por uma fabulosa acumulação de recursos, de oportunidades na indústria e no comércio ou vislumbrando a possibilidade de enriquecimento, multidões de famílias e indivíduos acorreram a São Paulo, vindos de todas as partes do Brasil e de diversos pontos do mundo. (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 227).

Do sertão cearense a São Paulo, a cidade que se urbanizava e se industrializava, mais uma vez a dicotomia entre o campo e a cidade aparecia no romance.

Por fim, temos uma última imagem de natureza que aparece n' *O Quinze*: uma caatinga que redescobre a chuva e que se modifica depois das primeiras águas, retomando a imagem de uma natureza verdejante que tudo poderia oferecer aos homens e mulheres nordestinos, principalmente, esperança. Esperança de dias melhores:

A caatinga despontava toda em grelos verdes; pauis esverdeados, dum sujo tom de azinhavre líquido, onde as folhas verdes das pacaviras emergiam, e boiavam os verdes círculos de aguapé, enchiam os barreiros que marginavam os caminhos. Insetos cor de folha – esperanças – saltavam sobre a rama. E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando. O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança. (QUEIROZ, 1989, p. 144).

A narrativa de Rachel de Queiroz sobre o sertão e sua natureza oscila entre as características físicas e embrutecedoras e as paisagens bucólicas, de um verde estupendo que toma a caatinga nos períodos de inverno. Essa oscilação parece também transparecer nos personagens, principalmente na personagem central, Conceição. Sobre ela e outras mulheres que aparecem no romance trataremos agora.

A mulher, as mulheres n'O Quinze

É praticamente impossível pensar *O Quinze* de Rachel de Queiroz e não refletir sobre as mulheres que aparecem nos romances. Afinal, as personagens femininas são, em toda a obra, elementos fortíssimos que tomam conta da narrativa. Aqui analisaremos as construções das personagens femininas no romance, assim como os discursos sobre as mulheres que Rachel de Queiroz construiu em seu livro e que, de certa forma, representavam o ideário sobre o mundo feminino nas décadas de 1920 e 1930 em Fortaleza e no sertão cearense.

As mulheres do início do século XX, no Brasil, tiveram que enfrentar um mundo que se transformava rapidamente, mas ao mesmo tempo ainda estava muito fechado para elas, principalmente para aquelas mulheres de classe média, que esperavam ter uma participação mais ativa no meio social.

Ao mesmo tempo em que eram encorajadas a participarem mais ativamente do meio social, eram também vistas com muita preocupação e reserva. Um país eminentemente machista e misógino que entendia que, para as mulheres, “piedade, pureza, submissão e domesticidade eram as virtudes máximas a serem verificadas” (SAMARA, 1997, p. 33). A construção dos personagens femininos n' *O Quinze* passou por uma série de olhares que eivavam a imagem da mulher no início do século XX, no Brasil e no Nordeste.

Para termos uma noção relativa sobre essa experiência de ambivalência, podemos tomar a notícia publicada no jornal *A Esquerda*, de Fortaleza, em 1928:

O CHEFE PROIBE AS MULHERES ATÉ DE CUSPIREM

As chamadas ordens e circulares policiais constituiriam um capítulo risível, se na maioria das vezes não representassem atestados manifestos – irritantes e grotescos- às liberdades individuais. Então, quando a polícia entra a legislar sobre costumes, é um Deus nos acuda. Afasta, que lá vem besteira. [...] O delegado ou chefe de Polícia da terra, que é também um zeloso da D. Moralidade, baixou a pena na dita cuja e daí saiu um “Aviso” ou coisa que melhor nome tenha, o qual já pregado nas paredes de certas casas suspeitas da cidade. A literatura vicentina é assim: “DE ORDEM DO SR. DR. CHEFE DE POLÍCIA- É expressamente proibido chegar ou estacionar as janelas seja a qualquer hora que for da noite ou do dia. Não colocar na janela roupão de banho, toalhas ou outro qualquer objeto. Não atirar na janela água e nem cuspir. Não fazer algazarra ou falar alto nos quartos quer de dia ou qualquer hora da noite. A proprietária pede as suas inquilinas ou visitante o especial obsequio de respeitarem este aviso a fim de evitar qualquer desgosto. (A ESQUERDA, 1928, p. 6).

Torna-se evidente que o aviso está diretamente voltado para as mulheres meretrizes de Fortaleza, visto que se falava de quartos com inquilinas e seus “visitantes”, mas também configura-se enquanto aviso de como as mulheres deveriam se comportar de forma geral, ou seja: não se colocar nas janelas ou não estender roupas de banho ou tolhas nessas mesmas janelas para não lembrar dessa forma seu corpo e sua sexualidade, não conversar alto, e, o mais absurdo para o jornal, “não cuspir”. Estamos falando de um jornal que se colocava como um veículo de “esquerda”, de tom mais liberal e moderno, e é por isso que a notícia vem com tom da crítica ao aviso. Contudo, o aviso delineia aquilo que diz sem dizer, isto é, o que era permitido às mulheres e o que lhes era vedado. Se não se comportassem da forma considerada adequada, ou civilizada, não corresponderiam ao que se esperava delas, ainda que se tratasse de meretrizes.

Era neste país que mudava sem avançar, preso ainda a muito tradicionalismo, patriarcalismo e machismo, que Rachel de Queiroz se situava, e, da mesma forma, situava seus personagens. A obra da escritora está imbuída deste tom ambivalente: ao mesmo tempo em que muitas personagens da literatura de Rachel de Queiroz podem ser lidas como rebeldes e até revolucionárias, em algum momento da trama, se veem presas ao discurso conservador que negam sem denunciar ou denunciam sem negar.

Era assim que a personagem principal, Conceição, aparecia como professora primária na cidade de Fortaleza:

Conceição tinha vinte de dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona. Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão... - Essa menina tem umas ideias! Estaria com razão a avó? Porque, de fato, Conceição talvez tivesse umas ideias, escrevia um livro sobre pedagogia, rabisicara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô. Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores tais ideias, estranhas e absurdas à avó. (QUEIROZ, 1989, p. 13).

Conceição exercia uma função relativamente aceita para as mulheres de seu tempo, que era ser professora primária, como atesta Rachel Alves ao estudar o papel das professoras na década de 1920, em Fortaleza, já que era pensado que a função de professora se enquadrava no que se esperava das mulheres do período:

A elaboração do perfil de educadora ganhava impulso na valorização das características femininas como a paciência, o altruísmo, e da relevância com a função da mulher no lar. A influência mantida pela mãe para com o filho deveria ser mantida pela professora como uma maneira de estender a ação da mulher como educadora da família nacional. (ALVES, 2009, p. 27).

Visto com relativa naturalidade, ser professora encaixava-se assim no que se desejava para as mulheres: ser mãe, educadora dos filhos e cuidadora do marido. As professoras, mesmo que solteiras, podiam dessa forma exercer a função maternal que lhes era destinada, educando as crianças de outrem, formando bons cidadãos para a pátria.

No entanto, quando essas mesmas educadoras se arvoraram de ideias consideradas revolucionárias, de discursos não permitidos, da escrita de textos e da leitura de autores considerados perigosos, como Nordau e Renan, e até mesmo autores socialistas, as coisas pareciam sair do lugar. Ser professora primária e ensinar as crianças a lerem e a obedecerem aos princípios da pátria era bem visto. Ter ideal de independência, escrever livros de pedagogia e ler autores considerados revolucionários, entretanto, era visto como perigoso. Tal perigo acabaria afastando Conceição da possibilidade do casamento, o que para a avó, que era uma mulher dos tempos antigos, da tradição, era como se fosse uma espécie de aleijão. Uma mulher que não se casava, que não tinha filhos, significava algo como agir contra a natureza, uma falha, algo que não deu certo.

Não por acaso a formação secundária, não religiosa, para mulheres no Ceará, só ocorreu a partir da criação da Escola Normal, em 1884. Nesse estabelecimento de ensino, eram ministradas às meninas aulas de Língua Portuguesa, Língua Francesa, Matemáticas Elementares, Geografia e História, Noções Elementares de Ciências Naturais, Pedagogia e Metodologia. Disciplinas voltadas para a formação de professores do ensino primário, devido à carência que o setor sofria. A maioria das mulheres formadas na Escola Normal atuava na cidade como professora primária, profissão então considerada, como já apontamos, mais adequada às mulheres, naturalizando-se a "aptidão feminina" para educar crianças em escolas primárias como extensão possível das suas atividades domésticas. Isso não quer dizer, como analisa Zilda Maria Menezes Lima, que a Escola Normal e as normalistas não sofressem preconceitos:

Não é muito difícil compreender as resistências a uma escola que visava formar mão de obra feminina para o mundo do trabalho em educação. Numa época em que as mulheres deveriam pensar em casamentos e filhos, não era interessante estimular espaços para as mulheres no mercado de trabalho, onde teriam que fatalmente abandonar o lar para dedicar-se a profissão. Daí a ambiguidade do papel da Escola Normal numa sociedade que rogava a chegada do progresso e da civilidade, mas não admitia mudanças comportamentais, principalmente se essas mudanças se originassem dos segmentos femininos. (LIMA, 1999, p. 37).

N'O *Quinze* de Rachel de Queiroz, ainda percebemos vestígios dessa mentalidade que atravessou o século XIX e entrou no XX, talvez até possamos falar que em pleno século XXI, as mulheres sábias ainda provoquem certo desconforto e desconfiança.

Vicente, jovem sertanejo que era apaixonado por Conceição, a via ainda um pouco com este olhar. Na visita que foi fazer a ela em Fortaleza, partiu com o seguinte sentimento:

Quando, saiu, ia debaixo dum sentimento de desgosto, vago, mas opressivo. Por que estava Conceição tão longínqua e distraída? E ao fim da visita, quando ela falava sobre o efeito da seca na cidade, pareceu-lhe até pedante. Tinha na voz e nos modos uma espécie de aspereza espevitada, característica de todas as normalistas que conhecia. (QUEIROZ, 1989, p. 80).

Uma mulher com conhecimento causava certo desconforto. Na trama, sabemos que Conceição agia dessa maneira com Vicente por ter ciúmes dele, mas o personagem não sabia disso e remetia o tratamento "pedante" ao fato de ser ela uma normalista. O conhecimento, o saber, o ensino pareciam não fazer parte das características consideradas admiráveis em uma mulher. O conhecimento excessivo não era bem visto, ainda mais se parecia amesquinhar o homem.

A própria personagem construída por Rachel de Queiroz remetia ao distanciamento que poderia se formar entre ela, professora, e Vicente, vaqueiro, caso viessem a formar matrimônio:

Pensou no esquisito casal que seria o deles, quando à noite, nos serões da fazenda, ela sublinhasse num livro querido um pensamento feliz e quisesse repartir com alguém a impressão recebida. Talvez Vicente levantasse a vista e lhe murmurasse um "é" distraído por detrás do jornal... Mas naturalmente a que distância e com tanta indiferença... (QUEIROZ, 1989, p. 81-82).

Outro ponto importante tocado pela autora foi a questão de a mulher de elite e classe média não poder andar sozinha. Existe ambivalência nesta fala, vejamos:

- Só? Eu sempre ando só! Tinha que ver, de cada vez que fosse à escola, arranjar uma companhia..- Pois eu pensei que não se usava uma moça andar só, na cidade. Dona Inácia juntou: - Agora é assim.. eu também estranhei...Conceição continuava a rir: - Mas eu, é porque sou uma professora velha, que vou para o meu trabalho! Uma mocinha bonitinha não passeia só, não! Ele ainda disse levado pelo seu zelo de matuto:- Pois mesmo assim, sendo professora velha, como você diz, se eu lhe mandasse, só deixava sair com um guarda de banda... (QUEIROZ, 1989, p. 77).

Esse tom ambivalente, na qual a personagem mostrava que sendo professora não precisaria ou poderia arrumar uma companhia toda vez que fosse à escola, e, ao mesmo tempo, a fala do matuto Vicente, apontando que, se ele "lhe mandasse", ela não andaria sozinha, reverberava um pouco o que essa geração de mulheres professoras da classe

média viveu. Ao mesmo tempo em que acreditavam e lutavam por certa autonomia, também se sentiam solitárias, ainda presas a preceitos conservadores que apontavam que as mulheres precisavam andar acompanhadas, precisavam de um marido, um casamento, um filho. A mulher sozinha era como um “aleijão”. Rachel de Queiroz soube como ninguém trabalhar esse tom ambivalente no seu *O Quinze*.

Por fim, outro ponto tocado pela escritora foi a questão da maternidade ou da falta dela em relação a essa mulher professora e letrada. Conceição não tinha filhos, acabou adotando uma criança, acabou por não cumprir biologicamente aquilo a que o seu corpo supostamente estava predestinado. A questão da maternidade como uma necessidade biológica para a mulher foi longamente discutida no texto já clássico de Elisabeth Badinter *O mito do amor materno* (BADINTER, 1985), no qual a autora discorre sobre a questão cultural formada no Ocidente sobre a suposta “predestinação” de todas as mulheres serem mães:

Afinal, o verdadeiro destino de toda mulher é acalentar uma criança no peito... E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida...(...) Seria sempre estéril, inútil, só...Seu coração não alimentaria outra vida, sua alma não se prolongaria noutra pequenina alma...Mulher sem filhos, elo partido na cadeia da imortalidade...Ai dos sós...(QUEIROZ, 1989, p. 80.).

A maternidade, mesmo que não obrigatória, se tornou para Conceição uma necessidade. Ainda que letrada, ela não conseguiu desvencilhar-se da ideia que impregnava a sociedade de seu tempo, ou seja, que uma mulher sem filhos era como algo contrário à natureza. Com isso, resolveu este problema adotando uma criança. Outros “problemas” que se colocaram ela não conseguiu ou não quis resolver, como o do não casamento.

Acreditamos que Conceição não fosse uma personagem de traços evidentemente feministas. Apostamos mais numa ambivalência desta personagem, como já apontamos entre o novo e o velho. Casar ou não casar? Ser ou não ser mãe? Dividida entre o seu mundo e o da avó, Conceição seguia sua sina...

Considerações finais

Como vimos, Rachel de Queiroz construiu em seu romance *O Quinze* um texto em que vários elementos da mulher da classe média brasileira em transição das décadas de 1920 e 1930 apareciam, como a angústia interna de se profissionalizar como professora, no caso de Conceição, e conseguir pleitear um casamento, ser mãe e constituir família, destino comum às mulheres, pelo menos àquelas pertencentes à elite e à classe média, às quais a própria autora pertencia.

Por outro lado, *O Quinze* é romance social, revela o Ceará sertanejo e marcado pela seca, com a família de retirantes cearenses que vai em busca de uma vida melhor em Fortaleza e depois em São Paulo.

No entanto, não avança nas possibilidades de modificação do meio social. A seca é vista como mazela climática, nos quais os “bons fazendeiros” amparam sua gente, enquanto os “maus” a deixam à revelia. A seca é tratada como catástrofe climática, na qual pouco ou nada se há para fazer, a não ser esperar a mão do destino. Os bons fazendeiros, entre os quais Vicente se encontra, permanecerão no sertão. As alternativas sociais são vistas pelo viés da caridade dos bons senhores e senhoras fazendeiras. A própria Conceição ajuda os retirantes em Fortaleza. É uma visão senhorial sobre a seca e a miséria, segundo a qual o protagonismo dos pobres praticamente não existe. Eles atuam se retirando e recebendo ajuda dos fazendeiros ou de suas filhas. Não se rebelam com a condição social em que estão inseridos, mas conformam-se e agradecem a ajuda recebida pelos bons senhores e senhoras.

Por fim, mostramos também as diversas paisagens que aparecem desta natureza, bem como a dicotomia entre o campo e a cidade que a autora construiu. Por um lado, o campo associa-se à inocência, ao bucolismo, enquanto a cidade é fonte de males. Por outro, a natureza aparece como selvageria e atraso, tornando o mundo de Conceição e

Vicente incomunicáveis. Como a professora letrada de Fortaleza poderia casar-se com o matuto Vicente? O que conversariam? O que teriam em comum? Esta incomunicabilidade torna o romance impossível e promove aos dois um desenlace infeliz.

Referências bibliográficas

ADONIAS FILHO. **O romance brasileiro de 30**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**. Educadoras na terra da Luz: o ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luíz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 213-254, jul./dez. 2006.

BARBOSA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p 131-155, jul./dez, 2015.

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo; Campinas: EDUSP; Editora da Unicamp, 2006.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. Fortaleza: Edições ABC, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) **A história contada**. Capítulos de História social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s/d.

CHIAPPINI, Lígia. Rachel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: _____. **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 157- 176.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A indústria do Maranhão: Um novo cliço**. Brasília: IEL, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. Classe e gênero no romance de Rachel de Queiroz. In: _____. **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte: Fale; UFMG, 2005. p. 105-112.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. **“A última página” de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

GUERELLUS, Nátalia de Santanna. **Como um castelo de cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

- HOLLANDA, Heloísa Buarque. O éthos Rachel. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de Literatura Brasileira**: Rachel de Queiroz. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997. p. 103-115.
- HOUAISS, Antônio. Memorial de Maria Moura. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 4-6. 6 out. 1992.
- JORNAL A ESQUERDA, Fortaleza, 25 de janeiro de 1928, Ano I, n. 1, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720992&PagFis=1&Pesq=>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- LIMA, Zilda Maria Menezes. **Mulheres de romance**: perfis femininos da cidade de Fortaleza (1880-1900). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- MARTINS, Wilson. Rachel de Queiroz em perspectiva. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Cadernos de Literatura Brasileira**: Rachel de Queiroz. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997. p. 69-86.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 4-5, p. 1-8, 2012.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres, 1999. V. 1.
- NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: Os campos de concentração no Ceará. (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.
- OLIVEIRA, Gilberto Gilvan de Souza. **“O livrinho que desencadeou o resto”**: circulação e produção do romance O Quinze de Rachel de Queiroz pela livraria José Olympio Editora (1948-1990). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. **Tantos anos**. São Paulo: Editora Siciliano, 1998.
- QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- _____. Depoimento sobre “O Quinze”. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p.35-38, set.1987.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura, 2001.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **As ideias e os números do gênero**. Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Fundação Vitae, 1997.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.
- VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.
- WILLIAMS, Reymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em novembro de 2017.
Aprovado em dezembro de 2018.

Artigos

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n59p129-140>

A “MEIA-NOITE”* NO SÉCULO: A II Guerra Mundial e a resistência

MIDNIGHT IN THE CENTURY: World War II and the resistance

Raquel Varela **

RESUMO: O desemprego nos EUA e na Europa só foi revertido em 1938-1941, quando teve início a militarização da sociedade e se transformaram desempregados em soldados, no começo da II Guerra Mundial. Não foram as medidas keynesianas que reverteram a crise de 1929, mas a proletarianização massiva de largos setores camponeses – com a coletivização forçada na URSS ou o colapso bancário dos pequenos camponeses nos EUA, retratados em *As vinhas da ira* (STEINBECK, 2016) – e, mais tarde, a destruição da propriedade a uma escala inédita na história da humanidade. Foi o apocalipse da II Guerra Mundial, com os seus, os nossos, 80 milhões de mortos. Foi a maior derrota da humanidade. Neste artigo, olhamos para os principais acontecimentos da II Guerra Mundial e da Resistência a esta, recordando que os campos de concentração nazi eram campos de trabalho forçado. O trabalho forçado, à escala de milhões entre 1939 e 1945, em centenas de campos e subcampos, inseridos na cadeia produtiva de algumas das maiores empresas da indústria alemã, esteve no centro do projeto do Estado nazi.

PALAVRAS CHAVE: II Guerra Mundial. Resistência. Trabalho Forçado. Nazismo.

ABSTRACT: Unemployment in the US and Europe was only reversed in 1938-1941, when the militarization of society began. Unemployed became soldiers at the beginning of the war. It was not the Keynesian measures that reversed the crisis of 1929 but the massive proletarianization of large peasant sectors – with forced collectivization in the USSR or the collapse of the small peasants in the US portrayed in *The grapes of wrath* (STEINBECK, 2016) – and later the destruction of property on an unprecedented scale in the history of humanity - was the apocalypse of World War II, with its 80 million dead. It was the greatest defeat of mankind. In this article we look at the main events of World War II and the Resistance to it, recalling that the Nazi concentration camps were forced labor camps. Between 1939 and 1945, forced labor, in hundreds of camps and sub camps, inserted in the productive chain of some of the biggest companies of the German industry, was at the center of the project of the Nazi State.

KEYWORDS: World War II. Resistance. Forced Labor. Nazism.

A Alemanha estava moribunda, mas parecia que os alemães não se apercebiam disso. Depois do atentado contra Hitler em Junho, o país vivia no terror; bastava uma denúncia, uma falta ao trabalho, uma palavra descuidada, para se ir parar às mãos da Gestapo como derrotista, e por isso militares e civis cumpriam as suas obrigações como sempre fizeram, movidos ao mesmo tempo pelo medo e por um sentido inato de disciplina.

* Título do romance de Victor Serge (*Midnight in the century*), publicado originalmente em 1939 (SERGE, 2015).

** Historiadora, investigadora e professora universitária. Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa/IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense, onde leciona uma cadeira na área de História Global do Trabalho no Programa de Pós-Graduação em História.

Havia uma Alemanha fanática e suicida que aterrorizava uma Alemanha já desencorajada e intimamente vencida. (LEVI, 2015, p. 43).

A Guerra Global

No dia 10 de maio de 1940, os alemães invadiram a França e os Países Baixos. Ingleses e franceses avançaram para o Norte para tentar combater a tropas alemãs ali. A “guerra relâmpago” de Hitler – inspirada nas técnicas de guerra rápida das invasões francesas (1792-1815) e da guerra civil norte-americana (1861-1865) – parecia, naqueles dias, imparável: as tropas do Führer entraram pelas Ardenas francesas. Iniciou-se, então, a “Operação Dínamo”, uma das maiores evacuações de tropas de sempre – 300 mil soldados ingleses e franceses foram retirados pelo porto de Dunquerque. Winston Churchill e Charles De Gaulle assumiram o comando da Inglaterra e da França contra Hitler.

A França sucumbiu. A sul, os aliados contavam com a “Linha Maginot”, uma linha defensiva rígida que, em poucos dias, caiu nas mãos dos alemães: Paris e 2/3 da França foram ocupados pelos alemães que estabeleceram, com a conivência de largos setores da direita francesa, um regime fantoche pró-nazi liderado pelo marechal Pétain, regime conhecido como a França de Vichy.

A guerra tornou-se mundial em 1941, com a invasão pelos japoneses de Pearl Harbour e a invasão da URSS pela Alemanha na Operação Barba Ruiva, também em 1941. Já em 1931 os japoneses haviam invadido a Manchúria e usado esse território para ocupar a China a partir de 1937. E, em 1935, havia ocorrido a invasão da Abissínia (Etiópia) pela Itália.

De Gaulle ganhou o apoio da maioria dos países europeus quando se propôs dirigir a resistência ao nazismo a partir de Inglaterra. A coligação contra o nazismo – a URSS, EUA, GB e a França Livre – teve porém uma resposta tardia com o desembarque anglo-franco-americano, que vai fazer-se só em 1944. Estaline também tinha adiado a resposta ao nazismo, assinando o Pacto Ribentrop-Molotov em 1939, de não-agressão entre a Alemanha a URSS e de divisão da Polónia, esperando que os países imperialistas lutassem uns contra os outros. O efeito deste pacto sobre os comunistas organizados foi devastador. Vejamos o exemplo da Checoslováquia.

Em Setembro de 1938, Daladier, da França, e Chamberlain, do Reino Unido, assinaram, com Hitler e Mussolini, nos Acordos de Munique, o destino da Checoslováquia. Os nazis invadiram e anexaram a região dos sudetas, território checo onde vivia uma importante comunidade alemã, em 1938 – a reacção é de complacência silenciosa, por parte da França e do Reino Unido e da URSS também. A *real politik* que dominava a diplomacia no sistema internacional de Estados foi abrindo cada vez mais o caminho a Hitler.

Jiri Pelikán, destacado militante do PC Checo, conta:

O Pacto Nazi-soviético chegou-nos como um choque [...]. Lembro-me claramente do caso de um amigo. Era muito mais velho e tinha sido comunista desde os tempos da Universidade em 1933 e era uma dos líderes do partido comunista na zona da Moravia⁹². Quando recebeu as instruções do Comintern depois da ocupação nazi tremeu. Até mensagens assinadas pelo Gootwald⁹³ postulavam que os soldados alemães que tinham invadido a Checoslováquia eram, na verdade, proletários fardados de uniforme militar e por isso não eram de modo algum inimigos de classe. Os verdadeiro inimigos eram a burguesia checa [...] Era esta a linha do Comintern [...] Quando o pacto foi assinado o choque ainda foi maior [...]. [Depois da invasão da URSS pelo exército nazi a situação mudou radicalmente] agora as instruções de Moscovo era para cooperarmos com

⁹² Região da Europa central na parte oriental da República Checa.

⁹³ Líder do Partido Comunista da Checoslováquia.

todas as forças anti fascistas de resistência. (PELIKÁN, 1972, p. 2, tradução nossa).

Do outro lado o cinismo não foi menor, expresso, como lembra o filósofo Roger Garaudy nas palavras de Truman: “se virmos que a Alemanha está em vantagem, deveremos ajudar os soviéticos, de modo a que eles se matem o mais depressa possível uns aos outros” (GARAUDY, 1995, p. 51).

Os soviéticos foram os que mais sofreram em perdas, 20 a 30 milhões de mortos, não se sabe ao certo. No Atlântico, no norte de África e no Pacífico, a guerra também foi devastadora. No cerco de 900 dias de Leningrado, nas batalhas de Guadalcanal, El Alamein, Iwo Jima, Tóquio, Dresden, Varsóvia, Hiroxima, Nagasaki. A batalha de Kursk, localidade situada a 450 quilômetros a sudoeste de Moscovo, palco da maior batalha de tanques da história, entre o exército nazi e o soviético em julho e agosto de 1943. Monte Cassino...Mas foi justamente em Stalingrado – em 1942 e 1943 –, centro de cruzamento geográfico de rotas e nó vital da Rússia, que se deu o verdadeiro volte-face na guerra. Com a derrota a leste, e a “solução final” contra os judeus e ciganos, os aliados foram obrigados a traçar uma estratégia comum.

Primeiro em Casablanca e depois na Conferência de Teerã, em novembro de 1943, os aliados decidiram o desembarque no sul e no norte de França para maio de 1944. O Dia D deu-se a 6 de junho de 1944, com um sucesso rápido, e permitiu caminhar para libertar Paris. Além do desembarque na Normandia, menos conhecido mas fundamental, no sul de França dezenas de milhares de magrebinos derrotaram, em agosto de 1944, na Operação Dragão, em 14 dias, as tropas nazis a sul, isolando-as nos Alpes.

Mais tarde, em Ialta e Potsdam, os aliados definiram a divisão do mundo, já com a eminente derrota da Alemanha e do Japão, depois dos bombardeamentos aéreos massivos de Dresden, ou Tóquio, e a utilização, pela primeira vez na história, da bomba atômica. A primeira bomba atômica soviética foi testada em 1949.

A perseguição nazi aos judeus e aos ciganos e outros grupos teve como primeira razão a necessidade de encher os campos de trabalhadores forçados que fizeram a economia de guerra nazi. Embora a sua perseguição seja centenária. Os holandeses, que conquistaram pela força as rotas comerciais aos portugueses, desprotegidas durante a Dinastia Filipina, haviam incorporado também algum saber cartográfico e matemático de judeus expulsos da Península, no final do século XV. Ainda hoje, ao lado da Sinagoga Portuguesa em Amsterdão, está a Estátua ao Estivador, erguida em nome da maior greve contra o nazismo realizada na Holanda, em 1941, quando um decreto de trabalho forçado obrigou os judeus do porto de Amesterdão e operários navais de Roterdão a serem recrutados para as fábricas de guerra do expansionismo nazi. A greve contagiou todo o norte de Amesterdão mas acabou por ser derrotada.

Junto com o levantamento do gueto de Varsóvia (1943), esta greve de 1941 esteve entre as poucas respostas de massas organizadas deste sector. A quem o mundo virou as costas.

A Interpol foi fundada em Viena em 1923 e, em 1938, Reinhard Heydrich, um dos generais das SS, torna-se o chefe da Interpol Europeia, e todos os arquivos são trasladados de Viena para Berlim. Curiosamente, a maioria dos Estados não parou a sua colaboração com a Interpol durante a Segunda Guerra Mundial. Os suíços continuaram a trabalhar com os alemães e o facto de os judeus terem um “J” carimbado nos seus passaportes (de *Jude*, judeu) tem a ver com a Interpol. Os suíços insistiram para que os judeus alemães tivessem o “J” no seu passaporte para que pudessem recusar os refugiados judeus que tentassem entrar na Suíça. (ENTREVISTA..., 2015).

Mas por que os judeus serão mortos e não permanecem nos campos a trabalhar? A decisão de matá-los (“solução final”) foi tomada na Conferência de Wannsee, a 20 de janeiro

de 1942. Na Conferência, os nazis calcularam que era impossível alimentar todo o império nazi com proteína (só comeriam batatas) porque, depois da derrota a leste, onde estavam as terras mais férteis, na Ucrânia não tinham acesso a campos de produção essenciais. Para conseguir essa porção de proteína para os seus, os nazis concluíram que era necessário parar de alimentar, ainda que mal, 6 a 7 milhões de pessoas. Na I Conferência de Wannsee, decidiu-se a “solução final”, morte por gás, contra os judeus. Na V Conferência de Wannsee, contra os ciganos.

Um grupo de investigadores austríacos do estudo do trabalho forçado nos campos de concentração (RATHKOLB, 2001) publicou os primeiros resultados sobre a problemática do nazismo como um “gigantesco campo de trabalho”, que, sabe-se hoje, albergou centenas de campos e subcampos em toda a Europa ocupada, incluindo também alguns trabalhadores portugueses (ROSAS, 2017). Doentes, crianças, velhos eram mortos, mas os saudáveis, depois de despidos de qualquer identidade (cabelo cortado, roupa idêntica) eram colocados a trabalhar em empresas privadas mas dependentes da economia de guerra planificada e financiada pelo Estado.

O memorial histórico do campo de trabalho de Mauthausen, na Áustria, foi exemplar desta cadeia produtiva e contrariou a tese de um regime primordialmente baseado no racismo pois, se nesse campo os judeus eram os mais mal tratados (ficando num armazém com menos condições ainda do que os outros prisioneiros), ele foi, desde a abertura, uma empresa pedreira, uma fábrica, de trabalho compulsório e gratuito. E onde os dirigentes políticos revolucionários, judeus ou não, foram os primeiros a ser mortos, empurrados, numa fila, pelos seus camaradas, para um desfiladeiro – os nazis chamavam-lhe, sordidamente, os “paraquedistas”.

O tema tem importância para o futuro porque neste como em muito outros acontecimentos históricos insiste-se em sublinhar os fenómenos culturais fragmentários – identidade de género, etnia etc. – e secundarizar o que é essencial ao regime de acumulação capitalista (WOOD; FOSTER, 1997). Insistimos: o nazismo não foi uma perversão de um louco, mas a militarização da sociedade para salvar o capitalismo de sua essência destrutiva, destruindo ainda mais.

Segundo Gerhard Baumgartner, historiador e diretor do Centro de Documentação da Resistência Austríaca:

O que as SS fazem é criar campos de concentração e grandes fábricas dentro destes, pondo-os a funcionar como um sistema auto-sustentado. [...] É possível ver que nas primeiras deportações, de 1938-39, foram os jovens e fortes (ciganos) a ser enviados para a Alemanha para trabalhar; em 1941-1943, foi a vez das crianças e dos idosos a serem deportados para a Polónia para serem mortos. [...] Não havia trabalhadores suficientes na máquina de guerra Nazi. Com o rearmamento, o mercado de trabalho na Alemanha foi completamente esvaziado. Os *roma* estavam a ser deportados para os campos de concentração, porque as SS precisavam de força de trabalho. Nem todos estavam desempregados e foram levados dos seus locais de trabalho e arrastados para os campos de concentração, porque as SS tinham estabelecido empresas nos campos e precisavam de pessoas para trabalhar lá. Mais tarde, os Nazis viriam a matar todos os que tinham de alimentar, quando se aperceberam que não havia comida suficiente para toda a população do Terceiro Reich, em 1942-43. [...] Há duas teorias sobre o Holocausto: uma é a teoria intencionalista, que diz que os Nazis sempre tiveram a intenção de matar cada judeu; a outra é uma espécie de visão funcionalista do Holocausto, e eu acho que se pode provar que tem muito a ver com esta. A decisão de matar os judeus em grande número é tomada no momento em que os Nazis são informados pelos seus economistas que é necessário matar vários milhões de pessoas para que seja possível garantir a distribuição e consumo de carne pelos alemães. A decisão é tomada na famosa Conferência de Wannsee, onde a conclusão a que chegam é que se alguém tem que morrer, então, que sejam os judeus. A partir desse momento deixa de interessar se eles produziam um milhão de

coisas para o exército alemão... havia demasiadas bocas para alimentar. (ENTREVISTA..., 2015, p.17-22).

A 7 e 8 de maio de 1945, o horror teve um fim. Foram assinados os instrumentos de rendição alemã, incondicional. Paris já tinha sido libertada em agosto de 1944, numa festa que tinha à frente os brigadistas republicanos. Os tanques tinham nomes como “Teruel”, “Guernica”, porque os gudaris bascos e os catalães foram essenciais para organizar a resistência, especializados em montanha (Pirenéus) e estiveram na linha da frente na libertação e Paris.

Porém, do outro lado, a oriente, a barbárie ainda estava a caminho:

Uma temperatura comparável à provocada por um astro produziu-se quando a bomba atômica explodiu no coração de Hiroshima, onde continuam a lavar os incêndios [...]. Uma emissão da rádio de Tóquio captada em Nova Iorque diz que a bomba atômica matou todos os seres vivos – humanos e doutra espécie – em Hiroshima. A rádio acrescentou que os mortos estão de tal forma queimados que não podem ser reconhecidos. As autoridades não conseguem conhecer o número definitivo das vítimas. A cidade transformou-se numa montanha de ruínas. A rádio de Tóquio acrescentou: “Os efeitos foram tremendos. Os que estavam na rua e nas praças da cidade foram queimados vivos e os que se encontravam em casa morreram em consequência da pressão do ar e do calor. Com as destruições que se deram, em que se incluem os hospitais e as farmácias, as autoridades estão impossibilitadas de agir. (DIÁRIO DE LISBOA, 8 ago. 1945).

O tom de um dos mais criminosos acontecimentos da história do mundo teve honras de dividir capa do *Diário de Lisboa* com um faustoso almoço que o Dr. Oliveira de Salazar ofereceu às missões da Academia Brasileira e Portuguesa. A fotografia, claro, era do banquete. Mas, mesmo ao lado do banquete, no qual se reconheciam finos copos de cristal e ramos de flores, estavam as declarações do capitão William Parsons, da Esquadra americana, que seguia na “Super-fortaleza” que lançou a bomba atômica:

Tudo o que se passou – disse – foi tremendo e encorajador. Depois de ter sido largada a bomba, ainda sentimos o choque que nos fez abalar. Os homens que se encontravam comigo exclamaram: “Meu Deus!”. Hiroshima estava transformada numa montanha de fumo. (DIÁRIO DE LISBOA, 8 ago. 1945).

O “produto” a que se referia o capitão norte-americano era a mais poderosa bomba usada até aí lançada sobre uma cidade inteira, facto proibido em todas e quaisquer leis e convenções que regiam a guerra, entre elas a Convenção de Haia⁹⁴. Mas o que estava proibido nas leis de papel estava inscrito nas da guerra. A oriente, os americanos queriam ter a última palavra a dizer. Por outro lado, lançar a bomba era um aviso a todos os outros impérios de que os EUA tinham agora a superioridade nuclear. O Japão rendeu-se, mas rendeu-se às mãos e sob controle norte-americano.

O exército dos EUA escolheu a base de Alamogordo, no estado do Novo México, para plataforma experimental do seu programa nuclear. Foram cerca de três mil os trabalhadores que se puseram a construir a bomba atômica, a partir de 1943. Muitos dos físicos que pertenceram ao projecto liderado por Oppenheimer fizeram-no em nome de impedir a Alemanha de Hitler de desenvolver semelhante bomba. Dois deles, assim que reconhecem que esse perigo não existia mais, em 1944, retiraram-se do projeto: John Rotblat e Edward Condon. Em junho de 1945, já depois da rendição alemã, um grupo de cientistas liderados por James Franck pediu ao governo norte-americano para que a bomba

⁹⁴ Convenções de Haia, de 1899 e 1907, são, junto com as Convenções de Genebra, os primeiros tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra.

não fosse usada no Japão mas sim numa ilha deserta. Alguns membros do governo e oficiais militares japoneses seriam convidados para assistir à deflagração da bomba e assim evitar-se, pensavam estes físicos, a calamidade de Hiroshima e Nagasaki. O relatório Franck foi encaminhado para o presidente Truman, que rejeitou a proposta.

Às oito horas e quinze minutos do dia 6 de agosto de 1945, um B-29, nome de baptismo “Enola Gay”, lançou a uma bomba atômica – com o cognome “Pequeno Rapaz” – sobre a cidade de Hiroshima, no Japão. Um relato japonês descreveu Nagasaki após o bombardeamento como “um cemitério sem uma única lápide de pé”. O Japão, através da Suíça e da Suécia informou, no dia 10 de agosto, que se renderia sem condições.

Hiroxima nunca foi “necessária para ganhar a guerra”. Em Yalta, em fevereiro de 1945, acordou-se que a URSS entraria em guerra contra o Japão três meses depois da rendição alemã. Esta deu-se a 8 de maio de 1945, pelo que os Russos iriam entrar, e de facto entraram em guerra contra o Japão, a 8 de agosto de 1945. Mas os EUA, ao lançarem a bomba sobre Hiroxima a 6 de agosto e sobre Nagasaki a 9 de agosto, obrigaram à rendição incondicional do Japão. No dia 15 de agosto, o imperador japonês anunciou aos súditos a rendição, que foi assinada, na Baía de Tóquio, a 2 de setembro de 1945, a bordo do navio norte-americano Missouri. Assim, e ao contrário do que aconteceu na Alemanha, os EUA não tiveram que dividir o território japonês com os russos. Para cima de duzentos mil mortos pereceram sob as duas bombas atômicas – 90% destes eram civis. Não se sabe quantos morreram ou ficaram deformados e/ou doentes pelos efeitos da radiação nos anos seguintes.

Mas a retórica política foi outra. Quando, a 8 de agosto, tal como acordado em Yalta, a URSS entrou em guerra contra o Japão, os EUA fizeram declarações públicas a congratular-se com o fato. O Secretário de Estado americano, James Byrnes, numa declaração, celebrando a declaração de guerra da Rússia ao Japão, afirmou:

Este acto do governo soviético é de natureza a encurtar a guerra e a salvar muitas vidas. Sinto-me feliz pelo facto de as potências aliadas que cooperaram na Europa para derrotar um inimigo continuem a cooperar no extremo oriente e venham a dar paz ao mundo. Espero que o povo japonês compreenda agora que toda a resistência às forças das Nações Unidas, para o obrigarem a aceitar a lei e a justiça, será inteiramente fútil. (REPÚBLICA, 9 ago. 1945).

No dia 10 de agosto, Truman, presidente dos EUA, falou ao povo americano sobre os problemas da guerra e da paz, afirmando-se publicamente como a nação mais poderosa do mundo no fim da guerra.

A Europa ocidental seria da esfera dos EUA, a de leste da URSS. O Oriente americano. A Europa era definida pelo novo “meridiano de Tordesilhas”, negociado por Roosevelt, Churchill e Estaline no final da II Guerra Mundial. A política da URSS sempre foi, a partir daqui, a de não interferir na área de influência das potências ocidentais delimitada nos acordos de Yalta e Potsdam. A América Latina, tal como a África e a Ásia, não foi, nas conferências entre as potências, em 1945, objeto de partilha. Permaneceram como um terreno de disputa, onde as potências ocidentais e a URSS podiam tentar exercer influência – muitos dos Estados destes três continentes nem sequer existiam em 1945.

Espanha e Portugal estavam no território de influência norte-americana, e esse espaço devia ser respeitado. O país vai sobreviver às revoltas populares contra a carestia no fim da guerra porque fará parte do xadrez da guerra fria, do mundo ocidental a ser protegido contra o comunismo (ROSAS, 2004) – a “good war” não olhava a princípios democráticos quando se tratava de evitar revoltas de trabalhadores.

A Resistência

Terminada a II Guerra Mundial, estavam centenas de milhões de trabalhadores armados em toda a Europa. Como desarmá-los? Como reduzir o conflito à luta entre

democracia e fascismo, entre regimes políticos, expurgando a revolução, mantendo o Estado capitalista na Europa ocidental, inquestionável?

De duas formas: negociando com a URSS e convencendo os Partidos Comunistas a depor armas (HARMAN, 1999, p. 536-541); e construindo o Estado Social, o pacto social europeu, em que o capitalismo teria um travão a si próprio – a garantia da segurança de emprego.

A resistência não podia, segundo De Gaulle, ficar na mão dos comunistas e dos anarquistas que, aos milhares, lutavam nas fileiras da resistência, povoando os “maquis” de França, fazendo explodir comboios alemães que circulavam na França ocupada, criando uma teia de milhares de homens e mulheres que na Europa deram um contributo ímpar para a derrota da Alemanha. Na Albânia, Grécia e Iugoslávia, era evidente que a resistência tinha não só tido o papel fundamental na derrota do fascismo – mais do que as tropas russas ou ocidentais –, como estava, por isso, no controle do poder.

Já a perder a guerra, os alemães deram ordem de concentração dos soldados na Normandia. Do centro da França partiram em direcção ao norte. Entre eles, um batalhão, chefiado pelo comandante Adolf Dieckman, que mandou os soldados, na retirada, fazerem uma ação exemplar: queimar vivos os habitantes da aldeia Oradour sur Glane.

Às duas horas da tarde daquele dia, os alemães chegaram, colocaram os homens dentro de três casas e as mulheres e crianças na Igreja do local. Foram todos regados com querosene e se puxou fogo a toda a aldeia. Às seis horas da tarde, a aldeia tinha desaparecido e 642 pessoas tinham morrido no meio do horror. Seis haviam conseguido fugir, um foi morto pelas costas. Da Igreja, fugiu uma mulher.

No fim da guerra, os franceses decidiram que a aldeia não iria ser reconstruída. Iria ficar como está hoje – uma aldeia inteira, protegida por um muro e um grande portão de ferro com um letreiro “Souviens-toi” (Lembra-te): ruínas das casas, cada uma com uma placa com o nome e a profissão de quem ali viveu, em todas elas conservando-se peças de ferro retorcido, de carros, de bicicletas, instrumentos de trabalho, alfaias agrícolas. Na casa do ferreiro, um torno e uma peça que não chegou a acabar, alguns azulejos.

Ninguém foi responsabilizado pelo massacre. Dieckman foi acusado treze anos depois do massacre, entretanto já tinha convenientemente morrido em 1944. Os generais alemães alegaram, no julgamento, que Dieckman tinha ultrapassado as ordens.

Oradour foi a escolhida, pensa-se, porque, além de estar no caminho, era uma aldeia sem atividade da resistência, composta por camponeses abastados, relativamente alheados da guerra, e que, à passagem dos alemães, não desconfiariam de nada.

O que quer dizer uma aldeia “sem actividade da resistência”? Era a resistência assim tão forte? Depende. Dos países e do ano.

A resistência na Alemanha foi rapidamente dizimada; ainda assim, no final da guerra, 300 mil membros do Partido Comunista Alemão tinham sido encarcerados e 20 mil mortos (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 95). Na resistência também estiveram os espões – a Orquestra Vermelha (PERRAULT, 1976), um excepcional grupo de espões pró-soviéticos, alguns infiltrados entre os mais altos cargos do Estado nazi, dirigidos por Leopold Trepper (TREPPER, 1983), um judeu polaco, em estreita ligação com a URSS e a resistência francesa. Embora seja difícil equacionar os seus resultados, pensa-se que esta rede terá evitado a morte a centenas de milhares de soldados.

Na França, a resistência começou sem os comunistas, mobilizando as franjas de anarquistas e trotskistas, muitos dos quais exilados da Espanha franquista. Os polacos a viver em França estiveram entre os primeiros na resistência. Porque o PCF só aderiu à resistência depois da invasão soviética, em 1941, e a maioria do Partido Socialista tinha votado a favor do governo de Petain. A resistência burguesa começou por um oficial intermédio, Charles De Gaulle – promovido durante a guerra ao posto de brigadeiro –, exilado na Inglaterra. Porém, com a invasão soviética, em 1941, e sobretudo depois do decreto de trabalho forçado (1942-43), que obrigou centenas de milhares de trabalhadores a trabalharem compulsoriamente para a Alemanha, a resistência agigantou-se. Em vez de ir para a Alemanha trabalhar na máquina de guerra nazi, forçadamente, subir aos “maquis”

das montanhas ou descer aos tuneis e ferrovias, onde se preparava a explosão dos comboios alemães, milhares aderiram à luta organizada anti-fascista.

O mesmo se passou na Itália, onde a resistência, a partir de 1943, veio unir-se com greves massivas na cintura industrial do norte do país. A 5 de março de 1943, 21 mil trabalhadores (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 142) entraram em greve contra a guerra na Fiat Mirafiori, a cidade-fábrica orgulho de Mussolini, e, no final do mês, virtualmente todas as fábricas do Piemonte estavam encerradas. Na Itália, a resistência terá chegado aos 300 mil (“partigiani”) e, na França, ao meio milhão. A resistência também foi muito importante na Noruega, na Bélgica, na Albânia, na Holanda.

A resistência era jovem, mas era sobretudo operária. Apenas 1% dos trabalhadores ingleses era ferroviário, mas 7% apoiavam a resistência (HARMAN, 1999, p. 536). Ela trazia as mulheres para a linha da frente dos bastidores da guerra, a clandestinidade – de tal forma que em países onde foi massiva, como a França, na sequência eram ampliados direitos democráticos até aí inexistentes, como o direito das mulheres ao voto. A resistência era cada vez mais socialista, mas sobretudo comunista, fiel à URSS. Porém, houve outros setores, como os já referidos exilados da guerra civil espanhola, socialistas, polacos radicados em França, anarquistas, trotskistas, que mantiveram a independência até o fim.

Os seus métodos eram disciplinados mas democráticos, ao contrário do exército nazi, onde a adesão, a partir das sucessivas derrotas de 1943 e 1944, recorria ao terror contra as suas próprias tropas. A resistência era de adesão voluntária e ideologicamente comprometida. A inserção dos métodos democráticos foi fundamental para o próprio sucesso da empreitada – quando expulsaram os nazis do norte de Itália, em algumas aldeias formaram-se conselhos de gestão das pequenas vilas, porque o Estado era inexistente; em Leningrado, durante o cerco de 900 dias, formaram-se comitês democráticos – o único lugar onde Stalin não se irá opor a eles – como única forma de gerir a ração cada vez mais parca e impedir o canibalismo, que hoje, sabe-se, foi reduzido.

Ganhou forma na resistência uma estrutura de tipo socialista que começou a abrir brecha na ideia unânime de uma “guerra boa”. Isto é, de que entre o nazismo e a democracia havia outra luta, a da revolução contra o imperialismo. Esta reflexão é feita pelo historiador Howard Zinn – ele próprio combatente na guerra do lado dos aliados –, que se pergunta se esta foi uma “people’s war”. Sim e não. Era uma guerra entre regimes: democracia e fascismo. Sem dúvida. Mas era também uma guerra imperialista. A barbárie não é um exclusivo dos nazis. Como não recordar, diz o historiador, o apoio massivo aos bombardeamentos indiscriminados de civis nas cidades alemãs e japonesas? (ZINN, 2003, p. 421): Acrescentamos nós: as massivas violações, por tropas soviéticas, das mulheres alemãs? E tropas aliadas das democracias ocidentais, quantas violações cometeram? O tratamento humilhante dos prisioneiros japoneses depois da rendição? O encarceramento de 200 mil americanos de origem japonesa nos EUA, por Roosevelt, durante a guerra? O cinismo dos julgamentos dos culpados no fim da guerra, com a “fuga” autorizada de tantos? Para Gluckstein, à pergunta “foi esta guerra uma guerra boa ou uma guerra imperialista?” a resposta é “foi ambas”:

A Segunda Guerra Mundial é diferente de todas as outras. Trouxe horrores inimagináveis – o Holocausto, a aniquilação nuclear, grandes fomes, e mortes de civis a uma escala enorme; mas é também lembrada como a “boa guerra” que destrói o nazismo e o fascismo. Como Clausewitz mostrou, a guerra não é só uma questão técnica mas reflecte correntes políticas profundas. Assim esta dupla natureza da Segunda Guerra persistiu depois de 1945. Se podemos reverter este aforismo por um momento: em tempos de paz “a política foi a continuação da guerra”, continuando o mesmo, por outros meios. (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 214, tradução nossa).

Em *Novecento* (que quer dizer o “século XX”), o director Bertolucci retrata o dilema do fim da guerra. Uma das personagens tenta convencer os camponeses, “partigiani”, e operários a entregar as armas porque “acabou a guerra”, e um deles recusa-se e diz-lhe que

acabou a guerra mas não acabou o patrão. A luta entre democracia e fascismo mas também entre capitalismo e revolução.

Na Itália, uma parte da resistência recusou-se a entregar armas, mesmo depois de combater a República de Saló, fascista, no norte, e ainda se seguiram três meses de guerra civil. Mas onde este dilema foi mais forte foi onde a resistência, depois de derrotar o fascismo, disputou o poder com as forças liberais, pró ocidentais, na Iugoslávia e na Grécia.

Em abril de 1941, os alemães bombardearam Belgrado. Na Croácia, ao lado, havia sido constituído um regime fantoche pró-fascista alemão, que tinha, na sua constituição, os “ustacha”, uma ala fascista de um partido de direita. No entanto, poucos dias depois da Operação Barba Ruiva, a resistência iugoslava levantou-se em massa contra o invasor. Josip Tito a dirigia a partir de um comité militar ligado aos comunistas. À frente dos guerrilheiros, estavam os *partisans*, que lutaram contra o invasor – agora sobretudo tropas de Mussolini –, mas também contra os “ustachas” e contra os “chetniks”, os nacionalistas sérvios, apoiados pelo Reino Unido.

Os *partisans* conseguiram ganhar a guerra paulatinamente e, nas zonas libertadas, constituíram comitês populares. Começou a desenhar-se, muito por pressão de Tito, uma federação para os eslavos do sul. A Iugoslávia ficou fora do Pacto de Varsóvia, a aliança militar construída pela URSS no pós 1945. Apesar de ter sido um dos mais importantes aliados da URSS contra a Alemanha nazi – quase metade da população esteve envolvida na guerrilha comunista –, a Iugoslávia decidiu não seguir a URSS. Tito optou por juntar-se aos países “não alinhados”.

As relações entre a União Soviética e a Iugoslávia terminaram em 1948. A Iugoslávia foi expulsa do Cominform – o sucessor do Comintern – que tinha exatamente a sede em Belgrado, capital da Iugoslávia. Na altura, Tito e seus aliados expulsaram os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo que eram pró-soviéticos e rodearam-se dos reformistas, para construir um modelo de socialismo que apelidavam de “humanismo marxista e autogestão dos trabalhadores”. Iniciou-se então uma série de reformas económicas, sempre privilegiando a indústria e não a agricultura, e com alguma descentralização executiva.

A URSS respondeu com um bloqueio económico e político à Iugoslávia. Era intolerável, ali aos seus “pés” – geográfica e politicamente falando – um regime rebelar-se, sobretudo quando era através deste país que a URSS tinha o seu principal acesso ao Mar Mediterrâneo. A asfixia económica ameaçou o regime de Tito de tal forma que este decidiu pedir ajuda aos países capitalistas. Solicitou aos Estados Unidos um empréstimo de 105 milhões de dólares para fazer face à escassez alimentar. Esta dissidência irritou Moscovo. A URSS e os seus satélites derrogaram os tratados de amizade que tinham com a Iugoslávia e impediram sua entrada no Comecon (Conselho para a Assistência Económica Mútua), uma resposta soviética ao Plano Marshall norte-americano. Em resposta, a Iugoslávia apoiou, nas Nações Unidas, o embargo de armas à Coreia do Norte e à China durante a Guerra da Coreia.

Em 1953, as relações entre a URSS e a Iugoslávia começaram a ser reatadas e foi exatamente em 1955 que os dirigentes soviéticos Bulganin e Kruschchev visitaram Belgrado pela primeira vez. Tito, apesar da reconciliação, conservou sua relação com o ocidente.

A Iugoslávia não sobreviveu à crise económica, à queda da União Soviética e à pressão dos países ocidentais de “dividir para reinar”. Havia que impedir um estado forte e grande no centro da Europa. Os nacionalismos e a crise económica, o expansionismo económico alemão a leste, pós reunificação, foram o caldo que alimentou a desintegração que rebentou nos anos 1990 com a guerra da Bósnia, em 1992 (PEREIRA, 1999).

Depois da vitória dos *partisans* na II Guerra Mundial, Tito tornou-se o líder da Iugoslávia e de um exército que, na altura, era o quinto maior da Europa. Com o seu modelo “autogestionário” de socialismo, afastou-se da URSS. Em 1961, Tito era um dos principais anfitriões da Conferência dos não-alinhados.

A formação do estado moderno grego só esteve terminada – como todas as revoluções burguesas de forma violenta –, na guerra grego-turca de 1918-1922. Uma tragédia que ainda hoje marca de forma viva o país, porque o desenlace terminou com a

deportação massiva de populações: 1 milhão de gregos foram expulsos durante a noite, sem nada, da Ásia Menor para a Ática e toda a Grécia, e 400 mil turcos do que é hoje a Grécia para a Turquia. O mesmo café – fervido com o próprio pó fino, que ao esfriar assenta na base da cafeteira de cobre e pega de madeira – chama-se café “grego” na Grécia e café “turco” na Turquia. É idêntico. Ficou separado por uma fronteira. O nascimento das nações.

A formação do capitalismo moderno só pode ser realizada mediante a conjugação de alguns fatores. Um estado nacional, conquistado em revoluções burguesas violentas, que crie um mercado único. Existência de um proletariado, isto é, braços que não têm nada para vender a não ser a sua força de trabalho –; isso realiza-se mediante a expropriação das ordens religiosas, bens nacionais e terras comunais, e dos camponeses, de terras, privadas ou comunais, com impostos, leis etc. Os icônicos *enclosures* na Inglaterra da revolução industrial. É ainda necessário, para haver capitalismo, quem acumule “investimento” a partir de um capital inicial. Que, como é inicial, não vem da exploração da força de trabalho – não há força de trabalho ainda, estamos no início da formação do modo de produção. Mas do roubo, pirataria, usura, leis de expropriação de bens religiosos, nacionais etc.:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e deste modo o pecado desceu sobre o género humano. Explica-se a sua origem contando-a como episódio ocorrido no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro lado, uma ralé preguiçosa que dissipava tudo o que tinha e mais que houvesse. A lenda do pecado original teológico conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a ganhar o seu pão com o suor do seu rosto; no entanto, a história do pecado original económico revela-nos por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. [...] Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave economia política reinou desde sempre o idílio. Desde sempre, o direito e o “trabalho” têm sido os únicos meios de enriquecimento, exceptuando-se de cada vez, naturalmente, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo menos idílicos. (MARX, 2013, p. 785-786).

Na Grécia, os proletários tiveram origem diferente, por causa deste trágico acontecimento, expulsão de um milhão de pessoas, que chegaram à cidade sem nada, dispostos a vender a força de trabalho por qualquer coisa. E foi assim que a Grécia deu um pulo na acumulação, modernização, quando o mundo inteiro, em 1929, entrou em crise e floresceram na Grécia as empresas têxteis, tabaco etc, à procura dessa nova mão-de-obra barata. Foi aí que Atenas começou a tornar-se uma grande cidade moderna. A burguesia grega historicamente acumulou capital num regime de dependência, como comerciantes e intermediários entre a Europa e a Ásia, como mercadores do mercado negro na Segunda Guerra Mundial.

A resistência grega às forças de ocupação italianas e nazis foi em grande parte conduzida pelos comunistas. Em 1945, os gregos estavam todos armados, havia um governo nas montanhas que foi eleito nessa votação clandestina. *Partisans* eram 100 mil e, nas redes de apoio à resistência, 200 mil. Durante a ocupação nazi, a resistência armada grega organizou uma votação clandestina que recolheu, sob as barbas do exército nazi, 2 milhões de votos. Não é este o exemplo atualmente evocado para falar das origens da democracia grega – depois da crise do país em 2008 – mas uma sociedade escravocrata da antiguidade. A primeira vez que as mulheres tiveram o direito de voto na Grécia foi nessa votação (GKLUCKSTEIN, 2012, p. 42), em 1944, quando os trabalhadores estavam armados.

Mas quando o país foi libertado, num acordo de partilhas entre Churchill e Stalin, o direito foi retirado e as mulheres na Grécia só voltaram a votar nos finais de 1950. Em 1945, os ingleses estavam resumidos a um hotel, o *Britânia*, no centro de Atenas – ainda existe –

e todas as armas estavam na mão da população que tinha construído de fora do Estado um “Estado” paralelo que garantiu distribuição de alimentos, cuidados de saúde etc. Um grupo de *partisans* entrou pelos esgotos do hotel para fazê-lo explodir mas morreu com a inalação dos gases tóxicos. A história também tem destes acasos. Não foi por isso, porém, que os gregos foram desarmados e colocados na esfera ocidental, mais tarde como parte da NATO. Churchill e Stalin, nos acordos de Yalta e Potsdam, dividiram a Grécia e convenceram os camponeses e trabalhadores a entregar as armas. Milhares não entregaram e começou a guerra civil (BAERENTZEN; SMITH, 1987). Os comunistas gregos foram abandonados pela URSS de Stalin à sua sorte. Até 1949, travaram uma guerra civil contra parte da esquerda dividida, a direita grega e o exército britânico. O regime saído desta guerra civil foi um regime autoritário, mas, pelo menos formalmente, democrático, na esfera de influência ocidental. A 21 de abril de 1967, o dia em que se inaugurava a campanha eleitoral para as legislativas na Grécia, um grupo de oficiais do Exército, liderado pelo coronel Georgios Papadopoulos, deu um golpe de estado e apoderou-se do poder, dando início a um período de ditadura marcado pela perseguição das oposições, por numerosas prisões e deportações.

Referências:

BAERENTZEN, Lars; SMITH, Ole L. (Eds.). **Studies in the history of the Greek Civil War. 1945-1949**, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 1987.

DIÁRIO DE LISBOA, Lisboa, 8 ago. 1945.

ENTREVISTA de Raquel Varela a Gerhard Baumgartner, historiador e diretor do Centro de Documentação da Resistência Austríaca. **Revista Rubra**, Lisboa, n, 21, Inverno de 2015. Tradução de Guilherme Lopes.

FALLEND, Karl; GONSA, Christian. **NS-Zwangsarbeit**: der Standort Linz der Reichswerke Hermann-Göring-AG Berlin, 1938-1945. Böhlau Verlag Wien, 2001.

GARAUDY, Roger. *Lembra-te!* Breve história da URSS. Porto: Campo das Letras, 1995.
GKLUCKSTEIN, Donny. **A people’s history of the Second World War**, resistance versus empire. Chicago: Pluto Press, 2012.

HARMAN, Chris. **A people’s history of the world**. London; Sidney: Bookmarks, 1999.
LEVI Primo. *O último Natal de guerra*. Lisboa: Cotovia, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PELIKAN, Jiri. The struggle for socialism in Czechoslovakia. **New Left Review**, n. 71, p. 3, 1972.

PEREIRA, Carlos Santos. **Da Jugoslávia à Jugoslávia**. Os Balcãs e a Nova Ordem Europeia. Lisboa: Cotovia, 1999.

PERRAULT, Gilles. **A Orquestra Vermelha**. S/l, 1976.

RATHKOLB, Oliver. **NS-Zwangsarbeit**: Der Standort Linz der Reichswerke Hermann Göring AG Berlin, 1938-1945. Wien: Böhlau, 2001.

REPÚBLICA, Lisboa, 9 ago. 1945.

ROSAS Fernando (Coord.). **Portuguese forced labourers in the Third Reich**, 1939-1945. Memory, responsibility, future. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, nov. 2017. Disponível em: <<http://ihc.fcsh.unl.pt/events/trabalho-forcado-na-europa-segunda-guerra-mundial/>>.

ROSAS, Fernando. **Pensamento e acção política**. Portugal século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SERGE, Victor. **Midnight in the century**. NYRB Classics, 2015.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Lisboa: Livros de Brasil, 2016.

TREPPER, Leopold. **The great game**: memoirs of the spy Hitler couldn't silence. New York: McGraw-Hill, 1983.

WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy (Eds). **Em defesa da história**. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

ZINN, Howard. **A people's history of the United States**. New York: HarperCollins, 2003.

Recebido em janeiro de 2019.
Aprovado em janeiro de 2019.

**DA CRISE À ABUNDÂNCIA:
Segurança alimentar e modernização agrícola na Europa no pós-Segunda
Guerra Mundial**

**FROM CRISIS TO ABUNDANCE:
Food security and agricultural modernization in the post-World War II Europe**

*Patrícia Nasser de Carvalho**

RESUMO: O objetivo deste artigo é relacionar a crise alimentar e humanitária vivida pela Europa no pós-Segunda Guerra às ações dos Estados europeus para superá-la e para garantir sua segurança alimentar. O conflito foi determinante para a decisão das nações europeias de proteger e estimular a modernização do campo por meio de políticas públicas. A partir da década de 1950, os processos de produção e de distribuição de bens agrícolas entraram em uma nova fase de mudanças estruturais em muitos países europeus, tendo em vista que as unidades agrícolas foram se tornando empresas altamente produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Europa. Segunda Guerra Mundial. Crise alimentar.

ABSTRACT: The aim of this article is to relate the post-World War II food and humanitarian crisis to the actions of European states to overcome it and to ensure their food security. The conflict was decisive for the decision of the European nations to protect and stimulate the modernization of the countryside through public policies. From the 1950s the processes of production and distribution of agricultural goods entered a new phase of structural changes in many European countries, as agricultural units became highly productive enterprises.

KEYWORDS: Europe. World War II. Food crisis.

Introdução

A Segunda Guerra Mundial teve extraordinário impacto sobre o setor agrícola e alimentar da Europa. Destruição da infraestrutura, obstrução das vias de comunicação, grande mobilização das terras produtivas e da força de trabalho do campo no suporte às forças armadas, além de invasões, bloqueios militares, saques, pilhagens e contrabando resultaram, ao final do conflito, na falta de alimentos, de bens de consumo de primeira necessidade e de energia na maioria dos países europeus. Em vista disso, a fome se manifestou como um dos mais graves problemas durante e após o fim do confronto e contribuiu para manter a sensação de insegurança que permeava o continente europeu desde a Primeira Guerra Mundial.

A privação de alimentos básicos, que atingiu milhões de pessoas, implicou em ações emergenciais por parte dos governos da Europa ainda durante o confronto. Além da imposição de regulações para a distribuição de alimentos segundo categorias, após o cessar-fogo, em 1945, as lideranças políticas agiram no sentido de apoiar e proteger a recuperação da agricultura a partir da formulação de programas de investimentos e de

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

outras formas de intervenção setorial por parte do Estado a fim de ampliar a produção de bens agroalimentares. Na concepção desses líderes, sua nação deveria se tornar soberana na produção dos bens considerados essenciais à dieta alimentar local. Do contrário, se os tivessem que continuar importando em grande quantidade, permaneceriam não só muito dependentes da provisão externa, o que colocaria os mercados nacionais em uma posição estrategicamente desfavorável, senão também bastante suscetíveis às flutuações de preços no mercado internacional (ZOBBE, 2011). Para agravar essa situação, por volta de 1946-1947, novos enfrentamentos voltaram a ser uma ameaça para a região com o início da Guerra Fria. A Europa, novamente, parecia ser o palco mais provável deles (MILWARD, 1980).

Além do caráter estratégico da agricultura, no discurso das autoridades políticas das nações europeias, as terríveis experiências históricas de confrontos e suas consequências foram fortes razões para que os governos sustentassem políticas de interferência do Estado no setor agrícola nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Ademais das incertezas relativas aos preços agrícolas – normalmente vistos como mais voláteis no mercado internacional do que dos demais bens –, a necessidade de defender o bem-estar dos cidadãos e a necessidade de defender a propriedade familiar – esta última tradicionalmente admitida pela maior parte da população europeia como um símbolo histórico da sociedade e responsável pela produção de bens vitais – foram os principais motivos que legitimaram o apoio direto dos Estados à produção agroalimentar na maioria dos países europeus. Nas décadas seguintes, essas razões foram mantidas como motivações dos governos europeus para continuar justificando sua interferência no setor. Portanto, a partir do esforço concentrado dos Estados europeus em apoiar a agricultura com investimentos em práticas intensivas em tecnologia, educação e infraestrutura, iniciados a partir da segunda metade dos anos 1940, em pouco tempo, eles saíram da condição de insuficiência alimentar e alcançaram a restauração completa de seus padrões de produção e de consumo. Os processos produtivos e de distribuição de bens agrícolas entraram em uma fase de mudanças estruturais, que alavancaram a produtividade do campo e transformaram as formas de produção e de consumo em muitos países da Europa, sobretudo da parte ocidental do continente (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Desse modo, eles deixaram de se voltar essencialmente a garantir o suprimento alimentar básico do seu mercado doméstico e visaram apoiar a acumulação de capital dos grandes proprietários rurais, tendo em vista que as unidades agrícolas foram se tornando empresas altamente produtivas de gestão eficiente (FRIEDMANN, 1995).

O objetivo deste artigo é relacionar a crise alimentar e humanitária vivida pela Europa no pós-Segunda Guerra às ações dos Estados europeus para superá-la. Verifica-se que o último grande conflito mundial foi um evento determinante para a sua decisão de proteger e estimular a modernização do campo e dos seus mercados agrícolas, a fim de garantir a segurança alimentar dos Estados por eles liderados. Com os traumas e os efeitos perturbadores, e, ao mesmo tempo, com a certeza de que a situação de precariedade poderia ameaçar a estabilidade social e a soberania de cada Estado-nação, os líderes da Europa, cujos mercados eram dependentes das importações de bens agroalimentares e de insumos para a geração de energia, conferiram sentido de urgência à suplantação desse quadro a partir de soluções primordialmente públicas.

Por meio de uma pesquisa histórica e explicativa, verifica-se que o processo de modernização do campo possibilitou que muitos países europeus saíssem da situação de escassez e alcançassem a abundância na produção de bens agroalimentares nos anos 1950, tornando-o, em pouco tempo, um setor agrícola muito protecionista, e o convertendo em um domínio gradativamente mais produtivo. Foram conferidas condições ideais de produção às empresas agrícolas. Esse modelo se consolidou em muitos países da Europa Ocidental a partir do imediato fim da Segunda Guerra Mundial e pouco tempo depois passou a funcionar não mais segundo a lógica assistencialista, isto é, aquela voltada a ações estruturadas priorizando a assistência social, mas segundo a racionalidade da produção máxima e eficiente, enquadrando os mercados agrícolas europeus nos novos padrões de

produção, especialização, consumo e comércio globais sob o regime alimentar mercantil-industrial caracterizado pela forte concorrência e pela acumulação de capital (FRIEDMANN, 2005).

Crise alimentar e humanitária na Europa na Segunda Guerra Mundial

Embora os números do total de vítimas fatais da Segunda Guerra Mundial sejam controversos – estudos apontam que houve entre 35 e 70 milhões de mortes ligadas às causas do conflito na Europa entre 1939 e 1945 (JUDT, 2005; BEEVOR, 2012) –, é certo que na história da humanidade nenhum outro conflito destruiu tantas vidas humanas, em sua maioria de civis, em um período tão curto de tempo (JUDT, 2005), acarretando em consequências sociais, econômicas, políticas e psicológicas que perduraram por décadas. A “guerra total”, de extensão global, mas concentrada na Europa, fez mais vítimas do que qualquer outra em razão da eficiência das armas e do número de países envolvidos. No continente europeu, ela provocou uma devastação física e social sem precedentes (ROSS, 2003). Estima-se que pelo menos 20 milhões do total de mortos tiveram as suas razões ligadas à fome e às doenças relativas à carência de alimentos no continente europeu (COLLINGHAM, 2011). Neste arcabouço, a privação alimentar foi amplamente usada como “arma” de guerra pelas potências envolvidas no conflito. Sem dúvida, essa foi uma das mais cruéis formas de extermínio em massa em função da sua capacidade de levar a fenecimentos lentos e dolorosos.

Diversos países europeus, dominados pelas forças militares nazistas, sob o comando de Adolf Hitler (1889-1945), sofreram com a cruel exploração de suas terras e mão de obra e a insuficiente alocação de bens agroalimentares pelas forças militares da Alemanha entre 1933 e 1945. Com base na justificativa da necessidade de marcar a superioridade da raça germânica, em 1940 o Partido Nacional Socialista elaborou um “Plano de Fome”, cuja meta era eliminar entre 20 e 30 milhões de pessoas em território soviético, a maioria poloneses, bielorrussos e ucranianos (LOWE, 2012). Os alimentos produzidos ali deveriam ser redirecionados para abastecer civis da Alemanha, a fim de evitar que seu povo passasse necessidade, ou ainda para alimentar o corpo de homens que serviam nas unidades militares alemãs operando em missões em diversos territórios. De acordo com a estratégia de Hitler, a União Soviética, uma vez conquistada, tornar-se-ia um celeiro agrícola nazista. Essas ações provocaram fome em massa a partir da crise de oferta: desde a invasão alemã às terras soviéticas, que durou de 1941 a 1944, estima-se que 4,2 milhões de cidadãos tenham morrido de fome (SNYDER, 2010), dentre as 16 milhões mortes estimadas na região (JUDT, 2005).

Outros países da Europa também foram obrigados a fornecer recursos para o *Wehrmacht*⁹⁵ de modo a fazer da Alemanha uma nação moderna, segundo o plano nazista, a partir de altos investimentos em ciência e tecnologia de alimentos. Nos campos de concentração, que iam da França à Ucrânia e da Noruega à Grécia, o valor calórico alimentar fornecido aos prisioneiros no início dos anos 1940 ficou abaixo das 1.200 calorias em média por dia. Em diversas cidades polonesas, a média de ingestão calórica diária após a invasão alemã, que destruiu grande parte da produção de alimentos e privou a população do acesso a eles, manteve-se entre 840 e 900 calorias (COLLINGHAM, 2011; KESTERNICH *et al.*, 2014). Nos guetos de Varsóvia, por exemplo, a dieta alimentar média alcançou a marca de apenas 184 calorias por dia (GUTMAN, 2012), sacrificando a vida de mais de 100 mil judeus no âmbito do plano nazista de “limpeza étnica”, ao passo que o regime alimentar alemão à época era de 2.300 calorias diárias em média (COLLINGHAM, 2011). A política anti-semitista nazista incluiu ainda expulsões de judeus, inclusive da Alemanha, os quais foram para guetos e campos de concentração em outros países, e em massacres generalizados (BROWNING; MÄTTHAUS, 2009). Os “bocas inúteis”, como os judeus eram chamados pelos nazistas (ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2011), foram

⁹⁵ Refere-se às Forças Armadas alemãs durante o Terceiro Reich (1935-1939).

enquadrados nas quotas impostas pelo Terceiro Reich para a eliminação das “raças inferiores” (SNYDER, 2010).

Centenas de milhares de outros “indesejáveis”, segundo a ótica nazista, como deficientes mentais e físicos, homossexuais, ciganos e representantes de outras etnias e religiões também foram perseguidos e assassinados (GILBERT, 2009; JUDT, 2005). A sua política de genocídio resultou no holocausto de 6 milhões de judeus (JUDT, 2005; GILBERT, 2009) e outros quase 11 milhões foram prisioneiros de guerra e submetidos a trabalhos forçados em diversos países da Europa e nas áreas sob domínio soviético (BEEVOR, 2012). Com efeito, a luta de Hitler pela supremacia do poder e da raça ariana na Europa foi definida por ele próprio como uma guerra por alimentos, por insumos básicos à vida e por matérias primas (COLLINGHAM, 2011).

A situação mais extrema no que se refere à míngua de alimentos aconteceu no cerco a Leningrado durante novecentos dias por alemães e finlandeses entre os anos de 1941 e 1944. O bloqueio à distribuição de alimentos resultou em uma drástica queda de sua oferta depois que o provimento externo se tornou praticamente impossível. Sitiados, os civis de Leningrado foram colocados no limite da resistência humana, provocando milhares de casos de demência, alucinações e psicoses. Estatísticas oficiais apontam 632 mil mortos, embora outras investigações estimem que esse número tenha alcançado 1 milhão de cidadãos, somente naquela cidade, todas vítimas fatais da fome como política deliberada de extermínio (COLLINGHAM, 2011; ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2011).

Em contrapartida, os Aliados impuseram condições extraordinariamente adversas aos alemães durante a vigência de sua ocupação no período de 1945 a 1949. Nas zonas de ocupação norte-americana e britânica na Alemanha Ocidental, após a rendição do país, em 1945, a média diária alimentar da população era de 1.200 calorias (JUDT, 2012); em algumas regiões, chegou a 700 (KESTERNICH *et al.*, 2014), sendo que entre 1940-1941, a média havia sido de 2.445 e, em 1943, de 2.078 calorias (JUDT, 2005). Mais de 7 milhões de alemães se tornaram refugiados após serem expulsos de seu país (LOWE, 2012). Estima-se que outros 600 mil foram massacrados pelo exército soviético (SNYDER, 2010).

A escassez de mão de obra após o retorno dos trabalhadores prisioneiros de guerra aos seus países de origem após o cessar-fogo contribuiu para deixar a situação ainda mais precária. A produção de alimentos foi prejudicada com a destruição das propriedades rurais, dos rebanhos e das máquinas. Os Aliados⁹⁶, ao serem confrontados com a necessidade de fornecer grandes quantidades de alimentos para os milhares de alemães prisioneiros de guerra, decidiram cortar o fornecimento a muitos deles, intensificando a crise de fome na Alemanha Ocidental entre 1945 e 1947 (KESTERNICH, *et al.*, 2014, p. 109), a fim de exterminá-los. Isso aconteceu porque, em 1944, os planos delineados no mais alto nível da administração política norte-americana e britânica expressavam sua determinação de destruir de uma vez por todas as aspirações alemãs de se tornar potência mundial, reduzindo-a a uma economia rural, mesmo que isso significasse a fome de milhões de civis (BACQUE, 1995). Por esse motivo, o racionamento de alimentos, o qual alcançou níveis próximos à ingestão calórica média de 2.000 calorias por pessoa em 1943, caiu para 860 em 1945 (JUDT, 2005).

A Alemanha também sofreu com o revés do Exército Vermelho, uma vez que os russos “justificaram” a sua atitude de dificultar o acesso alemão aos alimentos básicos em razão do que haviam sofrido nas mãos daquele país (COLLINGHAM, 2011). Cerca de 8 milhões de vidas foram banidas da Alemanha como resultado da submissão do país à fome deliberada, às doenças, às prisões de guerra e à política de expulsão dos territórios ocupados depois de finalizado o período de hostilidades (BACQUE, 1997).

As consequências da fome como arma de guerra foram cruéis e devastadoras. Além do continente europeu e da zona soviética, houve milhões de vítimas fatais da carência alimentar em outras localidades do mundo, como Japão, China, Etiópia, Índia, Indonésia,

⁹⁶ União Soviética, Estados Unidos, Reino Unido e França foram as potências do bloco dos Aliados, que confrontaram as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda Guerra Mundial.

Vietnã, Filipinas etc. (WEIBERG, 2010). Soluções para o quadro dramático delineado no imediato pós-conflito demandavam ações urgentes.

As primeiras reações dos governos europeus à crise

O desfecho da Segunda Guerra não pôs fim à violência, ao desespero e à miséria na Europa. Depois que o conflito cessou, revelaram-se as suas consequências para além das mortes: miséria, migrações em massa, subnutrição, alastramento de doenças, crianças órfãs e traumatizadas, queda do número de homens em proporção ao de mulheres e da força de trabalho em termos absolutos, além do alto índice de suicídio. Esses fatos deixaram marcas traumáticas, tanto físicas quanto psicológicas, difíceis de serem superadas, tanto nas sociedades da Europa como da União Soviética (KESTERNICH *et al.*, 2014).

De modo geral, o valor nutricional da dieta alimentar era insuficiente para garantir saúde e uma vida longa à população europeia, principalmente após um extenso período de privações. Em muitos países, calculava-se que naquele período um cidadão jovem precisava ingerir entre 2.800 e 3.000 calorias diárias, sendo que em condições de treino militar e nos campos de batalha a baixas temperaturas, esses valores deveriam ser superiores, em torno de 4.000 (COLLINGHAM, 2011). A escassez de alimentos, somada ao desemprego e à falta de atendimento médico, gerou greves e insatisfação da população, implicando em um ambiente social que se manteve ainda mais instável. Para agravar a situação, aqueles agricultores que ainda conseguiam cultivar alimentos mostraram-se relutantes em fornecê-los às cidades. Além disso, a maioria das moedas europeias havia perdido valor e, mesmo quando os cidadãos tinham meios para comprar bens, a oferta disponível era insuficiente (JUDT, 2005).

O estado precário das economias das nações europeias após o conflito exigia a intervenção imediata dos governos para organizar programas de recuperação e superar a destruição física e a pérfida e insuficiente produção agrícola e de bens básicos. Neste fluxo, a resposta das autoridades à crise alimentar foi determinar critérios de priorização para o fornecimento de alimentos, a fim de atender às necessidades das forças armadas, em primeiro lugar. Em seguida, o sistema de regulação do consumo foi estendido à população nas cidades e no campo (JOSLING *et al.*, 2009). Seu objetivo era evitar maior precariedade, o que poderia provocar no limite outro conflito geopolítico de grandes proporções.

Ao submeter os gêneros alimentícios de primeira necessidade ao regime de racionamento, as autoridades públicas nacionais passaram a tomar para si a responsabilidade da reorganização da produção e da partilha de alimentos para a população, interferindo nas condições nacionais de oferta e demanda (THEIEN, 2009). Esse sistema foi claramente projetado para atender às necessidades dos diferentes segmentos sociais, a partir do reconhecimento dos segmentos sociais prioritários por parte dos governos. Para os consumidores, os quais consideravam desiguais os sacrifícios impostos à distribuição, o desenvolvimento do mercado paralelo de alimentos, constituiu uma solução para transgredir os critérios públicos e o aumento de preços que potencializavam o enriquecimento de traficantes (ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2011). Segundo eles, o regime de racionamento favorecia os mais ricos e prejudicava os mais pobres. Como consequência disso, multiplicavam-se os desequilíbrios entre aqueles que queriam produzir e vender por altos níveis de preços e os consumidores que precisavam comprar bens por preços considerados “aceitáveis”. Longe de desaparecer, as injustiças aumentavam nos países europeus e a penúria persistia nos anos seguintes ao fim das hostilidades.

Em função da guerra, a renda dos produtores e trabalhadores rurais declinou drasticamente e famílias inteiras caíram abaixo da linha de pobreza, abrindo espaço para o êxodo rural, além dos milhões de refugiados vítimas da guerra. Também houve dificuldades no fornecimento de insumos para a geração de energia, particularmente por conta do confisco de matérias primas essenciais para a sua produção (KLEMMANN; KUDRUASHOV, 2013). Os rigorosos invernos que atingiram a Europa no imediato pós-Segunda Guerra agravaram as condições de penúria em que se encontrava a população europeia

(ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2011). Nesse contexto, os países da Europa Ocidental, os quais haviam sido, em geral, industrializados e urbanizados, após o fim do conflito se encontravam duramente penalizados e fortemente dependentes da importação de bens de consumo básicos, sobretudo norte-americanos. Depois do fim dos confrontos, essa dependência foi vista pelos líderes como uma questão de fragilidade política e estratégica do seu país (ZOBBE, 2001).

Nesse contexto, muitas nações aliadas dos Estados Unidos receberam ajuda daquele país com o fim conter a expansão comunista na Europa na esteira da Guerra Fria. O mais importante deles foi o Plano de Recuperação Econômica Europeia, conhecido como Plano Marshall (1948-1951), cujo propósito era compensar o massivo déficit de dólares das economias europeias, ávidas para comprar insumos energéticos, matérias primas e diversos tipos de bens de consumo, além dos itens considerados essenciais para a sua reconstrução. Essa foi a principal fonte que sustentou as demandas dos países da Europa Ocidental por bens agroalimentares provenientes do mercado norte-americano, introduzindo mecanismos de ajuda externa (FRIEDMANN, 1995). Do total recebido até 1951 pelos países europeus, próximo a 60% dos recursos do Plano Marshall foram gastos com produtos primários e intermediários, como alimentos, rações, fertilizantes, e o restante com bens industrializados e semiacabados. Um sexto do valor foi destinado a gastos com combustíveis e outro sexto com máquinas, veículos e outros bens (LONG; EICHENGREEN, 1991). A agricultura foi considerada pelos representantes políticos europeus um setor fundamental para garantir a estabilidade no longo prazo ao eliminar a fome e a miséria do continente (LASCHI, 2011).

Diante desse cenário, governos tiveram de buscar soluções públicas, tendo em vista que garantir a segurança alimentar⁹⁷ se tornou a preocupação mais urgente de todos os países europeus recém-saídos do conflito e temerosos por novas hostilidades (COLLINGHAM, 2011). A segurança se relacionava aos altos preços, que corroíam o poder de compra dos trabalhadores, inclusive do campo, porque estavam mais pobres ou sem renda suficiente para comprar alimentos; e à escassez, que suscitava perturbação social (KOESTER e EL-AGRAA, 2003, p 360). Some-se a isso o fenômeno da volatilidade de preços dos produtos agroalimentares, derivado das incertezas relacionadas às condições climáticas, à qualidade do solo e às doenças, que incidiam sobre as culturas agrícolas.

Assim, a partir da percepção da necessidade de alcançar autossuficiência⁹⁸ e a soberania alimentar como uma condição para garantir a segurança e promover a paz, as lideranças políticas europeias se concentraram em incentivar e a proteger seus mercados agrícolas domésticos a partir dos anos 1950. Por isso, esses governos intervieram no setor, na maioria dos casos, utilizando-se de vários tipos de instrumentos públicos (APARICIO; PINILLA; SERRANO, 2006).

O estado de bem-estar social e uma proposta de coordenação internacional da oferta de alimentos

Ansiosas por evitarem quedas futuras no desempenho econômico, enfrentar o desemprego em massa e dirimir qualquer risco de instauração de regimes políticos não democráticos após o fim da Segunda Grande Guerra, os líderes admitiram que o Estado deveria se envolver ativamente na reorganização, na direção e na regulação da economia, fornecendo as condições necessárias para sua recuperação e ampliação da demanda efetiva. Por conseguinte, as diretrizes econômicas adotadas pelos governos da Europa Ocidental se alinharam às regras e às instituições multilaterais estabelecidas na Conferência

⁹⁷ O termo "segurança alimentar", como tal, não foi articulado até 1974. Somente em meados dos anos 1980 passou a fazer parte do discurso oficial das organizações (OTERO, PECHLANER; GÜRCAN, 2013, p. 267). Segundo a FAO (2008): "Há segurança alimentar quando todas as pessoas, a todo o momento, têm acesso a alimentos suficientes de forma segura, de modo que as suas necessidades físicas, sociais e econômicas sejam satisfeitas contribuindo para uma vida ativa e saudável" (FAO, 2008).

⁹⁸ Autossuficiência alimentar é definida por Otero, Pechlaner e GürCAN (2013) como a capacidade de um país de fornecer alimentos básicos para o seu povo. Sua dependência de importações não deveria exceder 20% da oferta interna de uma determinada cultura agrícola.

de Bretton Woods, de 1944, as quais foram instauradas para promover a retomada do crescimento e o gerenciamento da economia capitalista internacional, de acordo com os interesses e os parâmetros dos Estados Unidos. A partir do consenso político sobre a nova ordem econômica liberal, as potências aliadas capitalistas se comprometeram a promover políticas de pleno emprego e garantir o bem-estar social, elementos os quais, no seu entendimento, não seriam alcançados simplesmente com a liberdade das forças de mercado.

Assim, os governos mostravam estar convencidos de que a abertura das economias através do comércio livre, com “direito” ao uso do controle dos fluxos de capitais, era o melhor caminho a ser seguido a fim de melhorar a sua distribuição de renda (HELLEINER, 1995). Os entraves ao comércio internacional seriam removidos promovendo incentivos para a sua liberalização e especialização produtiva. Neste sentido, diversos países da Europa Ocidental assinaram o Acordo Geral de Tarifas e Comércio em 1947. As regras do Sistema Monetário Internacional deveriam garantir a confiança na moeda de referência, o dólar, o ajustamento não inflacionário do balanço de pagamentos das economias e a liquidez requerida pelas transações em fase de expansão. As taxas de câmbio foram fixas ou vinculadas à moeda norte-americana; caso um país precisasse alterar a sua taxa de câmbio, deveria consultar e ter o consentimento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) coube fomentar a reconstrução e o desenvolvimento econômico dos Estados pós-Guerra.

Para além dos ajustes macroeconômicos, crescia nos países da Europa Ocidental pressão social para que fossem realizadas ações políticas voltadas para a construção de uma sociedade mais humana e preparada para enfrentar adversidades, cuja intenção, além de superar os eventos passados, era evitar desastres futuros (MILWARD, 1980). Por essa razão, e dadas as condições de penúria em que se encontrava a população de muitos países, difundia-se nos círculos sociais a concepção de que o Estado teria de ser o provedor das necessidades domésticas básicas dos cidadãos. Neste sentido, a classe trabalhadora e as coalizões políticas europeias tiveram papel importante na condução das mobilizações coletivas na busca por direitos sociais (ESPING-ANDERSEN, 1999), pois, em vários aspectos, as conquistas na área do bem-estar refletiram sua luta e seu compromisso com a causa. Por um lado, partidos políticos bem organizados, que representavam os trabalhadores, aceitaram a retomada das atividades capitalistas gerenciadas pela imposição de regulações em troca de amplos programas sociais bancados pelo governo. Por outro, aqueles partidos, os quais falavam em nome dos empresários, concordaram em apoiar uma rede de seguridade social com o pagamento de contribuições mediante a contrapartida da adoção de planos de recuperação da produção industrial por parte do Estado (CHALISZ e DIMOND, 2015).

A despeito da variedade de formas por meio das quais as políticas de bem-estar social se manifestaram na Europa, a erradicação da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a distribuição da renda constituíram seu foco durante as três décadas seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial. Logo, além de ser eixo base para a formulação das políticas macroeconômicas direcionadas à recuperação e à estabilidade das economias, a política de emprego e de salários foi reconhecida como um direito dos trabalhadores, assim como o acesso aos serviços públicos (ESPING-ANDERSEN, 1999).

Em síntese, a construção da ordem econômica liberal no pós-Segunda Guerra implicou em uma dupla tarefa para os governos europeus: restabelecer medidas justas de liberalização do comércio internacional e estabilidade cambial e monetária e, ao mesmo tempo, permitir que as políticas domésticas pudessem garantir o bem-estar da população. Simultaneamente, o “compromisso com o liberalismo dirigido” (RUGGIE, 1982)⁹⁹ consubstanciava-se na adoção de políticas keynesianas (LONG; EICHENGREEN, 1991). Essas ações foram decisivas para a retomada dos níveis de produção, crescimento

⁹⁹ O termo “liberalismo dirigido” está relacionado ao “*embedded liberalism*”, utilizado por John Ruggie (1982), cujo trabalho tem como objetivo discutir como a moeda e o comércio gerenciados pelo Estado afetaram a evolução da economia internacional no pós-Segunda Guerra Mundial.

econômico e prestação de serviços públicos aos cidadãos europeus nas décadas seguintes. De modo geral, as economias da Europa Ocidental cresceram a altas taxas na “era de ouro do capitalismo” até os anos 1970 e conseguiram reduzir significativamente seus níveis de insegurança social. Muitos governos realizaram políticas sociais abrangentes e de longo prazo, além de grande volume de gastos públicos em infraestrutura e investimentos em diversas áreas. Os sistemas públicos substituíram ou deslocaram cooperativas e empresas na provisão de serviços, ampliando sua cobertura socioeconômica e territorial (GOUGH, 2008). Essas regulações governamentais modificavam o comportamento dos agentes privados à medida que o Estado os taxava ou subsidiava ou ainda impunha a cobrança de impostos progressivos sobre a renda das famílias.

Dadas as marcas e traumas deixados pela história, a fome foi entendida como uma violação a um direito humano básico, o da alimentação. À época, organizações intergovernamentais e acadêmicas propagavam a importância de se fazer esse reconhecimento. Dois dos mais importantes códigos de direitos humanos internacionais firmados – a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰⁰, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948, e o seu descendente, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinado em 1966 pelos membros da mesma Assembleia – não deixavam dúvidas da sua reconhecimento acerca da relevância de tornar o acesso à alimentação um direito respeitado em todas as partes do mundo. Enquanto a Declaração tratava a alimentação como um direito social, os Estados-Signatários reconheceram no Pacto o direito fundamental de toda pessoa estar protegida contra a fome. Ele também indicava a adoção, individualmente e/ou através da cooperação internacional, de medidas e projetos concretos para erradicá-la (BULTRINI, 2014). Com efeito, esses foram os primeiros passos dados rumo a uma nova era do Direito Moderno, que passou a instituir jurisprudência sobre crimes praticados contra a humanidade em casos nos quais políticas e ações repercutiam na submissão deliberada da população civil à carência de alimentos ou ao prolongamento dessa condição (MARCUS, 2003).

Neste quadro, a segurança alimentar também foi pensada no amplo debate das teorias do desenvolvimento econômico e das mudanças necessárias para a instituição de um regime internacional de alimentos (SHAW, 2007). A preocupação com a garantia da produção e da distribuição de alimentos no mercado internacional estimulou políticos e gestores públicos dos países aliados a considerarem a imprescindibilidade da coordenação permanente entre as políticas agrícolas nacionais, que fosse capaz de criar equilíbrio de longo prazo entre a oferta e a demanda mundial por alimentos, logo após o fim da Segunda Guerra. Em outubro de 1946, John Boyrd Orr, secretário-geral de origem britânica da *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência da ONU, oficialmente fundada em 1945, em Québec, com intenção de agregar os debates de temas como nutrição, saúde, agricultura, comércio e indústria de alimentos, propôs a criação de um comitê supranacional para garantir a oferta mundial de alimentos e eliminar as flutuações de preços dos bens alimentares no curto prazo e desequilíbrios de oferta no longo prazo, por meio da cooperação das potências do setor (SHAW, 2007). O *World Food Board* (WFB), como foi chamado, ficaria responsável por essas funções de modo permanente a partir da provisão de um fundo destinado a este fim, além de gerir reservas para qualquer emergência.

Entretanto, o medo da introdução de controles da produção, caso o WFB fosse criado como uma instituição autônoma, implicou que, em 1947, em Washington, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido rejeitassem a proposta nos moldes apresentados. Com isso, o plano de fundação do WFB foi arquivado e a FAO se tornou somente uma agência de estudos e consultoria do Sistema ONU (SORESENSEN, 2008). A não aprovação do WFB pelos Estados Unidos e pelo Canadá se explicava pelo potencial do seu mercado de aumentar a oferta doméstica de alimentos no pós-1945, enquanto as sociedades europeias arruinadas lutavam para combater a fome por meio da articulação e aplicação de planos absolutamente dependentes do apoio dos seus governos. Ainda assim, o projeto de

¹⁰⁰ O artigo 25, parágrafo 1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma: “Todos têm direito a um padrão de vida adequado em relação à saúde e ao seu bem-estar e de sua família...”.

constituição do WFB serviu de inspiração para outros apresentados mais adiante. Depois de 1945, as economias desenvolvidas se concentraram em fomentar programas nacionais fortemente protecionistas e subsidiados pelos governos no setor agrícola face falta de uma instituição efetiva de coordenação internacional da produção, oferta e comércio de bens agrícolas (NÖEL, 1988).

Modernização, proteção e abundância agrícola na Europa

Pelos motivos mencionados, a agricultura, que tradicionalmente teve um papel central no desenvolvimento das economias industrializadas da Europa, foi vista pelos seus governos como um setor ainda mais excepcional no pós-Segunda Guerra (FRIEDMANN, 1995). Além dos motivos discutidos, o discurso com base na herança histórica do campo e a necessidade de manutenção das propriedades rurais familiares, as quais eram percebidas pela população como parte do seu patrimônio, foi um argumento muito repetido em diversos países europeus, tanto pela elite política quanto pelos grupos de interesses organizados do setor, os quais pressionaram seus representantes para tomar ações as quais lhes fossem convenientes (KRÖGER, 2009). O esforço de recuperação no pós-Segunda Guerra implicou no aumento dos estímulos à proteção do setor agrícola de maneira significativa, com a adoção de programas conduzidos pelo Estado, cujos fundos se destinavam à realização de mudanças estruturais no campo. Entre o final dos anos 1940 e início dos 1950, os governos europeus incitaram o aumento da produção agrícola através do fomento do progresso tecnológico em um ritmo até então sem precedentes (VEIGA, 1994). Foram concedidos estímulos públicos à produção por meio de subsídios, como financiamento a baixas taxas a partir da criação de instituições de crédito específicas, programas cujos recursos públicos se destinavam às áreas específicas de pesquisa, extensão e melhorias técnicas e à criação de instituições financeiras voltadas a subvencionar exclusivamente empréstimos destinados à atividade agrícola (MUIRHEAD; ALMAS, 2012). Vultosos gastos foram canalizados por órgãos fomentadores estatais com o fim de racionalizar e maximizar a produção agrícola, uma vez que os governos europeus acreditavam que o incremento da produtividade era a melhor maneira de expandir a produção e, conseqüentemente, aumentar a oferta de alimentos disponível aos consumidores (ALVAREZ-CUADRADO; PINTEA, 2008).

Na verdade, o crescimento da produtividade do setor agroalimentar se ligava a um fenômeno mais amplo em curso na Europa: a difusão tecnológica graças à revolução agrícola contemporânea (MAZOYER e ROUDART, 2006), processo que acontecia na esteira da evolução do capitalismo industrial. As áreas de transportes, telecomunicações, química, mecânica e genética potencializaram a produção de fertilizantes sintéticos, herbicidas e pesticidas, permitiram a seleção de variedades de espécies de plantas e animais, promoveram a construção de sistemas drenagem, o aperfeiçoamento de técnicas de plantio, além de difundirem a mecanização avançada. A especialização da força de trabalho foi tomada pelos governos como elemento essencial para a recuperação da agricultura a partir da melhoria do ensino técnico, aprimoramento das pesquisas científicas e criação de institutos de investigação (MARTIN; LANGTHALER, 2009).

A “onda” de motomecanização, que havia começado ainda antes da Primeira Guerra Mundial, espalhou-se pela Europa Ocidental entre o fim dos anos 1940 e o início dos anos 1950. O amplo uso de máquinas e tratores possibilitou a extensão da área plantada ao substituir a tração animal pela mecanizada, avultando, assim, a capacidade produtiva média do campo. O número médio de tratores por trabalhador saltou de 0,045 em 1950 para 0,238 em 1962¹⁰¹ (MARTÍN-RETORTILLO; PINILLA, 2013, p. 30-33), resultante na elevação da taxa média de produtividade do setor. A motorização do transporte rodoviário, marítimo e ferroviário expandiu sua capacidade de carregamento e velocidade e, conseqüentemente, os custos dos fretes caíram. Numerosas inovações foram adotadas também na pecuária, como a máquina de ordenhar e os tanques refrigerados para armazenagem. Como

¹⁰¹ A média incluiu os dados dos seguintes países: Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, França, Irlanda, Países Baixos, Suíça e Reino Unido.

consequência disso, em muitos mercados europeus, os preços finais dos bens alimentares básicos, particularmente os de grãos, começaram a declinar. Por outro lado, a introdução do novo paradigma tecnológico no campo dos países da Europa Ocidental resultou num acentuado êxodo rural. Cerca de 17% da população europeia migrou do campo para áreas urbanas entre os anos 1950 e 1970 (ALVAREZ-CUADRADO; PINTEA, 2008). Particularmente em alguns países, como a Itália por exemplo, que tinham grande proporção da população vivendo no campo em relação ao total, o descontrole do êxodo rural era uma questão premente para seus governos. Para efeito de comparação, identifica-se: “A taxa de participação da mão de obra da agricultura no total da população economicamente ativa era de 29% na França, 25% na Alemanha Ocidental e 41% na Itália em 1949. Em 1960, elas alcançaram 22%, 14% e 33%, respectivamente” (SALMON; WOLFESPERGER, 2007, p. 28).

No amplo espectro de proteção do setor rural, foram ainda impostos pelos governos muitos limites ao comércio externo por meio da implementação de quotas de importação e de tarifas (FEDERICO, 2005), além de outros tipos de controles quantitativos e qualitativos considerados necessários para manter o equilíbrio do setor agrícola nos mercados da Europa Ocidental (BROADBERRY, 2006). Alguns introduziram ainda sistemas de estabilização artificial de preços, normalmente pela determinação de altos patamares mínimos garantidos pelo governo (CHANG, 2009). Leis foram aprovadas, criando câmaras de comércio e de armazenamento de cereais, ração, leite e derivados, gordura e carne, entre outros, com o fim de regular o volume de produção comercializado nos mercados domésticos. Conseqüentemente, “a taxa nominal global de proteção da agricultura na Europa cresceu em torno de dois terços em média entre 1956-57 e 1968-69” (ANDERSON; TYERS, 1992, p. 50). Dessa forma, o gerenciamento rigoroso sobre a oferta do mercado doméstico manteve os preços agrícolas relativamente estáveis, como queriam os produtores, enquanto a produção foi encorajada nas pequenas propriedades, em sua maioria, familiares (COPPOLARO, 2010).

Esse contexto abriu oportunidades para importantes discussões entre médicos, nutricionistas e cientistas sobre o desenvolvimento de estudos acerca do valor nutricional e calórico dos alimentos necessário para o consumo de um ser humano saudável e do papel das várias vitaminas e minerais contidos nos alimentos, que poderiam influenciar o desempenho dos combatentes nos conflitos, considerando-se os hábitos alimentares de cada população (ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, 2011). Desenvolveu-se, assim, a ciência da nutrição, com o objetivo de apontar soluções e receitas para crises alimentares e explorar novas fontes nutricionais (THEIEN, 2009), abrindo espaço para que os governos encorajassem os produtores rurais a investirem no plantio de alimentos com taxas nutricionais mais altas.

Dessa forma, a partir dos anos 1950, as economias europeias entraram em uma segunda fase na qual o investimento privado substituiu os gastos públicos como o motor de crescimento. Houve expansão dos investimentos privados em razão da melhoria da infraestrutura, das técnicas, do controle do mercado interno e da sua proteção e das condições dadas aos produtores e trabalhadores rurais (ÁLVAREZ-CUADRADO, 2005). Tais elementos se caracterizaram pelo contínuo crescimento da taxa de inversões paralelamente a de consumo, cujos padrões foram completamente restaurados. A agricultura das nações europeias se encontrava na esteira da transição da produção agrícola internacional de baixa produtividade para um sistema agrícola caracterizado pelo aumento do emprego do fator de produção capital *vis-à-vis* o trabalho, resultando em um sistema cada vez mais produtivo e conseqüentemente competitivo e internacionalizado (FEDERICO, 2005). As variações da produção agrícola bruta *per capita* (crescimento percentual médio anual por país entre 1952-1959) foram de 8,5% na Alemanha Ocidental, 4,3% na França, 4,8% na Itália, 6,1% nos Países Baixos, 5,4% no Reino Unido (FAO, 1963). Em vista disso, em pouco tempo, as propriedades, que se tornavam cada vez mais eficientes, deixaram de se voltar essencialmente à produção para garantir o suprimento alimentar básico do seu mercado doméstico e visaram apoiar à acumulação de capital dos

grandes produtores rurais, os quais formavam segmentos sociais bem organizados em termos de poder político.

Como consequência desse processo, o nível dos salários médios no campo cresceu, apresentando tendência de aumento real, em média de 12% no período 1951-1970, e as pessoas passaram a poder comprar bens de maior valor agregado (ALVAREZ-CUADRADO, 2005, p. 4). As taxas médias de crescimento percentuais anuais da renda *per capita* entre 1952-1954 a 1958-1959 (a preços constantes) foram, respectivamente: 7,4 na Alemanha Ocidental, 3,7 na França, 6,3 na Itália, 4,0 nos Países Baixos, 2,2 na Bélgica, 2,3 no Reino Unido, 6,8 na Áustria, 2 na Noruega, 2,9 na Dinamarca e 3,1 na Suécia (FAO, 1963). O valor calórico médio das dietas alimentares também foi completamente recuperado: entre 1948-1950 na Alemanha Ocidental era de 2730 e alcançou 2990 entre 1958-1959. Os valores para os mesmos períodos da França foram de 2800 e 2950; Países Baixos, 2830 e 2940; Itália, 2350 e 2650 e Bélgica, 2670 e 3050 calorias, respectivamente (FAO, 1960).

Portanto, a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial fez mais do que somente recolocar as economias europeias na trajetória do crescimento econômico e garantir a proteção social, pois proporcionou aumento da produção e da produtividade agrícola, da renda rural e do consumo desses bens, realocando ainda a mão de obra do campo para a cidade.

Conclusão

Este artigo discutiu como as consequências da crise humanitária e alimentar vivenciadas pela Europa do período de guerras foram determinantes para os planos dos Estados europeus de recuperarem seu setor agrícola. Tendo em vista o êxito das políticas públicas na maioria deles, em um curto espaço de tempo, os bons resultados lhes permitiram superar a carência e chegar à abundância no mercado de alimentos. As inovações técnicas e institucionais de pesquisa agrícola, a mecanização do campo e a produção de fertilizantes artificiais se espalharam pela Europa Ocidental (ANDERSON, 2009). A agricultura se tornou uma significativa máquina de produção, sobretudo face ao acréscimo do uso do fator capital em detrimento do fator trabalho (FEDERICO, 2005). O rápido crescimento da produtividade agrícola teve como consequência a realocação maciça de mão de obra do campo em atividades urbanas e o aumento sensível da renda dos produtores e trabalhadores rurais, da demanda agregada e das economias de escala. As propriedades rurais essencialmente familiares foram se tornando verdadeiras “empresas agrícolas”, tanto em termos de intensidade de capital empregado quanto do alto grau de especialização, da crescente acumulação de capital e diferenciação dos padrões produtivos, os quais marcaram as transformações estruturais na esteira do processo de modernização.

O que ocorreu nos mercados agrícolas da Europa Ocidental, a partir da metade do século XX, foi o contínuo apoio estatal à agricultura não mais de propósitos assistencialistas, como no imediato fim da Segunda Guerra, mas voltado à otimização organizacional da agricultura de acordo com os objetivos de aumento da especialização, da eficiência e da competição pela liderança de mercado. O Estado foi a instituição que esteve no início desse processo, mas sua intenção, depois de certo tempo, foi estimular o retorno dos investimentos privados. Sua proteção e apoio ao sistema agrícola direcionaram, canalizaram e encorajaram o desenvolvimento de um “regime intensivo de alimentos”, ou seja, seu papel foi determinante entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1970 para promover mudanças estruturais nos mercados agrícolas europeus (MUIRHEAD; ALMAS, 2012), que a partir da superação da escassez funcionaram não mais segundo a lógica assistencialista, mas de acordo com a racionalidade da produção máxima e eficiente da agricultura, perseguindo objetivos de aumento da especialização e da produtividade.

Em decorrência disso, a dependência dos países europeus das importações agrícolas do mercado internacional caiu, os preços da maioria dos bens se estabilizaram ou até mesmo descenderam e houve menor agitação social no período se comparado ao

imediatamente pós-Guerra, a despeito das incertezas da Guerra Fria. Embora o cenário fosse de recuperação e abundância no campo, grande parte da população continuou apoiando as ações públicas de proteção e estímulo à agricultura nas três décadas seguintes, porque viam o ambiente rural como um símbolo histórico da sociedade e responsável pela produção de bens garantidores da vida após terem experimentado as implicações terríveis da fome como arma de guerra. Foram esses aspectos, qualitativos e quantitativos, decorrentes da modernização agrícola, os quais marcaram as mudanças na agricultura da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra.

Referências bibliográficas

ALVAREZ-CUADRADO, Francisco; PINTEA, Michaela. A quantitative exploration of the golden age of European growth: structural change, public investment, the Marshall Plan and intra-European trade. **Economics Research Working Paper Series**, n. 43, p. 1-34, 2008.

ANDERSON, Kim. Five Decades of agricultural distortions. In: ANDERSON, Kym. (Orgs.). **Distortions to agricultural incentives: a global perspective, 1955-2007**. Washington, D.C.: World Bank and Palgrave Macmillan, 2009, p. 3-64.

ANDERSON, Kim; TYERS, Rod. Japanese rice policy in the interwar period: some consequences of imperial self-sufficiency. **Japan and the World Economy**, v. 4, n. 2, p. 103-127, 1992.

APARICIO, Gema; PINILLA, Vicente; SERRANO, Raúl. Europe and the International Agriculture and Food Trade, 1870-2000. In: INTERNATIONAL ECONOMIC HISTORY CONGRESS, Helsinki. **Papers...** Helsinki: University of Helsinki. 2006.

BACQUE, James. **Crimes and mercies**. London: Little, Brown & Co, 1997.

BACQUE, James. **Outras perdas**. São Paulo: Edições ASA, 1995.

BEEVOR, Antony. **The Second World War**. Little Brown and Company, 2012.

BROWNING, Christopher; MÄTTHEUS, Jürgen. **The origins of the final solution: the evolution of Nazi Jewish policy September 1939-March 1942**. Lincoln: University of Nebraska Press. Jerusalem: Yad Vashem, 2004.

BULTRINI, Dubravka Bojic. O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas Constituições. **Cadernos de Trabalho sobre Direito à Alimentação**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, 2014.

COLLINGHAM, Leslie. **The taste of war: World War Two and the battle for food**. London: Allen Lane, 2011.

COPPOLARO, Lucia. The political economy of reduction in Western Europe (1947-1967): between multilateralism and regionalism. **Conference...**, Instituto Figuerola, Madrid: Universidad Carlos de Madrid, 2010.

CHANG, Ha-Joon. **Rethinking public policy in agriculture: lessons from distant and recent**. Rome: FAO, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Social foundations of postindustrial economies**. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **An introduction to the basic concepts of food security**. Rome, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The state of food in agriculture**. Rome, 1960; 1963.

FEDERICO, Giovanni. **Feeding the world, 1800-2000**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. In: BUTTEL, Fredrick.; McMICHAEL, Philip. (Orgs.). **New directions in the sociology of international development**. Amsterdam: Elsevier, 2005. p. 227-267.

- FRIEDMANN, Harriet. Food politics: new dangers, new possibilities. In: McMICHAEL, Phillip. (Org.). **Food and agrarian orders in the world economy**. Westport: Praeger, 1995. p. 15-33.
- FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. XXIX, n. 2, p. 93-117, 1989.
- GILBERT, Mark. From war to Cold War. In: LARRES, Klaus (Org.). **Companion to Europe since 1945**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009. p. 1-24.
- GOUGH, Ian. European welfare states: explanations and lessons for developing countries. ANIS AHMAD, Dani; HARJAN, Haan (Orgs.) **Inclusive states: social policy and structural inequalities**. Washington, World Bank Publications, 2008. p. 3-38.
- GUTMAN, Roy. **Resistance: the Warsaw Ghetto uprising**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.
- CHALISZ, Claudia; DIAMOND, Patrick. Predistribution: A new governing prospectus for the centre-left. In: CHALISZ, Claudia; DIAMOND, Patrick (Orgs.). **The predistribution agenda**. Policy Network, 2015. p. 1-21.
- HELLEINER, Eric. Explaining the globalization of financial markets: bringing states back in. **Review of International Political Economy**, v. 2, n. 2, p. 315-41, 1995.
- JOSLING, Tim et al.. Understanding International Trade in agricultural products: one hundred years of contributions by agricultural economists. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 92, n. 2, p. 424-446, 2009.
- JUDD, Tony. **A history of Europe since 1945**. New York: The Penguin Press, 2005.
- KESTERNICH, Iris et al.. The effects of World War II on economic and health outcomes across Europe. **Review of Economics and Statistics**, v. 96, p. 1, p. 103-118, 2014.
- KLEMANN, Hein; KUDRYASHOV, Sergei. **Occupied economies**. An economic history of nazi-occupied Europe, 1939–1945. London: Berg, 2013.
- KOESTER, U.; EL-AGRAA, A. The common agriculture policy. In: EL-AGRAA, A. (Org.). **The EU economics and policies**. Essex: Pearson, 2003. p. 354-390.
- KRÖGER, Sandra. Ideas, interests or institutions? The drivers of recent reform of the Common Agricultural Policy. **EIF Working Paper**, n. 2, p. 1-35, 2009.
- LASCHI, Giuliana. Agricultores y sus intereses en el proceso de integración: ¿Qué política par qué tipo de agricultura? **Puente@Europa**, v. IX, n. 1, Jun 2011, p. 34-41.
- LOWE, Keith. **Savage continent: Europe in the aftermath of World War II**. London: Penguin Books, 2012.
- LONG, Bradford; EICHENGREEN, Barry. The Marshall Plan: history's most successful structural adjustment program. CONFERENCE ON POST-WORLD WAR II EUROPEAN RECONSTRUCTION, **Papers...** Hamburg, 1991.
- MARCUS, David. Famine crimes in international law. **The American Journal of International Law**, v. 97, n. 2, p. 245-281, 2003.
- MARTÍN-RETORTILLO, Miguel; PINILLA, Vicente. Patterns and causes of growth of european agricultural production, 1950-2005. **Documentos de Trabajo**, n. 1302, p. 1-36, 2013.
- MARTIN, John; LANGTHALER, E. Paths to productivism: agricultural regulation in the Second World War and its post-war legacy in Great Britain and German-Annexed Austria. In: BRESSLEY, Paul; SEGERS, Yves; VAN MOLLE, Leen. (Orgs.). **War, agriculture and food: rural Europe from the 1930s to the 1950s**. New York: Routledge, 2012. p. 55-74.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **A history of world trade agriculture: from the neolithic age to the current crisis**. London: Earthscan, 2006.
- MILWARD, Alan. **The reconstruction of Western Europe, 1945-1951**. London: Methuen & Co, 1984.

- MUIRHEAD, Bruce; ALMAS, Reidar. The evolution of Western agricultural policy since 1945. In: ALMAS, Reidar; CAMPBELL, H. (Orgs.). **Rethinking agricultural policy regimes: food security, climate change and the future resilience of global agriculture**. Bingley: Emerald, 2012. p. 23-49.
- OTERO, Gerardo; PECHLANER, Gabriela; GÜRCAN, Efe. The Political Economy of “Food Security” and Trade: Uneven and Combined Dependency. **Rural Sociology**, v. 78, n. 3, p. 263-289, 2013.
- ROSS, Stewart. **Cause and consequences of the Second World War**. London: Evans Brothers, 2003.
- RUGGIE, John. International Regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982.
- SALMON, Pierre; WOLFELSPERGER, Alain. Acquiescence to opacity. In: BRETON, Albert; GALEOTTI, Gianluigi; SALMON, Pierre; WINTROBE, Ronald (Orgs.). **The economics of transparency politics**. New York: Ashgate, 2007. p. 11-35.
- SHAW, John. **World food security: a history since 1945**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.
- SNYDER, Timonhy. **Bloodlands: Europe between Hitler and Stalin**. London: The Bodley Head, 2010.
- THEIEN, Iselin. **Food rationing during World War II: a special case of sustainable consumption?** Antropology of food. Sept. 2009, 2009.
- VEIGA, José Eli. **Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos**. São Paulo: Annablume, 1994.
- ZOBBE, Henrik. World trade report: the economic and historical foundation of the common agricultural policy in Europe. **Unit of Economics Working Papers**, n. 12, p. 1-20, 2001.
- ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, Ina. Introduction. In: ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, Ina; DUFFETT, Rachel; DROUARD, Alain (Orgs.). **A food and war in twentieth century in Europe**. London: Ashgate, 2011. p. 1-10.

Recebido em março de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

**AUTORIDADE LOCAL E O GENOCÍDIO DE RUANDA DE 1994:
O caso do Burgomestre Jean-Paul Akayesu**

**LOCAL AUTHORITY AND THE RWANDAN GENOCIDE OF 1994:
The case of the Bourgmestre Jean-Paul Akayesu**

*Danilo Ferreira da Fonseca**

RESUMO: O presente artigo visa refletir acerca do lugar que os políticos ruandeses vinculados às pequenas administrações locais, principalmente às comunas, possuíram frente à organização e à execução do genocídio de Ruanda em 1994. Para tal, construímos uma análise a partir de um estudo de caso vinculado ao Burgomestre Jean-Paul Akayesu, o qual administrava a Comuna de Taba (prefeitura de Gitarama) no período anterior e durante o genocídio. A análise é construída principalmente a partir do documento produzido pela Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês) intitulado *The prosecutor versus Jean-Paul Akayesu – Case No. ICTR-96-4-T*, de 1998. Desta forma, busca-se dimensionar também os efeitos nefastos que o colonialismo belga realizou em um processo de colonização mental.

PALAVRAS-CHAVE: Ruanda. Genocídio. Akayesu.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the place that Rwandan politicians linked to the small local administrations, mainly the communes, possessed before the organization and execution of the genocide of Rwanda in 1994. To this end, we constructed an analysis from a case study linked to the burgomaster Jean-Paul Akayesu, who administered the commune of Taba (prefecture of Gitarama) in the previous period and during the genocide. The analysis is constructed mainly from the document produced by the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR) entitled *The prosecutor versus Jean-Paul Akayesu – Case No. ICTR-96-4-T*, 1998. In this way, the aim is also to assess the harmful effects of Belgian colonialism in a process of mental colonization.

KEYWORDS: Rwanda. Genocide. Akayesu.

Considerações iniciais

Entre abril e junho de 1994, Ruanda passou por um dos mais brutais genocídios do século XX. Em pouco mais de cem dias, algo em torno de 500 mil e um milhão de ruandeses foram assassinados, sendo que a maioria das vítimas se compunha de Tutsis e de Hutus que eram tidos como “moderados”. O genocídio de Ruanda fica ainda mais impactante dentro da história recente se tivermos em mente que uma parte considerável dos assassinatos foi realizada por cidadãos comuns e a partir de golpes de facões – ferramenta muito utilizada no trabalho rural do país.

Este complexo episódio do mundo contemporâneo passa muitas vezes por análises rasas, em que uma concepção etnocêntrica de cunho europeísta subsume a pluralidade da história recente de Ruanda e de todo o continente africano, tornando os conflitos internos

* Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná), lotado no Departamento de História do *Campus* de Irati/PR. É Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a tese *Etnicidade e lutas de classe na África contemporânea: o África do Sul (1948 – 1994) e Ruanda (1959 – 1994)*. Contato: daniloffonseca@gmail.com

dessa territorialidade como sendo fruto de uma mera barbárie, da não civilização, em que seus sujeitos históricos seriam incapazes de mediar conflitos para além da esfera da violência. Toda essa concepção histórica e historiográfica é corroborada inclusive com uma indústria cultural massiva que constantemente representa o sujeito histórico africano como um ser que possui na violência o seu principal modo de mediação.

Frente a um episódio como ao genocídio ruandês, em que encontramos um padrão de assassinato e discurso de ódio étnico, somados à ampla participação popular, é bastante comum encontrarmos análises acadêmicas que contribuem com essa concepção, subsumindo a complexidade do sujeito histórico ruandês, o que o deixa privado de ser ativo em sua própria história.

Na obra *Murambi: le livre des ossements*, publicada pela primeira vez em 2000, o novelista senegalês Boubacar Boris Diop escancara o caráter etnocêntrico que o genocídio de Ruanda assume frente a alguns analistas e também frente à reação internacional, ainda mais em um contexto em que:

A Copa do Mundo estava para começar nos Estados Unidos. O planeta estava interessado em nada mais. E de qualquer forma, o que acontecesse em Ruanda, seria sempre a mesma velha história de pretos batendo uns nos outros. Até mesmo africanos diriam, no decorrer dos intervalos de cada partida, “eles estão nos constrangendo, eles deveriam parar de matar uns aos outros assim.”¹⁰² (DIOP, 2006, p. 9).

No presente artigo, buscamos entender o processo ruandês de uma maneira ampliada, valorizando as especificidades locais somadas às inserções globais em um contexto mais amplo que podemos encontrar no século XX. Nesse sentido, não podemos compreender o genocídio de Ruanda como um evento ou um momento de exceção, ou que fugisse à regra dentro da sociedade contemporânea, mas sim como o seu próprio funcionamento, assim como apontou Walter Benjamin.

Walter Benjamin ajuda a perceber que a tarefa de um historiador é sempre de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1993, p. 225), procurando as evidências que não corroboram com o “*continuum* da história”, ou com a história dos vencedores, pois este *continuum* faria com que “o ‘estado de exceção’ em que vivemos seja a regra geral” (BENJAMIN, 1993, p. 226). O entendimento de que o mundo contemporâneo vive uma crise constante, e não diversos momentos de exceção, é de fundamental importância para se entender a história de Ruanda.

Ao destrincharmos o genocídio e a história ruandesa com uma maior clareza, podemos observar que o processo de 1994 não se configura como uma “caixa de pandora da barbárie”, mas sim como um complexo processo que foi possível somente a partir de uma ampla organização propagandística, burocrática e logística.

Já com a colonização belga, podemos identificar aspectos que corroboraram com o desenvolvimento do genocídio em 1994, principalmente no que tange ao desenvolvimento das identidades Tutsis e Hutus, em processo de racialização somente possível com uma articulação entre a elite local e os colonialistas belgas, em uma forma de colonização mental, conforme desenvolve Frantz Fanon (2005).

Já enquanto um país independente, mas repleto de amarras políticas e econômicas, no final da década de 1980 e início de 1990, foi bastante comum encontramos meios de comunicação, principalmente rádios e revistas, que publicavam um discurso de ódio contra os Tutsis, reforçando uma ideologia voltada para o extermínio. No que diz respeito à organização burocrática, podemos observar que a concretização do genocídio possuiu uma

¹⁰² No original: “The World Cup was about to begin in the United States. The planet was interested in nothing else. And in any case, whatever happened in Rwanda, it would always be the same old story of blacks beating up on each other. Even Africans would say, during half-time of every match, “they’re embarrassing us, they should stop killing each other like that”. (Tradução livre).

rígida hierarquia de “trabalho” por parte dos perpetradores¹⁰³, que trouxe uma maior eficiência na produção do extermínio.

Dentro dessa logística da execução do genocídio, o estudo de Scott Straus na obra *The order of genocide* (2006) permite perceber que uma parte considerável dos perpetradores do genocídio que estavam coordenando as ações genocidas compunha-se de sujeitos que ocupavam cargos na máquina burocrática do Estado, como é o caso de Burgomestres, conselheiros, membros de partidos políticos, agentes governamentais etc. (STRAUS, 2006, p. 106). Dentre os perpetradores que não eram agricultores, aqueles que tinham como primeira ocupação uma função ligada ao governo e à sua burocracia representaram quase 50% dos perpetradores do genocídio (STRAUS, 2006, p. 106).

A partir de tal constatação, o presente artigo visa refletir sobre o papel da administração pública e da estrutura estatal de poder que corroborou e permitiu o genocídio em 1994. O foco recai sobre um sujeito específico: Jean-Paul Akayesu, Burgomestre da Comuna de Taba (na prefeitura de Gitarama) no decorrer do genocídio. Para tal, temos como suporte o documento final do julgamento realizado pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês), mais especificamente o caso *ICTR-96-4-T The prosecutor versus Jean-Paul Akayesu* de 1998.

O documento em foco foi obtido a partir de um levantamento dos bancos de dados *on-line* disponíveis no sítio da Organização das Nações Unidas específico para o Tribunal Penal Internacional para Ruanda.¹⁰⁴ O caso de Jean-Paul Akayesu foi o primeiro a ser julgado pelo Tribunal em 1998 e corresponde a um início de esforço para o julgamento para os crimes ocorridos em Ruanda. O processo de Akayesu aponta para caminhos que outras dezenas de processos seguiram nos anos decorrentes e que serão analisados em outras publicações.¹⁰⁵ Os relatos de testemunhas presentes em tais processos possibilitam raros momentos de contato com a experiência daqueles que vivenciaram o genocídio de Ruanda, tornando tais documentos ricos em possibilidades de análise histórica.

Com esta análise, pretendemos esclarecer o papel da política local no genocídio de 1994, indo além de estudos que focam principalmente em políticos do primeiro escalão do governo ruandês do período estudado. No presente estudo, nos aprofundamos no caso do Burgomestre Jean-Paul Akayesu mas antes precisamos trazer algumas considerações sobre o genocídio de 1994 em Ruanda e a construção da história recente de Ruanda.

O genocídio Ruandês de 1994 e a história recente de Ruanda: algumas considerações

O território que hoje é Ruanda foi um dos últimos territórios africanos a entrar em contato com a sociedade ocidental. Até meados do século XIX, a sociedade Banyarwanda possuía relações comerciais e culturais com seus vizinhos mais próximos, mas permaneceu distante das principais rotas transcontinentais, seja nas trocas índicas, atlânticas ou transaarianas.

O entendimento do funcionamento da sociedade Banyarwanda é fundamental para compreendermos a história contemporânea de Ruanda, tendo em vista que muito das práticas sociais e visões de mundo da sociedade ruandesa vem de seus costumes enquanto Banyarwandas. Os Banyarwandas se constituíram enquanto uma fechada sociedade no território que hoje é Ruanda e sua formação social era baseada em divisões de castas, assim como muitas sociedades domésticas do continente africano (BELLUCCI, 2010, p. 14). Estas castas eram baseadas no ofício de seus componentes, sendo que aqueles que eram pecuaristas eram denominados de Tutsis e os que eram agricultores eram denominados como Hutus (MAMDANI, 2002, p. 61). No entanto, é importante destacar que tais

¹⁰³ Termo utilizado para definir aqueles que corroboraram com a perpetuação do genocídio.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://unictr.irmct.org/>>.

¹⁰⁵ O presente artigo se insere num esforço mais amplo de análise da política local ruandesa, em que processos de outros Burgomestres também estão em análise a partir de um projeto de pesquisa individual vinculado à Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Espera-se obter resultados mais amplos ao cruzar dados e análises de outros burgomestres que participaram do genocídio de Ruanda.

classificações não eram rígidas e poderiam mudar de acordo com a ascensão/decadência financeira ou social de um determinado indivíduo.

Essa divisão baseada no ofício também influenciava a própria formação política dos Banyarwandas, em que a população Tutsi (que se constituía como uma minoria) possuía o domínio político e os Hutus possuíam funções mais voltadas apenas para o trabalho. Essas divisões eram entendidas como legítimas, tendo em vista que eram validadas pelos próprios costumes e obrigações postos para cada grupo. Dentre tais costumes, é importante destacar o *Ubugake*, que correspondia a um compromisso político a ser assumido frente a um superior ou soberano no âmbito da hierarquia interna de Ruanda (MAMDANI, 2002, p. 65). Tal rede de compromissos se estendia por praticamente todo o país e tinha como a principal figura um soberano denominado *Mwami*, que seria uma forma de monarca da região.

A vida dos Banyarwandas tomou um rumo bastante distinto com a chegada de grupos missionários europeus em seu território no final do século XIX e no início do século XX. No entanto, a população local não se mostrou muito aberta aos estrangeiros, mantendo seus costumes sólidos, ainda mais com a resistência do *Mwami* Yuri IV, que relutava em abrir e ampliar as relações com os europeus. Diante da administração colonial belga, que assumiu o poder do território ruandês, as correlações políticas e sociais dos Banyarwandas mudaram de maneira significativa. A resistência de Yuri IV frente às mudanças propostas pelos belgas (e até de parte da sua corte) fez com que este fosse envenenado e que, em seu lugar, assumisse seu filho, Mutara III.

O domínio do *Mwami* Mutara III causou mudanças profundas na sociedade Banyaruanda na década de 1930, tendo em vista que levou a cabo reformas desejadas pelos colonizadores e por parte da elite local (FONSECA, 2015, p. 119). Durante os anos da década de 1930, o novo *Mwami* corroborou que Ruanda se tornasse um território oficialmente cristão, com uma nova organização de seu mundo do trabalho e também com uma nova divisão entre Tutsis e Hutus, já que estes deixaram de ser castas baseadas em ofícios, que poderiam ser alteradas, para se tornarem grupos raciais baseados pelo nascimento. Com isso, cada ruandês precisaria carregar uma carteira de identificação racial (na qual era apontada se esse sujeito era Tutsi ou Hutu), que permaneceu válida mesmo com a independência e foi abolida somente após o genocídio em 1994.

É importante deixar claro que esse projeto levado a cabo em Ruanda fazia parte de uma articulação política entre a elite local e o poder colonial belga e que proporcionou uma colonização mental da população local, na medida em que foram impostos valores culturais e também possibilidades de vida que transformaram radicalmente o modo como os ruandeses viviam, se entendiam e se relacionavam. Tudo isso proporcionado por um nefasto projeto colonialista.

Essas profundas mudanças trouxeram uma grande insatisfação para a sociedade ruandesa. A legitimidade do domínio Tutsi vai se esvaziando na medida em que alguns costumes são deixados de lado, fazendo com que a dominação sofrida pela população Hutu fique cada vez mais abusiva, sobretudo com o aumento da jornada de trabalho, os castigos físicos e a falta de terras para a produção de seus próprios gêneros agrícolas (NEWBURY, 1997).

Tais condições levaram à maior revolta popular de Ruanda, em que o processo conhecido como a Revolução Hutu de 1959 representou uma grande convulsão social que culminou com expulsão do *Mwami*, o fim de uma aristocracia e privilégios Tutsis, além de encaminhar a independência do país em 1962, com uma política mais voltada ao Hutu e entendendo o Tutsi como um estrangeiro dentro do território ruandês (DES FORGES, 1999, p. 33). Todo este processo mudaria radicalmente a própria percepção acerca das identidades de Tutsis e Hutus (BERKELEY, 2010, p. 65).

Com a independência de Ruanda frente à Bélgica em 1962, o país passou a construir a sua própria experiência republicana com o Movimento Democrático Republicano – *Parmehutu* (*MDR Pamerhutu*), um partido com um discurso voltado para a população Hutu de Ruanda e que elegeu o primeiro presidente do país, Grégoire Kayibanda. (STRAUS,

2006, p. 183). A influência do *MDR Parmehutu* se tornou tamanha que boa parte da estrutura burocrática do país ficou ocupada por membros do partido, principalmente a partir de um discurso que valorizava as cotas raciais para Hutus em uma margem proporcional ao da população, ou seja, algo em torno de 90% dos cargos públicos deveriam ficar com Hutus indicados pelo *MDR Parmehutu*. Esse movimento tornou Ruanda um país que funcionava praticamente como um regime de partido único, já que a margem de manobra e a perseguição a outros partidos ficou bastante apertada.

No entanto, a frustração com os resultados da independência por parte de alguns setores da população, somada à falta de controle que o presidente Grégoire Kayibanda possuía no meio rural, fez com que o chefe das forças armadas, General Juvenal Habyarimana, comandasse um golpe de Estado que dissolveu a Primeira República, com a inauguração da Segunda República Ruandesa e sua própria nomeação como novo presidente do país (STRAUS, 2006, p. 192).

A partir de 1975, o General Habyarimana instituiu o regime de partido único em Ruanda, com o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento (MRND), em que todos os ruandeses eram membros obrigatórios desde o nascimento, de modo que o Estado ruandês e a própria sociedade tornaram-se um só.

A grande repressão às múltiplas oposições que o presidente Habyarimana enfrentava (desde oposições regionais como de países vizinhos), somadas à sua falta de articulação, fez com que apenas em 1990 algum movimento oposicionista conseguisse ameaçar o poder consolidado do MRND. Em primeiro de outubro de 1990 a Frente Patriótica Ruandesa (RPF, da sigla em francês), uma organização armada formada por oposicionistas (em sua maioria Tutsis) invadiu o território ruandês a partir de Uganda, o que acabou como um grande pretexto para as forças militares ligadas ao MRND perseguirem diferentes oposicionistas como se fossem colaboradores da RPF (STRAUS, 2006, p. 25).

Por outro lado, somada às fragilidades econômicas que o país atravessava, essa repressão forçou o MRND a negociar uma abertura política para o multipartidarismo, o que ocorreu em junho de 1991. A partir de tal abertura, foram criados o Partido Liberal (PL), o Partido da Social Democracia (PSD) e o Partido da Democracia Cristã (PDC), mas o partido que mais conseguiu ter força neste primeiro momento foi o Movimento Democrático Republicano (MDR), que aclamava por uma herança histórica com o movimento do *MDR-Parmehutu* e sua política centrada e voltada para a população Hutu de Ruanda. É importante destacar que Jean-Paul Akayesu se tornou Burgomestre de Taba pelo MDR, no qual era um dos coordenadores locais.

Mesmo com a abertura política, a Frente Patriótica Ruandesa continuou como uma oposição clandestina e posta como ilegal, com o objetivo declarado de derrubar o governo de Habyarimana a partir de incursões armadas no país, levando a uma desgastante guerra civil e a um clima de desconfiança e insegurança por boa parte da população ruandesa (STRAUS, 2006, p. 29). Tal contexto ficava ainda mais tenso com a ampla propaganda que se desenvolvia contra a oposição e a formação de milícias armadas por parte da juventude de alguns partidos políticos, como é o caso da *Interahamwe*¹⁰⁶, ligada ao MRND, e a *Impuzamugambi*¹⁰⁷, ligada à Coalizão pela Defesa da República (CDR).¹⁰⁸

A propaganda anti-Tutsi, colocando-o como uma figura traiçoeira e que merecia um constante estado de atenção (FONSECA, 2014, p. 59), foi levada a cabo pelos meios de comunicação, como é o caso da Revista *Kangura*, de Hassan Ngeze – membro fundador do CDR –, e também a *Radio Television Libre des Mille Collines* (RTL), coordenada por Léon Mugesera, um dos líderes da *Interahamwe* e membro do MRND.

¹⁰⁶ Do kinyarwanda: “aqueles que trabalham juntos” ou “aqueles que atacam juntos”. Grupo paramilitar da MRND, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

¹⁰⁷ Do kinyarwanda: “aqueles que têm o mesmo objetivo”. Grupo paramilitar da CDR, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

¹⁰⁸ A Coalizão pela Defesa da República (CDR) foi um partido político formado em 1992 a partir de hutus extremistas.

No dia 6 de abril de 1994, após a morte do General Habyarimana com a queda de seu avião presidencial, teve início o genocídio de Ruanda, quando o exército ruandês e as milícias pró-governo começaram a construir bloqueios ao redor e dentro da capital Kigali, de modo a encontrar e assassinar Tutsis e também Hutus que eram considerados moderados (um Hutu moderado poderia ser simplesmente aquele que era favorável a um acordo de paz com a oposição ou que se relacionava com Tutsis).

Apesar de o conflito vitimar tanto Tutsis como Hutus, existem diversas evidências que apontam que as vítimas primárias do genocídio eram os Tutsis, sem poupar nem mulheres nem crianças. O fim oficial do conflito se deu em 18 de julho de 1994, quando a Frente Patriótica Ruandesa ocupou toda a capital Kigali, encerrando um genocídio que assassinou entre 500 mil e um milhão de ruandeses.

Um estudo de caso: o Burgomestre Jean-Paul Akayesu

Jean-Paul Akayesu, nascido em 1953, se tornou Burgomestre da Comuna de Taba (ligada à prefeitura de Gitarama¹⁰⁹) em abril de 1993 e ficou no cargo até próximo o final do genocídio de Ruanda, em junho de 1994. A sua eleição ao cargo foi pelo Movimento Democrático Republicano (MDR), partido dissidente do tradicional MRND, formado a partir da abertura política e do fim do sistema de partido único, em que o MRD constituía uma ala crítica ao poder central ruandês por ser entendido como fraco ao enfrentar alguns problemas. (ICTR, 1998, p. 38).

O processo eleitoral vitorioso por Jean-Paul Akayesu foi a primeira eleição aberta para Burgomestre nas comunas de Ruanda, e o resultado obtido por Akayesu se deu muito devido a sua inserção em sua comuna, na qual exercia a função de professor, sendo muito bem quisto pelo restante da comunidade. Segundo o documento do ICTR, Akayesu “era bem conhecido e uma figura popular na comunidade local”¹¹⁰ (ICTR, 1998, p. 37.), “era considerado um homem de alta moral, inteligência e integridade, possuindo as qualidades de um líder, o qual parecia possuir a confiança da comunidade local”¹¹¹ (ICTR, 1998, p. 38.), além de ser também ideologicamente alinhado e bem inserido nas novas correlações de poderes políticos que se redesenhavam no território de Ruanda.

Dentre suas principais funções como Burgomestre na Comuna de Taba, Jean-Paul Akayesu possuía funções administrativas na realocação de recursos e também de pessoal, tendo o poder de contratar e demitir funcionários públicos de acordo com as necessidades da comuna ou também de favores políticos (ICTR, 1998, p.41). Possuindo o controle da polícia comunal, outra função dos Burgomestres de Ruanda era a manutenção da ordem e a mediação de conflitos em seu território. A polícia comunal não se constituía como uma polícia militar, era formada apenas de civis, e Akayesu “tinha autoridade máxima sobre ela e inteiramente responsável por sua organização, funcionamento e controle”¹¹² (ICTR, 1998, p. 42).

Outro ponto importante que envolvia os Burgomestres de Ruanda era a sua relação com a *Gendarmerie Nationale*, que era a Polícia Militar das áreas rurais de Ruanda. Composta pelos *gendarmes*, constituía-se como a maior força militar do país (LIPPI, 2014, p. 295) e uma espécie de força nacional que deveria manter a ordem pública quando requisitada. Apenas os prefeitos tinham o poder de requerer a intervenção da *Gendarmerie* e não os Burgomestres. Por outro lado, no decorrer da ação dos *gendarmes*, o Burgomestre poderia se configurar como a autoridade diante destes frente a uma emergência nacional ou em tempos de guerra; o que não é muito claro na legislação ruandesa, tendo em vista que

¹⁰⁹ Gitarama é uma das 11 municipalidades em que Ruanda era dividida, as quais possuíam diversas comunas, que, por sua vez, também eram divididas em setores.

¹¹⁰ No original: “Was a well-known and popular figure in the local community.” (Tradução livre).

¹¹¹ No original: “Was considered a man of high morals, intelligence and integrity, possessing the qualities of a leader, who appeared to have the trust of the local community.” (Tradução livre).

¹¹² No original: “Has ultimate authority over it and entirely responsible for its organization, functioning and control.” (Tradução livre).

tais apontamentos são baseados em um decreto de 1959 expedido ainda pelas autoridades coloniais belgas (ICTR, 1998, p. 43-44), logo após a Revolução Hutu de 1959.

Porém, os poderes de um Burgomestre ruandês vão além daqueles poderes que lhe cabem pela legislação local, já que “em Ruanda, o Burgomestre é a figura mais poderosa da comuna. Sua autoridade *de facto* na área é significativamente maior do que aquela que está sobre ele *de jure*”¹¹³ (ICTR, 1998, p. 39, grifo do original). Essa diferença entre o poder *de facto* e *de jure* que os Burgomestres possuíam é bastante significativo para entendermos a participação de Jean-Paul Akayesu e de figuras similares no decorrer do genocídio de 1994, tendo em vista que muitas de suas ações no decorrer do genocídio se davam a partir dos seus poderes, que extrapolavam a função meramente política, englobando também seu papel social frente à população que representava.

Segundo relatos de testemunhas¹¹⁴ recolhidos pelo ICTR: “o Burgomestre era considerado como o ‘pai’ de toda a população, cuja cada ordem seria respeitada”¹¹⁵ (ICTR, 1998, p. 45); “as pessoas normalmente seguiriam as ordens da autoridade administrativa, o Burgomestre, mesmo se essas ordens fossem ilegais ou injustas”¹¹⁶ (ICTR, 1998, p. 45); “as pessoas não poderiam desobedecer as ordens do Burgomestre”¹¹⁷ (ICTR, 1998, p. 45). Tal autoridade e respeito diante da população local fazia com que o poder *de facto* do Burgomestre tivesse um peso decisivo na vida política local.

Em depoimento para o ICTR, Alison DesForges (pesquisadora fundamental acerca da história ruandesa) afirmou que os Burgomestres adquiriram tal poder e se tornaram a autoridade mais importante para a população comum de uma dada comuna. Segundo DesForges, poderíamos inclusive fazer uma correlação direta entre esse poder atribuído aos Burgomestres com os poderes que os chefes locais possuíam em tempos pré-coloniais (ICTR, 1998, p.45).

Precisamos destacar que esse poder que o chefe local possuía dentro das sociedades domésticas africanas em tempos pré-coloniais era de suma importância para a coesão das comunidades, ainda mais em um microcosmo dos povos africanos, conforme apontam os intelectuais Joseph Ki-Zerbo, de Burkina Faso, e Boubou Hama, do Níger (2010). Segundo Ki-Zerbo e Hama, os chefes africanos não possuíam as características de déspotas, como muitas vezes é entendido pelo mundo ocidental, mas seriam um elemento central da sociedade africana, em que “a concepção africana de chefe dá a este último um espaço exorbitante na história dos povos dos quais ele literalmente encarna o projeto coletivo” (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p.29). Tais características de poder dos chefes locais acabaram permanecendo culturalmente em muitas sociedades africanas, o que nos ajuda inclusive a refletir de uma maneira não enviesada acerca de alguns políticos africanos que passam anos e até décadas no poder.

No decorrer do genocídio de 1994, a Comuna de Taba administrada por Akayesu ganhou destaque devido ao seu alto engajamento com os crimes cometidos, em que o nível de assassinatos e outras formas de violência foram considerados excessivos. Estima-se que pelo menos 2000 Tutsis foram assassinados na comuna de Taba entre 7 de abril de 1994 e o fim do mês de junho de 1994 (ICTR, 1998, p. 10).

Durante esse processo, a figura do Burgomestre Jean-Paul Akayesu foi posta como um elemento central no decorrer do genocídio na região, tendo em vista que não só não tentou impedir a execução e continuidade, como também colaborou diretamente para que muitos crimes ocorressem, sendo responsável direto pela coordenação, pela supervisão e até pela execução de crimes na região de Taba.

¹¹³ No original: “His ‘de facto’ authority in the area is significantly greater than that which is upon him de ‘jure’.” (Tradução livre).

¹¹⁴ Tais testemunhas possuem a identidade preservada no decorrer do processo.

¹¹⁵ No original: “The bourgmestre was considered as the ‘parent’ of all the population whose every order would be respected.” (Tradução livre).

¹¹⁶ No original: “The people would normally follow the orders of the administrative authority, the bourgmestre, even if those orders were illegal or wrongful.” (Tradução livre).

¹¹⁷ No original: “The people could not disobey the orders of the bourgmestre.” (Tradução livre).

Após o término do genocídio, Jean-Paul Akayesu fugiu para a Zâmbia, onde foi preso em 1995. O ex-Burgomestre de Taba foi julgado pelo ICTR, acusado de crimes contra a humanidade, incitação para cometer genocídio e genocídio. Akayesu foi condenado em 1998 a prisão perpétua e cumpre atualmente a sua pena em uma prisão do Mali. O processo do ICTR contra Jean-Paul Akayesu teve uma grande e importante repercussão internacional, tendo em vista que foi a primeira condenação pelo crime de genocídio em Ruanda, além de em seu processo também constar a relação direta do crime de estupro enquanto uma forma de executar o crime de genocídio, criando uma jurisprudência que é bastante estudada pela área do Direito.¹¹⁸ A questão do estupro e da mulher no genocídio de Ruanda também é bem dimensionada pelo dramaturgo do Chade Koulsy Lamko, em sua obra *La phalène des Collines* (2000), em que o autor da voz à vítima Thérèse Mukandori, que foi brutalmente assassinada e estuprada, e, no romance, renasce como uma borboleta.

A partir de seu processo e julgamento pelo ICTR, intitulado *The prosecutor versus Jean-Paul Akayesu – Case No. ICTR-96-4-T*, podemos dimensionar melhor a sua participação no genocídio e refletir sobre a participação de políticos da esfera local no decorrer do genocídio em 1994, principalmente a partir dos diferentes testemunhos existentes nos relatórios do processo.

Após a queda do avião presidencial do General Juvenal Habyarimana, no dia 4 de abril de 1994, o genocídio não tardou a chegar até a Comuna de Taba, então administrada pelo Burgomestre Jean-Paul Akayesu. É importante destacar, conforme estudado por Scott Straus (2006), que o genocídio não ocorreu de uma maneira coesa em todas as regiões de Ruanda, pois em alguns locais o genocídio foi muito mais intenso, como é o caso Capital de Kigali City e de comunas das prefeituras de Kigali Rural e Kibungo, em que os assassinatos começaram horas depois da notícia da queda do avião presidencial, enquanto outras regiões chegaram a resistir ao genocídio, como é o caso de comunas nas prefeituras de Byumba, Ruhengeri, entre outras (STRAUS, 2006, p. 56).

No caso da prefeitura de Gitarama, onde se localiza a Comuna de Taba, o genocídio não começou rapidamente, tardando algo em torno de dez dias para ter início; mas marcou a primeira quinzena do genocídio, a qual foi a mais crítica, tendo em vista que algo em torno de 75% dos assassinatos ocorridos no genocídio de Ruanda ocorreram entre os dias 10 e 21 de abril de 1994 (STRAUS, 2006, p. 57). No caso de Taba, não foi diferente de outras comunas de Gitarama, pois muitas testemunhas colocam as ações genocidas vinculadas a Akayesu como ocorrendo por volta do dia 19 de abril de 1994.

Segundo testemunhas ouvidas pelo ICTR:

Por volta de 19 de abril de 1994, antes do amanhecer, no setor de Gishyeshye, Comuna de Taba, um grupo de homens, um dos quais se chamava François Ndimubanzi, matou um professor local, Sylvere Karera, porque ele foi acusado de se associar com a Frente Patriótica Ruandesa (RPF) e por conspirar para matar Hutus. Embora pelo menos um dos agressores tenha sido entregue a Jean-Paul Akayesu, ele não tomou medidas para prendê-lo.¹¹⁹ (ICTR, 1998, p. 11).

O início do genocídio na Comuna de Taba é marcado em um primeiro momento pela omissão do Burgomestre Jean-Paul Akayesu frente ao assassinato do professor Sylvere Karera por François Ndimubanzi, em que, mesmo conhecendo o acusado, Akayesu não pareceu realizar esforços para exercer a sua própria função de conter o assassino, conduta

¹¹⁸ Para um maior aprofundamento sobre a relação do estupro e o genocídio, recomendo a obra: LIPPI, Camila Soares. O estupro enquanto genocídio no Tribunal Penal Internacional Para Ruanda: um estudo do caso Akayesu, *Espaço Jurídico Journal of Law*, Chapecó, v. 15, n. 2, p. 287-314, jul./dez. 2014.

¹¹⁹ No original: "On or about 19 april 1994, before dawn, in Gishyeshye sector, Taba communu, a group of men, one of whom was named François Ndimubanzi, killed a local teacher, Sylvere Karera, because he was accused of associating with the Rwandan Patriotic Front (RPF) and plotting to kill Hutus. Even though at least one of the perpetrators was turned over to Jean-Paul Akayesu, he failed to take mensures to have him arrested." (Tradução livre).

a qual se repetiu no decorrer de todo o genocídio, em que “nunca tentou impedir o assassinato de Tutsis na comuna, de forma alguma, ou pediu assistência de autoridades regionais ou nacionais para acabar com a violência.”¹²⁰ (ICTR, 2018, p. 10).

A omissão de Jean-Paul Akayesu não foi por acaso, mas sim devido ao seu próprio alinhamento com as ações genocidas que começavam a apontar no horizonte de Taba, o que é evidente a partir do momento que o Burgomestre começou a assumir mais as responsabilidades por coordenar as tarefas com caráter genocida. Segundo testemunhas ouvidas pelo ICTR (1998):

Na manhã de 19 de abril de 1994, após o assassinato de Sylvere Karera, Jean-Paul Akayesu liderou uma reunião no setor de Gishyeshye em que ele confirmou a morte de Sylvere Karera e incitou a população a eliminar cúmplices da RPF, o que foi entendido pelos presentes como significando tutsis. [...] o assassinato de tutsis em Taba começou logo após a reunião.¹²¹ (ICTR, 1998, p. 11).

O encontro organizado por Jean-Paul Akayesu no setor de Gishyeshye se tornou um marco importante para as ações que foram tomadas nos dias subsequentes, tendo em vista que alguns parâmetros de perseguição passaram a ser estabelecidos e assumidos pelo Burgomestre de Taba, como é o caso de “conduções de buscas de casa em casa”¹²² (ICTR, 1998, p.11), em que “durante essas buscas, os residentes, incluindo a Vítima V, foram interrogados e agredidos com rifles e bastões na presença de Jean-Paul Akayesu”¹²³ (ICTR, 1998, p. 11), com o intuito de conseguir “informações sobre a atividades de Tutsis que ele estava procurando”¹²⁴ (ICTR, 1998, p. 11).

É possível observar nas citações supracitadas que, na busca por vítimas, existia um padrão que realizava correlações entre a população Tutsis ruandesa e a oposição armada da Frente Patriótica Ruandesa, a expressar-se: tanto no assassinato do professor Sylvere Karera; como no encontro organizado por Akayesu conclamando a população a eliminar os cúmplices da RPF, entendidos como tutsis; além de também estar presente nas falas que indicavam os motivos das buscas de casa em casa para procurar informações a respeito de alguns Tutsis específicos.

Essa correlação entre a Frente Patriótica Ruandesa e a população Tutsi foi muito frequente no decorrer da Guerra Civil ruandesa e do genocídio em 1994, em que muitos Hutus afirmavam não estar perseguindo Tutsis, mas sim os membros e os simpatizantes da RPF (FONSECA, 2013, P. 63). No entanto, esse discurso era normalmente complementado com a observação que todos os Tutsis eram membros ou simpatizantes da RPF, e com isso todos os Tutsis deveriam ser perseguidos.

Tais argumentos foram amplamente difundidos no início da década de 1990 pelos meios de comunicação ligados ao governo de Juvenal Habyarimana, como é o caso da Revista *Kangura* e o *Radio Television Libre des Mille Collines* (RTL)M¹²⁵, conforme podemos observar no seguinte trecho retirado da Revista *Kangura*: “Você entende que a FPR que nos atacou era composta por aquelas pessoas que têm origem dos Tutsis que

¹²⁰ No original: “never attempted to prevent the killing of Tutsis in the commune in any way or called for assistance from regional or national authorities to quell the violence.” (Tradução livre).

¹²¹ No original: “The morning of April 19, 1994, following the murder of Sylvere Karera, Jean-Paul Akayesu led a meeting in Gishyeshye sector at which he sanctioned the death of Sylvere Karera and urged the population to eliminate accomplices of the RPF, which was understood by those presentes to mean Tutsis. (...) the killing of tutsis in Taba began shortly after the meeting.” (Tradução livre).

¹²² No original: “conducted house-to-house searches.” (Tradução livre).

¹²³ No original: “during these searches, residents, including Victim V, were interrogated and beaten with rifles and sticks in the presence of Jean-Paul Akayesu.” (Tradução livre).

¹²⁴ No original: “information about the activities of the tutsis he was seeking.” (Tradução livre).

¹²⁵ Para mais informações ver Fonseca (2013).

fugiram em 1959, aqueles que nos atacaram antes de 1967. Assim, eles se organizaram e nomearam-se como FPR.”¹²⁶ (ICTR, 2003, p. 122).

Esse discurso de perseguição a todos os Tutsis, além de possuir algumas variáveis, nem sempre era concretizado na prática, pois, no decorrer do genocídio em Ruanda, ocorreram perseguições mais específicas a certas categorias da sociedade civil ruandesa, que foram organizadas a partir de listas de pessoas que deveriam ter prioridade nas ações de buscas e assassinatos. O próprio Burgomestre Akayesu teve essa função de nomear Tutsis que deveriam ser perseguidos e mortos, conforme aponta o documento da ICTR:

Na mesma reunião no setor de Gishyeshye em 19 de abril de 1994, Jean-Paul Akayesu nomeou pelo menos três proeminentes tutsis – Ephrem Karangwa, Juvénal Rukundakuvuga e Emmanuel Sempabwa - que deveriam ser mortos por causa de suas alegadas relações com o RPF.¹²⁷ (ICTR, 1998, p.11).

Além de ser evidente novamente a já citada relação com a Frente Patriótica Ruandesa, é possível observar que os Tutsis perseguidos em um primeiro momento (ou enquanto prioridade) eram Tutsis tidos como proeminentes e que possuíam alguma influência frente à sociedade, como o caso em que “Jean-Paul Akayesu ordenou a população local e a milícia para matarem intelectuais e pessoas influentes”¹²⁸ (ICTR, 1998, p. 12). Neste caso, assim como no já citado do professor Sylvere Karera, “cinco professores da escola secundária de Taba foram assassinados”¹²⁹¹³⁰ (ICTR, 1998, p. 12.), mas desta vez com instruções diretas do Burgomestre.

A luta por espaços em setores da educação e de formação de opinião pública, resultando em assassinatos e perseguição de professores e intelectuais, é relativamente comum e sensível na história ruandesa. Desde a Revolução Hutu de 1959, passando por tensões das repúblicas ruandesas, ocorreram protestos e até atos de violência contra Tutsis que ocupavam cargos em escolas e universidades. Essas tensões seriam provenientes do fato de que a maioria dos professores possuíam a identidade étnica de Tutsis, os quais eram acusados por radicais de favorecer apenas um determinado grupo étnico¹³¹ (STRAUS, 2006, p. 186).

A disputa pelo setor educacional é expressa inclusive no documento dos “Dez mandamentos hutus”, publicado pela primeira vez pela revista *Kangura* em 1991, em que o setor educacional tinha uma preocupação específica expressa no “mandamento 6”, que afirma: “6. No setor educacional, (pupilos, estudantes, professores) devem ser da maioria hutu”¹³² (ICTR, 2003, p. 45); e se segue de uma sequência de argumentos que enumeram setores fundamentais para o domínio dos Hutus, ao lado das forças armadas e de produções estratégicas da economia.

É importante notar também que boa parte dos assassinatos ordenados por Jean-Paul Akayesu foram executados em frente ao *Bureau Communal* de Taba, ou seja em frente ao prédio da repartição pública da comuna, o que evidencia o grau de autoridade posta naqueles que estavam no poder em Taba, como se esses fossem os mandantes e legitimassem a ação dos assassinos.

¹²⁶ No original: “You understand that the RPF that attacked us is made of those people, has its origin in those Tutsis who fled in 1959, those who attacked us until 1967. So, they got organized and named themselves RPF.” (Tradução livre).

¹²⁷ No original: “at the same meeting in Gishyeshye sector on April 19, 1994, Jean-Paul Akayesu named at least three prominent Tutsis – Ephrem Karangwa, Juvénal Rukundakuvuga and Emmanuel Sempabwa - who had to be killed because of their alleged relationships with the RPF.” (Tradução livre).

¹²⁸ No original: “Jean-Paul Akayesu ordered the local people and militia to kill intellectual and influential people

¹²⁹ No original: five teachers from the secondary school of Taba were killed.” (Tradução livre).

¹³⁰ Segundo o documento, os professores mortos foram Theogene, Phoebe Uwineze e seu noivo (de nome desconhecido), Tharcisse Twizeyumuremye e Samuel (ICTR, 1998, p. 12).

¹³¹ Como ocorrido nos chamados “massacres étnicos de 1962-64” e “expurgos de 1973”.

¹³² No original: “6. In the Education sector, (pupils, students, teachers) must be in the majority Hutu.” (Tradução livre).

Em alguns casos, as vítimas eram conduzidas até os Burgomestres da respectiva comuna para que estes dessem uma espécie de veredicto final sobre o fim que deveria levar um determinado suspeito ou procurado. O próprio Akayesu ordenou e comandou uma série de assassinatos. Esse papel do Burgomestre é evidente inclusive no seguinte trecho transcrito de uma transmissão de rádio da RTLM:

Portanto Gahigi, uma vez na frente dos microfones, por favor, explique para a população que arma bloqueios que todos aqueles que têm nariz pequeno, magrelos, com a pele mais clara não é necessariamente um Tutsi. Caso contrário, você pode achar que nós, os Hutus, estamos matando outros Hutus por confundi-los com os Tutsis, por *Inyenzi*. Aonde nós iríamos assim? Você prende alguém e pede seu cartão de identificação. Você descobre que ele é um Hutu. Se você não entender, vá ver um Conseiller e pergunte a ele, vá ver o Burgomestre e pergunte a ele. Na minha opinião, isso deve ser uma prioridade e tem que ser absolutamente respeitado nos bloqueios de estrada.¹³³ (ICTR, 2003, p. 256)

A partir das palavras transcritas da transmissão acima, vemos que, diante de um impasse que envolva a dúvida sobre a origem étnica de um determinado indivíduo ruandês, fosse por questões físicas ou não, aqueles que poderiam tirar o impasse e dar a palavra final sobre o destino de alguém que estivesse preso ou cativo eram as autoridades locais dos conselheiros locais e também do Burgomestre. Sua palavra e ordem era a que maior peso e validade tinha diante do contexto engendrado em Ruanda.

Considerações finais

No decorrer do artigo, pudemos observar que os políticos locais, mais especificamente os Burgomestres, eram postos como a liderança mais importante e imediata dentro de um microcosmo de determinada comuna ou de seus pequenos setores, sendo bastante respeitados e obedecidos pela população local. Essa autoridade e respeitabilidade por parte dos Burgomestres pode ser entendida como uma herança cultural pré-colonial vinda da sociedade Banyarwanda, como apontou DesForges, mas não parece suficiente para e própria execução do genocídio em 1994.

Durante o genocídio, o poder dos Burgomestres, como o de Jean-Paul Akayesu, se constituiu com uma autoridade bastante elevada, sendo possível que este não tomasse medidas frente ao assassinato do professor Silvere Karera; organizasse encontros para ajudar na coordenação do genocídio, como o fez no setor de Gishyeshye; coordenasse buscas por Tutsis específicos, como o indicado pela Vítima V; expedisse listas de Tutsis que deveriam ser perseguidos e assassinados, como foi o caso de Ephrem Karangwa, Juvénal Rukundakuvuga e Emmanuel Sempabwa, além dos professores Theogene, Phoebe Uwizeze e seu noivo (de nome desconhecido), Tharcisse Twizeyumuremye e Samuel; e também por legitimar uma série de outros assassinatos na Comuna de Taba.

Podemos refletir que tamanho poder foi possível também devido a um vácuo de autoridade deixado pelo próprio contexto histórico ruandês, em que pela primeira vez a autoridade do Burgomestre não estava diretamente vinculada a uma indicação do próprio presidente, mas sim a partir de eleições locais, o que deu maior força aos Burgomestres diante da população local.

Esse vácuo de poder também foi corroborado pelo clima de insegurança e suspeita acerca da oposição armada da Frente Patriótica Ruandesa, em que, dentro de um contexto

¹³³ No original: "Therefore Gahigi, once in front of the microphone, please explain to the population manning roadblocks that all those having a small nose, slender, with a light skin are not necessarily Tutsis. Otherwise, you will find that we, the Hutus, are killing other Hutus mistaking them for Tutsis, for *Inyenzi*. Where would we go like this? You arrest someone and ask him his ID card. You find that he is a Hutu. If you do not understand, go and see the Conseiller and ask him, go and see the *bourgmestre* and ask him. In my view, this must be a priority and be absolutely respected on roadblocks." (Tradução livre).

de Guerra Civil e incerteza política, o discurso extremista de associação entre a RPF e os Tutsis encontrou reverberação em parte da população, que foi ainda mais inflamada por figuras como o próprio Burgomestre Akayesu que se dirigia à população local aclamando e coordenando a perseguição e o assassinato de tais sujeitos. Em meio a essa multiplicidade de fatores, não podemos esquecer também da queda do avião presidencial do General Juvenal Habyarimana, pois sua morte colaborou ainda mais para o aumento de poder das autoridades locais no microcosmo da comuna.

Fontes

ICTR-96-4-T The prosecutor versus Jean-Paul Akayesu.

Transmissão da RTLM, Gaspard Gahigi entrevista Hassan Ngeze, 14 de junho de 1994. In: PROSECTOR V. FERDINAND NAHIMANA, JEAN-BOSCO BARAYAGWIZA AND HASSAN NGEZE: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and setence, dez. 2003, p 256.

Transmissão da RTLM, Gaspard Gahigi entrevista Ferdinand Nahimana, 20 de novembro de 1993. In: PROSECTOR V. FERDINAND NAHIMANA, JEAN-BOSCO BARAYAGWIZA AND HASSAN NGEZE: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and setence, dez.2003, p 122.

REVISTA KANGURA, n. 6, dez.1990. In: PROSECTOR V. FERDINAND NAHIMANA, JEAN-BOSCO BARAYAGWIZA AND HASSAN NGEZE: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and setence, dez.2003, p 45.

Referências bibliográficas

BELLUCCI, Beluce. O Estado na África. *Revista Tempo do mundo*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-43, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERKELEY, Bill. **The graves are not yet full**: Race, tribe and power in the heart of Africa. New York: Basic Book, 2001.

DES FORGES, Alison, "**Leave none to tell the story**": *genocide in Rwanda*. New York: Human Rights Watch, 1999.

DIOP, Boubacar Boris. **Murambi: the book of bones**, Blomington, Indiana University Press, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2005.

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 22, p. 56-77, 2013.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **África entre classes e etnias**: África do Sul (1948-1994) e Ruanda (1959-1994). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HAMA, Boubou, KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. Vol. I.

AMKO, Koulsy. **La phalene des collines**. Butare: Ed. Kuljaama, 2000.

LIPPI, Camila Soares. O estupro enquanto genocídio no Tribunal Penal Internacional Para Ruanda: um estudo do caso Akayesu. **Espaço Jurídico Jounaul of Law**, Chapecó, v. 15, n. 2, p. 287-314, jul./dez. 2014.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers**: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda. Princeton: Princeton University Press, 2002.

NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the politics of history in Rwanda. **Africa Today**, Bloomington, v. 2, n. 44, p. 211-222, 1997.

SHAACK, Beth Van. Engendering genocide: The Akayesu Case before the International Criminal Tribunal for Rwanda. **Santa Clara University Legal Studies**. Research paper n. 8-55, jul. 2008.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide**: race, power, and war in Rwanda. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

VISENTINI, Luiz D. **História da África e dos Africanos**. São Paulo: Vozes, 2014.

Recebido em julho de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n59p168-183>

**CIRCUITO ANTIESCRAVISTA ATLÂNTICO:
James Redpath e a Conferência Antiescravista de Paris, 1867**

**ATLANTIC ANTI-SLAVERY CIRCUIT:
James Redpath and the Anti-Slavery Conference of Paris, 1867**

*Henrique Antonio Ré**

RESUMO: Depois do fim da Guerra Civil norte-americana houve um reordenamento das posições antiescravistas no mundo atlântico. Este artigo explora as cartas sobre a escravidão brasileira do abolicionista norte-americano James Redpath e dois textos apresentados por agentes brasileiros na Conferência Antiescravista de Paris. O objetivo é demonstrar que, em ambos os casos, embora o assunto principal fosse a escravidão no Brasil, havia outros interesses coordenando essas intervenções. Isso mostra que a questão escravista era tão somente mais um elemento no tabuleiro internacional, e que qualquer análise que prescindia do contexto mais amplo corre o risco de ser incapaz de apreender os reais interesses em disputa.

PALAVRAS-CHAVE: James Redpath. Antiescravismo. British and Foreign Anti-Slavery Society

ABSTRACT: After the end of the American Civil War there was a reordering of anti-slavery positions in the Atlantic world. This article explores the letters on Brazilian slavery of the American abolitionist James Redpath, and two texts presented by Brazilian agents at the Anti-slavery Conference in Paris. The objective is to demonstrate that in both cases, although the main issue was slavery in Brazil, there were other interests coordinating these interventions. This shows that the slave question was only one more element on the international board, and that any analysis that dispenses with the larger context runs the risk of being unable to grasp the real interests in dispute.

KEYWORDS: James Redpath. Anti-slavery. British and Foreign Anti-Slavery Society

Em meados de 1867, o *The Anti-Slavery Reporter*, órgão de imprensa da British and Foreign Anti-Slavery Society (BFASS) começou a republicar uma série de cartas do abolicionista norte-americano James Redpath sobre a escravidão e a vida dos escravos no Brasil. Originalmente, essas cartas foram escritas para o *National Anti-Slavery Standard*, um dos periódicos da *American Anti-Slavery Society*, entidade comandada por William Lloyd Garrison. A historiografia brasileira, salvo engano, jamais fez menção a essas missivas, embora elas marquem o início da inflexão interpretativa norte-americana a respeito da suposta suavidade da escravidão brasileira.¹³⁴

Concomitantemente à republicação dessas cartas na Grã-Bretanha ocorria a Conferência Antiescravista de Paris, onde, entre outros assuntos, também estavam sendo discutidos o futuro da escravidão brasileira e a condição dos escravos no Brasil. Essa conferência foi patrocinada pela British and Foreign Anti-Slavery Society, pelo Comité Français d'Émancipation e pela Sociedad Abolicionista Española, e seu relatório foi

* Doutor em Sociologia pela Unicamp, pós-doutorando no Departamento de História da Universidade de São Paulo.

¹³⁴ As referências completas das cartas de Redpath são: *Reporter*, 1 de junho de 1867, p. 121-124; 15 de julho de 1867, p. 161-164; 15 de outubro de 1867, p. 220-222; 15 de novembro de 1867, p. 257-261; 1 de janeiro de 1868, p. 3-4; 1 de fevereiro de 1868, p. 28-30. Trata-se de um material relativamente extenso, que perfaz aproximadamente 50 páginas.

publicado no ano seguinte, sob o patrocínio exclusivo da BFASS. A historiografia brasileira já abordou esse relatório, mas o fez sem levar em consideração os interesses dos grupos abolicionistas que se fizeram representar na conferência.

O objetivo deste artigo é comparar esses dois materiais. A estratégia de comparação consistirá em não realizar uma análise exclusiva do teor desses documentos. Mais promissor é trabalhar com os propósitos que motivaram os autores de tais textos, o contexto político, os arranjos diplomáticos internacionais e os interesses divergentes do circuito antiescravista atlântico.

Essa estratégia permite ressaltar que tanto as cartas de Redpath quanto os textos da conferência tinham propósitos que iam muito além da crítica à escravidão brasileira ou da defesa da forma como o governo brasileiro encaminhava as medidas emancipacionistas. Embora essa afirmação pareça uma obviedade, ela não é. O movimento antiescravista, nacional ou internacional, tornou-se um movimento social e político, e ainda que suas ações tivessem o combate à escravidão como horizonte, tais ações muitas vezes tornam-se incompreensíveis se não forem inseridas no contexto que as produziu. Senão, como entender que a BFASS republicava as cartas de Redpath denunciando a severidade da escravidão brasileira ao mesmo tempo que patrocinava uma conferência na qual essa mesma escravidão era apresentada como suave, e o Brasil tomado como referência na incorporação dos negros como cidadãos? Seguramente, não se tratava de pluralidade jornalística. Havia acordos e interesses políticos, econômicos e diplomáticos que justificavam tais procedimentos; a escravidão era um elemento em disputa, mas não o único. Falar da escravidão de “outro” país podia ser uma boa maneira de intervir no seu próprio; do mesmo modo, falar da escravidão de “seu” país podia ser uma estratégia de negociação estrangeira para se alcançar outros objetivos.

As principais fontes utilizadas neste artigo são o *The Anti-Slavery Reporter* (doravante *Reporter*) e o relatório da Conferência Antiescravista de Paris. Para a reconstituição dos interesses envolvidos são utilizadas outras fontes da época, bem como a historiografia que lida com o assunto.

A década antiescravista

Os três grandes sistemas escravistas do Atlântico – Sul dos EUA, Brasil e Cuba – foram desmantelados ou sofreram golpes mortais na década de 1860. Em 1862, em meio à Guerra Civil norte-americana, o presidente Abraham Lincoln assinou um tratado com a Grã-Bretanha para a supressão do tráfico de escravos, que ficou conhecido como Lyons-Seward. Depois de décadas de recusas dos EUA em assinar qualquer tratado que concedesse poderes aos britânicos para realizar buscas em seus navios, este acordo concedeu aos signatários o direito mútuo de busca de escravos em navios suspeitos em alto mar. Embora os historiadores diverjam sobre a efetividade dessa medida, ela ajudou a consolidar o sistema de tratados anti-tráfico organizado pela Grã-Bretanha. Alguns meses depois, em meio ao conflito fratricida, Lincoln emitiu a Proclamação da Emancipação, que extinguiu a escravidão, a partir de 1 de janeiro de 1863, em todo o território da Confederação, e libertou aproximadamente quatro milhões de escravos. Com a destruição do maior sistema escravista do Novo Mundo, as autoridades e os proprietários de escravos cubanos e brasileiros perceberam que os seus sistemas logo teriam o mesmo destino (Eltis, 1987, p. 90 e 219; DRESCHER, 2011, p. 417; MARQUES, 2016, p. 244).

Os cubanos sentiram rapidamente os efeitos do Tratado Lyons-Seward, que permitiu à Grã-Bretanha realizar uma patrulha mais efetiva contra os navios negreiros na costa africana, mas principalmente ao redor de Cuba. Em 1863 e 1864, o tráfico para a ilha reduziu drasticamente, e foi extinto virtualmente em 1867. O fim da escravidão nos EUA também diminuiu o medo espanhol de que Cuba pudesse ser incorporada à União como um novo estado escravista. As propostas de reformas graduais não tardaram a aparecer. Ainda que num primeiro momento os fazendeiros cubanos tenham resistido a qualquer medida emancipacionista, a revolução anticolonialista que eclodiu na ilha em 1868, a revolução

liberal na metrópole e a simpatia dos políticos espanhóis pelo Lincoln emancipador pavimentaram o caminho para a Lei Moret, aprovada em julho de 1870, que garantiu às crianças nascidas de mães escravas, de 1868 em diante, a liberdade a partir dos 18 anos (SCOTT, 1991, p. 51; MONTAUD, 1990, p. 508; SCHMIDT-NOWARA, 2013, p. 142).

No Brasil, no início dos anos 1860, as autoridades acompanhavam apreensivas os desdobramentos internacionais. A “política da escravidão”, montada há quase três décadas pelos saquaremas, sobrevivera à extinção do tráfico imposta pela Grã-Bretanha. Todavia, a velha Albion não parecia disposta a afrouxar sua diretriz antiescravista internacional, e sua diplomacia exigia das autoridades brasileiras uma resposta mais efetiva para a questão dos africanos livres (libertos dos navios negreiros) e dos africanos escravizados ilegalmente depois da lei de 1831. Em última instância, a diplomacia britânica utilizava todos os meios disponíveis para forçar o governo brasileiro a adotar medidas com vistas a antecipar o fim da escravidão. (PARRON, 2011, p. 17; MAMIGONIAN, 2017, p. 360).

Em janeiro de 1863, o então Ministro Plenipotenciário britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, resolveu adotar represálias contra o governo brasileiro pelo não atendimento de alguns pleitos britânicos relativamente sem importância. Nos últimos anos, a historiografia passou a associar a Guerra Civil norte-americana, principalmente a Proclamação da Emancipação de Lincoln, à decisão de Christie punir o governo brasileiro com as represálias. Embora ainda se careça de comprovações empíricas mais robustas que liguem esses episódios, é preciso reconhecer que, no quadro antiescravista internacional, essa argumentação faz sentido (PARRON, 2011, p. 322).

Todavia, talvez seja necessário prestar mais atenção aos planos (oficiais ou inoficiais) de algumas autoridades norte-americanas de transladar para o Brasil a população escrava dos EUA. Na correspondência que Christie enviou para o Foreign Office não é possível identificar nenhuma relação entre as medidas retaliatórias e a Proclamação da Emancipação. Mas, em meados de 1862, confidencialmente, o ministro britânico no Rio de Janeiro enviou ao secretário do Foreign Office uma carta relatando um plano de trazer escravos da União para o Brasil.

Meu Senhor,

O General Webb, ministro norte-americano, tem, sem instruções, exortado veementemente o governo brasileiro a concordar em aceitar todos os escravos úteis da União, que totalizam, segundo esse cálculo, dois milhões, recebendo-os como homens livres, sujeitos a três anos de aprendizado, com a promessa de se lhes conceder terra para cada um deles no final de três anos. Ele também escreveu para seu próprio governo, recomendando este projeto.

O governo brasileiro se recusou a avaliar o projeto, mencionando como um obstáculo insuperável a sua lei de 1831 contra o tráfico de escravos, que proíbe a importação de negros libertos (Christie a Russell [confidencial], 24 de julho de 1862, p. 196-198. *National Archives*, F.O. 84-1180).

A historiografia há muito conhece esses planos de transplantar para o Brasil os escravos norte-americanos. Contudo, a carta de Christie a Russell, assinalada como confidencial, sugere que tais planos incomodaram a diplomacia britânica e ligaram algum sinal de alerta (LUZ, 1968, p. 49; HORNE, 2010, p. 31).

Seja como for, a partir de 1864, com a ascensão dos liberais brasileiros ao poder, começou a ser negociado um “acordo” informal entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Esse acordo, por sua informalidade e pela diversidade de pessoas e instituições envolvidas, é bastante difícil de ser rastreado, explicitado e definido. Em linhas gerais, ele previa que o governo brasileiro encaminharia medidas emancipacionistas de modo a acelerar o fim do escravidão. Por outro lado, o Brasil pleiteava que a Grã-Bretanha revogasse a Lei Aberdeen, diminuísse suas pressões antiescravistas e a ingerência na política interna brasileira. Em

resumo, o que os liberais pediam era um voto de confiança para que tivessem tempo de mostrar que seriam capazes de encaminhar as medidas necessárias ao combate da escravidão.

De certo modo, esse acordo foi paradoxalmente beneficiado pelo rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1863, por ocasião da “Questão Christie”. Como o Brasil fortaleceu-se diplomaticamente graças ao apoio recebido de alguns países europeus que julgaram desproporcionais as represálias britânicas; e como grupos mercantis e financeiros britânicos, receosos de serem afetados economicamente pelo rompimento das relações, passaram a pressionar e criticar o seu próprio governo, os brasileiros perceberam que havia espaço político e diplomático para avançar suas reivindicações, e começaram a associar o restabelecimento das relações diplomáticas à revogação da Lei Aberdeen e à menor ingerência britânica nos negócios domésticos do Brasil (RÉ, 2018, p. 828).

É nesse momento, mais precisamente em meados de 1864, que o governo brasileiro e a BFASS estabelecem um acordo informal, no qual essa instituição atuaria pelo restabelecimento das relações entre os dois países e pela revogação do Bill Aberdeen e o Brasil encaminharia medidas emancipacionistas. Paralelamente, o governo brasileiro também começou a financiar publicações na Grã-Bretanha que difundissem uma imagem mais favorável ao Brasil, condenando o excesso das intervenções antiescravistas na política interna brasileira (*Reporter*, 1 de abril de 1864, p. 89-95; 1 de junho de 1864, p. 135-140; RÉ, 2019, p. 10).

O primeiro lado a dar mostra de que seguiria sua parte no acordo foi o Brasil. Em 24 de setembro de 1864, por meio do decreto 3.310, o governo de Francisco José Furtado concedia a emancipação “a todos os africanos livres existentes no Império”, atendendo assim a uma das principais reivindicações da Grã-Bretanha. A BFASS, por sua vez, iniciou uma forte campanha nas duas casas parlamentares britânicas pela revogação da Lei Aberdeen e pelo restabelecimento das relações diplomáticas, e repercutiu cada um desses passos em seu periódico. O governo britânico entendeu o sinal, abrandou sua pressão antiescravista sobre o Brasil e, em 1865, tomou a iniciativa para o restabelecimento das relações entre os dois países.

Em linhas gerais, esse era o contexto de meados dos anos 1860. Naquele momento, a Guerra do Paraguai ainda havia produzido pouco efeito sobre a maneira como os norte-americanos e europeus compreendiam a situação brasileira. A rigor, até 1867, ano em que são publicadas as cartas de Redpath e ocorre a Conferência Antiescravista de Paris, as medidas para a libertação dos escravos brasileiros que se alistassem no exército foram instrumentalizadas como uma prova de que a escravidão era tão somente mais um elemento da sociedade brasileira, que poderia existir e prosperar tranquilamente sem ela.

Redpath e as cartas sobre a escravidão brasileira

James Redpath nasceu na Escócia e emigrou para os EUA em 1849, onde logo se tornou repórter do *New York Tribune*. Em meados da década de 1850, ele empreendeu três viagens secretas pelo Sul com o propósito de levantar depoimentos de escravos, que foram publicados em jornais abolicionistas. A compilação desse material foi posteriormente lançada em livro. No final dessa mesma década, Redpath estabeleceu contato com John Brown, o abolicionista radical da Virgínia, que o incentivou a se mudar para Boston e recrutar apoio para a insurreição escrava. Depois da derrota de Brown na revolta em Harper’s Ferry e sua subsequente execução, Redpath dedicou-lhe uma biografia. O repórter também visitou o Haiti e militou pelo restabelecimento das relações desse país com os EUA. Durante a Guerra Civil, ele trabalhou como correspondente na fronteira de guerra, e depois do encerramento do conflito, foi designado como superintendente de escolas públicas na Carolina do Sul (MCKIVIGAN, 2008, p. ix; REDPATH, 1859; REDPATH, 1860; REDPATH, 1861; REDPATH, 1863).

Esse rápido perfil biográfico indica que Redpath era um abolicionista tarimbado, com vasto conhecimento do assunto e consideráveis relações políticas. Obviamente, ele acompanhou de perto os desdobramentos que se seguiram à Guerra Civil, em especial a

disputa política dos negros pela conquista de direitos e a mais propalada que verdadeira grande migração de fazendeiros sulistas para o Brasil. Ele também transitava pelo grupo de Garrison.

Desde os anos 1830 os abolicionistas norte-americanos prestavam atenção na escravidão e nas relações raciais brasileiras descritas nos relatos de viagens e em outros materiais. Eles utilizavam esses textos como uma prova da severidade da escravidão sulista em contraposição à suposta suavidade da escravidão do império sul-americano. Do mesmo modo, tomavam como modelo de igualdade racial a ser alcançada pelos EUA as relações entre brancos, negros e mestiços brasileiros, que supostamente não impediriam que o homem de cor conquistasse qualquer posição social desde que tivesse méritos. Tratava-se, é claro, de uma leitura instrumentalizada da escravidão e das relações raciais brasileiras, cujo propósito principal era utilizá-la como modelo alternativo ao praticado naquele país e reivindicar melhorias na condição dos escravos e negros livres (CHILD, 1833, p. 8 e p. 26; AZEVEDO, 2003, p. 77).

Essa visão, entretanto, parece ter começado a ser um pouco matizada já na década de 1850, quando, diante dos projetos para transladar os negros norte-americanos para o Brasil ou de construir um império escravista que se estendesse do Sul dos EUA até a América do Sul, os abolicionistas norte-americanos expressaram o temor do surgimento de um gigante cinturão escravista continental, politicamente unificado (JOHNSON, 2013, p. 299-302; HORNE, 2010, p. 12-21).

Mas foi depois do término da Guerra Civil que os abolicionistas norte-americanos começaram decididamente a rever a compreensão que tinham da escravidão e das relações raciais no Império do Brasil. É difícil apurar tudo o que estava em questão naquele momento e a dimensão de cada fator, mas, seguramente, a ascensão e difusão das teorias científicas sobre a inferioridade racial dos negros e a degenerescência dos mestiços colocaram os abolicionistas em alerta. Cientistas racialistas como Samuel George Morton, Josiah Nott e Louis Agassiz tinham um público cativo (FREDRICKSON, 1971, p. 43-70; MACHADO, 2010, p. 62). Também chegavam do outro lado do Atlântico notícias sobre o descontentamento dos britânicos com os negros das Índias Ocidentais, especialmente os da Jamaica, a partir do momento em que irrompeu a rebelião de Morant Bay, em 1865. Ainda que sem poder abordar detidamente esse assunto, o que se pode dizer é que essa rebelião fez com que uma parte dos britânicos passasse a acreditar que os negros precisavam ser coagidos ao trabalho, retomando todo um debate iniciado nos anos 1850 entre Thomas Carlyle e John Stuart Mill (HUZZEY, 2012, p. 1856-186; BLABKBURN, 2013, p. 436-440; LEVY, 2002, p. 195-204).

Certo também é que entre os abolicionistas se difundiu o medo de que os sulistas emigrados para o Brasil um dia pudessem retornar ainda mais fortes aos EUA para reinstalar a escravidão. Em 1865, o *New York Times* ajudou a divulgar esse temor um tanto fantasioso, alegando que os sulistas deveriam voltar “comandando uma potência contra Roma”. Havia ainda o medo de que o Brasil pudesse, com a ajuda dos emigrados sulistas, concorrer com o algodão dos EUA: “O Brasil, na mente dessas pessoas, tornar-se-ia não apenas um império escravocrata, desafiando os Estados Unidos na vital esfera econômica, mas também – e o que seria talvez mais perigoso a longo prazo – uma base ‘contrária’, de oposição, feita sob encomenda para confederados irreductíveis” (HORNE, 2010, p. 299-300).

Se antes da Guerra Civil os abolicionistas norte-americanos destacaram os aspectos menos severos da escravidão brasileira e os fatores que julgaram mais promissores para o desenvolvimento e a inserção social do negro, depois do conflito as preocupações se alteraram e chegara o momento de sublinhar as perversidades dessa instituição. As cartas de James Redpath devem, portanto, ser compreendidas como uma resposta a essa nova situação.

A estratégia expositiva de Redpath, conforme ele próprio reconheceu, era bastante simples. Tal como os abolicionistas anteriores, ele utilizou as narrativas de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil, mas antes de destacar a suposta suavidade da escravidão brasileira e as pretensas facilidades encontradas pelos negros e mestiços para

serem incorporados à sociedade, ele salientou os infortúnios, os casos de violência, os desamparos da lei e a selvageria dos proprietários de escravos que apareceram esporadicamente nesses relatos. Na verdade, ele praticamente fez uma leitura a contrapelo das narrativas dos viajantes. Ainda que os autores destas narrativas estivessem descrevendo os aspectos considerados favoráveis ao escravo ou negro livre no Brasil, Redpath se preocupou em destacar os episódios em que a violência da escravidão conseguia prevalecer ou burlar o suposto convívio harmônico.

Em geral, suas cartas não apresentam uma argumentação linear, na qual podem ser identificados um assunto principal e sua conseqüente fundamentação. Elas são intensamente entremeadas com citações, cujos assuntos variam ao sabor daquilo que o autor julga conveniente destacar. Essa feição fragmentária era uma característica própria de algumas publicações antiescravistas, que visavam antes de tudo a comover o leitor. Por isso, torna-se improdutivo tentar resumir tais cartas. A melhor alternativa é empreender uma análise dos propósitos dessas cartas e sua relação com o momento histórico e as questões que aparentemente motivaram o autor a escrevê-las.

Redpath abre sua primeira carta perguntando “por quanto tempo a escravidão ainda pode durar no Novo Mundo?”, e adianta que a opinião ilustrada nos EUA acredita que ela será extinta em menos de doze anos. A seguir, ele explica que também há uma opinião generalizada de que a escravidão no Brasil é mais suave do que nos estados sulistas. Todavia, assegura que com uma pequena reflexão essa “crença” se dissolverá e parará de ser difundida (*Reporter*, 1 de junho de 1867, p. 121).

Depois, o autor lança mão de um argumento *ad hoc*, ou seja, formulado a partir do próprio fato que pretendia explicar. Segundo Redpath, como há “tendências inerentes à escravidão” em todos os tempos, lugares e raças de homens, se a escravidão brasileira era, de fato, escravidão – isto é, se ela concedia ao “senhor o poder absoluto sobre o escravo negro” – “então a natureza brasileira não seria natureza humana se a posse de alguns milhões de escravos não produzisse uma abundante profusão de crueldades, sofrimentos e crimes” (*Reporter*, 1 de junho de 1867, p. 121).

Contraditoriamente ao seu propósito de acabar com a “crença” de que a escravidão brasileira era mais suave que a do Sul dos EUA, Redpath passa a levantar hipóteses sobre os fatores que contribuiriam para essa maior suavidade. Ele então aponta a relação da escravidão brasileira com a população, a raça e o território. Um país cuja população possui grande proporção de escravos “pode criar uma tendência [...] a fazer com que o senhor tenha medo de exercer sua terrível autoridade de maneira cruel”; ele também reconhece de imediato que a população brasileira é mestiça e, portanto, “livre dos preconceitos da cor”; por último, o “poder despótico” do senhor é diminuído num país que apresenta “oportunidades fáceis e frequentes de fuga”. Como se percebe, Redpath acabou por admitir que a escravidão brasileira era mais suave, mas essa característica se devia a outros fatores, não à benignidade das leis ou dos proprietários brasileiros. Da mesma forma, ele reconheceu que a situação das pessoas de cor no Brasil era “particularmente preferível à dos EUA. Contudo, isso é uma questão, não de leis, mas de raça” (*Reporter*, 1 de junho de 1867, p. 121-123).

Enfim, quando Redpath saiu dos exemplos de violência extraídos das narrativas de viagem, suas explicações apresentaram uma série de contradições. Mas isso não é importante. O que é preciso reter são seus propósitos. E o principal deles era sustentar que a escravidão brasileira “não pode ser considerada mais humana do que o sistema que foi exterminado em nosso próprio país” (*Reporter*, 1 de fevereiro de 1868, p. 28).

Outra preocupação de Redpath era combater a noção de que o Brasil possuía leis mais favoráveis aos escravos do que os estados sulistas. Essa crítica tinha endereço preciso. Ela visava combater principalmente a obra de David Child, que, no início dos anos 1830, foi um dos principais responsáveis pela difusão dessa noção. Ao contrário de Child, Redpath discordava que leis benéficas ao escravo pudessem ser observadas num sistema escravista. O poder absoluto dos senhores possibilitava que eles burlassem qualquer lei (CHILD, 1833, p. 26; *Reporter*, 15 de julho de 1867, p. 162).

Em sua última carta, Redpath se preocupou em criticar o governo brasileiro por difundir informações equivocadas sobre o bom tratamento dos escravos. Ele também utilizou informação de Christie para mostrar que praticamente inexistiam esforços no Brasil para melhorar a sorte dos escravos ou encaminhar a emancipação. Ao final da carta, porém, Redpath anexou o depoimento de um “cavalheiro” identificado com o Brasil, que contradizia praticamente tudo aquilo que havia sido exposto em suas cartas anteriores e asseverava que o governo central imperial e os amigos do antiescravismo estavam se movendo para interferir na escravidão (*Reporter*, 1 de fevereiro de 1868, p. 30).

Em suma, o arrazoado de Redpath tinha explicitamente dois objetivos: acabar com a crença de que a escravidão brasileira era suave e mostrar que as relações raciais não eram tão favoráveis ao negro, conforme acreditavam os abolicionistas norte-americanos. Implicitamente, Redpath criticava a escravidão brasileira, negando que leis por ventura favoráveis aos escravos pudessem ser plenamente respeitadas num sistema escravista; por último, sua principal preocupação era combater a imigração de sulistas para o Brasil, por meio da difusão da noção de que a escravidão brasileira se assentava sobre outras bases, que impediriam a organização de uma forma de vida semelhante à que existira no Sul dos EUA. No fundo, seu temor era de que o Brasil passasse a representar uma grande ameaça ao mundo pós-emancipação (*Reporter*, 1 de fevereiro de 1868, p. 30).

As cartas de Redpath devem, portanto, ser compreendidas como resposta a uma nova situação, que se abriu com o fim da Guerra Civil e a imigração de sulistas para o Império brasileiro. Não é exagero afirmar que, ao escrever sobre a escravidão e a situação do negro no Brasil, Redpath estava mais interessado no que se passava nos EUA do que naquilo que ocorria propriamente no império sul-americano. Suas cartas tinham o objetivo de influenciar a opinião norte-americana, principalmente os sulistas que desejavam emigrar, evitando que houvesse uma transferência em massa de proprietários e que eles pudessem recriar no Brasil seus estilos de vida (SKIDMORE II, 2017, p. 13).

Já a republicação das cartas no *Reporter*, em Londres, foi inicialmente apenas mais um ato de troca e difusão de textos. A BFASS, desde sua fundação, adotou como estratégia coletar e difundir informações antiescravistas que lhe eram enviadas por correspondentes estrangeiros ou por entidades filiadas. Quando o *Reporter* começou a republicar as cartas de Redpath, ainda não se conhecia o teor completo delas. Todavia, à medida que elas foram sendo estampadas, o Comitê da BFASS, na impossibilidade e deselegância de impedir a continuidade, se viu na obrigação de alertar seus leitores para aquilo que julgava exagerado nesse material. E, mais impressionante, especialmente quando se considera a importância internacional desta entidade, seu Comitê afirmou com todas as letras, numa espécie de advertência à penúltima carta, que acreditava na existência de uma forma suave de escravidão no Brasil.

Nós as reproduzimos [as cartas] porque achamos que elas são altamente interessantes e lançam muita luz, a partir de várias fontes, sobre o verdadeiro caráter da “instituição”, num país onde tem sido frequentemente alegado que ela existe numa forma suave, como acreditamos, e com certa justificativa. Não acreditamos, entretanto, que a escravidão possa existir em qualquer país, nem em qualquer forma, sem gerar crueldade. Um abuso em si mesma, ela inevitavelmente deve engendrar abusos de todos os tipos. Todavia, quando vemos que, no Brasil, os homens mantidos como escravos não são em consequência disto e, quando livres, impedidos de ocupar cargos honrosos, e que o preconceito contra a cor, como uma simples questão de cor, não existe, somos obrigados a admitir certa modificação das circunstâncias em torno da escravidão no Brasil, que exigem reconhecimento (*Reporter*, 1 de janeiro de 1868, p. 3).

Embora a BFASS estivesse preocupada com a situação dos negros emancipados dos EUA, seu Comitê julgou que aquele não era o momento de criticar a escravidão brasileira nos termos propostos por Redpath. Os interesses e planos dos abolicionistas britânicos eram outros.

A Conferência Antiescravista de Paris

Em 1865, o *Reporter* divulgou a criação de duas novas entidades antiescravistas europeias: a Sociedad Abolicionista Española e o Comité Français d'Emancipation. Dois anos depois, aproveitando a "Grande Exposição de Paris", as três entidades decidiram organizar conjuntamente uma conferência antiescravista internacional na mesma cidade. O Programa da Conferência previa a discussão de três assuntos: o tráfico de escravos, a escravidão e os resultados da emancipação. O *Reporter* mencionou que o Brasil seria abordado especificamente nos dois primeiros itens. O então secretário da BFASS, Louis A. Chamerovzow, remeteu cartas para brasileiros, com o Programa da Conferência e a Convocatória para o envio de artigos, na expectativa de que "alguns notáveis" pudessem comparecer ao evento (*Reporter*, 2 de janeiro de 1865, p. 3; 1 de julho de 1865, p. 150; 15 de fevereiro de 1867, p. 32-35).¹³⁵

Essa conferência é um episódio privilegiado para se perceber a miríade de interesses antiescravistas e a relação entre os abolicionistas das Américas e da Europa, formando aquilo que aqui está sendo chamado de "circuito antiescravista atlântico". Ela também permite perceber que as propostas emancipacionistas em debate no Brasil naquela época estavam igualmente sendo submetidas ao crivo da opinião pública internacional, com o objetivo tanto de selecionar aquilo que seria bem recebido pelos abolicionistas de outros países quanto de conquistar legitimidade para tais propostas.

A conferência ocorreu em 26 e 27 de agosto de 1867, dois meses depois da data prevista originalmente. Após uma rápida abertura do Presidente Edouard de Laboulaye, o então secretário francês da Conferência, Augustin Cochin, dedicou bastante atenção à escravidão brasileira, mas sua fala foi uma glosa de elementos apresentados em dois artigos dedicados exclusivamente ao Brasil. Os dois textos tinham a autoria de Ch. Quentin e do Major Taunay (*Special Report...*, s.d., p. 6).

Antes de abordar esses dois textos é necessário fazer uma ressalva. Sem fugir aos padrões dos eventos antiescravistas internacionais, a conferência de Paris contou com alas divergentes: uma foi representada pelas três instituições organizadoras do evento; a outra

¹³⁵ Chamerovzow a Tavares Bastos, 22 de janeiro de 1867. Gaveta I-03, 31, 050. Documento 53. Divisão de Manuscritos. Biblioteca Nacional; Chamerovzow para destinatário desconhecido. Gaveta I-03, 31, 049. Documento 52. Divisão de Manuscritos. Biblioteca Nacional.

por um grupo de abolicionistas radicais, comandados pelo anarquista Elisée Reclus.¹³⁶ É temerário classificar os abolicionistas por sua “radicalidade”, pois a BFASS em muitos momentos de sua história também foi taxada de radical, e seus membros foram chamados inclusive de idealistas irresponsáveis (TURLEY, 2013, p. 88-90). Talvez, para tentar ser mais preciso, se possa dizer que um grupo de abolicionistas presente na conferência quis emitir uma condenação mais severa à escravidão brasileira (e conseguiu seu intento); e outro grupo, representado pelas entidades organizadoras, preferiu emitir um documento mais diplomático.

A “contra-resolução” dos abolicionistas “radicais” acabou sendo publicada no relatório final da conferência. Ela fazia uma condenação explícita ao Brasil, onde quase todas as atividades estariam fundadas na escravidão. Da mesma maneira, condenava os EUA, cujas leis ainda estavam baseadas na escravidão e impediam o casamento entre pessoas de raças e cores diferentes. Por último, ela exaltava alguns abolicionistas radicais que tombaram na luta antiescravista. Impossível saber, no entanto, porque nenhuma palavra foi dita sobre a escravidão em Cuba (*Special Report*, s.d., p. 14).

O que, provavelmente, o grupo de abolicionistas “radicais” não sabia era que a suposta amenidade da crítica das entidades abolicionistas à escravidão e ao governo brasileiro decorria de um acordo estabelecido alguns anos antes entre agentes do governo brasileiro e o Comitê da BFASS, com vistas a facilitar o encaminhamento de medidas emancipacionistas no Brasil. Não se deve, portanto, ver nessa aparente condescendência das entidades antiescravistas europeias com o Brasil – em especial a da BFASS – qualquer proteção diferencial.¹³⁷ Ao contrário, desde sua fundação, a BFASS sempre sustentou uma postura extremamente crítica em relação à escravidão brasileira. Todavia, de 1864 até aproximadamente 1869-70, essa postura foi calculadamente abrandada, na expectativa de que o governo brasileiro adotasse as medidas emancipacionistas com as quais havia se comprometido (RÉ, 2019, p. 31-32).

Conforme adiantado acima, os dois textos sobre o Brasil apresentados na conferência eram de autoria de Charles Quentin e do Major Taunay. É impossível saber o que motivou os dois autores a enviar seus trabalhos para a conferência, mas,

¹³⁶ Reclus foi refugiado político em Londres no início da década de 1850, depois mudou-se para uma *plantation* na Louisiana, fatos que podem ter contribuído para seu forte posicionamento contra a escravidão (FLEMING, 1979, p. 45).

¹³⁷ A historiadora Celia M. M. de Azevedo, ao analisar a “contra-resolução” dos abolicionistas “radicais”, afirma que “as pressões abolicionistas internacionais contra a escravidão brasileira eram bem mais suaves e menos radicais do que aquelas dirigidas anteriormente à escravidão do sul americano” (AZEVEDO, 2003, p. 65). Essa apreciação não se aplica à BFASS nem mesmo naquele momento. Ainda que os textos da BFASS sobre a escravidão brasileira possam ser vistos como menos incisivos, eles cumpriam um determinado papel no acordo entre agentes brasileiros e essa instituição. Um claro exemplo do posicionamento severo da BFASS contra o governo brasileiro, por sua postura tímida no combate à escravidão, já pode ser visto no final dos anos 1860, quando a BFASS tomou conhecimento dos termos do projeto que viria a se tornar a Lei do Ventre-Livre (*Reporter*, 1 de julho de 1869, p. 242; 30 de setembro de 1870, p. 66; 31 de dezembro de 1871, p. 212).

provavelmente, se tratava de escritores dispostos a alugar sua pena. Também não é infundado supor que Quentin estava representando os pontos de vista do Partido Liberal, e Taunay, do Partido Conservador.

Quentin havia morado no Brasil, e foi professor durante seis anos no Rio de Janeiro, como ele próprio esclareceu em seu artigo. O arquivo de Tavares Bastos possui uma cópia, em francês, do trabalho que Quentin enviou à Conferência. Essa carta, entretanto, foi enviada ao liberal por Chamerovzow, o secretário da BFASS, o que demonstra que havia uma relação de proximidade entre os três, que exigia a prestação de alguma satisfação dos passos que estavam sendo tomados. Além disso, um levantamento nos arquivos diplomáticos do Itamarati constatou que Quentin recebeu subsídios do governo brasileiro, justamente na década de 1860, para escrever textos favoráveis ao Brasil – dinheiro que lhe era entregue diretamente pela Legação de Londres. Em 1865, por exemplo, ele lançou um opúsculo bastante severo e calunioso sobre o Paraguai, que logo foi traduzido e publicado no Rio de Janeiro – fatos que colocam em suspeição a honestidade da obra. Em 1867, também por intermédio da Legação de Londres, Quentin foi indicado para presidir a seção brasileira da Exposição Universal de Paris. Esses dados mostram uma inequívoca relação de proximidade entre Quentin e o Partido Liberal brasileiro (*Special Report*, s.d., 117-118; ZENHA, 2003, p. 434; *Jornal do Commercio*, 31 de outubro de 1867, p. 1; 8 de outubro de 1868, p. 3).¹³⁸

O texto que Quentin entregou à conferência se intitulava: “O aspecto atual e as perspectivas futuras da questão da Escravidão no Brasil”. Depois de mencionar brevemente que o tráfico de escravos desapareceu principalmente, senão exclusivamente, pelos esforços do governo, amparado pela opinião pública, Quentin foi bastante enfático: “o que queremos é a abolição e não a mitigação da escravidão”. Obviamente, depois de ganhar a simpatia dos leitores, o autor foi mais generoso com os escravistas brasileiros: “sem dúvida, é um prazer pensar que as crueldades que fizeram com que os fazendeiros das Antilhas e dos EUA fossem tão tristemente celebrados nunca tenham sido praticadas no Brasil”. Ele ainda acrescentou que “no Brasil, a escravidão não é uma instituição, um sistema, um dogma”. Ao fazer essa distinção, a estratégia de Quentin consistia em defender que a escravidão brasileira era uma herança portuguesa, apenas tolerada, mas unanimemente condenada. Até mesmo os proprietários de escravos eram “partidários da emancipação”, mas não concordavam que ela fosse realizada à suas custas: “a opinião pública exige um método que não represente a ruína dos indivíduos nem a ruína do país” (*Special Report*, s.d., p. 115-116).

¹³⁸ Ch. Quentin a Chamerovzow, Paris, 30 de agosto de 1867. Gaveta I-03, 32, 016. Documento 16. Divisão de Manuscritos. Biblioteca Nacional. A data da carta é posterior à realização da Conferência, fato impossível de ser explicado.

Em relação ao governo brasileiro, as iniciativas também eram bastante claras: “a disposição do governo pode ser atestada pelo encaminhamento ao Conselho de Estado de um esquema legislativo para a abolição da escravidão”. Quentin ainda insistiu que a iniciativa das medidas era responsabilidade do governo, que deveria se adiantar às iniciativas individuais de alguns parlamentares (*Special Report*, s.d., p. 116-117). Esse era um ponto que vinha sendo incisivamente repisado no Brasil e no exterior. Embora qualquer parlamentar tivesse legitimidade para apresentar medidas com o objetivo de melhorar a sorte do escravo, somente o governo disporia de condições de elaborar um plano que contemplasse todos os problemas envolvidos nessa questão delicada. Essa estratégia já pode ser observada em 1865, num opúsculo publicado em Londres pelo correspondente do *Jornal do Commercio*, William Henry Clark ([CLARK], 1865, p. 26). Em 1867, Zacarias de Góis, o então presidente do Gabinete, se expressou quase nos mesmos termos: “O governo entendeu, pois, que devia prevenir a iniciativa individual, declarando às câmaras, ao país e ao mundo que trata deste objeto” (*Anais da Câmara dos Deputados*, 7 de junho de 1867, p. 66).

Na parte final de seu artigo, Quentin passou a examinar como “a emancipação será efetivada no Brasil”. É impossível não se impressionar com a convicção com que ele expõe a maneira pela qual esse evento ocorrerá. É como se o futuro não estivesse mais em disputa; tudo já parecia previamente concertado, recaindo a divergência apenas sobre questões relativamente secundárias: “todos – inclusive os mais devotados partidários da abolição – rejeitam a emancipação imediata e rápida sem transição”. Na sequência, ele acrescentaria: e sem indenização (*Special Report*, s.d., p. 118).

A questão da indenização aos proprietários é admitida por quase todos os homens no Brasil; sua posse legal foi reconhecida em todos os lugares nas colônias francesas e inglesas; e se, nos Estados Unidos, os proprietários foram despossuídos sem indenização, foi porque sua rebelião os colocou, por assim dizer, na ilegalidade. Lincoln, um ano após o começo da guerra, admitiu o direito dos proprietários a uma indenização (*Special Report*, s.d., p. 118).

O único problema consistia em definir como se daria essa indenização, se “em dinheiro ou em serviços a serem pagos pelos libertos”. Segundo Quentin, só com muita dificuldade o Brasil conseguiria indenizar a desapropriação de quase 1.500.000 escravos; a melhor solução seria a “indenização do proprietário por meio do serviço dos libertos”. O período pelo qual o liberto serviria ao seu senhor teria ainda a “vantagem de misturar mais intimamente os dois elementos”, e, para isso, contribuiria a ausência de “qualquer preconceito racial” no Brasil, onde “todos os homens livres são iguais; e essa igualdade não é apenas jurídica, ela é também de costume; é da prática diária. O liberto entra plenamente na vida política, civil e social” (*Special Report*, s.d., p. 118).

Já o texto do Major Taunay, intitulado “Sobre a escravidão e o tráfico de escravos no Brasil”, era ainda mais conservador.¹³⁹ De início, ele observou “que não era sua intenção antecipar eventos em relação à emancipação da escravidão no Brasil”, mas reconheceu que os seus dias estavam contados. Para ele, a escravidão nunca “constituiu uma parte da família ou do sistema social, mas se exibiu como o lado negativo de ambos e a sua maldição”. Embora os brasileiros a considerassem como um direito, o autor não tinha dúvidas de que abririam mão dela assim que a autoridade lhes ordenasse – tal como ocorreu com o tráfico (*Special Report*, s.d., p. 118-119).

Mas Taunay se pergunta se os proprietários não deveriam ser indenizados e se a abolição não destruiria a produção brasileira. De maneira muito próxima ao texto de Quentin, Taunay propôs que os próprios escravos indenizassem seus proprietários em forma de trabalho não-remunerado, e que o governo observasse uma “justiça rigorosa” –

¹³⁹ Tratava-se, provavelmente, do major Carlos Augusto Taunay (1791-1867).

obviamente, a preocupação aqui era com o suposto direito dos fazendeiros.¹⁴⁰ Em relação à segunda questão, a estratégia do autor foi mostrar que a população escrava, desde o censo de 1818, estava diminuindo ao mesmo tempo que aumentava a produção. Portanto, nada indicava que a abolição pudesse abalá-la; além disso, o aumento da população livre e as melhorias nos transportes, principalmente com a construção das ferrovias, afastavam qualquer temor de uma queda da produção brasileira. Grande parte de seu artigo é dedicada à apresentação de dados sobre a população e a produção, como se pretendesse afastar qualquer temor dos investidores estrangeiros, tanto que chegou a dizer claramente que se a abolição viesse a ocorrer, os bancos internacionais abririam seus cofres ao Brasil (*Special Report*, s.d., p. 119-121).

Taunay também sugeriu que não havia nenhuma “boa razão para acreditar que os escravos de hoje deixariam de trabalhar e produzir se fossem libertados amanhã”. Ao contrário, a naturalização, como cidadãos, dos negros e das pessoas de cor livres, diferentemente do que ocorria em qualquer outro país, era facilitada no Brasil. Aqui o autor voltou a enfatizar um “lugar-comum” nos textos dos brasileiros ou de agentes patrocinados pelo governo brasileiro: a facilidade com que escravos e ex-escravos eram incorporados ao grêmio social, sem distinção racial. Naquele contexto, essa estratégia era uma clara tentativa de distinguir, de um lado, o Brasil, e, de outro, os EUA e a Jamaica. O drama da eliminação da escravidão, que havia começado no final da Idade Média, produzira episódios recentes e terríveis nesses dois países, que indicavam a insuficiência de apenas se substituir o trabalho escravo pelo livre: era necessário incorporar esse liberto como um igual e, nesse aspecto, o Brasil estava bem adiantado (*Special Report*, s.d., p. 121 e 118).

Conclusão

Um abolicionista dos EUA escreve cartas sobre a severidade da escravidão e das relações raciais no Brasil. Sua principal preocupação não é combatê-las, mas sim mudar a compreensão dos abolicionistas norte-americanos sobre elas. Em última instância, seu objetivo era desencorajar a imigração de fazendeiros sulistas para o Brasil e combater a possibilidade de que um dia eles retornassem ainda mais fortes aos EUA e reinstalassem o sistema escravista.

Essas cartas, por descuido, começaram a ser republicadas no *Reporter*, em Londres, mas foram desautorizadas tão logo o Comitê da BFASS se deu conta de que elas contrariavam sua diretriz antiescravista em relação ao Brasil. Essa entidade havia estabelecido um acordo com o governo brasileiro: ela militaria pelo restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha e pela revogação da Lei Aberdeen. Em contrapartida, o governo brasileiro se esforçaria para adotar medidas emancipacionistas. Esse acordo obrigou a BFASS a moderar sua crítica à escravidão brasileira entre os anos de 1864 a 1870, na expectativa de que a diretriz antiescravista do Estado britânico também refreasse sua pressão sobre o governo brasileiro. Sem a pressão britânica, os liberais brasileiros recém chegados ao poder poderiam convencer mais facilmente a opinião pública de que aquele era o momento de adotar as reformas. Mas essas reformas deveriam ser dosadas e implantadas sempre de acordo com as peculiaridades brasileiras.

A Conferência Antiescravista de Paris é outro evento praticamente perfeito para se ilustrar a diversidade de interesses e de propósitos por trás dos posicionamentos abolicionistas. De imediato, há divergências a respeito da resolução final do evento. Um grupo encabeçado pelas entidades organizadoras prefere adotar um tom mais diplomático e menos agressivo, ao passo que outro grupo prefere ser mais incisivo em sua condenação dos países escravistas. Todavia, esse último grupo se esquivou de fazer qualquer menção a Cuba.

¹⁴⁰ Neste momento, o editor do relatório da conferência, Louis A. Chamerovzow, lançou duas notas de rodapé, desautorizando qualquer associação entre o texto de Taunay e as resoluções da conferência (*Special Report*, s.d., p. 119).

Nos dois artigos específicos sobre o Brasil, percebe-se outra disputa entre os dois grandes partidos políticos brasileiros. Aparentemente, o artigo do Major Taunay apresentava um alinhamento com as posições do Partido Conservador brasileiro, reconhecia que o fim da escravidão estava próximo, mas se abstinha de comentá-lo. Os acontecimentos deveriam ser comandados pela “opinião pública”. Taunay ainda pedia que houvesse uma “justiça rigorosa”, ou seja, que os fazendeiros fossem indenizados pela perda de seu patrimônio.¹⁴¹ Chamerovzow, o secretário da BFASS e editor do relatório da conferência, ficou tão irritado com essa postura que até a criticou de maneira inusitada em notas de rodapé.

Já o artigo de Charles Quentin parecia expressar, em linhas gerais, as posições do Partido Liberal. Defendia claramente o fim da escravidão e reconhecia que as dificuldades estavam apenas nas opiniões divergentes sobre a melhor maneira de proceder.¹⁴² Ele também reconhecia que os proprietários precisavam ser indenizados pela perda de suas propriedades e, tal como Taunay, julgava que a melhor maneira de selar essa operação era libertar os escravos, mas mantê-los sob a tutela do senhor por alguns anos.

O ponto de convergência entre os dois artigos, mas de divergência com as cartas de James Redpath, era a maneira como eles julgavam peculiar e benéfica a incorporação, como cidadãos, dos negros livres ou libertos à sociedade brasileira. A historiografia já mostrou que essa estratégia foi uma decisão política tomada antes mesmo da Independência, e pode ser identificada já nas Cortes de Lisboa. A suposta facilidade com que as pessoas de cor livres se inseriam socialmente e eram reconhecidas como cidadãos perpassou incólume toda a primeira metade do século XIX e foi muito habilmente utilizada por políticos e ideólogos brasileiros ou simpáticos ao Brasil (MARQUESE e BERBEL, 2007, p. 415).

Todavia, no final da década de 1860, quem defendia essa posição estava entrando num terreno diferente. Se nas primeiras décadas do século XIX, a defesa ou recusa da concessão da cidadania aos negros e mestiços era uma disputa eminentemente política, depois da Guerra Civil norte-americana e da rebelião de Morant Bay essas posições tinham que dialogar também com as teorias racialistas. Na década de 1860, quando os agentes brasileiros na Europa defendiam a suposta facilidade de incorporação social das pessoas de cor no Brasil, eles estavam na verdade dizendo que, diferentemente dos EUA ou das Índias Ocidentais, onde haveria uma repulsa à concessão de direitos aos negros, no império sul-americano a situação era diferente. A Grã-Bretanha poderia estar certa de que o governo brasileiro encaminharia as medidas emancipacionistas e os financiadores britânicos, tanto da dívida brasileira quanto das ferrovias, podiam ficar sossegados, pois a emancipação não significaria a ruína da economia do império, nem produziria qualquer episódio palidamente semelhante à Guerra Civil norte-americana.

Por último, a principal intenção deste artigo foi mostrar a existência de um circuito antiescravista atlântico, em que havia uma forte comunicação entre abolicionistas das Américas e da Europa. Mas tão importante quanto o reconhecimento deste circuito é a distinção dos interesses que norteavam as ações dos abolicionistas, a maneira como se

¹⁴¹ Havia divergências entre os conservadores sobre o encaminhamento das medidas emancipacionistas. Alguns deles, como o relator do Projeto apresentado ao Conselho de Estado, Pimenta Bueno, eram favoráveis a elas. Outros, como Abaeté, Itaboraí, Eusébio de Queirós e o próprio Paranhos (que comandaria o governo em 1871, no momento de aprovação dessas medidas) pareciam querer postergá-las indefinidamente. De todo modo, o que se percebe é que havia uma posição majoritária entre os principais líderes conservadores contra o envolvimento do governo na questão escravista. Ver, por exemplo, o Parecer do Conselho de Estado Pleno, Acta de 2 de abril de 1867, em *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868, p. 19 e segs.

¹⁴² Novamente, tal como se pode observar entre os conservadores, não havia consenso no Partido Liberal sobre a viabilidade e a oportunidade do encaminhamento das medidas emancipacionistas. O Marquês de Olinda, por exemplo, era terminantemente contrário a elas. Por outro lado, alguns epígonos deste partido, como Nabuco de Araújo, Souza Franco e Zacarias Góis eram favoráveis à adoção de medidas antiescravistas depois do término da Guerra do Paraguai. Jequitinhonha defendia a adoção imediata. De todo modo, o que se pode afirmar com alguma segurança é que havia uma posição majoritária entre os liberais favorável à implantação destas medidas tão logo houvesse oportunidade. Ver *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, p. 19 e segs.

articulavam política e ideologicamente, as inúmeras posturas divergentes e a defesa de posições em que o combate da escravidão, embora sempre estivesse no horizonte, não necessariamente estava desvinculado de outras causas, que podiam tomar a precedência.

Referências bibliográficas

Fontes

Anais da Câmara dos Deputados

Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos

Jornal do Commercio

National Archives, Serie F.O. 84

The Anti-Slavery Reporter

Outros materiais

CHILD, David L. *The despotism of freedom; or the tyranny and cruelty of American Republican slave-masters, shown to be the worst in the world; in a speech, delivered at the first anniversary of the New England Anti-Slavery Society, 1833*. Boston: The Boston Young Men's Anti-Slavery Association, for the Diffusion of Truth, 1833.

[CLARK, William Henry]. *The relations of the British and Brazilian governments*. London: Chapman and Hall, 1865.

REDPATH, James. *A guide to Hayti*. New York: G. Woolworth Colton, 1861.

REDPATH, James. *The public life of Capt. John Brown*. Boston: Thayer and Eldridge, 1860.

REDPATH, James. *The roving editor: or, talks with slaves in the Southern States*. New York: A. B. Burdick, 1859.

REDPATH, James. *Toussaint L'Ouverture. A biography and autobiography*. Boston: James Redpath, publisher, 1863.

Special report of the Anti-Slavery Conference, held in Paris, in the Salle Hers, on the twenty-sixth and twenty-seventh August, 1867. London: Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, s.d.

Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

Historiografia

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo*. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003

BLACKBURN, Robin. *The American Crucible*. Slavery, Emancipation and Human Rights. London: Verso, 2013.

DRESCHER, Seymour. *Abolição*. Uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ELTIS, David. *Economic growth and the end of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987.

FLEMING, Marie. *The anarchist way to socialism. Elisée Reclus and nineteenth-century European anarchism*. London: Croom Helm, 1979.

- FREDRICKSON, George M. *The black image in the White mind. The debate on Afro-American character and destiny, 1817-1914*. Middletow: Wesleyan University Press, 1971.
- GOLDBERG, David Theo. Liberalism's limits: Carlyle and Mill on "The Negro Question". In: WARD, Julie; LOTT, Tommy (ed.). *Philosophers on race. Critical Essays*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002, p. 195-204.
- HORNE, Gerald. *O Sul mais distante. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HUZZEY, Richard. *Freedom burning. Anti-slavery and empire in Victorian Britain*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- JOHNSON, Walter. *River of dark dreams. Slavery and empire in the cotton kingdom*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- LEVY, David M. *How the Dismal Science got its name. Classical economics and the ur-text of racial politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos. (As origens de uma controvérsia internacional)*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *O Brasil no olhar de William James. Cartas, diários e desenhos, 1865-1866*. São Paulo: Edusp, 2010.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale, 2016.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL, Márcia Regina. The absence of race: slavery, citizenship, and pro-slavery ideology in the Cortes of Lisbon and the Rio de Janeiro Constituent Assembly (1821-4). *Social History*, v. 32, 2007, p. 415-33.
- MCKIVIGAN, John. *Forgotten firebrand. James Redpath and the making of Nineteenth-Century America*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- MONTAUD, Inés Roldán. Los partidos políticos y la polémica abolicionista tras la paz del Zanjón. In: SOLANO, Francisco de; GUIMERÁ, Agustín. *Esclavitud y Derechos Humanos. La lucha por la libertad del negro en el siglo XIX*. Madri: CSIC, 1990.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- RE, Henrique Antonio. A revogação do Bill Aberdeen e a Lei do Ventre Livre: um acordo antiescravista internacional, 1864-1872. *Revista de História*, n. 178, 2019, p. 1-34.
- RE, Henrique Antonio. Um agente do Império brasileiro em Londres: William Henry Clark e o fim da política da escravidão saquarema. *Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 815-840, jul./dez. 2018.
- SCHMIDT-NOWARA, Christopher. Anti-slavery in Spain and its colonies, 1808–86. In: MULLIGAN, William; BRIC, Maurice (eds.). *A global history of anti-slavery politics in the nineteenth-century*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 137-148.
- SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro; Campinas: Paz e Terra; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- SKIDMORE II, William E. 'A milder type of bondage': Brazilian slavery and race relations in the eyes of American abolitionists, 1812–1888. *Slavery & Abolition*, 2017.
- TURLEY, David. Anti-slavery activists and officials: "influence", lobbying and the slave trade, 1807–1850. In: HAMILTON, Keith & SALMON, Patrick. *Slavery, diplomacy and empire*.

Britain and the suppression of the slave trade, 1807-1975. Londres: Sussex Academic Press, 2013.

ZENHA, Celeste. Imagens do Brasil civilizado na imprensa internacional: Estratégias do Estado Imperial. *Cadernos do CHDD*, ano I. nº 2. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática, 2003, p. 423-438.

Recebido em julho de 2018.
Aprovado em dezembro de 2018.